

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JULIAN ABASCAL SGUIZZARDI BILBAO

Disputas pelo neto de Noé: Tubal e as origens da Península Ibérica (1543-1666)
(Versão Corrigida)

São Paulo
2023

JULIAN ABASCAL SGUIZZARDI BILBAO

Disputas pelo neto de Noé: Tubal e as origens da Península Ibérica (1543-1666)

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Iris Kantor

São Paulo

2023

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

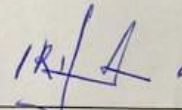
Nome do (a) aluno (a): Julian Abascal Sguizzardi Bilbao

Data da defesa: 19/06/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profª Dra. Iris Kantor

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/08/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B595d Bilbao, Julian Abascal Sguizzardi
Disputas pelo neto de Noé: Tubal e as origens da
Península Ibérica (1543-1666) / Julian Abascal
Sguizzardi Bilbao; orientador Iris Kantor - São
Paulo, 2023.
267 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. História da Espanha. 2. História de Portugal.
3. História Moderna. 4. Nobreza . 5. Bascos. I.
Kantor, Iris, orient. II. Título.

BILBAO, Julian Abascal Sguizzardi. **Disputas pelo neto de Noé: Tubal e as origens da Península Ibérica (1543-1666)**. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este estudo à minha avó Blanca Nieves
Bilbao y Bilbao.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais, Carlos Abascal Bilbao e Eunice Helena Sguizzardi Abascal pelo carinho, apoio e conversas enriquecedoras.

À minha orientadora Prof^a Dra. Iris Kantor, que me acompanha desde os tempos de Iniciação Científica, pelos ensinamentos e por possibilitar a escrita dessa tese. Também à professora Karen Macknow Lisboa, pela orientação durante o mestrado.

Ao professor Dr. Fernando Bouza, que me recebeu com tanta atenção na Universidade Complutense de Madrid e contribuiu substancialmente com o trabalho. Ao professor Dr. Pedro Cardim, que acompanha minhas investigações desde o mestrado e cujas sugestões foram essenciais para a tese. Ao professor Dr. Jon Arrieta, que compartilhou bibliografia fundamental e dividiu comigo suas reflexões. Aos professores Drs. Javier García e Carlos Garriga, que me receberam com entusiasmo no campus Leioa da Universidade do País Basco (EHU-UPV). Aos professores Drs. Marta Rosa Amoroso e Pedro Niemeyer Cesarino pelos cursos na Antropologia Social da USP. Ao professor Dr. Carlos Ziller da UFRJ pela instigante conversa. À professora Dra. Maria Augusta da Costa Vieira pela participação na banca de mestrado. Ao colega e amigo Claudio César Rizutto da Universidade de Buenos Aires pela acolhida, conversas e sugestões bibliográficas.

Aos meus avós paternos, Blanca Nieves Bilbao e Salvador Abascal (*in memoriam*) pelo carinho incondicional e por me fazerem entender no dia a dia a complexidade da sociedade basca. À minha família de Bilbao: José Ignacio; Aurori e Amaia. Também agradeço aos meus avós maternos, Eunice de Souza e Paulo Sguizzardi (*in memoriam*) pelo carinho. Ao meu tio Álvaro e ao meu primo René.

À minha “segunda família” de Campinas: Roberta, Ottavio e Isaura Bonaventura (*in memoriam*). Também ao Marcello, Tom, Daniella, Fred, Matheus e Luísa.

Aos amigos: Alberto Gandolfo, Bruna Oliveira, Daiane Rossi, Graziela Mazzeo, Gustavo dos Reis, Maria de Fátima de Araújo, Guilherme Ortiz, Dane Gomes, Ane Gabriele de Souza, Jéssica Margutti, Monique Corrêa, Denis Roberto Pepe, Severino da Silva (sempre disposto a um bom papo sobre História) e Thomas Di Natale. Agradeço ao Elson do

áudio-visual da História pela amizade e o pessoal da sala de leitura Julio Cortázar de Buenos Aires.

Ao CNPQ e à CAPES pelas bolsas de estudo.

À companheira de todos os momentos Isabella Bonaventura (obrigado por tudo!) e ao amigo Raphael Meciano, que compartilham o gosto pela teoria e filosofia. Agradeço por dividirem comigo seus melhores pensamentos e ampliarem minha potência de agir.

A alegria (...) é uma afecção, pela qual se aumenta ou favorece a potência de agir do corpo, (...), a alegria é diretamente boa.

Bento de Espinoza. *Ética* (livro IV). São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Vaca Profana

Caetano Veloso

Respeito muito minhas lágrimas
Mas ainda mais minha risada
Escrevo, assim, minhas palavras
Na voz de uma mulher sagrada [...]

Sou tímido e espalhafatoso
Torre traçada por Gaudi
São Paulo é como o mundo todo
No mundo, um grande amor perdi [...].

Iñaki, zer urrun dagoen Kamerun

V. Alvarez Martinez - J. M. Alonso Barco - R. Moso Gil - E. Alava Oribe

*Nerbioi ertzetatik
Santurtzitik Bilbora
non iniltzen ziren
lehengo sardinerak,
inork ez dakien nondik
irten den arrantzaz
[...]*

*Izenik ez dute solik Iñaki:
Iñaki, zer urrun dagoen Kamerun!
[...]*

*inork ez dakien nondik
irten den morroia.*

Disputas pelo neto de Noé: Tubal e as origens da Península Ibérica (1543-1666)

RESUMO

A tese analisa o tubalismo como campo de saber do reinado de Carlos V de Habsburgo até Felipe IV. A personagem Tubal, neto de Noé e filho de Jafé, fora considerado o primeiro povoador e governador da Península Ibérica desde alvares da Idade Média. Sua identificação como o patriarca da Hispania foi se constituindo como uma tópica, adentrando os séculos XVI & XVII. Desse modo, abriu-se um campo polêmico tanto nas crônicas como em outros gêneros textuais: onde haveria sido o lugar exato de chegada do neto de Noé? Onde sua linhagem teria permanecido sem alterações? Então, disputa-se por essa personagem a partir de distintos territórios da Monarquia Hispânica. Essa polêmica carregava usos políticos, que implicavam em uma busca por preeminência, antiguidade, nobreza pelo sangue e primazia (quem seriam os autóctones ibéricos?). A tópica cruzou o oceano e também impactou narrativas produzidas desde a América, inclusive acerca da origem dos aborígenes do Novo Mundo. Dessa maneira, a tese investiga esse complexo processo de disputas por Tubal em suas implicações políticas, epistêmicas, estéticas e sociais.

Disputes over Noah's Grandson: Tubal and the Origins of the Iberian Peninsula (1543-1666)

ABSTRACT

The thesis analyzes Tubalism as a field of knowledge from the reign of Emperor Charles I of Habsburg until Philip IV. Tubal, grandson of Noah and son of Japheth, was considered the first settler and governor of the Iberian Peninsula since the dawn of the Middle Ages. The identification of this character as the patriarch of Hispania became a topic, entering the XVI & XVII centuries. In this way, a controversial field was opened in the chronicles as well as in other textual genres: where would have been the exact place of arrival of Noah's grandson? Where would his lineage have remained unchanged? A dispute over this character was initiated by scholars from different territories of the Hispanic Monarchy. This polemic gained political uses, which implied a dispute over preeminence, antiquity, nobility by blood and primacy (who would be the Iberian natives?). The topic crossed the ocean and has also impacted narratives produced from America, including those about the origin of the aborigines of the New World. Thus, the thesis intends to understand this complex process of dispute around Tubal in its political, epistemic, aesthetic and social implications.

Disputas por el nieto de Noé: Túbal y los orígenes de la Península Ibérica (1543-1666)

RESUMEN

La tesis analiza el tubalismo como un campo de saber desde el reinado de Carlos V de Habsburgo hasta Felipe IV. El personaje Túbal, nieto de Noé e hijo de Jafet, fue considerado el primer poblador y gobernante de la Península Ibérica desde albores de la Edad Media. Su identificación como patriarca de Hispania fue convirtiéndose en una tónica, entrando en los siglos XVI y XVII. Entonces, se abrió un campo polémico tanto en las crónicas como en otros géneros textuales: ¿dónde habría sido el lugar exacto de llegada del nieto de Noé? ¿Dónde su linaje habría permanecido sin alterarse? Se inició una disputa por ese personaje a partir de distintos territorios de la Monarquía Hispánica. Esa polémica estuvo cargada de usos políticos, que implicaban una búsqueda por preeminencia, antigüedad, nobleza por la sangre y primacía (¿quiénes serían los autóctonos ibéricos?). La tónica cruzó el océano y también impactó narrativas producidas desde América, incluso acerca del origen de los aborígenes del Nuevo Mundo. De ese modo, la tesis investiga ese complejo proceso de disputas por Túbal en sus implicaciones políticas, epistémicas, estéticas y sociales.

Introdução	1
1. O Tubalismo nos tempos de Carlos V	25
1.1 Constituição de um <i>corpus</i> referencial: O tubalismo medieval ibérico.....	25
1.2 A Espanha e o Império de Carlos de Áustria.....	33
1.3 Annio de Viterbo: episteme e antiguidades.....	38
1.4 Florián Ocampo e interlocutores: A bética e os nativos hispânicos.....	47
1.5 Beuter: o altaneiro e inexpugnável muro chamado Pirineus.....	65
2. De Felipe II a Felipe IV: o tubalismo <i>pro pátria</i>	73
2.1 Esteban de Garibay: em busca dos verdadeiros espanhóis.....	73
2.2 Andrés de Poza, por uma ontologia basco-ibérica.....	91
2.3 Jerónimo de la Higuera: visões de um polêmico toledano.....	120
2.4 Tubal unido e separado: Os portugueses e o neto de Noé.....	133
2.4.1 Apropriações de Tubal no contexto da União Dinástica: Fernando Oliveira & Bernardo de Brito.....	141
2.4.2 Combates pelo passado primevo português: Pais Viegas & Juan Caramuel no contexto da Restauração.....	146
2.4.3 Tubal ou <i>mundanus</i> : lições de Antônio Vieira sobre o primeiro dos portugueses .	151
3. O tubalismo do outro lado do oceano: conexões ibéricas	158
3.1 Baltasar de Echave: “À pátria, o pincel e a pluma o artífice dedicou por igual”.....	159
3.2 Hernando de Ojea: a Galícia, Tubal e Comero Galo.....	166
3.3 O combate entre uma coruja galega e um tordo biscainho.....	169
3.4 Arias de Villalobos: um rei biscainho em Tenotchtlán.....	173
3.5 Isidro de Sariñaña: Tubal chora a morte de Felipe IV.....	179
3.6 Guamán Poma de Ayala: eram os indígenas espanhóis?.....	183
3.7 Sarmiento de Gamboa e o neto de Noé andino.....	186
3.8 Barco Centenera: a viagem dos tupis da Península Ibérica às Américas.....	197
Conclusão.....	207
REFERÊNCIAS.....	211
BIBLIOGRAFIA.....	223
ANEXO [figuras].....	238

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo dessa Tese são os discursos acerca do povoamento “originário” da Península Ibérica durante o reinado dos reis Habsburgo (de Carlos V a Felipe IV). Nossas fontes são principalmente crônicas quinhentistas e seiscentistas, mas também, utilizamos outros gêneros textuais que dialogam com nosso problema de pesquisa.¹ Sobremaneira, esse conjunto aponta para Tubal - neto de Noé - como fundador da linhagem dos hispanos e seu primeiro governante.² Esse problema tornou-se objeto de saber e converteu-se em uma tópica. Apesar disso, o local de chegada e assentamento desse personagem era controversa. As disputas em torno do vínculo direto de descendência com Tubal nos interessam, considerando seu papel político na legitimação de comunidades em uma sociedade estamental, onde os vínculos genealógicos eram fundamentais para a posição social dos súditos da Monarquia Católica.

O tubalismo, na Alta Idade Moderna, funciona como um dispositivo discursivo, com valor de verdade,³ que se abriu a diferentes usos políticos, como o de fornecer uma história e um elo comum para as diversas populações e reinos ibéricos após a queda do reino de Granada; a subsequente expulsão dos judeus e a chegada às Américas (1492).⁴ Tal dispositivo, reforçaria uma antiguidade autóctone, proveniente de um evento

¹ Apesar de nossa série documental principal ser constituída por crônicas e outros documentos impressos, também incorporamos à série alguns manuscritos. Acerca da cultura escrita na Época Moderna: BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Akal, 2018.

² Acerca do conceito de Espanha: “Depois da romanização da actual Península Ibérica, o vocábulo Hispania, que daria Espanha (ou España, ou Espanya) nos dialectos constituídos a partir do latim vulgar, iria impor-se por completo como nome do território mais ocidental do antigo Império Romano. Durante a Idade Média é sempre por Espanha que este território é designado - por exemplo na Crónica Geral de Espanha de 1344(X) e noutras crônicas da época -, coabitando essa designação para o conjunto da Península com os nomes particulares de cada um dos reinos que saíram do processo da Reconquista Cristã: Astúrias, Leão, Castela, Navarra, Aragão ou Portugal. Mesmo depois da fusão na sequência do casamento daqueles que viriam a ser os Reis Católicos, Isabel e Fernando -, de Castela com Aragão, a que se seguiu a anexação de Navarra e Granada, a palavra Espanha continuo a designar toda a Península, (...)” LOURENÇO, Antônio Apolinário & BRAVO, Alexia Dotras. “Da Ibéria à Hispânia, da Espanha à Ibéria”, *Revista de História das Ideias*, v. 31, 2010. (p.286)

³ O conceito de discurso aqui utilizado remete às considerações de Foucault em *Arqueologia do Saber*. O domínio de um estudo do discursivo se refere à pesquisa de um campo de circulação de enunciados: nunca um texto é compreendido como uma unidade fechada, mas como um nó em uma rede que se relaciona a outras expressões escritas em um dado espaço problemático, historicamente ordenado, inserido em tramas de poder. Cf. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

⁴ BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. “La estirpe de Tubal: relato bíblico e identidad nacional en España”, *Historia y Política*, nº 29. Madrid: enero-junio”. (pp. 226 & 227).

antiquíssimo, relativo ao princípio de uma linhagem pós-diluviana. Um dos textos que impulsionaram esse debate foi *Antiguidades* (Roma: 1498) do frade dominicano Giovanni Nanni, mais conhecido como Annio de Viterbo, que provocará um verdadeiro “efeito Annio” na historiografia ibérica do século XVI. Nesse contexto, há um esforço para a confecção de uma nova ideia de Espanha, inclusive enquanto matéria historiográfica, onde a formulação de uma origem cumpriria papel essencial.⁵

Sendo assim, nas narrativas acerca da Espanha primordial, o neto de Noé representaria a fundação da estirpe dos “verdadeiros espanhóis” nas palavras do cronista de Felipe II Esteban de Garibay.⁶ Essa população autóctone, apesar das chamadas invasões praticadas por “povos estrangeiros”, teria permanecido em determinadas porções do território, conservando a pureza e virtudes “civilizacionais” do patriarca genesíaco.⁷

Nesse sentido, castelhanos; aragoneses; valencianos; catalães; bascos e portugueses participaram de disputas pelo vínculo direto com Tubal. Essa ascendência se traduziria em um combate por preeminência, antiguidade, nobreza pelo sangue e primazia: quem seriam os autóctones ibéricos no conjunto da Monarquia Hispânica ?⁸ Nessa sociedade circulava um padrão ideal de *religião única*, onde seus governantes e governados eram definidos pelo catolicismo e distinguidos pela ascendência cristã arcaica.⁹ A performance

⁵ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. "Materia de España" y "edificio" de historiografía: algunas consideraciones sobre la década de 1540 in *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

⁶ O cronista refere-se ao neto de Noé da seguinte maneira: “*Patriarcha Tubal, universal padre de os verdaderos y originales españoles*”. GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Los XL libros del compendio historial de las chronicas y vniuersal historia de todos los reynos de España* (...), Impreso en Anveres por Cristophoro Plantino, prototypographo de la catholica magestad, 1571. (L.I, C.X, fol. 24).

⁷ O vínculo com o passado visigótico, tantas vezes exaltado durante a presença muçulmana, nesse momento é complementado e outras vezes substituído pela imagem de um passado ibérico autóctone. Cf. WULFF, Fernando. *Las esencias patrias: historiografía e historia antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Critica, 2003; FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. “Entre “godos” y “montañeses”: reflexiones sobre una primera identidad española” In *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007. & BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op. Cit.*

⁸FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. “Entre “godos” y “montañeses” (...), 2007. (p.290).

⁹ *A partir del siglo XV hay una intensa preocupación por este tema, consagrándose en la sociedad española el sistema de los estatutos de limpieza de sangre para excluir los cristianos ‘impuros’. Junto a la idea de limpieza estaba muy presente también el concepto de hidalguía*. REGUERA, Iñaki. “La Inquisición en el País Vasco: El periodo fundacional”, *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 2, 2005. (p.246).

de um vínculo linhagístico com Tubal era estratégica: um tronco fundado por esse personagem teria permanecido, nos termos da época, limpo de sangue, conferindo credibilidade e ampliando as possibilidades de inserção em uma boa posição social.

No que diz respeito ao estudo das monarquias politerritoriais europeias, Gil Pujol enfatiza o desafio de superar dualismos ineficazes (centro – localidades; capital – territórios, por exemplo).¹⁰ Nesse sentido, a historiografia após a década de 1970 avançou para uma mudança de foco, relativizando a constituição de um Estado Moderno absolutista nos séculos XVI & XVII cuja a consequência analítica fora prenciar o Estado-nação permeado por diversos mecanismos de centralização política e jurídica.¹¹ Esse deslocamento foi relevante para a produção de novos horizontes historiográficos, em prol da valorização de estudos mais específicos, enfatizando o funcionamento jurídico cotidiano, por meio de mecanismos forais singulares.

Nesse sentido, a contribuição da obra de Antônio Manuel Hespanha foi fundamental para reproblematicar a questão. Não obstante, produziu uma relativa assimetria e hierarquia entre escalas de análise: “(...) neste modelo político ‘personalista’, os laços políticos individualizados contavam muito mais do que laços abstratos de concidadania ou nacionalidade.”¹² Tal perspectiva ensejou uma relativa diminuição de relevância acerca de compreensões que privilegiassem o estudo de mecanismos discursivos (e seus efeitos no campo político) que justificassem a relação entre os territórios coordenados por um monarca.

¹⁰ GIL PUJOL, Xavier. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias nos Séculos XVI e XVII”, *Penélope: revista de história e ciências sociais*, nº6, 1991.

¹¹ Destaca-se a crítica de Clavero à obra de Maravall [Cf. CLAVERO, Bartolomé. “Institución Política y Derecho: Acerca del Concepto Historiográfico de ‘Estado Moderno’”, *Revista de Estudios Políticos (Nueva Era)*, nº19, Enero-Febrero, 1981], especiaomente dirigida à obra *Estado Moderno y mentalidad social: siglos XV a XVII*. V.1. Madrid: Alianza Editorial, D.L. [1972], 1986.

¹² HESPANHA, Antônio Manuel. A questão do absolutismo no sistema político da época moderna in *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

Por outro lado, desde a década de 1980, autores como Fernández Albaladejo,¹³ Gil Pujol¹⁴ e Pedro Cardim¹⁵ (deslocando questões propostas por John Elliott)¹⁶ buscaram reconfigurar esse campo de estudos com o objetivo de possibilitar análises mais fluidas entre diferentes escalas de pertencimento, evidenciando que os laços políticos entre o local de nascimento e comunidades políticas de raio mais ampliado, a princípio, não são incompatíveis.

Procurando dialogar com essa historiografia, nossa pesquisa por meio do debate tubalista, pode contribuir para o campo de História Ibérica, pois privilegia o estudo das relações entre diferentes localidades peninsulares, inclusive Portugal e possessões ultramar. Tais localidades estavam implicadas em um conjunto contido em uma certa ideia Espanha - evidenciada pelas crônicas modernas - tornando-se uma realidade política concreta no período de união das Coroas Ibéricas (1581-1640). O estudo integrado dos reinos, senhorios, principados e vice-reinos ibéricos é relativamente rarefeito nas monografias, que muitas vezes se concentram, em territórios específicos e não propiciam uma perspectiva acerca da complexa rede de articulações e poder para esse conjunto. Consideramos esse movimento necessário, sem perder de vista a importância das localidades. Nesse sentido, há vertentes da historiografia contemporânea que efetivam estudos desde uma perspectiva comparativa, tanto entre os impérios espanhol e português

¹³ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Fragmentos de monarquía. Trabajos de historia política*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

¹⁴ GIL PUJOL, Xavier. “Un rey, una fe, muchas naciones” In *La Monarquía de las Naciones: Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*” In comemoración del IV Centenario de la muerte de Carlos de Amberes 1604-2003. ÁLVAREZ-OSORIO, Antonio & GARCÍA, Bernardo (Ed.). Madrid: Fundación Carlos Amberes, 2004.

¹⁵ CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal, Valladolid, Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014 & CARDIM, Pedro et al. (Ed.). *Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony?*. Eastbourne: Sussex academic press, 2014.

¹⁶ ELLIOTT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Marta Balcells y Juan Carlos Bayo (coord.). Madrid: Taurus, 2010.

em toda sua extensão¹⁷; como por meio das relações entre os reinos propriamente ibéricos.¹⁸

Por meio das diferentes versões narrativas acerca da origem do povoamento da Península Ibérica, investigaremos a circulação dos elementos em jogo na disputa por legitimação de interesses políticos nessa sociedade monárquica, estamental e católica. As disputas em torno de Tubal são uma oportunidade para pensar as relações para além dos dualismos, pois nos facultam analisar, ao mesmo tempo, as territorialidades como constituições jurídico-políticas singulares, mas também, enquanto conjunto fundado por um patriarca comum. Portanto, a análise de nosso objeto nos permite conhecer não apenas a dinâmica de composição das linhas de força em diferentes níveis de laços comunitários, mas também, a articulação entre esses níveis.

**

Começaremos nossa história do tubalismo pelo seu avesso, ou seja, por meio dos detratores da tese do vínculo dos hispanos e Tubal, simultânea à lenta perda do valor de verdade dessa narrativa. Movimento de declínio que se adensou a partir da década de 1660, em um contexto marcado por uma disposição revisionista dos métodos históricos.¹⁹ Como veremos, existiam autores já no século XVI que mantiveram um certo distanciamento em relação à tese tubalista, impulsionados já por deslocamentos feitos à obra *Antiguidades* (Roma: 1498) de Annio de Viterbo, fundamental na dispersão do vínculo entre Tubal e a Península Ibérica. No entanto, a força do problema era premente e sua atitude não é análoga à de certos autores setecentistas, que operam fissuras mais profundas na relação do neto de Noé com a *Hispania*.

¹⁷ “O livro que aqui se apresenta propõe-se a discutir, a partir de uma perspectiva comparada, as monarquias ibéricas entre os séculos XVI e XVIII. (...), tornou-se cada vez mais evidente que, apesar, da volumosa bibliografia disponível sobre o império espanhol e o império português e as suas arquiteturas político-administrativas, escasseavam os estudos que pensavam ambas as experiências em perspectiva comparada”. XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Federico & STUMPF, Roberta (org.). *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (séculos XVI-XVIII). Dinâmicas e circulação de modelos político-administrativos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. (p.17).

¹⁸ “O que desta leitura resultará é, pois, um espaço social ibérico bem mais fluido e plástico que aquele que as antigas fronteiras políticas dos dois reinos aparentam configurar”. SOARES DA CUNHA, Mafalda & FRANCO, Juan Hernández. *Sociedade, família e poder na Península Ibérica elementos para uma história comparativa/ Sociedad, familia y poder en la Península Ibérica: elementos para una historia comparada*. Lisboa, Évora Murcia: Colibri CIDEHUS, Universidade de Évora: Universidad de Murcia, 2010. (Versão digital s/p).

Como lembra Marc Bloch em *Apologia da História* (1949), a partir da segunda metade do século XVII, cria corpo uma certa doutrina de pesquisa, encabeçada pela crítica exegética da bíblica, praticada pelos bolandistas em seu *Acta Sanctorum*, por exemplo.²⁰ Além de Jean Boland, outros nomes importantes desse revisionismo exegético são Richard Simon (1638-1712); Daniel Papenbroek (1628-1714) e Jean Mabillon (1632 – 1707). É nesse momento que a palavra crítica começa a ser utilizada no campo histórico, aparecendo no título de quase todas as obras de Simon. Acerca da emergência desse conceito, comenta Bloch, por meio do eclesiástico Elias du Pin e Pierre Bayle:

(...) o que esse nome anuncia é justamente a descoberta de um método [de aplicação quase universal]. A crítica, ‘essa espécie de archote que nos ilumina e nos conduz, pelas estradas obscuras da Antiguidade, fazendo-nos distinguir o verdadeiro do falso’: assim se exprime Elias du Pin. E Bayle, ainda mais nitidamente: ‘o Sr. Simon espalhou nessa novela *Réponse* diversas regras da crítica que podem servir não apenas para entender as Escrituras mas também para ler com desfrute outras obras.’²¹

Esse movimento se aprofunda ao aproximar-se o século XVIII com a chamada *crise de consciência europeia*,²² ganhando consistência com iluminismo. O conceito de crítica passa a ser o operador básico da razão humana, fundamento da *espisteme*, sem o qual não se pode atingir o esclarecimento. Essa ideia será entronizada por Immanuel Kant em sua *Crítica da Razão Pura* e outros textos, onde entrelaça crítica; pensamento e ética.

No que diz respeito ao tubalismo, um dos primeiros sinais da chegada dessa disposição crítica se dá com José Pellicer de Ossau y Tovar²³ em *Población y lengua*

²⁰ Os monges bolandistas dão passos significativos na exegese e hermenêutica documental. Nessa esteira, segue uma renovação nos métodos, aumentando o peso da procura por fontes “autênticas” em relação a uma crença na tradição “A contribuição mais significativa no campo da hagiografia veio dos jesuítas flamengos da Antuérpia, onde, por intermédio da coleção *Acta Sactorum* os jesuítas conseguiram mobilizar eruditos e missionários na busca de fontes autênticas sobre a vida dos santos e mártires cristãos.” KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004 (pp.75 & 76).

²¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. (p.91).

²² Segundo Paul Hazard, a crítica à sociedade surge a partir da leitura de outras culturas não-europeias, sejam elas americanas, asiáticas ou africanas. Isso se inicia com a retomada do gosto pela viagem, principalmente pelos franceses, ingleses e italianos. Esse gosto pelo movimento transparece no incremento da literatura de viagem, seja ela fruto de uma viagem real ou de uma incursão imaginária: “De todas as lições que o espaço dá, a mais nova é (...) a da relatividade. A perspectiva mudou. Conceitos que pareceriam transcendentais passaram a depender da diversidade dos lugares (...)” HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia: 1680-1715*. Lisboa: cosmos, 1948. (p.15).

²³ “José Pellicer de Ossau y Tovar (1602-1679), (...) gran impugnador de la historiografía apócrifa, había empezado por ser activo partícipe en ella. (...) En sus últimos años, en decadencia ya los falsos cronicones, se esforzó en cartas y otros escritos, por condenarlos con toda acometividad que fuese precisa para borrar el recuerdo de sus ficciones anteriores, bien aprovechadas a su tiempo en el campo genealógico. La mucha

primitiva de España; recopilada del aparato a su monarchia antigua en los tres tiempos, el adelon, el mithyco, y el historico (Valencia, 1672).²⁴ Além de desautorizar Annio, o qual haveria introduzido história em um tempo em que não havia (*adelon*)²⁵, critica a leitura que outros cronistas fizeram do texto *Antiguidades Judaicas* de Flávio Josefo (37 – 100 d.c), o qual afirma o povoamento da *Ibéria* por Tubal. Acontece que este topônimo também diz respeito à chamada “ibéria caucásica”, localizada no continente asiático, e seria a esta que Josefo se referiria. Para Pellicer, que busca outras fontes antigas como de Sexto Julio africano (II d.c), o verdadeiro povoador da Península seria *Tarsis*, um dos tataranetos de Noé e esta seria a versão de historiadores antigos mais confiáveis.²⁶

Portanto, essa crônica introduz de maneira enfática um novo modo de problematizar o tubalismo, abrindo um campo que influenciará o *novator* Nicolás Antonio (1617-1684)²⁷, inclinado a aceitar as teses de Pellicer,²⁸ e, posteriormente, o ilustrado abade Juan Francisco Masdeu (1744-1817), que incorpora o conceito de crítica que aparece no título de sua principal obra.²⁹ Então, o problema se desloca: até finais a

autoridad que disfrutaba entre sus contemporáneos, por su extensa y variada erudición, obró mucho contra las supercherías en curso.” SÁNCHEZ ALONSO, B. *Historia de la historiografía española. Ensayo de un examen de conjunto*. V.II (De Ocampo a Solís). Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1944. (pp. 358 & 359)

²⁴ Ballester Rodríguez faz uma consistente história da ascensão e queda do tubalismo ibérico. BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op. Cit.*

²⁵ PELLICER DE OSSAU Y TOVAR, Ioseph. *Poblacion y lengua primitiva de España; recopilada del aparato a su monarchia antigua en los tres tiempos, el adelon, el mithyco, y el historico*. En Valencia, 1672. (fol. IX).

²⁶ Essa inflexão pode ser relacionada com a alteração nos métodos de estudo do passado desde meados da segunda metade do século XVII, período no qual os monges bolandistas dão passos significativos na exegese e hermenêutica documental. Nessa esteira, segue uma renovação nos métodos, aumentando o peso da procura por fontes “autênticas” em relação a uma crença na tradição. Cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografía Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. (pp. 72-75).

²⁷ “Nicolás Antonio (1617-1684), el gran bibliógrafo, tiene entre sus muchos méritos el de haber puesto su autoridad frente a los falsos cronicones, (...). Lo más de su actividad empleó para allegar materiales para su gigantesca *Bibliotheca hispana*, pero se ocupó también en otros escritos, entre ellos, el que aquí nos interesa. Lo tituló *Defensa de la Historia de España contra el Padre Higuera*, quedando inédito, y cuando Mayans y Siscar, e 1742 decidió publicarlo, cambió su título por el de *Censura de historias fabulosas*.” SÁNCHEZ ALONSO, B. *Historia de la historiografía española. Ensayo de un examen de conjunto*. V.II (De Ocampo a Solís). Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1944. (p.354).

²⁸ Essa questão está explicitada em carta de Nicolás Antonio a Dom Gaspar Ibañez de Segovia publicada postumamente pelo ilustrado Mayans y Siscar em *Censura de historias fabulosas, obra posthuma de Don Nicolas Antonio, cavallero de la orden de Santiago* (...). Valencia, 1742. (p.660).

²⁹ “El P. Juan Francisco Masdeu (1744-1817), nacido en Palermo – donde sus padres, barceloneses, residieron temporalmente – y educado en Barcelona, entró en la Compañía de Jesús, y al ser expulsa esta

década de 1670, a polêmica girava em torno de onde Tubal haveria chegado. Passa-se a outro questionamento: os ibéricos seriam descendentes de Tubal, ou proviriam de outro descendente de Noé?³⁰

Na segunda metade do século XIX, o tubalismo sofre um duro golpe com a publicação de *Historia General de España, desde los tempos más remotos hasta nuestros dias* (1850) de Modesto La Fuente, membro da Real Academia de História, fundada em 1738 sob decreto de Felipe V. O texto em questão se tornou uma obra de referência nessa matéria para esse século, substituindo a até então afamada crônica de Juan de Mariana cujo título também era *Historia General* (1601), tradução de sua versão latina *Historia de rebus Hispaniae* (Toledo, 1592).³¹ A *Historia General* de La fuente descredita a fundação de Espanha por Tubal e Tarsis:

*Un pasaje del historiador de los judíos Josefo ha dado lugar a que algunos de nuestros historiadores hayan afirmado como cosa segura que Tubal, hijo de Japhet y nieto de Noé, fue el primer hombre que vino a España, 'y la gobernó con imperio templado y justo'. Apoyados otros en un capítulo del Génesis, en que nombra a Tharsis, hijo de Jvan y nieto de Japhet, entre los que salieron a poblar las islas de las naciones después de babel, le hacen el primer poblador de España y el que dio su nombre a la isla Tharseya, y de aquí el origen y principio de la nación española. Bien querríamos, pero nos es posible tener bastante sólidos los fundamentos de una y otra opinión para asentar ni la una ni la otra como ciertas.*³²

La Fuente passará a trabalhar os primórdios da Península de acordo com os termos semânticos de sua época, baseando-se na ideia de “raças iberas”, em diálogo com as

de Orden de nuestra Península hubo por dos veces de trasladarse a Italia (...). Su obra capital, en que acomete la historia patria con vuelos que hacen de ella una disciplina totalmente nueva, tiene por si sola proporciones enciclopédicas (...). SÁNCHEZ ALONSO, B. *Historia de la historiografía española. Ensayo de un examen de conjunto*. V.III. (De Solís al final del siglo XVIII). Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1950. (pp. 190 & 191).

³⁰ Segundo Masdeu, a Península teria sido povoada tanto pelos descendentes de Tubal, por meio de sua conexão com o rio Ebro desenvolvida desde Jerônimo e Isidoro de Sevilha, como de Tarsis, os quais teriam ocupado a porção ocidental peninsular. MASDEU, Juan Francisco de. *Historia Crítica de España, y de la Cultura española. En todo género (...). T. II. España Antigua. En Madrid, por Don Antonio de Sancha, 1784.*(p.106) Há um exemplo de ceticismo radical fase tanto as narrativas de Tubal como de Tarsis na obra dos irmãos Rafael e Pedro Rodríguez Mohedano *Historia Literaria De España: Desde Su Primera Poblacion Hasta Nuestros Dias* (1766), onde, sem questionar o fundamento genesiaco, afirmam que não há evidências consistentes para atribuir a fundação da Ibéria a esses personagens e perguntam: “¿Qué cuesta confesar ingenuamente nuestra ignorancia sobre los primeros pobladores?” (p.41).

³¹ BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op. Cit.* (p. 238).

³² LAFUENTE, Modesto. *Historia general de España: desde los tiempos más remotos hasta nuestros días*, V. 1. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Mellado, 1850.

investigações de autores germânicos (Bayer; Schlözer e Adelung), que afirmavam ser a língua primeva o Euskera. Atualiza-se uma ideia presente já no século XVI de que a língua basca seria a originária da Península, mas agora em um campo discursivo diferenciado, que já trabalhava sob outras bases e cujos efeitos são também distintos.

Apesar do tubalismo e o “tarsismo” terem sobrevivido em obras dirigidas a seminários e colégios católicos como *Historia de España* (1876) de Manuel Merry y Colón (1835-1894), bem como, em livros escolares já entrado o início do século XX, esse saber já havia perdido o prestígio de outrora. Nesse momento, o saber sobre o passado já se pautava em outros conceitos, ordenamento e semântica. Inclusive, já com o desenvolvimento da disciplina da Pré-História.³³ Além disso, com o advento do moderno conceito de história, desde o século XVIII, não se enfatiza como antes a tessitura de um *continuum* passado, presente e futuro, mas, emerge a ideia de rupturas históricas,³⁴ fazendo decair a *Historia Magistra Vitae* diretamente relacionada ao tubalismo.

**

Agora que pudemos observar, brevemente, algumas questões relevantes sobre o declínio do tubalismo, passemos a algumas notas acerca da historiografia utilizada neste trabalho em conexão com a metodologia e teoria nele empregadas.

Gostaríamos de começar falando do livro *Las falsificaciones de la historia (en relación con la de España)* publicado em 1992 por Julio Caro Baroja (1914 – 1995). Seria muito difícil avaliarmos em poucas palavras a totalidade obra desse historiador e etnólogo, pois abarca um sem fim de objetos relacionados à história ibérica e, especialmente, aos territórios bascos.³⁵

Intelectual de importância indiscutível, possui uma vastíssima produção iniciada na década de 1940 sob forte influência da antropologia social e cultural da década de 1930. Quanto a etnografia praticada desde a Península, foi influenciado pelos etnógrafos

³³ BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. *Op. Cit.* (pp.239-241).

³⁴ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

³⁵ “*En definitiva, durante el franquismo es el historiador vasco por antonomasia, si bien que su manera de hacer historia exige una enorme erudición y formación por lo que resulta nada sencillo realizar historia social de raigambre antropológica al estilo de J. Caro Baroja*”. AGIRREAZKUENAGA, Joseba. “La tradición historiográfica vasca: su desarrollo en el marco de las ciencias sociales”. *Revista de Historia Contemporánea* (Universidad del País Vasco), Nº7, 1992. (p.280).

José Miguel de Barandiarán; Telésforo Aranzadi e Hugo Obermeier. Esse arcabouço fez com que Caro Baroja durante toda sua obra analisasse testemunhos orais, ritos, festas, indumentária, literatura popular e outros elementos materiais destacados pela etnografia. No entanto, essa tendência não fez com que perdesse o rigor na análise das fontes documentais escritas, mostrando sempre uma impressionante erudição.

De qualquer maneira, desde o título do livro, percebe-se a preocupação com a falsificação da história (da Espanha), sendo um dos protagonistas do livro, o padre toledano *Jerónimo Román de la Higuera* (1538-1611), responsável pelos chamados “falsos cronicões”, sobre os quais falaremos no capítulo II. Esses documentos foram apontados como manuscritos “forjados” pelo próprio padre, já na passagem do século XVI para o XVII por alguns eruditos ibéricos. No entanto, eles tiveram grande prestígio, largamente reproduzidos e utilizados como fonte por muitos historiadores de então. Os cronicões de Higuera caíram em gradual declínio em conjunto com o tubalismo a partir do advento do chamado método crítico. Logo de partida, Caro Baroja descreve o vasto uso de textos “falsificados” como um demônio: “*El demonio que provoca la falsificación tienta a toda classe de seres humanos (...)*”.³⁶ Notável a descrição que faz do toledano: um prestigiado erudito de seu tempo, mas também, perturbado mental e mitômano.

A relação do historiador com o tubalismo guarda conexões notáveis com o juízo acerca da figura de Higuera. Caro Baroja opera um olhar que vai do presente ao passado de maneira retrospectiva e acaba caindo naquilo que Foucault, por meio de Nietzsche, chamou de “colocar no começo o que vem no fim”.³⁷ Acerca de um dos grandes divulgadores do tubalismo na Península, seguidor de Viterbo, Esteban de Garibay,³⁸ afirma: “*Ya en la segunda mitad del siglo XVI resulta que, entre los historiadores generales, don Esteban de Garibay y Zamalloa, (...), sigue fascinado por (...) Annio de Viterbo. Esto ha perjudicado mucho a su reputación, porque hay de reconocer que otras partes de su obra sobre la historia de edad Media son muy valiosas, (...)*”.³⁹

³⁶ CARO BAROJA, Julio. *Las falsificaciones de la historia (en relación con la de España)*. 6ªed. Barcelona: Seix Barral, 1992.

³⁷FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a História” In *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

³⁸ Caro Baroja conhecia a obra do cronista de Felipe II de maneira aprofundada, sendo autor de um texto indispensável sobre ele: CARO BAROJA, Julio. *Los vascos y la historia a través de Garibay* in *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. San Sebastián: Editorial Txertoa. 1995a.

³⁹ CARO BAROJA, Julio, 1992. (p,93)

Colocamo-nos as seguintes questões: a adesão a Viterbo e ao tubalismo de Garibay prejudicou sua reputação em relação a quem? Por que Baroja afirma que apenas os tópicos acerca de história da Idade Média são válidos?

Por um lado, o livro *Falsificaciones* traz muitas informações relevantes sobre o modo de escrita da história nos séculos XVI & XVII, situando esses textos em um contexto de fé ardente, ambições nobiliárias (perpassadas pela “limpeza de sangue”), patriotismo e mesmo erudição: “(...) pero no crítica”. Em contraposição, identifica no movimento de renovação intelectual da segunda metade do século XVII e XVIII, na figura de Nicolàs Antonio; Gaspar Ibañez y Segovia; Mayans y Siscar: um momento de “*considerable superación cultural*”.⁴⁰

Por outro lado, a hipótese geral e o movimento argumentativo de *Falsificaciones de la Historia* cria uma narrativa de cariz heroico da emergência da crítica, em relação à qual parece querer se somar. Além dos supracitados eruditos, destaca-se Godoy Alcántara em sua *Historia de los falsos Cronicones* (1868), grande impugnadora dos textos “apócrifos” de Higuera. Com o intuito de distanciar-se das fontes, Caro Baroja se une aos autores “críticos”, que teriam vencido o obscurantismo quinhentista e seiscentista e possibilitaram fazer ver seus despropósitos - alicerçados em valores de sua época - mas disparatados.

Ao colocar-se ao lado de uma crítica de matriz kantiana, Caro Baroja não desconfia das mutações do próprio valor de verdade, ou seja, não problematiza a verdade, não a torna objeto histórico.⁴¹ Dessa maneira, perde-se uma faceta importante na compreensão da relação com a produção de verossimilhança dos autores ibéricos quinhentistas e seiscentistas. Temos um contraponto ao método de Baroja no estudo de Katrina Olds *Forging the Past: Invented Histories in Counter-Reformation Spain* (2015), que se dispõe a estudar os textos de Jerónimo Román de la Higuera para compreender sua

⁴⁰ *Ibidem.* (p. 194)

⁴¹ Sendo esse, justamente, o projeto genealógico de Michel Foucault: “(...) creio que o problema não se faz de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e verdade e o que revelaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si verdadeiros nem falsos” (p.7). FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder in *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

metodologia e alcance: “(...) *the relationship between myth and history was more labile and sophisticated than Caro Baroja had allowed*”.⁴²

A autora recupera, entre outros, a obra de Anthony Grafton (1950 -), o qual levantou problemas significativos com o intuito de aprofundar-se na especificidade do campo do saber histórico altomoderno. O autor procura investigar como a história humanista não fora o prenúncio da crítica metodológica da segunda metade do século XVII. Destaca como a obra de Viterbo, por exemplo, estabelece relevância e coerência nesse contexto por operar com habilidade os métodos disponíveis da narrativa histórica de seu tempo.⁴³

Logo, Olds afirma: “As *Forging the Past* suggests, we limit our comprehension of how these texts came into existence, and why they continued to be important sources of information, if we approach them merely as fakes.”⁴⁴ A autora esclarece que as relações entre mito e fato e entre poesia e história eram mais complexas do que imaginara Caro Baroja. Cabe lembrar que a diferenciação entre o método empregado no humanismo e depois da segunda metade do século XVII já fora identificado com precisão por Marc Bloch,⁴⁵ que enfatiza a “epidemia de falsificações” no medievo. O historiador deve perguntar-se acerca das motivações do embuste: “Assegurar um bem contestado, apoiar a autoridade da Sé romana, defender os monges contra o bispo, os bispos contra os metropolitanos, o papa contra os soberanos temporais, o imperador contra o papa (...)”⁴⁶

**

Para desenvolvermos nossa Tese, de acordo com o exposto acima, é necessário partir de um outro conceito de crítica que se diferencie daquele gestado desde a metade do século XVII, refinado pelo Iluminismo e entronizado por Kant. Para tanto, é necessário

⁴² OLDS, Katrina Beth. *Forging the Past: Invented Histories in Counter-Reformation Spain*. Yale University Press, 2015. (p.4).

⁴³ Cf. GRAFTON, Anthony. “Traditions of Invention and Inventions of Tradition in Renaissance Italy: Annus of Viterbo” In: GRAFTON, Anthony. *Defenders of the text: the traditions of scholarship in an age of science, 1450-1800*. Harvard University Press: 1991.

⁴⁴ OLDS, Katrina Beth. *Op. Cit.* (p.4).

⁴⁵ “O humanismo (...) tivera as suas veleidades e suas intuições. Não havia ido mais longe. Nada mais característico do que uma passagem dos *Ensaio*s. Montaigne nela justifica Tácito por ter narrado prodígios. Cabe, diz, aos teólogos e filósofos discutirem os ‘créditos comuns’. Os historiadores têm apenas de ‘recitá-las’ como suas fontes lhes fornecem”. BLOCH, Marc. *Op. Cit.* 2001, p.91.

⁴⁶ *Ibidem.* (p. 99)

recorrer ao deslocamento operado por Friedrich Nietzsche já em finais do século XIX, o qual terá um profundo impacto no pós-estruturalismo francês, que levantou questões impactantes para o campo da Ciências Humanas, inclusive para a História Cultural, passada a década de 1950.

Gilles Deleuze enumera cinco pontos diferenciais da atitude crítica nietzschiana face à kantiana. Desses cinco pontos, destacamos dois:

I) Não se trata de princípios transcendentais, que são simples condições para pretensos fatos, mas de princípios genéticos e plásticos, que dão conta do sentido do valor e das crenças, interpretações e avaliações. (...).
3) Não se trata do legislador kantiano, mas do genealogista. O legislador de Kant é um juiz de tribunal, um juiz de paz que fiscalizava ao mesmo tempo a distribuição dos domínios e repartição dos valores estabelecidos. A inspiração genealógica se opõe à inspiração judiciária. O genealogista é um verdadeiro legislador. (...). Ele nos anuncia não uma paz crítica, mas guerras como jamais conhecemos. Para ele, pensar é julgar, mas julgar é avaliar, interpretar, é criar valores. O problema do juízo se torna o da justiça e o da hierarquia.⁴⁷

Curiosamente, Nietzsche escolhe o termo genealogia para designar seu método, cujas bases são completamente diferentes do conceito genealógico empregado na Península Ibérica, que nos depararemos ao longo da tese. Enquanto o primeiro busca dessubstanciar, o outro procura performar essências. A crítica genealógica, que inspirará Foucault, permite colocar em questão o valor de verdade, enxergando nele desejos e regras de exclusão (aquilo que se considera falso compõe o verdadeiro). A pesquisa histórica, segundo esta perspectiva, analisa uma situação em que a produção do verdadeiro e do falso constitui as relações de poder.

Chegamos ao nível da análise do discurso proposto por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969),⁴⁸ que dialoga com o que dissemos. Desde essa perspectiva,

⁴⁷ Deleuze, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. São Paulo: n-1 edições, 2018. (pp. 121 & 122)

⁴⁸ Lynn Hunt posiciona a obra do intelectual francês em relação à historiografia dos Annales da seguinte maneira: “Ao se voltarem para a investigação das práticas culturais, os historiadores dos Annales, como Chartier e Revel, foram influenciados pela crítica de Foucault acerca dos pressupostos fundamentais da história social. Foucault demonstrou a inexistência de quaisquer objetos intelectuais "naturais". Como explicou Chartier, "a loucura, a medicina e o Estado não são categorias que possam ser conceituadas em termos de universais cujos conteúdos são particulariza-dos por cada época" são historicamente dados como "objetos discursivos", e uma vez sendo historicamente fundamentados, e, por implicação, sempre sujeitos a mudanças, não podem oferecer uma base transcendental ou universal para o método histórico. Também existem algumas semelhanças entre Foucault e os historiadores da primeira e da segunda geração dos Annales; todos esses estudiosos estavam em busca de regras anônimas que governassem as práticas coletivas, e todos tiveram parte em deslocar da história o "sujeito" individual da história. Ao contrário das primeiras gerações de historiadores dos Annales, porém, Foucault era fundamentalmente antipositivista.

os textos não são unidades fechadas em si mesmos, mas são nós em redes enunciativas,⁴⁹ que se reportam a determinadas instâncias problemáticas. Tais questões animam posicionamentos, que se referem uns aos outros, às vezes contraditórios e até mesmo opostos: “Não seriam as diferentes possibilidades que ele abre no sentido de reanimar temas já existentes, de suscitar estratégias opostas, de dar lugar a interesses inconciliáveis, de permitir, com o jogo de conceitos determinados, desempenhar papéis diferentes?”⁵⁰ Tais discursos se compõem de maneira determinada, reportam-se a problemas precisos, arquitetam-se em uma ordem do discursiva. Essa ordem nos permite identificar passagens e fissuras, que aparecem conforme a estudamos em suas redes.

Cabe evidenciar que Foucault não elimina o sujeito da história, mas opera uma mudança de foco do sujeito para os processos de subjetivação, que apontam para uma exterioridade.⁵¹ Então, questiona a existência de elementos essencialistas subjacentes à ideia filosófica de sujeito (fundamentada na consciência), afastando-se das noções de sujeito transcendental do conhecimento, de gênio e excepcionalidade. Nosso trabalho não se propõe a ser uma alegoria do pensamento de Foucault, mas sim utilizá-lo como inspiração para pensar o tubalismo nos séculos XVI & XVII em suas conexões políticas, epistêmicas, sociais e estética. Tais instâncias se conectam com processos subjetivadores, já que o saber acerca de Tubal motivou adesões e desejos de sujeitos que procuraram criar vínculos linhagísticos não somente para si mesmos, mas também para sua família, estirpe e pátria com o neto de Noé. Como poderemos verificar ao longo do trabalho, esse conjunto de relações certifica que os sujeitos altomodernos não se concebiam como

(...)”. HUNT, Lynn. História, cultura e texto In *A Nova Historia Cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992. (pp. 9 & 10).

⁴⁹ “É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede”. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012. (p.28)

⁵⁰ *Ibidem* (p.45).

⁵¹ Por meio da noção de dobra, Deleuze conceitua precisamente a concepção foucaultiana de exterioridade: “(...), a obsessão constante de Foucault é o tema do duplo. Mas o duplo nunca é uma projeção do interior, é, ao contrário, uma interiorização do lado de fora. Não é um desdobramento do Um, é uma reduplicação do Outro. Não é uma reprodução do Mesmo, é uma repetição do Diferente. Não é a emanação de um EU, é a instauração da imanência de um sempre-outro ou de um Não-eu. Não é nunca o outro que é um duplo, na reduplicação, sou eu que me vejo como o duplo do outro: eu não me encontro no exterior, eu encontro o outro em mim (“trata-se de mostrar como o Outro, o Longínquo, é também o mais Próximo e o Mesmo”). DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2006. Tradução Cláudia Sant’Anna Martins, 1988. (p. 105).

“indivíduos autônomos”, mas imaginavam-se sob uma indissociável ordem genealógica e estamental, que compunha seus modos de existência.

Para pensar essa questão, é proveitoso lembrar do conceito de *performance* utilizado por Judith Butler em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990), delineado a partir da provocação de Nietzsche em *Genealogia da Moral: não há ser por detrás do fazer*.⁵² A filósofa promove uma genealogia da ontologia de gênero, ou seja, pensa como as relações entre *sexo, gênero e desejo* se constituíram em meio a práticas e jogos de poder, atendendo a determinados interesses políticos:

Como genealogia da ontologia de gênero, a presente a investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária [masculino/feminino], (...). Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce mulher e sim *torna-se mulher* decorre que *mulher* é um processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações. (...). Para Beauvoir nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um *telos* a governar o processo de aculturação e construção. (...). A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, (...).⁵³

Por meio desse conceito podemos perscrutar a genealogia do tubalismo e desmembrá-lo em seus atos constitutivos, analisando o processo performativo implicado no tornar-se descendente de Tubal, que por sua vez, está implicado no tornar-se fidalgo e “limpo de sangue” em meio a uma sociedade estamental, católica e linhagística.

Também inspirado pela ideia de crítica de Nietzsche e Foucault,⁵⁴ temos a obra do historiador da Antiguidade Paul Veyne. Em *Os gregos acreditavam em seus mitos?* (1983), coloca a questão da relação entre verdade e crença, por meio das narrativas míticas ou heróicas. Desse modo, realiza uma cuidadosa análise da relação entre essas

⁵² “(...) não existe ‘ser’ por detrás do fazer, do atuar, do devir; o ‘agente’ é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo” NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral – uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p.36).

⁵³ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. 8ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (p.69).

⁵⁴ “Foucault não revela um discurso misterioso, diferente daquele que todos nós temos ouvido: unicamente, ele nos convida a observar, com exatidão, o que assim é dito. Ora, essa observação prova que a zona do que é ‘dito’ apresenta preconceitos, reticências, saliências e reentrâncias inesperadas (...)”. VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história In *Como se escreve a história*. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 (p. 252).

instâncias: “(...) os gregos extraíram uma genealogia histórica das genealogias heroicas, (...)”.⁵⁵ Veyne ressalta o estudo da Antiguidade tardia cujo método chamado evemérico, do qual trataremos, será atualizada no medievo e na alta modernidade, permitindo-nos chegar a uma concepção mais precisa da relação entre história e mito para nossos agentes do que aquela ensejada por Julio Caro Baroja, por exemplo.

No campo da Antropologia pós-estruturalista, também foi questionada a noção de crítica kantiana. Bruno Latour em *Jamais Fomos Modernos* (1991), situa a emergência de nossa “modernidade” em meados do século XVII com Hobbes e Boyle, baseada na distinção entre natureza e cultura operada desde então. O que era uma simples divisão, torna-se separação incomensurável na obra de Kant, segundo Latour. Não só os chamados pré-modernos misturavam natureza e cultura, como também, o faziam com lendas, mitos, crenças e fatos.⁵⁶ Essa imagem tem implicações epistemológicas profundas, fornecendo ao conhecimento ocidental uma “vantagem” face aos demais “coletivos”, baseando uma Grande Divisão Nós/Eles:

‘Nós, ocidentais somos completamente diferentes dos outros’, este é o grito de vitória ou a longa queixa dos modernos. A Grande divisão entre Nós, ocidentais, e Eles, todos os outros dos mares da China até o Yucatán, (...), sempre nos perseguiu. Não importam o que façam, os ocidentais carregam a história nos cascos de suas caravelas e canhoneiras, nos cilindros de seus telescópios e nos êmbolos de suas seringas de injeção.⁵⁷

Segundo esse juízo dito moderno, os chamados pré-modernos: “não podem separar de fato aquilo que é conhecimento do que é sociedade, o que é signo do que é coisa, o que vem da natureza como ela realmente é, daquilo que suas culturas requerem.”⁵⁸ O problema apontado por Latour é fundamental, já que mesmo os europeus que estudamos do século XVI e primeira metade do XVII (apesar de sua volição de se diferenciarem dos costumes “bárbaros” não-ocidentais), aos olhos dos seus posteriores críticos também misturavam natureza e cultura; mitos e história; crenças e fatos.

⁵⁵ VEYNE, Paul. *Os gregos acreditavam em seus mitos?* Trad. Maria Echalar. São Paulo: Unesp, 2014. (p.125).

⁵⁶ LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013. (p.56).

⁵⁷ *Ibidem*. (p. 96).

⁵⁸ *Ibidem* (p.99).

A provocação deixada por Latour em *Jamais Fomos Modernos* nos toca diretamente: “A bomba de vácuo de Boyle é por acaso menos estranha do que a casa dos espíritos dos Arapesh (Tuzin, 1980)?”.⁵⁹ Aceitando as implicações desse problema, se faz necessário abdicar da vantagem epistêmica para compreender as questões colocadas por diferentes sociedades, afastando-se da noção de crítica kantiana.

Cabe realizar alguns apontamentos sobre o termo moderno. Latour localiza a modernidade, precisamente, no momento da emergência da “crítica” tal como vimos, que para ele se caracterizaria pela autoimagem ocidental da suposta distinção, tornada incomensurabilidade no século XVIII, entre natureza e cultura. No entanto, na disciplina histórica em que nos situamos, o termo Idade Moderna se contrapõe, sobremaneira, ao de Idade Média, marcando supostas rupturas, inicialmente sinalizadas pelo Renascimento cultural, as Grandes Navegações ou a tomada de Constantinopla pelos otomanos.

Desde as primeiras décadas do século XX, complexificou-se as periodizações entre Idade Média e Idade Moderna; contribuindo para isso, principalmente, as obras de medievalistas como Bloch; Kantorowicz; Huizinga e Le Goff.⁶⁰ Do ponto de vista da “formação de um Estado [moderno]”, também se questionou a suposta ruptura engendrada por formações estatais, definidas por uma pretensa centralização política acompanhada pela estruturação de um exército; burocracia e moeda única. Esse movimento questionador foi acompanhado por uma crítica à noção de Absolutismo⁶¹.

⁵⁹ *Ibidem.* (p.113).

⁶⁰ Laura de Mello e Souza traz à baila uma das mais interessantes posições acerca desse problema por meio de Huizinga, o qual utiliza como apoio para seu argumento a suposta oposição entre cultura medieval e renascentista: “Huizinga termina sublinhando a fragilidade do conceito Renascimento: não é definido nem no que diz respeito a seus limites temporais, nem no que diz respeito à natureza e essência dos fenômenos que o constituem. ‘O Renascimento foi uma virada da maré’: a melhor imagem para a transição entre Idade Média e Renascimento ‘é a de uma longa sucessão de ondas que rolam para a praia, cada uma quebrando num ponto e num momento diferentes’. A possibilidade de múltiplas periodizações esfumaça o conceito: ‘O Renascimento não pode ser considerado mero contraste com relação à cultura medieval, nem mesmo como território de fronteira entre a época medieval e a moderna. Entre as linhas básicas que dividem a cultura intelectual mais antiga dos povos do ocidente e a cultura intelectual mais moderna, algumas separam Idade Média e Renascimento; outras separam o Renascimento e o século XVII; outras ainda correm direto ao coração do Renascimento; outras, por sua vez, remontam ao século XIII ou avançam até o século XVIII’”. MELLO E SOUZA, Laura. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. *Signum: Revista da Abrem*, nº7, 2005. (p.245).

⁶¹ Em relação à Monarquia Hispânica, o autor que melhor representa a defesa da noção de Absolutismo foi José António Maravall (1911 – 1986). Apesar das ressalvas, Maravall defende a consistência da atribuição de um poder absoluto para as principais monarquias europeias dos séculos XVI & XVII, considerando que os reis seriam a instância máxima soberana em determinado território e seu poder estaria assegurado

Para o contexto ibérico, essa revisão conceitual foi feita por historiadores como Vicens Vives; John Elliott; Bartolomé Clavero; Antônio Manuel Hespanha e, mais recentemente, Pablo Fernández Albaladejo. A crítica, partindo da análise do sistema de governo e do funcionamento jurídico das monarquias ibéricas nos séculos XVI & XVII, enfatizou os limites da soberania real. Também problematizou o protagonismo da burguesia como classe sustentadora do poder monárquico; constatou que não havia um Estado-nação instituído e, nem mesmo, um ordenamento jurídico-político unívoco.

No plano da cultura escrita, outrora acreditava-se que a tipografia constituía mais uma das marcas periodizadoras, que teria deixado para trás a civilização manuscrita e icônico-visual da Idade Média. Se é verdade que a imprensa teve um impacto na divulgação das ideias, caracterizando-a como expressão material da maior possibilidade de difusão e foi um fator diferencial em relação a um mundo onde esse meio não existia, já não se pode mais falar em um corte radical entre impresso e manuscrito.⁶² Veremos como os textos nesses diferentes suportes (e também recursos visuais) mantinham entre si uma comunicação positiva, que inclusive performava sua credibilidade.

Desse modo, os conceitos predadores “medieval” e “moderno” são objeto de disputa e não podem ser tomados como sinais de características estanques de fenômenos estudados em diacronia. Não abdicamos completamente de seu uso, considerando que constituem balizas iniciais para o leitor, mas não funcionam como índice de definição de um conjunto de características *a priori*. O mais interessante, portanto, é seguir as instâncias problemáticas explicitadas pelos documentos, atentando aos deslocamentos conceituais, para que possamos constituir sua genealogia. Em nosso caso, se faz necessário entender como o tubalismo medieval é atualizado pelas crônicas no tempo dos

juridicamente por meio da teoria de direito divino e da sucessão hereditária. Praticamente, não haveria limites para o governo real, levando em conta a soberania conquistada por meio de um pacto com a nobreza e com a emergente burguesia. Um dos únicos limites que se impõe à esfera real seria a divisão entre direito público e privado, como um sinal da emergência de uma mentalidade burguesa. Cf. MARAVALL, José António. *Estado Moderno y mentalidad social: siglos XV a XVII*. V.1. Madrid: Alianza Editorial, D.L. [1972], 1986.

⁶² “ Frente a la idea general de que la tipografía sirvió a la causa de la moderna revolución en el conocimiento en contra de la medieval ‘oscuridad’ manuscrita, bien expresado en el tópico que hace a Johannes Gutenberg un padre de la modernidad, hay que decir que la imprenta de los primeros tiempos publicó, ante todo, textos de las autoridades clásicas y medievales más que obras de los nuevos creadores y que éstos, por el contrario, eligieron muchas veces la vía del manuscrito para la transmisión de sus descubrimientos. (...) En realidad, manuscrito e impreso son los polos de un solo conjunto que es la escritura”. BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Akal, 2018. (p.64).

Habsburgo, em meio a uma nova arquitetura das relações de poder; em relação a qual a cultura escrita não apenas se associa, mas também a constitui.

Já que falamos em seguir as instâncias problemáticas, retomemos brevemente o problema antropológico ensejado por *Jamais fomos Modernos*. Do ponto de vista metodológico, é necessário ter o cuidado de “escutar” tanto quanto possível os problemas dos nativos a quem nos dirigimos, sejam eles melanésios ou europeus quinhentistas. Conforme observa Eduardo Viveiros de Castro, esse cuidado nos ajuda a não rebatermos nossas questões para outras culturas:

(...) os problemas eles mesmos são radicalmente diversos; sobretudo, (...) parte do princípio de que o antropólogo não sabe de antemão quais são eles. O que a antropologia, nesse caso, põe em relação são problemas diferentes, não um problema único (‘natural’) e suas diferentes soluções (‘culturais’). A ‘arte da antropologia’ (Gell, 1999), penso eu, é a arte de determinar os problemas postos por cada cultura, (...).⁶³

Nesse mesmo sentido, Foucault que sempre trabalhou com problemas propriamente históricos e documentos escritos, afirma: “(...) *je fais de l’histoire des problématisation, c’est-à-dire l’histoire de la manière dont les choses font problème*”.⁶⁴ Feitas essas considerações, passemos à descrição do conteúdo de cada capítulo desta Tese, ressaltando as problematizações produzidas pelos nativos europeus altomodernos.

**

Iniciamos o primeiro capítulo pelo tubalismo medieval ibérico, que formará um *corpus* referencial para os cronistas altomodernos. Nesse conjunto, destacam-se Isidoro de Sevilha; Rodrigo Jiménez de Rada e a crônica de Alfonso X. Essas obras foram fundamentais para relacionar Tubal e o território peninsular. Elas retomaram a narrativa genesáica, associando-a a Antiquidades Judaicas do historiador judaico-romano Flavio Josefo (c.93-94 d.c) e também São Jerônimo, apontados como prestigiosas autoridades nesse tema.

Passamos ao século XVI, no qual Carlos V buscava se legitimar como monarca dos reinos hispânicos, herdado pelo príncipe Habsburgo. Nesse contexto, destaca-se a

⁶³ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O Nativo Relativo”, *Mana –Estudos de Antropologia Social*. V.8. (p.117).

⁶⁴ FOUCAULT, Michel In CALDERON. Philippe & EWALD, François. *Foucault par lui-même* (Doc.). França: BFC Productions & Arte France, 2003.

Historia General de España (1543) do cronista real Florian Ocampo, divulgador da obra *Antigüedades de Anio de Viterbo*. Então, começa-se a sentir no campo das letras o “efeito Anio” do qual fala Fernández Albaladejo. A *Historia General de España* defende a tese de que Tubal chegara à Espanha por Andaluzia, mas que o primeiro assentamento estável fora Setúbal em Portugal (contribuindo para uma ideia geográfica de Hispania, abarcando o conjunto dos reinos ibéricos). O texto evidencia-se nos meios eruditos, tornando-se uma referência para cronistas ulteriores, como o polímata Pedro de Medina, que corrobora suas posições. Considerando sua relevância, a obra de Ocampo marca o início da ênfase cronológica deste estudo.

Por sua vez, o franciscano Juan de Bermudo em sua *Declaración de los instrumentos musicales* (1549) dedicada a João III de Avis, comenta a chegada do neto de Noé em Setúbal, ensinando o dom da música aos seus descendentes portugueses. Já Lucio Marineo Sículo, defende a língua basca como a língua falada por Tubal e por sua prole. Finalmente, analisamos a crônica do valenciano Pere Antón Beuter, que retoma elementos da cronística medieval e defende o início do povoamento pelos Pirineus catalães: está instaurada a polêmica e a disputa pelo neto de Noé.

No segundo capítulo, tratamos dessa disputa nos tempos de Felipes, onde se multiplicam os escritos *pro pátria* e as narrativas sobre a *Hispania* primitiva. Durante o reinado de Filipe II, os bascos ganham visibilidade como *hombres de pluma*, ou seja, em ofícios ligados à escritura e burocracia, tanto nos círculos eruditos como na corte. Um exemplo desse fenômeno, é Esteban de Garibay. Com seu *Compendio Historial* (1571), eleva os bascófonos, ditos cântabros, a legítimos descendentes de Tubal, fortalecendo sua antiguidade e prestígio. Já Andrés de Poza, ligado ao universo biscainho, escreve dois textos vitais para a defesa do tubalismo basco-iberistas: *De la antigua lengua, poblaciones, y comarcas de las Españas, en que de paso se tocan algunas cosas sobre de la Cantabria* (1587) e o tratado jurídico *Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas* (1588), onde defende a fidalguia coletiva biscainha, instituída oficialmente pelo Foro de 1526. Nesse texto, lança mão do vínculo linhagístico entre os naturais do Senhorio com o neto de Noé como modo de legitimação dos privilégios e franquezas de Biscaia.

Esse ambiente intelectual influencia o toledano Román Jerónimo de la Higuera em seu escrito *Historia Eclesiástica de Toledo* (c.1595-1604), o qual não foi publicado e permaneceu manuscrito, circulando à época em cópias nesse suporte. Manejando os

métodos historiográficos de então, Higuera constitui suas teses acerca dos princípios ibéricos e de Toledo, dialogando com uma sólida rede de eruditos de seu tempo.

Logo dirigimo-nos mais diretamente ao mundo português, analisando como o tubalismo atingiu o reino antes e depois da União Ibérica. Antes desse evento, nos tempos de Luís Vaz de Camões, destacam-se as obras de Gaspar de Barreiros e André de Resende, os quais constituem um ponto de vista singular acerca de Tubal e do legado de Viterbo. Ainda nos tempos de João III, destaca-se a crônica do rei Galadewos, que desde a Etiópia, descreve os lusos ali desembarcados como “filhos de Tubal”.

Durante a união de Coroas, evindiciamos as obras de Fernando Oliveira (1580) e Bernardo de Brito (1597), os quais enraízam a narrativa tubalina à história de sua pátria. Depois da ascensão dos Bragança, destacamos a polêmica entre Antonio Pais Viegas e o matritense Juan Caramuel Lobkowitz acerca do estatuto político lusitano, onde as narrativas históricas têm um peso decisivo. Finalizamos o capítulo com dois sermões do Padre Antônio Vieira, onde utiliza o tubalismo em favor de uma relação linhagística entre o neto de Noé e os portugueses, ensejando por meio dela, a vocação marítima e imperial dos lusitanos.

No terceiro e último capítulo, analisamos os discursos tubalistas produzidos a partir da América, ressaltando o intenso intercâmbio de ideias entre o ultramar e a Península. Na expressão de Mary L. Pratt, os territórios coloniais eram zonas de contato, onde os ibéricos se depararam com diferentes modos de existência, deixando marcas expressivas em seus textos. Então, dirigimo-nos ao pintor e autor guipuscoano, Baltasar de Echave, que escreveu *Discurso sobre a lengua cântabra vascongada* (1607) desde o México. A partir dele, chegamos a seus interlocutores: o galego Hernando Ojea e o estremenho Arias de Villalobos. Passamos então às exéquias do rei Felipe IV narradas pelo religioso Isidro de Sariñaña, que descreve o suntuoso túmulo do chamado Rei Planeta (1666), onde havia uma destacada estátua de Tubal. Esse documento, marca o fim de nosso recorte temporal.

Já havíamos evidenciado os intercâmbios intelectuais entre bascos e galegos nas figuras de Echave e Ojea. O *Discurso* do guipuscoano, publicado no México, está dedicado a Pedro Fernández de Castro, o Conde de Lemos. Este mesmo personagem é o provável autor de um panfleto satírico denominado o *Búho Gallego*, o qual desde a Península, incomodará os biscainhos por ironizar seu apreço por sua fidalguia e “limpeza

de sangue”. Os debates entre bascos e galegos ocorrem deste e daquele lado do Atlântico, evidenciando as intensas trocas culturais entre a Península e suas possessões ultramar.

Já na vertente andina do continente, temos a *Nueva Corónica y Buen Gobierno* (c. 1615) de Poma de Ayala, uma extensa carta com desenhos a bico de pena destinado ao rei Felipe III, mas que nunca chegou às suas mãos. Nela, Poma estabelece sua teoria acerca da origem noélica dos indígenas andinos e seu suposto vínculo primordial com a Península Ibérica (e com Tubal?). Também desde o Peru, o navegador Sarmiento de Gamboa em sua *Historia Índica* (1572) irá conceber um elo genealógico entre os nativos originários dos Andes e os atlantes, indicando seu possível entroncamento com o neto de Noé. Finalmente, nos aproximamos do poema épico de Barco Centenera, *Argentina* (1602), que trata sobretudo da região do Prata. Nele, descreve a viagem atlântica dos tupis de linhagem noélica desde a Península para as Américas em tempos pós-diluvianos. Nele, explicita a relação dos tupis com os descendentes ibéricos de Tubal e também conta o modo como teria ocorrido a divisão dos troncos irmãos tupi e guarani: assinalando na ruptura do liame entre irmãos a causa de sua dispersão por diferentes regiões do cone sul.

**

Apesar do tubalismo ser um assunto pervasivo e longo na historiografia hispânica, há poucas obras recentes que abordam o tema como problema central de pesquisa. Na década de 1970, apresenta-se um artigo basilar para o tema de Lida Malkiel: “*Tubal, primer poblador de España*”.⁶⁵ A autora aborda as distintas posições acerca do povoamento da Espanha por meio de uma análise topográfica, linguística e histórica a partir dos eruditos quinhentistas e seiscentistas na Península e no ultramar.

Mais recentemente, temos o excelente artigo de Ballester Rodríguez, que se debruça sobre o tema em longa duração e realiza uma genealogia das implicações políticas do tubalismo. Nesse texto, lança o seguinte diagnóstico: “*La centralidad que este mito ha tenido durante siglos (...) contrasta con la carencia de estudios monográficos sobre la cuestión.*”⁶⁶ Podemos dizer que seu estudo começa um movimento de restituir a centralidade do tubalismo com objeto específico de análise.

⁶⁵ LIDA DE MALKIEL, María Rosa. «Tubal, primer poblador de España» In Ábaco. Estudios sobre literatura española, núm. 3, Madrid, Castalia, 1970.

⁶⁶ BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. Op. Cit. (p, 241).

Apesar de já ter trabalhado o assunto em textos anteriores,⁶⁷ em 2017, Mathias Gloël lança o artigo *The tubal figure in early modern iberian historiography, 16th and 17th century*⁶⁸, onde realiza uma análise desse campo nos séculos XVI & XVII em Castela, Aragão, províncias bascas & Navarra, além de Portugal. No artigo, aponta no texto de Ballester um limite de alcance, pois se concentra sobretudo em Castela e nas regiões bascas, deixando de lado outros espaços da Monarquia Hispânica. Certamente, o artigo de Ballester se circunscreve, principalmente, na zona referida por Gloël, mas devemos salientar que tem o mérito de situar o tubalismo no contexto Europeu, além de realizar uma breve análise da questão em Portugal. O valor distintivo do texto do autor de *The Tubal figure* reside no aprofundamento nas fontes aragonesas. Nossa tese toca nas produções aragonesas, mas não as esquadriha com tanto esmero como Gloël, apontando para um possível limite de abrangência dessa investigação.

Por outro lado, Ballester e Gloël, ao contrário de Malkiel, não se aprofundam no tubalismo produzido desde a América. Aqui buscamos fazê-lo, recuperando o legado da autora da década de 1970. O que pode unir os artigos *La estirpe de Tubal* (2013) & *The Tubal Figure* (2017) do ponto de vista teórico-metodológico é o uso, deliberado no caso deste último e tácito no outro, do conceito de monarquia compósita de John Elliott.⁶⁹ Ou seja, a monarquia dos Habsburgos seria um agregado político relativamente descentralizado, formado por uma extensa periferia imperial referida a um centro comum, encabeçado pela figura real. Apesar do modelo de Elliott possuir qualidades singulares, observadas pelos seu impacto historiográfico, aqui procuramos dialogar sobretudo com o conceito de Monarquia policêntrica ou politerritorial: sublinhando a interação dinâmica entre distintos territórios desse conjunto, sem se referir ao dualismo centro/periferia.⁷⁰

⁶⁷ GLOËL, Mathias. Los autores portugueses entre 1580 y 1640: una lucha literaria por la preeminencia en la monarquía hispánica In *Revista de Historia*, v. 1, n. 23, 2016, Pp. 29-51..

⁶⁸ GLOËL, Mathias. “The Tubal figure in Early Modern Iberian historiography, 16th and 17th century” In *Imago Temporis, Medium Aevum*, XI pp. 27-51.

⁶⁹ ELLIOTT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Marta Balcells y Juan Carlos Bayo (coord.). Madrid: Taurus, 2010.

⁷⁰ CARDIM, Pedro; Herzog, Tamar; Ruiz Ibañez, José Javier & Sabatini, Gaetano (Ed.): *Polycentric Monarchies: How did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony?* Eastbourne, UK; Portland, Oregon; Vaughan, Ontario: Sussex Academic Press, 2012.

Do ponto de vista das fontes que abordam o tubalismo, utilizamos sobretudo crônicas ou histórias que abordam as chamadas antiguidades hispânicas,⁷¹ impressas ou manuscritas. Além desse gênero também utilizamos: discursos variados (principalmente linguísticos); corografia, tratados; dicionários e vocabulários de época; gramáticas; censuras; poesia exordial e épica; literatura; panfletos; sermões; textos jurídicos e manifestos. No que se refere aos documentos icônico visuais destacamos gravuras; pintura e cartografia. Cabe ressaltar que muitos desses documentos estão disponíveis para consulta online, como indicado nas referências deste trabalho.

Além de diversos manuscritos editados posteriormente, mas que que circularam como tal em sua época, destacamos a pouco estudada *Historia Eclesiástica de la Imperial Ciudad de Toledo* de Román de la Higuera, que consultamos na Biblioteca Nacional de España em Madrid. Há algumas cópias do documento, utilizamos por base o manuscrito *Mss/8192-Mss/8198* e, sobretudo, a cópia *Ms. 6939*.

Também utilizamos um manuscrito pouco conhecido de Esteban de Garibay, considerado inédito, pelos menos até o começo dos anos 2000: *Grandezas de España: noticias de los títulos y casas ilustres en ella y otras particularidades*. Colección Garibay [Real Academia de Historia] mss. 9-10-2 y 9-10-3, 2.102 a 2.111. XI tomos, o qual consultamos na RAH, também em Madrid. Pretendemos nos aprofundar mais na análise dessa extensa obra em investigações ulteriores.

A trajetória do tubalismo ibérico, de caráter fracamente polêmico, expressa-se pelo desejo por se tornar descendente direto do neto de Noé, motivando acirradas disputas. Então, convido o leitor a acompanhar a biografia dessa ideia,⁷² com suas intempestivas peripécias.

⁷¹ Garibay define crônica do seguinte modo: “A este género de escritura los unos llamaron Anales, y los otros Historias, y otros crónicas, que en amplo significado son una mesma cosa, (...). El tercero nombre de esto género de escritura se llama crónica, que también es dicción griega, derivada de Chronos, que en lengua griega significa tiempo, el cual nombre se dio a este género de escritura, por tratar de las cosas del tiempo, (...). GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban *Op. Cit.* (fols. 11 & 12).

⁷² Tomamos a expressão de Sérgio Buarque de Holanda no prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso* de 1968, onde define a obra como uma “biografia de uma ideia migratória”. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 [1959]. (p.XIX).

CAPÍTULO 1 - O TUBALISMO NOS TEMPOS DE CARLOS V

*“Tábua de multiplicar – Um, nunca tem razão, está sempre errado; a dois começa a verdade”.*⁷³

Neste capítulo veremos como as narrativas acerca do povoamento primitivo da Península Ibérica se relacionaram com a complexa configuração política da Monarquia Hispânica. Estudaremos como os cronistas - por meio de um discurso histórico - constituíram relações entre escalas de pertencimento: manifestadas não apenas pela produção de “identidades” localistas, mas também, por uma ideia de “Espanha”. Procuraremos compreender as linhas de força que compunham esse campo discursivo, no qual circulavam problemas constitutivos de uma sociedade estamental e católica fundamentada na limpeza de sangue. Por meio da análise das fontes, buscaremos entender o funcionamento do regime de verdade em circulação nos textos, ou seja, dos problemas, conceitos e objetos capazes de produzir efeitos de legitimação.

1.1 Constituição de um *corpus* referencial: O tubalismo medieval ibérico

É relevante notar que as crônicas e histórias escritas no tempo dos reis Habsburgo fazem constante referência a textos medievais. Levando em conta a grande quantidade de escritura produzida durante esse longo período, o critério de relevância escolhido para sua seleção foi a participação nas principais cadeias de referências elaboradas pelas narrativas “modernas”, que são o foco de análise dessa Tese.⁷⁴ Sendo assim, nossa intenção não é fazer um estudo sistemático da cronística medieval ibérica, mas trabalhar com alguns de seus textos em função dos problemas a serem trabalhados neste estudo.

Um dos escritos que se tornou uma importante referência no mundo erudito, devido a seu esforço de síntese de uma grande quantidade de textos provenientes da antiguidade clássica e tardia, foi *Etymologiae* (c.630) redigido por Isidoro - bispo de Sevilha - durante a monarquia visigoda. Essa obra recolhe uma imensa gama de assuntos (eclesiásticos, geográficos, históricos, botânicos, etc.) abordados, principalmente, por meio do estudo etimológico dos termos empregados para nomear as coisas: “*Isidoro se*

⁷³ NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Trad. Alfredo Margarido 6ª ed. Lisboa: Guimarães Editora, 2000 [1887]. (§260; p.169).

⁷⁴ “É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede”. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012. (p.28).

*propuso dar a conocer la etimología de las palabras, - especialmente, el modo en que se originaron estas a partir de las cosas- como una forma de volver a encontrar la verdad del sentido en la pureza del origen, una preocupación cuyos precedentes eran a la vez helenísticos y romanos.”*⁷⁵

Nesse sentido, compreendendo o intrínseco caráter cristão das Etimologias, Isidoro traça um amplo panorama da descendência humana pós-dilúvio com base na árvore genealógica do patriarca Noé. De acordo com o Gênesis, Noé, seus filhos - Jafé, Sem e Cam - junto a suas respectivas esposas, seriam os únicos sobreviventes do dilúvio universal enviado por Deus para punir os homens por sua má conduta. Sendo assim, Deus ordenou ao único homem considerado justo construir uma arca, na qual haveria exemplares da fauna a serem preservados. Funda-se a nova linhagem do homem, originada pela família de Noé, sendo que cada um de seus filhos teria povoado uma parte do mundo (Jafé: Europa; Sem: Ásia e Cam: África) [fig. 1– anexo] e, por sua vez, as demais gerações teriam fundado cada nação desse mundo. Tais gerações haveriam se espalhado pelo globo após a confusão das línguas como consequência da construção da Torre de Babel.

A constituição da descendência específica de cada nação se deu, principalmente, por meio da recuperação da árvore genealógica descrita pelo historiador judaico-romano Flávio Josefo em seu texto *Antigüedades Judaicas* (I. d.c), no qual estabelece as origens com base noética. Assim, especifica a filiação dos iberos: “(...) *Teobel [Tubal] fundó los teobelos, que actualmente reciben el nombre de iberos*”.⁷⁶ Desse modo, estabelecem-se os princípios de um pensamento linhagístico que tem como horizonte a figura da árvore, ou seja, a partir da descendência de um patriarca originário, formam-se distintos ramos que se hierarquizam em conjuntos, de menos diferenciados a mais diferenciados [fig.2].⁷⁷

⁷⁵ BALMACEDA, Catalina. La Antigüedad tardía: la historiografía cristiana y bizantina in AURELL, Jaume et all. *Comprender el pasado: Una historia de la escritura y el pensamiento histórico*. Madrid: Akal, 2013. (pp. 77 & 78).

⁷⁶ JOSEFO, Flavio. *Antigüedades judías*. Vol.46. Madrid: Ediciones AKAL, 1997 [c.93-94]. (p.39).

⁷⁷ Deleuze & Guattari percebem como a imagem arbórea ganhou força nas formas de saber europeias e as constituem: “É curioso como a árvore dominou a realidade ocidental e todo o pensamento ocidental, da botânica à biologia, a anatomia, mas também a gnoseologia, a teologia, a ontologia, toda a filosofia...: o fundamento-raiz, *Ground, roots e foundations*”. DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. V.1. São Paulo: Editora 34, 1995. (pp. 27 & 28).

Josefo marca, portanto, uma conexão entre Tubal e os iberos, entretanto, o termo ibérico era geograficamente ambíguo e poderia se referir a dois lugares distintos: tanto à Península Ibérica, quanto à Ibéria caucásica. Mesmo que essa ambiguidade não se resolva por completo, São Jerônimo e o já mencionado Isidoro foram personagens decisivos na produção do vínculo entre Tubal e a Península.⁷⁸ Dentro do cânone patrístico, Jerônimo em comentário ao Gênesis reafirma essa relação: “*Túbal [deu origem aos] Iberos, también Hispanos (...)*”⁷⁹. Ou seja, Tubal, quinto filho de Jafé, neto de Noé, seria o primeiro povoador da *Espanha* e seu primeiro governante.⁸⁰ Tomando como base essa tradição, diz o bispo de Sevilha: “*Thubal, antepasado de los iberos, denominados también de hispanos (...)*”⁸¹. É preciso atentar para a intenção desses eruditos cristãos: mais do que relacionar a *Hispania* com o Gênesis bíblico, procuravam inseri-la de maneira intrínseca ao primeiro texto do Velho Testamento, fazendo com que estivesse presente na história desde seus princípios.

Isidoro afirma mais adiante: “*Los hispanos, en un principio, se denominaban iberos, por el río iberus (Ebro): más tarde, hispanos, derivado de Híspalo*”⁸². Ou seja, além de fornecer um forte subsídio ao tubalismo, também cria um vínculo dos iberos originais com o rio Ebro e ao rei Híspalo, considerado o sétimo monarca a suceder Tubal. Levando em conta que Isidoro teve grande influência na corte do rei visigodo Sisebuto, interessava-lhe glorificar a monarquia gótica na Espanha, procurando reverter a fama de bárbaro que esse povo possuía, especialmente após a tomada de Roma por Alarico (410 d.c).⁸³ Como os visigodos são provenientes do Leste europeu, seu parentesco noélico não

⁷⁸ Acerca dessa questão: BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. «Iberica. Notas para una historia de lo ibérico político en la alta Edad Moderna», en Julio A. Pardos; Julen Viejo; José María Iñurritegui; José María Portillo y Fernando Andrés (eds.), *Historia en fragmentos. Estudios en homenaje a Pablo Fernández Albaladejo*, UAM Ediciones, Madrid, pp. 67-75.

⁷⁹ JERÓNIMO. *Obras Completas. T.IV. Cuestiones relativas al Antiguo Testamento*. Trad. Rosa María Herrera García. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004. (p.25).

⁸⁰ Lembremos que o vocábulo “Espanha” dizia respeito ao conjunto dos reinos ibéricos.

⁸¹ ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologías*. Trad. José Oroz Reta y Manuel-A. Marcos Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004. (p.735).

⁸² *Ibidem*. (p.751).

⁸³ “*Omnium terrarum, quaeque sunt ab occiduo usque ad Indos, pulcherrima es, o sacra, semperque felix principum, gentiumque mater Hispania. Jure tu nunc omnium regina provinciarum, a qua non Occasus tantum, sed etiam Oriens lumina mutuatur. Tu decus, atque ornamentum orbis, illustrior portio terrae: in qua gaudet multum ac largiter floret Geticae gentis gloriosa fecunditas*”. ISIDORO DE SEVILLA. *Sancti Isidori hispalensis episcopi, Opera omnia (...)*. T.V. Paris: J.P – Migne editorer, 1862. (prologus, pp. 1057 & 1058).

poderia ser o mesmo em relação aos naturais ibéricos: sua origem é associada a outro neto de Noé: Magog. Apesar de haver uma diferença linhagística de paternidade, ainda há uma conexão genealógica – Tubal e Magog são irmãos, constituindo-se, desse modo, uma ligação familiar, entre os visigodos e os ibéricos.⁸⁴ Prossegue Isidoro sobre a origem gótica:

*Gothorum antiquissimam esse gentem certum est: quorum originem quidam de Magog, filio Japhet, suspicantur educi a similitudine ultimae syllabae, et magis de Ezechiele propheta id colligentes. Retro autem eruditio eos magis Getas quam Gog et Magog appellare consuevit. Gens fortissima etiam Judaeam terram vestatura describitur.*⁸⁵

O bispo de Sevilha produziu uma narrativa elogiosa dos visigodos, reforçando uma ideia positiva de seu reinado na Península. Durante a presença islâmica – especialmente a partir do século IX - esse vínculo identitário com os visigodos servirá aos monarcas dos reinos setentrionais como um mecanismo político ligado à ideia de reconstituição de uma monarquia católica:

*In the ninth century, following the Islamic conquest of most of the Peninsula, the cristhian kings of Asturias on the unconquered northern part of Spain claimed direct descent from the llegendary Pelayo the son of the last visigothic monarch – a claim that would be appropriated by eleventh century kings of León and Castile, who saw it as their mission to restore Christianity to the Peninsula and reconstitute the empire of Goths.*⁸⁶

A relação linhagística entre Pelágio [*Pelayo*], tradicionalmente considerado o primeiro monarca do Reino de Astúrias, protagonista da vitória cristã contra os chamados mouros em Covadonga (c. 718-722) e os monarcas visigóticos, foi reforçada por diversas crônicas do século IX, por exemplo a Crônica Albendese.⁸⁷ Desse modo, os monarcas de Astúrias e, posteriormente, de Leão e Castela consideravam-se sucessores do legado dos católicos visigodos. As crônicas, como gênero narrativo, cumprem uma função de legitimação política das monarquias medievais. Opera-se um deslocamento da escrita historiográfica dos mosteiros para as cortes, cujo efeito é a aproximação da escrita com

⁸⁴ BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. La estirpe de Tubal: relato bíblico e identidad nacional en España. *Historia y Política*, nº 29. Madrid: enero-junio, 2013. (p.224).

⁸⁵ ISIDORO DE SEVILHA. *Op. Cit.* (p.1059).

⁸⁶ ELLIOTT, J. H. *Scots and Catalans: Union and Disunion*. Yale university press, 2018. (pp.18 & 19).

⁸⁷ Crônica Albendense. Ed. Lomax, D.W. “Una crónica inedita de Silos”, en homenaje a Pérez de Úrbel, Silos, 1976.

as casas reinantes, havendo um investimento em narrativas genealógicas cujo objetivo seria estabelecer um vínculo de soberania com o território:

Las genealogías se divulgaron por la Europa más occidental (Francia, Flandes, Cataluña) a partir del siglo XII, en el contexto de la consolidación de los nacientes linajes condales o monárquicas, (...). Todas ellas suelen otorgar preponderancia a la figura del 'héroe fundador' de la dinastía, y responden al esquema de una historia inicial detalladamente contada, seguida de una genealogía, lo que tiene evidentes reminiscencias escripturísticas, sobre todo por su paralelismo con la estructura básica del libro del Génesis."⁸⁸

Em Castela, no ano de 1243, o arcebispo de Toledo, Rodrigo Jimenez de Rada redige *De Rebus Hispaniae*, atendendo ao pedido do monarca Fernando III logo após a conquista de Córdoba (1236), tradicional capital de Al-Andalus.⁸⁹ O cronista afirma o heroísmo e a soberania do rei por meio de sua ilustre genealogia:

*(...) ya que la excelencia de vuestra majestad tuvo a bien recurrir a la ignorancia de mi pobre persona para que me afanara en relatar, (...), lo que viniese a mi memoria de la antigüedades de España y también de lo que acaeció en los tiempos antiguos y modernos, (...), en la medida de mis posibilidades, para poner en pie la historia de España que con tanto interés me pedisteis, desde los tiempos de Jafet, hijo de Noé, hasta el vuestro, gloriosísimo rey Fernando. Entre todos los príncipes los siglos tuvieron por principales a los reyes godos y los transmitieron de generación en generación, y sus grandezas las he continuado hasta el tiempo que me precedió, añadiendo algunas leyendas que se cuentan de ellos, y también desastres que con antelación sufrió España, lugar en el que se asentaron como posesión definitiva después de haber recorrido y asolado las provincias de Asia y Europa, y donde también padecieron el juicio de Dios por medio de los árabes en el reinado de Rodrigo; Así pues, para vos, ínclito don Fernando, rey de Castilla y Toledo, León y Galicia, Córdoba y (...) Murcia, descendiente de los primeros habitantes de las Españas, yo, Rodrigo, (...), he recopilado [segue a descrição dos eventos históricos], pidiendo perdón por haberme atrevido a entregar a la curiosidad de los lectores y a poner al alcance de tan gran rey un presente tan pequeño.*⁹⁰

⁸⁸ AURELL, Jaume. La historiografía medieval: siglos IX – XV in AURELL, Jaume et all. *Comprender el pasado: Una historia de la escritura y el pensamiento histórico*. Madrid: Akal, 2013. (pp. 111 & 112).

⁸⁹ KAGAN, Richard. *Los Cronistas y la Corona*. Madrid: Marcial Pons, 2010. (p.49),

⁹⁰ JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Trad. Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989. (pp. 56 & 57).

Rada associa diretamente o rei Fernando aos visigodos de outrora, os quais, por sua vez são associados à descendência de Jafé, progenitor de Tubal e Magog⁹¹. Nesse excerto fica evidente a importância da antiguidade como fator de legitimação monárquica, bem como, a recuperação histórica da monarquia gótica, glorificada como contraponto ao castigo enviado por Deus na forma da “invasão” islâmica. Rada menciona Isidoro no que diz respeito à associação entre Tubal e o rio Ebro, mas também, acrescenta uma associação com a cadeia de montanhas dos Pirineus:

El quinto hijo de Jafet fue Tubal de quien descenden los iberos, que también llaman hispanos según opinión de Isidoro y Jerónimo. (...). Al llegar a España habitaron en primer lugar las cumbres de los Pirineos y fueron creciendo en distintas zonas, y al principio fueron llamados cetúbales, como si fueran el séquito de Tubal,⁹² (...). Y extendidos de esta forma los cetúbales en distintos pueblos, (...), construyeron villas, aldeas y fortificaciones junto al río que ahora se llama Ebro, y al asentarse allí, los que antes se llamaron cetúbales se llamaron celtiberos por el río Ebro (...).⁹³

Os descendentes de Tubal eram chamados *cetúbales*, ou seja, séquito de Tubal: o cronista utiliza propositadamente uma linguagem monárquica, atribuindo ao neto de Noé o papel de rei e a seus descendentes o lugar cortesão de um séquito real. Destacamos que *De rebus Hispaniae* será uma das principais referências para a conhecida crônica de Afonso X: *Estoria de España*.⁹⁴ Esse texto foi escrito por uma oficina de estudiosos organizada pelo rei castelhano cognominado “*El Sabio*”, cuja primeira versão data de 1260-1274. De acordo com Richard Kagan, a crônica medieval alfonsina pode ser considerada um exemplo de história *pro patria*, ou seja, um gênero narrativo que procura desenvolver a gênese de um povo.⁹⁵ É preciso dizer que na mesma época, estavam sendo escritas as *Grandes Chroniques de France* pelos abades de Saint-Denis, os quais

⁹¹ Atualizando Isidoro, afirma Rada: “*De Magog provienen los escitas, que también se llaman masagetas – y godos, según Isidoro, los vándalos, suevos, alanos y hunos.*” *Ibidem.* (pp.63 & 64).

⁹²“*Cetus Tubal en Latín*” JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Ibidem.* (p.64).

⁹³ *Ibidem.* (pp.64& 65).

⁹⁴ “(...) mandamos ayuntar quantos libros pudimos aver de istorias em que alguna cosa contassen de los fechos d’España, et tomamos de la crónica del arçobispo don Rodrigo que fizo por mandato del rey don Fernando nuestro padre, et de la de Mastre Luchas, Opisbo de Tuy, et de Paulo Osorio, et del Lucano, et de Sant Esidoro el primero, (...)”.MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Primera crónica general: estoria de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid, Bailly-Bailliére, 1906. (p.4).

⁹⁵ KAGAN, Richard. *Op. Cit.* (p.53).

historiaram as origens fundacionais da monarquia franca até os Capetos. Tanto a monarquia franca como a castelhana não estavam apenas interessadas na legitimação das casas dinásticas reinantes, mas também, na justificação da expansão territorial: no caso francês para a Normandia - outrora pertencentes ao rei da Inglaterra - e no caso castelhano para as terras ao Sul tomadas dos islâmicos.⁹⁶

A escritura aparece na crônica de Afonso como um modo privilegiado de formação de memória: um repositório da experiência humana que ensina a viver e governar virtuosamente (guia das artes de governar). A Bíblia e, especialmente, o Gênesis aparecem como modelos escriturários, remetendo a um conhecimento prístino da criação do mundo:

Onde si pararemos mientes al pro que nasce de las escripturas, connoscremos que por ellas somos sabidores del criamiento del mundo, et otrosi de los patriarchas como unieron unos en pos otros, et de la salida de Egipto, et de la ley que dio Dios a Moysen, et de los reys de la santa tierra de Iherusalem, et del desterramiento dellos, et dell anunciamiento et del nacimiento et de la passion et de la resurreccion et de la ascencion de nuestro señor Ihesu Cristo; ca de todo esto et dotras cosas muchas no sopieramos nada si, muriendo aquellos que eran a la sazón que fueron estos fechos, non dexassen escripturas por que lo sopiessemos; et ende somos nos abedados de amar a aquellos que los fizieron por que sopiessemos por ellos lo que no sopieramos dotra manera..⁹⁷

Os territórios hispânicos passaram pelo domínio, ou, como se diz na crônica, pelos *sennorios* de diversos povos – gregos; cartagineses; romanos – e pelo domínio de visigodos e árabes. A monarquia asturo-leonesa, que incorporara Castela definitivamente em 1230, seria a legítima herdeira dos visigodos e estaria imbuída da missão de recuperar a Península das mãos dos chamados infiéis.⁹⁸ A dominação da Hispania por esses povos, especialmente pelos muçulmanos, teria a deixado deteriorada [*“fue muy mal trecha”*], cabendo ao reinado de Afonso restaurá-la, não só por meio da guerra armada, mas

⁹⁶ Cf. AURELL, Jaume. *Op. Cit.* (pp.102&103). Na crônica de Afonso X: “(...) *fueron los cristianos despues cobrando la tierra; et del danno que vino en ella por partir los regnos, por que non se pudo cobrar tan ayna; et despues cuemo (sic) la ayunto Dios, et por quales maneras et en qual tiempo, et quales reyes ganaron la tierra hasta el mar Mediterraneo; et que obras fizo cada uno, assi cuemo vinieron unos tempos otros hasta nuestro tiempo.*” MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Op. Cit.* (p.4).

⁹⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Op. Cit.* (pp. 3 & 4).

⁹⁸ FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *Las estorias de Alfonso el Sabio*. Madrid: Istmo, 1992. (p.20).

também, por meio da escritura (a qual podemos considerar como um meio de continuação da guerra e da política):

*(...) Et otrossi el fecho d’Espanna que passo por muchos sennorios et fue muy mal trecha, recibiendo muertes por muy crueles batallas daquellos que la conquirien, et otrossi que fazien ellos en defendiendose, et desta guisa fueron perdudos los fechos della. Por los libros que se perdieron et fueron destroydos en el mudamiento de los sennorios, asi que apenas puede seer sabudo el comieço de los que la poblaron.*⁹⁹

Essa guerra, pela pluma, contra o chamado infiel já havia sido anunciada por Pedro, o Venerável – abade de Cluny - a princípios do século XII.¹⁰⁰ Na crônica afonsina, a escrita dos princípios da história da Espanha, apesar de ser uma tarefa árdua - e, por isso, nobre - é uma batalha pela recuperação de uma essência em perigo de extinção,¹⁰¹ descontinuada pela inconstância dos senhorios que a dominaram. Escrever sobre o passado ibérico é, portanto, parte de uma política bélica contra aqueles considerados invasores – já que estes teriam apagado sua história– a crônica de Afonso X se propunha a vencer essa batalha. Essa atitude épica frente àqueles considerados inimigos será atualizada pelos cronistas modernos, como poderemos verificar. Vejamos, então, o que a Crônica de Afonso diz acerca das origens ibéricas:

*Mas del quinto fijo de Japhet que ovo nombre Tubal, donde vinieron los espannoles, so linage daquel andudieron por muchas tierras, buscando logar pora poblar de que se pagassen, fasta que llegaron a parte doccident a los grandes montes Pireneos (...), y estos montes comiençan se a la grand mar mayor cabo la villa que es llamada Bayona, que yaze en essa mar misma contra cierço, e atraviessa toda la tierra hasta el mar Mediterraneo e acabasse alli cab una villa que dizen Colibre.*¹⁰² *Et aquestas gentes que dixemos, pues que hallaron*

⁹⁹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Op. Cit.* (p.4).

¹⁰⁰“Viajando pela Espanha, num roteiro de inspeção dos mosteiros clunistas, nascidos na esteira da Reconquista, Pedro, o Venerável, é o primeiro a conceber a ideia de combater os muçulmanos não no terreno militar mas no terreno intelectual. Para refutar-lhes a doutrina é necessário conhecê-la – essa reflexão, que nos parece de simples evidência, é uma audácia nesse tempo de Cruzada. ‘*Quer se dê ao erro maometano o nome vergonhoso de heresia, ou o de infâmia, de paganismo, é preciso agir contra ele, quer dizer, escrever*’.” LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Trad. Marcos de Castro. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio. (p. 39).

¹⁰¹ Essa busca pela essência de uma autoctonia vai continuar a ser um problema nas crônicas da Idade Moderna [Cf. WULFF, Fernando. *Las esencias patrias: historiografía e historia antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Critica, 2003], problema esse deslocado em uma outra arquitetura de forças no contexto pós Reis Católicos.

¹⁰² Vila, parte do território francês desde 1659 (por meio do Tratado dos Pirineus), hoje chamada *Coulliure* - que fazia parte do condado do Rossilhão contíguo à Catalunha, domínio da Coroa de Aragão até o referido tratado.

*aquella tierra, comenzaron a poblar todas essas montañas e hizieronse muy grandes pueblos, e llamaron cethubales que quier dezir tanto como compannas de Tubal. Estos fueron descendiendo al llano hasta que llegaron a un rio que es dicho Ebro, (...).*¹⁰³

Desse modo, a versão da chegada e assentamento de Tubal na crônica relaciona-se diretamente com a narração de Rada. Entretanto, há uma ênfase maior no destaque aos Pirineus, ressaltando sua dimensão geográfica – apontando para uma fronteira com a França - o que será reafirmado de maneiras distintas nas crônicas modernas. O estabelecimento de certos eixos problemáticos, construídos pelos textos medievais ibéricos, irão ser atualizados e deslocados nos séculos posteriores: quem povoou originalmente a Península? Onde se deu o assentamento inicial dessa população? Como ocorreu sua dispersão? Qual o papel histórico dos povos conquistadores?

1.2 A Espanha e o Império de Carlos de Áustria

Durante o reinado de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, foram escritas uma profusão de crônicas acerca da história dos reinos que compunham a Monarquia. Importante notar que foi nesse momento que a forma impressa passa a ser a preferida para a difusão de textos cronísticos, ambicionando uma maior difusão de seu conteúdo.¹⁰⁴ Devido a nosso recorte, não tomaremos as crônicas produzidas nos tempos dos Reis Católicos como objeto fundamental de análise, mas faremos referência a elas de acordo com as redes de referência tramadas pelos escritos nos tempos dos Habsburgo.

O texto escolhido como lugar de partida para nossa investigação intitula-se *Los cuatro libros primeros de la crónica general de España* (...) redigido por Florián de Ocampo e publicado em 1543:¹⁰⁵ esta é a primeira crônica geral dos reinos de Espanha

¹⁰³ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Op. Cit.* (p.6).

¹⁰⁴ KAGAN, Richard. *Op. Cit.* (p.80).

¹⁰⁵ “Florián de Ocampo, o, mejor, Docanmpo (n. entre 1490 y 1495, m. 1598?), zamorano, estudiante y maestro en Alcalá, (...) – fue secretario del obispo Acuña -, después párroco y canónigo, sucesivamente, de Zamora, simultaneó dicho último cargo con el de Cronista real desde 1539. Lo que de sus calidades de hombre dejan traslucir los pocos datos biográficos que se conocen, y, sobre todo sus propias obras, acusan una personalidad interesantísima, muy representativa de su época.” SÁNCHEZ ALONSO, Benito. *Historia de la historiografía española. Ensayo de un examen de conjunto*. V.II (De Ocampo a Solís). Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1944 (p.13). A primeira versão da crônica, conta com quatro livros. Posteriormente, foi adicionado um quinto livro; nesse texto utilizamos a versão ampliada: OCAMPO, Florián. *Los cinco libros primeros de la crónica general de España que recopilaba el maestro Florián de Ocampo, cronista del rey nuestro señor, por mandato de su majestad*, en Zamora, 1553.-

no tempo dos monarcas da Casa da Áustria. A centralidade desse escrito se justifica pela relevância que irá gozar em crônicas ulteriores, sendo um ponto de debate perene dentro de nosso campo problemático, ou seja, acerca das diferentes posições ensejadas a partir das narrativas sobre o povoamento primitivo da Península Ibérica por Tubal, neto de Noé.

Ocampo foi nomeado cronista real no ano de 1539, atendendo a uma petição das cortes castelhanas, que desejavam promover uma reedição da crônica geral da Espanha de Afonso X, e que esta pudesse ser revisada e ampliada. Até a nomeação de Ocampo, Carlos V não havia demonstrado uma inclinação pelo gênero cronístico *pro patria*, como era o caso da crônica alfonsina: isso se deve ao fato de que o monarca Habsburgo possuía uma predileção pela história *pro persona*, em grande medida fomentada pela influência do conselheiro saboiano *Mercurino Arborio di Gattinara* (1435-1530); defensor de uma ideia imperial universalista cuja promoção deveria ser feita por meio da constituição da centralidade da figura do soberano:

*La historia pro patria tampoco interesaba demasiado a Carlos, cuyas preferencias en el terreno de la historia, siguiendo los gustos autobiográficos de su abuelo paterno Maximiliano I, iban entonces encaminadas a la elaboración de su propia historia junto con el descubrimiento y conquista entonces en marcha de las Indias, tema éste que claramente encajaba en la agenda imperial que Gattinara había confeccionada para el joven gobernante.*¹⁰⁶

A relativa propensão por uma história centrada na figura de Carlos- e na ideia de império - pode ser demonstrada pelos projetos desenvolvidos pelos cronistas oficiais, voltados para as *gestas* desse monarca ou, então, para a história das Índias.¹⁰⁷ Kagan não aprofunda as relações entre as inclinações biográficas de Carlos e a situação política da Monarquia Hispânica ao princípio de seu governo, sendo assim, indicaremos algumas relações entre essas instâncias. O príncipe herdou as Coroas de Aragão e Castela após a morte de Fernando, o católico, em 1516, entretanto, a sucessão em Castela foi um

¹⁰⁶ KAGAN, Richard. *Los Cronistas y la Corona*. Madrid: Marcial Pons, 2010. (p.102).

¹⁰⁷ Dentre os cronistas nomeados por Carlos destacam-se *Pedro Mártir de Anglería* (1520) [De Orbe Novo, 1516] & *Gonzalo Fernández de Oviedo* (1524) [Historia Natural y General de las Indias, 1536] como cronistas das Índias. O imperador nomeou os seguintes autores com a função de escrever a “crônica imperial”, centrada na figura de Carlos: *Fray Bernardo de Gentile* (1523) [*Carmen ad serenissimum ac invictissimum Carolum quintum Caesarem semper Augustum* c.1526-1529]; *Fray Antonio de Guevara* (1527) [*Una década de Césares, es a saber: Las vidas de diez emperadores romanos que imperaron en los tiempos del buen Marco Aurelio*, 1539]; *Juan Ginés rebus gestis Caroli V, 1556*]; *Bernabé Busto* (1546) [Anales de Carlos V; manuscrito] e *Pedro Mexía* (1548) [*Silva de varia lección, 1540 & Historia Ymperial y Cesárea*, 1545].

processo mais complexo do que em Aragão: Joana, sua mãe (a despeito das polêmicas acerca de sua “sanidade”), compartilhava formalmente com ele o trono.¹⁰⁸

Carlos chega à Espanha em 1517, sabendo apenas rudimentos do idioma castelhano e rodeado de nobres da Borgonha. Devido ao conjunto desses aspectos, a nobreza castelhana e aragonesa olhava com receio a soberania do monarca (considerando o fato de Joana ainda ser a rainha em potencial). Em 1519, com a morte de seu avô Maximiliano, herda o Sacro império Romano-Germânico e no ano seguinte parte da Península para ser coroado. John Lynch analisa essa conjuntura:

*Cuando el monarca partió de España en mayo de 1520, rodeado de extranjeros y en una misión que era ajena a sus súbditos españoles, la agitación ya había dejado paso a la rebelión. La acumulación de agravios contra el régimen borgoñón había producido primero el sentimiento de ultraje: la pobre impresión que habían causado el rey y sus representantes extranjeros, el desprecio de Chièvres hacia los españoles, su monopolio venal de las influencias, el nombramiento de extranjeros para ocupar cargos y obispados españoles, la opresión de los recaudadores de impuesto, las enormes cantidades de dinero enviadas fuera del reino y la culminación de todo ello, el nombramiento de Adriano de Utrech, para gobernar castilla durante la ausencia del rey. La crisis precipitó cuando Carlos V se comprometió con una idea imperial que apenas tenía cabida en las tradiciones de España (...). La pequeña nobleza y las ciudades se rebelaron, entonces, contra un régimen al que consideraban contrarios a sus intereses (...).*¹⁰⁹

Dispara em Castela uma rebelião armada em 1520, conhecida como *Comunidades*, encabeçada por Toledo (cujo arcebispo, nomeado por Carlos, era o religioso estrangeiro de origem flamenga Guilherme de Croy – “senhor de Chièvres”) e Valladolid (cidade na qual havia ocorrido as cortes castelhanas em 1518).¹¹⁰ Os revoltosos

¹⁰⁸ Com a morte de Isabel, a católica, a legítima sucesora de Castela seria Joana, entretanto: “(...) *el gobierno de Castilla fue ejercido, en nombre de la reina Juana, por su padre Fernando el Católico, primero, por su marido Felipe el Hermoso, después, y, a la muerte de éste, de nuevo por el monarca aragonés. Tras el fallecimiento de éste (1516), el título de rey de Castilla sería compartido por Juana y su hijo Carlos, aunque el gobierno recayese exclusivamente en este último. Se trataba de una situación harto extraña, derivada del hecho de que las Cortes castellanas no habían declarado la incapacidad de la reina Juana, recluida a la sazón en Tordesillas.*” SALVADOR ESTEBAN, Emilia. *La nueva monarquía de los Habsburgos. Carlos I (1516-1556)*. In FLORISTÁN, Alfredo (Coord.). *Historia de España Moderna*. Barcelona: Ariel, 2011. (p.163).

¹⁰⁹ LYNCH, John. *Los Austrias (1516-1700)*. Trad. Juan Faci. 4ªed, Barcelona: Crítica. 2009. (p.53).

¹¹⁰ Entre 1519 e 1524, o monarca teve de enfrentar outra revolta na Coroa de Aragão tão complexa e multifacetada quanto as *Comunidades*, as chamadas *Germanías valencianas*: “*En 1519 se había armado a los gremios de Valencia para hacer frente a la amenaza de un ataque de piratas turcos. Al mismo tiempo, un brote de peste llevó a abandonar la ciudad a una gran parte de la nobleza, incluyendo el propio gobernador. También el emperador era un monarca ausente, que había postergado repetidamente la reunión de las cortes de Valencia. El pueblo aprovechó la oportunidad para enfrentarse a una nobleza opresora y a unos funcionarios impopulares. Exigieron representación en el gobierno municipal, que aún*

não reconheciam o monarca Habsburgo como rei, nem o regente Adriano, mas sim, a rainha Joana.¹¹¹ Muitas cidades do interior de Castela apoiaram o movimento, em grande medida fomentadas pelos manufactureiros têxteis, que se insurgiram contra a política rentista da nobreza terra-tenente (e da Monarquia) no que se refere ao comércio da lã, instâncias beneficiadas pela exportação do produto: seja lucrando com a criação de ovelhas, seja arrecadando impostos aduaneiros, fazendo decair o mercado interno.¹¹² Por fim, em 1522, Carlos associado à nobreza fundiária consegue debelar os *comuneros*: “*Fue una victoria de la aristocracia sobre la población de las ciudades, pero el premio del triunfo fue a parar en las manos del rey.*”¹¹³ Sendo assim, a legitimidade do príncipe Habsburgo sobre seus domínios ibéricos não estava dada de largada e teve de ser produzida em um contexto instável. Portanto, a afinidade de Carlos com a crônica oficial biográfica se justifica, na medida em que se esforçou para fortalecer sua imagem como figura central de um império no qual a Espanha era parte indispensável.

De qualquer modo, por mais que a chamada História *pro patria* não fosse o gênero mais apreciado pelo imperador, a crônica de Ocampo conhece grande sucesso.¹¹⁴ Inclusive, em seus últimos anos no retiro em Yuste, dentre os exemplares da biblioteca de Carlos, estava o primeiro volume da crônica.¹¹⁵ Tampouco, podemos considerar os cinco livros da crônica geral uma exceção no que diz respeito ao desenvolvimento de uma história *pro patria* de alcance mais geral durante o reinado do monarca. Nesse sentido, podem ser destacados alguns exemplos como o *Libro de grandezas y cosas memorables de España* (...) de Pedro de Medina [1548] & *Primera parte de la Coronica general de*

no poseían, y el acceso a la justicia del emperador, que les era negada por los señores locales. (...) Los insurgentes no tardaron en controlar la capital de Valencia, con el apoyo de la mayor parte de los gremios y desde allí dirigieron el levantamiento del resto de Valencia, organizando enfrentamientos armados con el virrey y la nobleza, obligando a los moros bautizarse, suprimiendo todo tipo de impuesto y amenazando con interferir en la distribución de tierra. (...) Aunque la Germania de Valencia acabó enfrentándose el poder real, se había iniciado como una protesta contra el poder de la aristocracia terrateniente y contra sus tenientes y jornaleros moros”. LYNCH, John. Op. Cit. (pp. 58 & 59).

¹¹¹ SALVADOR ESTEBAN, Emilia. *Op. Cit.* (p. 166).

¹¹² LYNCH, John. *Op. Cit.* (pp.51-58).

¹¹³ *Ibidem.* (p.58).

¹¹⁴ “(...) fue la obra muy bien acogida por la mayoría de sus coetáneos y tuvo abundantes ediciones.” SÁNCHEZ ALONSO, B. *Op. Cit.* (p.14).

¹¹⁵ KAGAN. *Op. Cit.* (p.97).

*toda España, y especialmente del reyno de Valencia (...)*de Pero Anton Beuter [1546].

Na crônica de Ocampo o imperador é evocado da seguinte maneira:

Esta crónica de España, que a vuestra Magestad se intitula y oferece, allende la mucha diversidad de cosas que dentro de la se contienen, es cierto que se leerá con mejor voluntad, y será muy más preciada y estimada por ir embajo de vuestro real nombre, y so el ampara de vuestra grandeza. Y también, porque los acontecimientos Españoles han sido siempre tan llenos de hazañas, que cualquiera persona holgará de saber sus cosas antiguas, y la sucesión y principios suyos, y más los otros negocios dignos de memoria, que por ellos hayan pasado.”

Assim, Ocampo, realiza uma conexão entre a grandeza de Carlos e o passado ibérico, colocado em relevo no contexto imperial. Nesse sentido, Fernández Albaladejo esclarece que as questões emergentes nesse novo arranjo político pós Reis Católicos foi decisiva para a elaboração de uma historiografia cujo um dos principais problemas residia na gênese do povo e do espaço hispânicos.¹¹⁶ Pode-se concluir que tanto o gênero *pro persona* quanto a *pro patria* são produtos diretos desse momento histórico [fig.3]: se é verdade que o imperador tinha uma predileção pelas *gestas* pessoais, não quer dizer que esse fator minimizou aquele outro estilo. A distinção entre história *pro patria* e *pro persona* possui um alcance analítico relevante na obra de Kagan, entretanto, devemos ter o cuidado para não exagerar um dualismo, recaindo em uma oposição inexistente. Um excerto do cronista toledano Pedro de Alcocer demonstra como a intenção do reforço da figura de Carlos aparecia como um eixo ordenador da narrativa histórica, demonstrando como crônicas *pro patria* não agiam em sentido oposto às crônicas *pro persona*:

(...) a los que hoy en España vivimos, a cuantos trabajos, infortunios y tiranías fueron en los tiempos antiguos: sus moradores sujetos: y como los que hoy en ella vivimos: somos tan deudores a Dios nuestro señor, por habernos traído a tan próspero y bienaventurado estado, y a tiempo en que tan limpia y pura vive hoy en España nuestra Santa Fe Católica mucho más, que en otro reino del mundo, y a tiempo en que gozamos de tanta gloria y prosperidad, nombre, fama, alteza, paz, y

¹¹⁶ “La nueva monarquía de Fernando e Isabel y las obligaciones imperiales de Carlos V planteaban un problema de definición que, por momentos, se hacía acuciante. Los pedaços de a los que se refería Nebrija en 1492, una vez implantados y constituidos en cuerpo habían comenzado a segregar un tejido propio cuyo crecimiento cincuenta años después resultaba imparable. Tanto como para hacer inviable el molde nacional medieval con el que se venía reconociendo a Hispania. Esta última era una realidad distinta que había que atender, una criatura que, si bien nacida con nombre, se hacía necesario bautizar de nuevo”. FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. “Materia” de España y “edificio” de la historiografía: algunas consideraciones sobre la década de 1540 In *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007. (p.46).

*seguridad, y Justicia debajo de la Monarquía y gobernación de nuestro invicto monarca CARLOS V.*¹¹⁷

Surgem no texto de Alcocer conceitos muito presentes na estrutura social nobiliárquica hispânica - catolicismo, pureza e limpeza [de sangue]. O monarca é apresentado como um rei virtuoso, vencedor das heresias, promotor de segurança e paz: as controvérsias de sua subida ao trono, não são sequer tangenciadas. Considerando as novas relações de força relativas a um arranjo politerritorial, sob a soberania dos Habsburgos, não é por acaso que todas nossas crônicas estivessem interessadas em investigar as origens da Península Ibérica e seu povoamento por Tubal: em toda a Europa, narrativas de fundamentação histórica surgiam para legitimar os governos dinásticos de diferentes espaços políticos, o caso ibérico não é diferente.¹¹⁸

Para entendermos essa relação entre história e genealogias pátrias em nosso contexto, é necessário remontar a um escrito fundamental para a historiografia hispânica quinhentista e seiscentista: *Commentaria* [1498] do frade dominicano Giovanni Nanni (1437-1502), mais conhecido como Annio de Viterbo. Esse texto adquiriu tamanha importância a ponto de Albaladejo afirmar que houve um verdadeiro “efeito Annio” na historiografia ibérica.¹¹⁹

1.3 Annio de Viterbo: episteme e antiguidades

A principal obra de Viterbo consiste na publicação de um conjunto de textos, muitos deles supostamente inéditos, de autores antigos (*Myrsilus; Catão; Arquíloco; Megástenes; Fílon de Alexandria; Xenofonte; Caio Semprônio; Fabio Píctor; Antonino Pio; Beroso caldeu & Manetão*) seguidos de comentários.¹²⁰ Dentre esses autores, o que

¹¹⁷ ALCOCER, Pedro. *Hystoria, o descripcion de la Imperial cibdad de Toledo: con todas las cosas acontecidas en ella, desde su principio, y fundación* (...). En Toledo, Juan Ferrer, 1554 (L. I, C. III. fol. 5).

¹¹⁸ “This massive historical enterprise, blending history and myth and European-wide its scope, was indispensable in furnishing monarchs with a battery of arguments that could be used to advance or uphold their territorial and jurisdictional claims against the arguments of their rivals. These were times in which antiquity conferred legitimacy and prestige.” ELLIOT, John. *Scots and Catalans: Union and Disunion*. Yale university press, 2018. (pp. 23 & 24).

¹¹⁹ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Op. Cit.* (p.49).

¹²⁰ “Sobre el origen de los documentos el propio Annio dice en la carta dedicatoria a los Reyes Católicos que algunos fueron descubiertos en sepulcros y lugares escondidos en el momento de la conquista de la Bética por los Católicos Reyes; pero también afirma haber recibido los textos de Beroso de dos dominicos armenios en Génova en 1474 (fol. CXIVv.); los otros textos los habría conseguido en 1488, en Mantua (fol. cCLIIIr.), y algunos procederían de unas Colectanea Vestusta reunida por un tal Guillermo de Mantua en

mais se destacou à época foi Beroso. É preciso considerar que grandes historiadores da antiguidade e da alta Idade Média como Plínio, Flávio Josefo e Jorge Sincelo (século VIII) fizeram uso dos manuscritos babilônicos do Caldeu, os quais estavam desaparecidos, até que Annio – em tese - trouxe à luz, uma vez mais, aqueles preciosos textos cujo paradeiro era desconhecido há alguns séculos.¹²¹

Em seus Comentários, poder-se-iam encontrar notícias sobre a origem da maior parte das monarquias europeias, relacionadas a povos conhecidos na antiguidade, com a correspondente lista de seus soberanos ou reis. Deve-se levar em conta que o referente cronológico de Annio eram os impérios assírio; persa; macedônico e romano.¹²² A escolha dessas referências não é casual, na medida em que considerava os registros produzidos nessas formações políticas fontes seguras, já que foram redigidas como registros oficiais de Estado por “escribas públicos”.¹²³ Sendo assim, não considera os historiadores gregos como fontes plenamente fidedignas, levando em conta que não se baseavam em registros oficiais e, segundo Annio, edificavam suas narrativas a partir de relatos pouco confiáveis. Devido a isso, atualiza o enunciado do poeta latino Juvenal: “(...) *quicid Graecia mendax audet in historia*”.¹²⁴ Os historiadores gregos clássicos não são descartados, mas são dignos de desconfiança: os mais exatos são aqueles que tiveram acesso às fontes persas, como Ctesias.¹²⁵

O texto de Viterbo fora organizado e redigido durante o pontificado de Alexandre VI (Rodrigo Borgia), natural de Valência, custeado por Garcilaso de la Vega (embaixador hispano na cúria, pai do famoso poeta) e dedicado aos Reis Católicos.¹²⁶ Não é de se

1315 (fols. LVIIr., LXIIv., CLXIVv.), (...)” CABALLERO LÓPEZ, José. Annio de Viterbo y la Historiografía española del siglo XVI In *Humanismo y tradición clásica en España y América*, 2002. (p.106). Esses textos foram, especialmente a partir do século XVIII, denunciados como falsificações produzidas pelo próprio autor.

¹²¹ Cf. GRELL, Chantal. Annus de Viterbe et le roman des origines em France et en Espagne in TALON, Alain (Dir.) *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVIe et XVIIe siècle*. Casa de Velázquez, 2020. (Versão digital OpenEdition Books, s/p).

¹²² *Ibidem*. (pp.108-110).

¹²³ LIGOTA, Christopher. Annus of Viterbo and Historical Method In *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol, 50, 1987. (p.47).

¹²⁴ *Ibidem*. (pp.46 & 47).

¹²⁵ *Ibidem*. (p.48).

¹²⁶ CABALLERO LÓPEZ, José. *Op. Cit.* (p.106).

estranhar que nessa obra haja um capítulo especialmente dedicado às antiguidades espanholas: *De primis temporibus et quatuor ac viginti regibus Hispanae et ejus atiquitate*. Baseando-se em sua versão do sacerdote babilônico Beroso:

*(...), daba a los españoles prioridad sobre los griegos y romanos en el dominio cultural e histórico; en lo cultural porque los hispanos según Estrabón y Beroso, conocieron la escritura y tuvieron filosofía y leyes mucho antes de los griegos. En lo histórico, porque siguiendo al mismo Beroso, la lista de sus reyes arranca 143 años después del diluvio y 637 años antes de la fundación de Troya.*¹²⁷

Annio reforça, nesse ponto, a tradição da cronística medieval hispânica de que seu primeiro monarca e patriarca fora Tubal. Assim, confere aos espanhóis (e a seus reis) uma origem linhagística antiquíssima, reforçando uma genealogia singular e propriamente ibérica. Desse modo, realiza ativamente uma quebra entre os Trastâmara no poder e os monarcas visigodos de outrora: "*Los godos posteriores no alteraron –escribe Annio– el venerable origen del pueblo de España. Este es, pues, excelsos reyes Fernando e Isabel, cristianísimos príncipes, vuestro verdadero origen, tan grande como inalterado*".¹²⁸ Essa cisão funciona como um “giro autóctone”, na medida em que os textos medievais insistiam na ligação contínua entre os reis visigóticos e os castelhanos, um mecanismo cujo principal objetivo fora constituir uma ideia de restauração de uma monarquia católica ibérica, após a secular presença islâmica.

Annio será uma referência obrigatória para os cronistas ulteriores, não apenas pelo fato de ter traçado uma genealogia tão favorável para os “espanhóis” e para seus monarcas, mas também, por seu método histórico, o qual compõe diretamente o “efeito Annio” na historiografia ibérica. O método do frade dominicano baseia-se em quatro eixos principais: cronologia; onomástica, cânone das autoridades e evemerismo.¹²⁹ Nesse sentido, afirma Ocampo acerca da obra de Viterbo:

(...) porque muchas personas discretas y leídas en este nuestro tiempo le dan autoridad, y sobretudo por haber dirigido como dije primero la publicación de sus obras y de su Beroso à tan esclarecidos príncipes cuanto fueron don Fernando, y doña Isabel nuestros reyes y señores naturales abuelos de vuestra Majestad, ponemos aquí todos los hechos

¹²⁷ *Ibidem.* (p.114).

¹²⁸ *Ibidem.* (p.116).

¹²⁹Cf. LIGOTA, Christopher. *Op. Cit.*

*que por él se cuentan, pertenecientes a la antigüedad Española, para que ninguna arte nos falte de cuanto los otros escribieron.*¹³⁰

Além de procurar estabelecer as ligações históricas por meio de uma cronologia adequada,¹³¹ a qual deve ser tramada no âmbito das antiguidades de acordo com as fontes seguras relacionas aos quatro impérios anteriormente citados, para Annio de Viterbo a onomástica era o método mais confiável para traçar a genealogia: “*Names are for Annius the best type of historical evidence. They have a tale to tell, and against authors they always tell it truly. But they need to be made to tell, and this requires certain skills.*”¹³² Deve-se colocar em primeiro plano o fato de Annio não ser uma exceção no campo epistêmico de sua época. De acordo com Foucault, esse campo se expressa em sua relação com um mundo onde não cabia uma separação entre palavras e coisas: “(...) a linguagem vale como signo das coisas”:¹³³ nesse campo epistêmico não há, a rigor, um mecanismo de representação no plano da linguagem. Estamos diante de um modo de pensar no qual a escrita e a “natureza” são indissociáveis; não havia ruptura entre significante e significado. Tal forma de saber é constituído por relações de semelhança e analogia a serem decifradas, sendo os nomes uma forma privilegiada de acesso a essa verdade.

Além disso, o método de Viterbo provém, em grande medida, de um modo de compreensão das antiguidades conhecido como evemerismo, conceito que se refere ao autor do século IV a.c, Evêmero.¹³⁴ Apesar das raízes deste conceito remontarem a quatro

¹³⁰ OCAMPO, Florián. *Los cinco libros primeros de la crónica general de España que recopilaba el maestro Florián de Ocampo, cronista del rey nuestro señor, por mandato de su majestad, en Zamora, 1553.* (Lib. Primero, cap. III, fol. XXII).

¹³¹ “(...) essa obsessão pela cronologia rigorosa é significativa. A lei do gênero histórico exigia e ainda exige que os acontecimentos sejam relatados com a data que aconteceram (...). Por que essa precisão frequentemente inútil? Por que a cronologia é o olho da história e permite verificar e refutar hipóteses? É verdade que ela permite isso, mas não é por isso que se dá tanto valor a ela; em primeiro lugar, a cronologia, assim como a geografia e a prosopografia, basta por si só num programa de verdade em que o tempo e o espaço são conhecidos e quando se pode situar nela aquilo que eles contêm: homens, acontecimentos e lugares. Essa é a mais cândida das concepções de história; quando alguém sabe apreciar uma pintura, ele é um esteta, mas, se sabe dizer a data em que foi pintada, é um historiador da arte: ele sabe do que é feito o passado da pintura. Assim, os gregos extraíram uma genealogia histórica das genealogias heroicas, (...)” VEYNE, Paul. *Os gregos acreditavam em seus mitos?* Trad. Maria Echalar. São Paulo: Unesp, 2014. (p.125).

¹³² LIGOTA, Christopher. *Op. Cit.* (p.52).

¹³³ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas.* São Paulo: Martins Fontes, 2007. (pp. 45/46).

¹³⁴ “*Euhemerism derives its name from Euhemerus, a Messinian, who about 300 B.C. described the traditional gods and goddesses as ordinary men and women who had engaged in usual pursuits and who, after dying normal deaths, had been buried in places that he was able to point out. Ennius translated his work into Latin, but both original and translation are lost except for quotations, for the most part in Lactantius.*” COOKE, John D. *Euhemerism: A Mediaeval interpretation of Classical Paganism In*

séculos antes de cristo, o evemerismo continuou a ser desenvolvido durante período helenístico e romano. Segundo Veyne, esse método pode ser resumido por meio da seguinte atitude: “Existe um fundo de verdade em toda lenda”.¹³⁵ Desde o helenismo, tornou-se um dos eixos fundamentais da pesquisa pelas antiguidades e foi largamente empregado por historiadores romanos:

O historiador tem a obrigação de eliminar os deuses do período mítico. Cícero e Tito Lívio não acreditaram que o pai de Rômulo fosse Marte e Pausânias não acreditava que a mãe de Orfeu fosse uma ninfa. É por isso que aquilo que chamamos de evemerismo agradava tanto aos pensadores dessa época; é historicamente salutar considerar Hércules, Baco e os Diócuros grandes homens que, por reconhecimento foram considerados deuses ou filhos de deuses.¹³⁶

Não havia, portanto, uma atitude de rejeição na recepção da cultura advinda de autoridades consideradas confiáveis. As narrativas contadas por meio de histórias, lendas, poesias e mitos não eram consideradas como um conjunto que pudesse ser digno de desprezo - se esse saber chegou às mãos do historiador, ele deveria ser matéria de avaliação metodológica: “Uma vez corrigidas as inexatidões da tradição, obtêm-se fatos autênticos”.¹³⁷ O evemerismo era correntemente utilizado na Idade Média por eruditos como Isidoro de Sevilha e outros autores da patrística. Desde a ótica dos cristãos - apesar de suas raízes pagãs - a tradição antiga era um legado das autoridades de outrora e não poderia ser confrontada como uma mera falsificação da realidade:

*(...) the people of the Middle Ages rarely regarded the so-called gods as mere figments of the imagination, but rather believed that they were or had been real beings, sometimes possessing actual power. Probably the most generally accepted interpretation was to regard them as only mortal men who had, through the respect of their descendants, become falsely worshipped as gods. This interpretation, known as euhemerism, explains only the origin of the gods.*¹³⁸

Desse modo, o politeísmo fora depurado pela ótica cristã por meio da aplicação do método, com base nas escrituras entendidas como verdade revelada, desdobrando-se

Speculum, vol. 2, nº4. The University of Chicago Press on behalf of the Medieval Academy of America (Oct., 1927). (p.397).

¹³⁵ VEYNE, Paul. *Op. Cit.* (p.87).

¹³⁶ *Ibidem.* (p.120).

¹³⁷ *Ibidem.* (p.123).

¹³⁸ COOKE, John. *Op. Cit.* (p.396).

na constituição e no reforço de um conjunto dogmático (o que não quer dizer, por outro lado, que não sofra constantes deslocamentos), a partir do qual a realidade é interpretada. Por outro lado, é necessário enfatizar que mesmo o pensamento escolástico de meados do século XIII não pode ser caracterizado como uma mera imitação dos antigos, mas alimenta-se desses textos, em um novo campo discursivo, com o intuito de desenvolver uma versão singular da verdade mediada pela cultura escrita.¹³⁹

Já em meados do século XV, Annio de Viterbo emprega diretamente aquele método, permitindo ao monge dominicano utilizar de uma grande variedade de fontes: poesia, “arqueologia”, geografia e “historiografia”.¹⁴⁰ Esta última, enquanto fonte, não goza - a princípio - de uma autoridade mais elevada em relação a outros ramos do saber, já que por meio do método, seria possível atingir o núcleo verdadeiro, ou pelo menos verossímil das antiguidades.¹⁴¹ Lançando mão do evemerismo, Annio reforça a base noélica da humanidade, realizando a identificação entre Noé [judaico-cristão]; Jano [romano]; Ogiges [grego]; Proteu [egípcio de acordo com a épica grega] e Vertumnus [romano], todos cognomes para Noé.¹⁴² Recuperando a tradição clássica, traz à baila essas personagens associadas às origens “civilizatórias” - muitas delas ligadas ao universo aquático, diluviano ou princípio da agricultura – que seriam diferentes nomes para o patriarca bíblico, fundador da segunda idade dos homens.¹⁴³

¹³⁹ “A escolástica se alimenta de textos. Trata-se de um método de autoridade, que se apoia sobre uma dupla base das civilizações precedentes: O Cristianismo e o pensamento antigo enriquecido, (...), pela contribuição árabe. É fruto de um momento, de um renascimento. Digere o passado da civilização ocidental. A Bíblia, os Padres, Platão, Aristóteles, os árabes são dados do saber, os materiais de construção. O perigo aqui, é a repetição, o psitacismo, a imitação servil. Os escolásticos herdaram dos intelectuais do século XII o sentido agudo do progresso necessário e inelutável da história e do pensamento. Com os materiais, construíram uma nova obra. Aos alicerces acrescentaram andares novos, ergueram edificios originais”. LE GOFF. *Op. Cit.* (pp. 118 & 119). Acredito que dentro da metáfora explorada por Le Goff, o sentido do conceito de ‘progresso’ não tenha relação com uma ideia evolucionista de história, mas funcione como ênfase à ideia de movimento no pensamento medieval.

¹⁴⁰ LIGOTA, Christopher. *Op. Cit.* (p.51).

¹⁴¹ Como as tradições míticas não eram encaradas como falsidade, o método propicia àquele que se dirige a essas narrativas corrigir os erros e aproximar-se do núcleo verdadeiro ou, pelo menos verossímil, dos acontecimentos: “‘Em matéria de mitos’, escreve Platão, ‘sem saber como os acontecimentos antigos se passaram realmente, fazemos de maneira que a falsidade tenha o mais possível o aspecto da verdade. Platão não está sendo irônico; a falsidade, como sabemos, é apenas inexatidão, portanto, corrigimos tradições inexatas para recuperar o que parece ser a verdade; em termos modernos, formulamos hipóteses verossímeis’”. VEYNE, Paul. *Op. Cit.* (p.114)

¹⁴² LIGOTA, Christopher. *Op. Cit.* (p.50).

¹⁴³ Elisabeth Marrasé realiza uma competente análise do evemerismo no contexto hispânico do século XVI sob influências de Viterbo. MARRASÉ, Neus Elisabeth. *La Huella de Osiris en tiempos de Felipe II: La*

Se há um efeito Annio na historiografia espanhola quinhentista e seiscentista é porque ele se relaciona com um efeito de verdade produzido por seus escritos.¹⁴⁴ O fato de o dominicano já ter sido “criticado” à época (apesar dos apoiadores serem em maior número e alcance do que seus detratores),¹⁴⁵ confirma o fato de que sua obra tinha relevância: por um lado circulava indiscriminadamente enquanto autoridade e por outro como contraponto. No caso hispânico, foi apenas no século XVIII que passa a ser identificado como “falsário”, já em um contexto em que os métodos históricos tinham mudado significativamente.¹⁴⁶

Mas, o que pode conferir aquele efeito de verdade na obra de Annio, especialmente no caso hispânico? Dentre as possíveis razões, destacaremos quatro: maneja eficazmente o método histórico evemérico; realiza comentários sobre os supostos textos antigos originais que publica; baseia-se em manuscritos reveladores e serve aos interesses políticos da Monarquia Católica. Em relação ao manejo do método já realizamos uma explanação prévia, portanto não a repetiremos.

Annio realiza comentários sobre os supostos textos originais publicados por ele, como por exemplo de Beroso Caldeu. O gênero comentário fora muito praticado pelos pais da igreja como Jerônimo em seus extensos textos exegéticos. O comentário conquistou centralidade como método de saber escolástico, sendo uma via de abertura para a discussão e disputa de posições.¹⁴⁷ Viterbo constituiu seu escrito baseando-se em

recepción del mito egipcio en la Monarquía Hispánica de la segunda mitad del siglo XVI. [Tesis doctoral – dirección Xavier Gil Pujol] Universitat de Barcelona, 2019.

¹⁴⁴ “Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”. FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder In *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2011. (p.7).

¹⁴⁵ “(...) *hubo eruditos avisados, (...), que a la par, denunciaron el fraude, como Sabellico, Cirinito y Volterrano o Volaterrano, a los que recuerda Tiraboschi. Entre los no italianos hay que poner Luis Vives y Melchor Cano, al portugués Barreiro, al belga Goropio, y a G.I. Vossius entre otros. Conviene indicar lo que dice algún autor de los españoles, Melchor Cano, en el libro de De locis Theologicis trata acerca de la autoridad de la historia humana y en el capítulo VI, de los autores dignos de crédito y de los que no lo son. Entre estos se halla Beroso.*” CARO BAROJA, Julio. *Las falsificaciones de la historia (en relación con la de España)*. 6ªed. Barcelona: Seix Barral, 1992. (p.54).

¹⁴⁶ “*La época era de crítica aunque fuera dentro de la ortodoxia más estricta. Críticos son en términos generales, Feijoo y Mayans mismo, el padre Flórez y sus discípulos en formas técnicas, particulares y concretas. No faltan tampoco los hipercríticos, como Masdeu.*” *Ibidem*.

¹⁴⁷ “Com base no comentário de texto, a *lectio*, análise em profundidade que parte da análise gramatical, a qual produz a letra (*littera*), ergue-se a explicação lógica que fornece o sentido (*sensus*) e termina pela exegese que revela o conteúdo da ciência e do pensamento (*sententia*). Mas o comentário provoca discussão. LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.* (p. 120).

um sistema de referências cruzadas de autores antigos cuja autoridade era muito sólida, associado ao seu conhecimento profundo das sagradas escrituras. A prática do comentário era o princípio interior da proliferação do saber, uma prática de entreglossia consagrada, uma via privilegiada para a interpretação:¹⁴⁸ a adequação a essa prática, conferia a Annio um efeito verossímil.¹⁴⁹

O monge dominicano assevera ter recebido os manuscritos dos originais publicados por ele das mais diversas fontes. De acordo com Fernando Bouza, uma vez que o impresso emerge como força difusora de saber de largo alcance; o manuscrito ganha, por seu lado, um estatuto de maior veracidade, pois estava relacionado a um modo de escritura mais íntimo e menos dado à vulgarização.¹⁵⁰ Sendo assim, Viterbo posiciona-se contra a tipografia - apesar de sua própria obra ter alcançado grande difusão graças à imprensa - justamente com o intuito de produzir um efeito de verdade, vinculando-a ao mundo da leitura manuscrita: “*Annius is extremely hostile to printers: they corrupt texts, especially names; he has no feeling at all for the printed edition of an author as a monument (...).*”¹⁵¹ Como um erudito de sua época, vê o mundo como um ser aberto à leitura. Sendo assim, lança-se ao desafio de buscar pela verdade.¹⁵²

¹⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (pp.55 & 56).

¹⁴⁹ “Annio de Viterbo cita una gran cantidad de autores en sus extensísimos comentarios a esos textos. Entre ellos, con más frecuencia, a Flavio Josefo, Julio el Africano y Eusebio; a Heródoto, Jenofonte, Diodoro y Estrabón; y a Dionisio de Halicarnaso, Varrón, Plinio, Trogo/Justino, Pomponio Mela y Orosio. Asimismo, aprovecha a poetas y filósofos; entre ellos a Virgilio, con su comentarista Servio, a Lucano, a Séneca, etc. Y, por supuesto, se alude constantemente a los textos de la Biblia. No olvidemos que Annio era profesor de teología y experto exegeta de la historia sagrada, que él pretende aquí conciliar con la historia de los babilonios, asirios, egipcios, griegos y romanos. En magnífica coherencia, los testimonios de sus tres tipos de fuentes (los documentos descubiertos pretendidamente por él mismo, las citas de autores antiguos y los textos de la Biblia) recorren toda su obra en referencias cruzadas, justificando recíprocamente sus aseveraciones.” CABALLERO LÓPEZ, José. *Op. Cit.* (p.108).

¹⁵⁰ “*La consciencia de la mayor privacidad y cercanía que tenía el manuscrito frente al impreso tuvo un inesperado efecto en la mentalidad colectiva: la suposición de que los manuscritos debían estar naturalmente más cerca de la verdad que, sin embargo, lo que corría de molde era fácil soporte de engaño o de la parcialidad interesada. Esto se tradujo en que muchos autores, para realizar retóricamente la verosimilitud de su narración, recurriesen a la ficción de decir que lo que se estaba leyendo en impreso no era otra cosa que el traslado de un original de mano que habían hallado, quizá por azar en el Alcaná de Toledo, como se encontró la Historia de Don Quijote de la Mancha, escrita por Cide Hamete Benengeli*”. BOUZA, Fernando. *Op. Cit.* (p. 58).

¹⁵¹ LIGOTA, Chistopher. *Op. Cit.* (p.48; nota 37).

¹⁵² “A verdade de todas essas marcas – que atravessam a natureza, quer se alinhem nos pergaminhos e nas bibliotecas – é em toda a parte a mesma: tão arcaica quanto a instituição de Deus.” FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* (p.47).

O interessante é que os manuscritos nos quais se baseia são, segundo ele, originais e exclusivos, funcionam como a revelação de um segredo que virá ao mundo por suas mãos. Essa é uma técnica que se relaciona diretamente com o pensamento teológico, no qual o segredo e o mistério - contidos nos textos sagrados - são elementos fundamentais da narrativa religiosa. Esse jogo de luz e sombra, de mistério, revelação e de decifração era parte integral do campo conceitual da passagem do século XV para o XVI, continuando a circular vivamente até meados do XVII: “No seu ser bruto e histórico do século XVI, a linguagem não é um sistema arbitrário; está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõe aos homens como coisas a decifrar.”¹⁵³ Um exemplo desse mecanismo é a multiplicação de sociedades esotéricas, como os Rosa-Cruz seiscentistas: “(...) os adeptos formaram incontáveis grupos esotéricos que se proclamavam os únicos e genuínos herdeiros dos rosa-cruzes originais, e afirmaram possuir documentos indiscutíveis – os quais, no entanto, não podem ser mostrados a ninguém, uma vez que são secretos”.¹⁵⁴ Há papéis secretos, os quais somente aqueles que são hábeis podem interpretá-los. No caso de Annio, um monge católico, o problema não era tanto guardar segredo para os iniciados, mas dar à luz aos eruditos - por meio de sua pluma – a interpretação correta dos textos aos quais teria tido acesso direto.

Já dissemos que os *comentaria* [1498] de Viterbo são dedicados a Isabel de Castela e Fernando de Aragão; escritos no tempo do papa Rodrigo Bórgia e financiados pelo diplomata castelhano Garcilaso de la Vega. Os escritos de Annio servem como elemento legitimador dos Reis Católicos, os quais haviam conquistado Granada em 1492, expulsando os judeus de seu território, subsequentemente, rumo à constituição de uma sociedade de religião única.¹⁵⁵ Nesse sentido, discursos que fortalecessem o projeto da consolidação de uma Monarquia Católica na Península funcionariam como dispositivos de poder para reafirmar a posição vitoriosa dos católicos contra os “invasores infieis”.¹⁵⁶

¹⁵³ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* (p.47).

¹⁵⁴ ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994. (p.138).

¹⁵⁵ REGUERA, Iñaki. La Inquisición en el País Vasco: El periodo fundacional. *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 2, 2005. (p.246).

¹⁵⁶ Acerca do conceito de dispositivo de poder: FOUCAULT, Michel. “Genealogia e Poder”. In *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2001.

Tal dispositivo seguiria funcionando com os Habsburgo, sendo que o complexo conjunto das possessões monárquicas legadas por Isabel, Fernando e Felipe de Áustria estariam pela primeira vez nas mãos de um só monarca com Carlos V.

1.4 Florián Ocampo e interlocutores: A bética e os nativos hispânicos

Agora que conhecemos as linhas gerais do pla crônica de Florián Ocampo *Los quatro libros primeros de la crónica general de España (...)* [1543]. O autor possui um critério de divisão da história da Espanha que diz respeito aos contatos com populações consideradas estrangeiras:

*De manera, que bien considerad el intento desta obra, parece que la primera parte de ella declara la niñez de nuestra España, cuando estaba en su inocencia y simplicidad, sin tratar ni sentir las cosas del mundo, ni recelarse de nadie. La segunda, habla de su mocedad algo más crecida; donde siempre estuvo en la obediencia y administración de otras gentes, como de ayos estradores suyos, cuáles fueron los Romanos, y Godos y las otras naciones primero declaradas, que la pusieron en la buena manera de vivir que después tuvo. La tercera de las cosa de su mancebia: cuando se halló ya crecida y valiente con fuerzas bastantes para salir de la sujeción de sus ayos: y comenzó a obrar aquella guerra tan larga delos moros, y después las empresas que tomo contra los indios, y la conquista de Italia y África, que fueron mucho famosas y señaladas, no contándose con mandar à todos los que primero la mandaban, sino ensanchando su imperio, y pasándolo mucho más adelante.”*¹⁵⁷

Assim como indica Wulff, a história da Espanha é comparada a de um organismo que tem sua infância, juventude e maturidade.¹⁵⁸ Os tempos primitivos são uma espécie de Idade de Ouro, onde predomina uma simplicidade sublime. Em seguida, assinala o papel da presença romana e visigoda, funcionando como uma espécie de tutoria para aquela Espanha em desenvolvimento. Logo, em sua juventude, sobrevém a Reconquista dos muitos anos de luta contra os árabes, iniciando uma fase de liberação da sujeição. Culminando na quarta idade: a maturidade é atingida com a expulsão dos infiéis; conquista da América (“*las empresas que tomo contra los indios*”) e possessões na África e na Itália. Desse modo, o período da presença muçulmana é orientado pela teleologia da

¹⁵⁷ OCAMPO. *Op. Cit.* (prólogo, fol. 5).

¹⁵⁸ WULFF, Fernando. *Las esencias patrias: historiografía e historia antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Critica, 2003. (p.23).

retomada da Península pelos reinos cristãos: Bouza nos lembra que na batalha pela memória, o que se seleciona para permanecer é tão relevante quanto aquilo que se decide apagar.¹⁵⁹ Na última sentença, a configuração imperial do reinado de Carlos é enfatizada, referindo-se ao seu lema “Non plus ultra” [*ensanchando su imperio, y pasándolo mucho más adelante*], assim, a emancipação da Espanha está vinculada à expansão imperialista. A história ordena-se no sentido da liberação e eliminação do elemento considerado exógeno. Então, qual seria o elemento autóctone hispânico? Vejamos sua argumentação em relação aos primeiros povoadores:

*Noé como padre principal, a quien todos obedecían, señaló para poblar las tierras del mundo, envió también a España un hombre lleno de virtudes y de gran habilidad llamado Iobel o Iubal, a quien por otro nombre las historias sagradas dicen Tubal, vino con su mujer y sus hijos, y con otros muchos que ya tenía de su linaje, los cuales muy liberalmente le hicieron compañía. En esto concordan todos los autores que mejor escribieron antigüedades, como son Iosepho, Beroso, Sant Isidro, Sant Augustin, y todas las crónicas de España sin discrepar alguna: (...), y este fue el primero hombre que en las Españas sabemos haber morado, del cual descendemos y delos que con el vinieron todos los que della son verdaderamente naturales.*¹⁶⁰

A Espanha teria sido primordialmente povoada por Tubal cujos descendentes seriam os espanhóis “verdadeiramente naturais”, apoiado em autoridades antigas e medievais. Essa questão presente na historiografia quinhentista é chamada por Wulff de *essencialismo*: “(...) los españoles que existen desde los Orígenes de los tiempos y que son también los españoles de la época a los que se dirige la obra (...)” e completa: “Lo que defiende, entonces, es que hay un origen prístino de los españoles y su continuidad esencial a lo largo del tempo sin que los invasores consigan cambiarlo substancialmente, (...)”.¹⁶¹ Nesse sentido, devemos levar em conta o contexto pós Reis Católicos: há um esforço de construção de uma sociedade de religião única: as distinções estamentais somam-se a um componente já presente antes de finais do século XV, mas que ganha o primeiro plano: a *limpieza de sangre*, baseada na distinção entre linhagens recém

¹⁵⁹ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998. (pp.27-29).

¹⁶⁰ OCAMPO. *Op. Cit.* (Lib. Primero, cap. Primero, fol. VII).

¹⁶¹ WULFF, Fernando. *Op. Cit.* (p.14).

conversas ao cristianismo e cristãos velhos.¹⁶² Dessa forma, a busca pela antiguidade e pureza são elementos fundamentais na constituição do prestígio nessa sociedade, que se relacionarão diretamente com a escritura das crônicas.

No que se relaciona à localização dos povoadores originais, muitos textos do medievo relacionavam o lugar de chegada de Tubal com os montes Pirineus e ao rio Ebro, cujos argumentos giravam em torno da onomástica, em grande medida fomentados pelo método de Isidoro de Sevilha: Tubal seria o antepassado dos iberos, referidos ao rio *iberus* (Ebro) e os primeiros habitantes, os Celtíberos. Seguindo os principais cronistas medievais, o povoamento prístino da Hispânia estaria vinculado às regiões fronteiriças com a França (Catalunha, por exemplo). Nesse sentido, Ocampo possui um argumento divergente:

Y luego como Tubal en ella vino, la primera región donde dicen haber parado de propósito fue sobre la provincia que llamamos Andaluzia, y allí señaló ciertas estancias en que moraron y quedaron muchos de los que consigo traía à estos fue cierto que les dio costumbres fundadas en toda bondad y virtud (...).¹⁶³

A posição de Ocampo cria uma versão diferencial do tubalismo na Espanha pós Reis Católicos: o autor situa o primeiro rei e povoador da Península em Andaluzia, justamente, na porção onde se localizava o Reino de Granada - conquistado pelos cristãos ao final do século XV. Cabe dizer, que aqui desenvolvia uma ideia vagamente expressa por Viterbo atribuída a Pomponio Mela «[...] *assegna in Betica Tubal città dal suo nome edificata*». ¹⁶⁴

Prossegue o cronista de Carlos V, dizendo que o neto de Noé teria saído de Andaluzia por mar e aportado em Setúbal, localizada no que viria a ser a “província de Portugal”, a qual seria a primeira povoação organizada da Espanha (lembrando que esse conceito era usado para se referir a toda Península). Essa localidade costeira seria extremamente adequada para a criação de gado devido à qualidade ambiental: “(...) *de vientos tan substanciosos, que poco después conocieron notoriamente enpreñarseles*

¹⁶² DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (p.12).

¹⁶³ OCAMPO. *Op. Cit.* (Lib. Primero, c. III, fol. XI).

¹⁶⁴ VITERBO, Annio. *I Cinque Libri de la Antichità de Beroso Sacerdote Caldeo. Con lo comento di Giovanni Annio de Viterbo Teologo eccellentissimo*. Trad. Pietro Lauro Mondonese. In *Ventia per Baldissera Constantini*. (1550)[1498]. (fol. 287).

muchas vezes las yeguas del ayre, solamente con los embates que salian de la mar, y parir sin ayuntamiento de machos (...).”¹⁶⁵ Fato confirmado por Plínio, Columela e Marco Varrão. A principal evidência para a presença de Tubal é a onomástica:

*Este lugar de Setúbal tienen por cierto los más y mejores de nuestros cronistas haber sido la primera población ordenada, que sepamos en España: particularmente certifica la crónica recopilada por el serenísimo rey don Alfonso de Castilla que ganó Algeziras con algunos que la siguen, y para su confirmación suelen decir que la tal palabra de Setúbal fue nombre compuesto de dos vocablos caldeos, el uno Seth, que significa postura y asiento, y el otro vocablo Tubal apellidado proprio del gobernador sobredicho, dado que muchos otros porsien sido Sevilla lo primero que nuestras gentes acá moraron.*¹⁶⁶

Além das autoridades antigas, Ocampo apoia-se na cronística produzida por Afonso de Castela – conquistador de Algeciras - (Afonso XI), que endossaria esse argumento em favor de Setúbal como primeira povoação organizada - referência que não conseguimos recuperar. A onomástica é empregada como forma de legitimação discursiva, sendo um dos pilares metodológicos de Isidoro de Sevilha e Annio de Viterbo, por exemplo: a palavra Setúbal seria formada por dois vocábulos caldeus (lembrando que os descendentes de Noé teriam se espalhado pelo mundo após Babel): Seth (que significaria assentar-se em um local) somada a Tubal.

O cronista afirma que depois de Andaluzia e Setúbal; certos descendentes de Tubal partiram para a costa catalã, onde fundaram Tarragona, antigamente conhecida como *Taraçoa*, um vocábulo da língua “armênia e caldaica”,¹⁶⁷ que significaria “*ayuntamiento de pastores*”,¹⁶⁸ fazendo mais uma referência à criação de gado como mecanismo civilizatório. Essa versão sobre a fundação de Tarragona aparece diretamente nos comentários de Viterbo a Beroso: “(...) *che la Spagna in questo era fetile, & erano questi allora le principal ricchezze, e delitie. Aramei chiamano Taracona raccolta de pastori. Perciò chiamarono taracone di Tubalo questo ufficio, e da lui fu nomata*

¹⁶⁵ *Ibidem.* (Lib. Primero, c. IIII, fol. XXII).

¹⁶⁶ *Ibidem.* (Lib. Primero, c. IIII, fol. XXII).

¹⁶⁷ Lembrando que o Aramaico era visto como uma das línguas pré-diluvianas e que o primeiro lugar que a arca de Noé parou após o dilúvio fora no monte armênio chamado Ararat.

¹⁶⁸ OCAMPO. *Op. Cit.* (Lib. Primero, c. IIII, fol. XXII).

Taracona (...).¹⁶⁹ Na sequência, Ocampo comenta a grande importância de Tarragona durante a presença romana na Península Ibérica (lembrando que uma das províncias da Hispânia romana era, justamente, a Tarraconense). Seguindo Viterbo, comenta brevemente acerca da fundação de Sagunto, na época conhecida como Morvedre, em Valência. Logo depois, ressalta que “segundo algumas crônicas espanholas”, Tubal edificou cidades em Navarra: Tafalla cujo nome viria de “Tuballa” e Tudela, que teria origem em “Tubella”. Encontramos essa relação na crônica dos Reis de Navarra, escrita pelo infante de Navarra e Aragão, Carlos - príncipe de Viana - no século XV.¹⁷⁰

Desse modo, vemos funcionar no texto de Ocampo um modo argumentativo comum desde as crônicas medievais, que recorre à acumulação de fatos recopilados por diferentes fontes.¹⁷¹ Apesar disso, não podemos deixar de ressaltar que há um procedimento de recorte e ênfase que diz respeito às disputas pelo neto de Noé nas crônicas quinhentistas e seiscentistas: o privilégio de primeiro local de chegada é dado para Andaluzia e da primeira povoação organizada, para Setúbal.

Outra defesa erudita da povoação primordial de Setúbal pelo quinto filho de Jafé não provém propriamente de uma crônica, mas de um tratado sobre os instrumentos musicais [1549] redigido pelo frade franciscano Juan de Bermudo dedicado ao rei lusitano Dom João III de Avis. Acerca da relação de Tubal, os portugueses e a música, afirma:

Tubal hijo de Jafé vino a poblar a España: del cual vienen los españoles. Así lo afirma San Isidoro; (...). Este fue uno de los principales, que aumentaron la música. Dicese más de él, que paró en el riquísimo Reino de Portugal, y que edificó la ciudad que ahora se llama Setúbal, y le puso su nombre. Los que leído hubieren las Etimologías de San Isidoro, hallaran ser costumbre, que los edificadores de las ciudades ponían sus nombres, y muchas de ellas se han quedado con ellos hasta el día de hoy. De la manera que Lisboa tomó el nombre su edificador, Ulises: así quedo Setúbal con nombre de Túbal. De esto que tengo por cierto, y de lo que veo en los portugueses, que aunque no sepan cantar por arte, llevan música concertada:

¹⁶⁹ VITERBO, Annio. *I Cinque Libri de la Antichità de Beroso Sacerdote Caldeo. Con lo comento di Giovanni Annio de Viterbo Teologo eccellentissimo*. Trad. Pietro Lauro Mondonese. In *Ventia per Baldissera Constantini*, 1550. [1498]. (Dei primi tempi e di ventiquattro re di Spagna, Cap. III, fol. 287).

¹⁷⁰ “Cierta que después de pasada aquella universal destrucción del mundo por el Diluvio, castigo que Dios nuestro señor envió sobre los humales, aquellos que, por su divina clemencia se salvaron se extendieron e acrecentaron las poblaciones en este siglo, é fueron señoreadas las Españas por Tubal quinto fijo de Japet, el cual pobló à Tudela é Tafalla et Osca [Huesca]; los españoles por él se titularon Cetubales (...). *Cronica de los reyes de Navarra por el Príncipe de Viana por D. José Yanguas y Atiranda*. Pamplona: Imprenta de D. Teodoro Ochoa, 1843. (p.51).

¹⁷¹ Cf. AURELL, Jaume. *Op. Cit.*

*infiero, que ellos heredaron la música del fundador, poblador, y Rey de Portugal, Túbal padre de los cantores. Mi libro habla de grandes secretos de la Música perfecta. En el Reino de Portugal comenzó la perfección de la Música por el Rey Túbal. El libro que de Música perfecta habla, a quien se puede y debe dirigir sino a V.R.A [Vuestra Real Alteza], como sucesor del principal inventor de la Música: Donde se ha de rematar el río, sino en el mar, pues que de él salió: para que otra vez mane: Sale la música del Rey de Portugal: ha de volver al sucesor y heredero del Reino: para que por él reciba lumbre de Música toda España”.*¹⁷²

Desse modo, Bermudo dá a primazia à cidade de Setúbal fundada por Tubal, o qual trouxe a “música perfeita” às terras lusitanas, sendo referido como “*padre de los cantores*”. O Rei João III, recebe linhagisticamente o dom da música de seu mais antigo ascendente [“*Sale la música del Rey de Portugal: ha de volver al sucesor y heredero del Reino*”]: as virtudes se transmitem pelo sangue, seja em seu mais alto grau no monarca, mas também, manifesta-se em uma “nação” específica,¹⁷³ no caso, os portugueses ligados à música substancialmente. Essa arte está destinada a se espalhar por toda Península Ibérica (*España*) enquanto elemento iluminador [*lumbre*], por meio de João III e pelos lusitanos: os portugueses trazem a música em si próprios, apresentando uma aptidão natural para essa arte.

O franciscano defende a música como prática de aprimoramento da alma,¹⁷⁴ e afirma - por meio de Agostinho - que é um ramo da Gramática: ambas são saberes cuja base se assenta em um conhecimento dos sons ordenados.¹⁷⁵ Desse modo, há uma ligação

¹⁷² BERMUDO, Juan de. *Comienca el libro llamado de claracion de instrumentos musicales dirigido al clementísimo Don Joan tercero* (...). Osuna: Juan de León, 1549. (fol. VI).

¹⁷³ “*Natio* se refería expresamente al lugar de nacimiento. Pero, a diferencia de patria, ese lugar no solía ser una localidad o una ciudad, sino una región más grande. El diccionario mencionado definía nación como ‘reyno o provincia estendida, como la nación española’. Con todo, los límites humanos y geográficos no estaban bien definidos, de modo que el término se prestaba a una amplia variedad de usos”. GIL PUJOL, Xavier. Un rey, una fe, muchas naciones In *La Monarquía de las Naciones: Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. En conmemoración del IV Centenario de la muerte de Carlos de Amberes 1604-2003. ÁLVAREZ-OSORIO, Antonio & GARCÍA, Bernardo (Ed.). Madrid: Fundación Carlos Amberes, 2004 (p.40).

¹⁷⁴ “(...) *que aunque parezca que es cosa temporal la música: quien a ella se diere, no gastará mal el tiempo, como lo hacen los que juegan ilícitos juegos, y entienden en otros pasatiempos perjudiciales, y así resultará este libro en provecho del alma y en buenas costumbres del cuerpo*”. BERMUDO, Juan de. *Op. Cit.* [Epístola].

¹⁷⁵ “*En el libro de las Disciplina parece sentir el mismo Agustino, que la música tuvo origen de la Gramática. (...) Para obrar es la Filosofía Moral, para hablar es la lógica y retórica, y para deleitar es la Gramática y Música. Estas dos últimas ciencias consisten en sonido. Y porque fuera cosa muy vil, si solamente tuvieron sonido, porque cada uno le diera el sonido que quisiera, y fuera gran confusión: determinándose que hubiese cierta medida de tiempos: la cual fuese determinada con variedad moderada de sonido grave y agudo. Esta variedad fue llamada acento. La raíz y semiente de la Música estaba*

entre essa arte, a onomástica e a etimologia: conhecer a origem dos sons e seu modo de ordenação traz à luz a verdade [da música]. Isso se reforça no momento em que afirma que a etimologia de Setubal provém de Tubal, na mesma medida em que há uma relação entre Lisboa e Ulisses:¹⁷⁶ procedimento que está de acordo com o costume dos fundadores darem seu nome às cidades por eles fundadas. Não à toa, Bermudo enfatiza que o objetivo de seu livro seria ensinar a música logicamente, colocando em relevo a importância do músico saber ler e cifrar as composições:¹⁷⁷ aparece aqui, mais uma vez, a importância da cultura escrita na preservação da memória - a validação do conhecimento se dá por meio delas. Mais adiante em seu tratado, disserta acerca da antiguidade da música:

Si a Josefo y a las sagradas letras habemos de dar crédito: Tubal el hijo de Lamech fue el principal y más antiguo inventor de la Música. Porque de todo lo dicho en este capítulo no nazca error, y confusión: digo que la Música ha tenido muchos inventores en diversosos tiempos y naciones. Tubal fue antes del diluvio, Orfeo, Anfión, y otros muchos entre los gentiles, Pitágoras entre los griegos, Moisés acerca de los hebreos, y Boecio entre los latinos, Cada unos estos en su manera fue inventor de la Música: pues la aumentaron. (fol XIII)¹⁷⁸.

O leitor poderá se questionar, nesse momento, acerca da personagem Tubal referida como filho de Lamech. Isso se dá pelo fato de haver uma homonímia (dentre outras) no livro do Gênesis: O capítulo 4 do primeiro livro do pentateuco, refere-se a Tubal - personagem pré-diluviano - que se distingue de Tubal, filho de Jafé, neto de Noé: povoador pós-diluviano da Península Ibérica (Gênesis 10:2).¹⁷⁹ O Tubal (também grafado *Jubal*) do trecho supracitado é descrito na Bíblia: “(...) *Jubal*; este foi o pai de todos os que tocam harpa e flauta”; recebendo sua complementação por Josefo: “*Júbal*, (...) *practicó la música e inventó arpas y cítaras* (...)” (p.31). Vemos Bermudo aplicar o método evemérico: a música teria tido muitos inventores em diferentes tempos e nações (*Jubal* seria o mais antigo), sendo que todos contribuiriam para “aumentá-la”, ou seja, engrandecê-

sembra en la Gramática, la cual pululando, nasciendo, y creciendo, vino a ser la Música. Concluye el Santo diciendo: por quanto la Música trae el origen de la Gramática: a los gramáticos pertenece ser jueces de la Música.” Ibidem. (fol. XIII).

¹⁷⁶ Uma das mais conhecidas referências à fundação de Lisboa por Ulisses está contida no *Lusíadas* de Luís de Camões: “Ulisses é, o que faz a santa casa. À Deusa que lhe dá língua facunda; Que se lá na Ásia Tróia insigne abraza, Cá na Europa Lisboa funda” CAMÕES, Luís Vaz, *Os Lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Instituto Camões, 2000. [1572]. (3, C. VII).

¹⁷⁷ BERMUNDO, Juan. *Op. Cit* (fol. XI).

¹⁷⁸ *Ibidem*. (fol. XIII).

¹⁷⁹ No Gênesis há outra homonímia importante em relação ao personagem Lamech. Abel; Caim e Sete são os descendentes diretos de Adão e Eva: o pai do Tubal pré-diluviano chama-se Lamech e provém da linha de Caim. O outro Lamech é o pai de Noé (pai de Jafé, avô de Tubal).

la: Jubal; Orfeu & Anfião;¹⁸⁰ os filósofos Pitágoras e Boécio são colocados em uma mesma relação de sentido depurada pela teleologia cristã de Bermudo.¹⁸¹

Pode-se observar os meios de ligação entre Tubal, filho de Lamech, e Tubal, neto de Noé, empregados por Bermudo. Segundo o Gênesis, estariam emparentados indiretamente, sendo que o primeiro proviria da linha de Caim e o segundo de Sete, sendo primos distantes. O filho de Lamech seria o inventor prístino da música, já o neto de Noé a teria trazido para a Península Ibérica. Mais à frente, o frade franciscano recupera o teólogo Hugo de São Vitor (1096-1141) no que diz respeito à etimologia da palavra música, para além da mais comum (correlativa às *musas*): “*Este nombre Música dice Hugo de San Víctor, que viene de Moy, que quiere decir água: porque no es hecha buena sonoridad, sino hay cosa úmida*” (fol XIII).¹⁸² Há aqui uma relação semântica entre música e água, sendo que, como vimos, o dilúvio se constitui como o evento *sine qua non* na ordenação do tempo: emergem elementos conectivos entre civilização, arte e água - levando-nos a Noé e a Tubal, rei dos iberos. Interessante notar que na crônica de Ocampo, esse personagem também aparece como artífice da música, legando várias formas de saber aos primeiros habitantes da Península:

(...) les dio costumbre fundadas en toda bondad y virtud y les enseñó cosas de gran substancia, declarándoles principalmente los secretos de la naturaleza, los movimientos del cielo, las concordancias y misterios de la música, las excelencias y grandes provechos de la geometría, con la mayor parte de la Filosofía Moral, haciéndoles reglas y leyes razonables en que viviesen, las cuales dejó señaladas en metros muy

¹⁸⁰ Orfeu, filho de Apolo e da musa Calíope, umas das figuras arquetípicas da música, sempre representado acompanhado por sua lira: diz-se que desceu ao inframundo para regatar sua amada Eurídice da morte, fazendo o cão céberbo adormecer com o toque de seu instrumento. Anfião, filho de Zeus e Antíope, gêmeo de Zelo, também era conhecido por suas habilidades com a lira. Na narrativa mítica, era apresentado como figura complementar de seu gêmeo, Zelo, dado a tarefas manuais: ambos seriam os fundadores da cidade de Tebas.

¹⁸¹ Pitágoras (c.579- 475 a.c) estabeleceu relações matemáticas entre os intervalos musicas, Boécio (c.480-525), filósofo romano cristão, aprofundou estudos nesse sentido em seu tratado *De institutione musica*.

¹⁸² Em Didascálicon, Hugo de São Vitor afirma: “A música tomou o nome da água, porque nenhuma eufonia, isto é, sonoridade elegante, pode acontecer sem umidade” HUGO DE SÃO VITOR. *Didascálicon: da arte de ler*; introdução e tradução de Antonio Marchionni. - 2. ed. - Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2007 (p.97). A nota 31 desta edição esclarece a relação entre música e o radical moy: “Diziam que o grego “moys” significa água. É uma referência ao som da água e aos órgãos hidráulicos”. *Ibidem* (p.97). Sabemos a importância dos elementos substanciais da natureza desde os pré-socráticos, nesse sentido em um trecho anterior São Vitor esclarece: “A Natureza é o fogo artífice, propenso, por uma certa força, a produzir as coisas sensíveis”. Os físicos, de fato, dizem que tudo é criado pelo calor e pela umidade. Razão pela qual Virgílio chama o oceano de “pai”, (...)” *Ibidem* (p.75).

*bien compuestas para que más fácilmente pudiesen aprender y tener en la memoria.*¹⁸³

O neto de Noé é apresentado como figura civilizatória e legisladora – é aquele que funda os bons costumes aos espanhóis e lhes ensina os segredos da natureza; os movimentos dos astros, geometria, filosofia moral, os mistérios da música e leis, as quais foram colocadas em versos metrificadas como mnemotécnica. Tubal, desse modo, aparece como o artífice da música e da poesia, estabelecendo-se uma conexão direta com o texto de Bermudo. No tratado acerca dos instrumentos em um excerto já mencionado, esse autor menciona que trata dos “grandes segredos da música”, procurando um modo de saber adequado para compreendê-los e transmiti-los, procurando lançar luz sobre os mistérios da música. Por meio desse movimento, objetiva-se compreender melhor a “natureza” dessa arte, procurando sua “substância”, esclarecendo, não apenas seu funcionamento, mas suas origens

Os espanhóis do século XVI dirigem-se ao neto de Noé, fazendo com que Tubal também se dirija a eles, já que se consideram seus ascendentes diretos: essa relação de sentido estava presente em discursos propriamente cronísticos, como no caso de Ocampo, mas também, em outros gêneros como o tratado de Bermudo, entretanto, há em ambos problemas comuns, que se reportam a uma maneira de conhecer e pesquisar.

Essa pesquisa também se dirige na crônica de Ocampo, para as povoações originadas pelo próprio Noé na Península (referências existentes nos comentários de Annio): “*En aquella propia sazón o cierto muy poco después certifican Ihona de Viterbo y su Beroso que vinieron a las Españas muchas otras gentes en compañía del patriarca Noé, que quiso tomar trabajo de visitar a su nieto para conocer la manera que tenía sobre la gobernación de su gente.*”¹⁸⁴ Essas localidades possuem, na raiz de seus nomes, a ligação com o patriarca: “Noega” (originalmente) seria a vila costeira de Navia em Astúrias; “Noela” seria a vila litorânea galega de Noya. Logo depois dessas fundações, Noé teria ido visitar outras terras e, em seguida, Tubal haveria morrido (deixando um legado de bom governo e civilização). Nessa crônica, aparece a relação direta entre Noé e seu neto com as zonas costeiras: tal conexão remete à ligação dessas personagens com o mundo aquático (dilúvio/embarcações), tal qual no tratado de Bermudo, como no

¹⁸³ BERMUDO, Juan. *Op. Cit.* (fol. 21).

¹⁸⁴ OCAMPO. *Op. Cit.* (Lib. Primero, c. IIII, fol. XXIII).

exemplo de Setúbal. Durante a União Ibérica, sob o reinado de Felipe II, cronistas portugueses reforçariam que Setúbal fora o lugar original de assentamento do neto de Noé e de seus descendentes, como veremos no capítulo subsequente da Tese.

Tratando do local primeiro da povoação, vimos que Ocampo menciona Andaluzia como *locus* original. Assim sendo, confere um destaque especial para a história dessa região, buscando relacioná-la com os monarcas de Espanha. Contando com o neto de Noé, o primeiro dos reis, há uma lista de pelo menos vinte e cinco monarcas “antigos” [fig. 4] - o sexto deles seria o rei Beto, ou Turdetano:

Cierto es que aunque entre las gentes extrañas aquella tierra fuese nombrada Betica, entre los Españoles se decía Turdetania:¹⁸⁵ lo cual escriben aquellos historiadores haber sido porque también este rey Beto, que por allí hizo su principal asiento, más comúnmente se llamaba Turdetano que Beto, y las gentes con el quedaron, y la sucesión que dellos procedió se dijeron después muchos siglos los Españoles Turdetanos. .¹⁸⁶

Referências às províncias romanas eram recorrentes nas crônicas quinhentistas: Betica (correspondente à porção Sul, correspondendo, grosso modo à Andaluzia);¹⁸⁷ Lusitânia (porção sudoeste) & Tarraconense (Centro-Norte). Vemos no trecho acima que o cronista, por meio da recuperação de autores como Estrabão, associa os andaluzes não apenas ao termo “bético”, mas também ao de “turdetano”. De qualquer modo, é interessante notar como Ocampo recupera uma suposta origem pré-latina para o vocábulo “Betica”: “(...) sospechen esta provincia no se haber llamado así entre los antiguos por causa deste rey Beto de quien hablamos ahora, sino porque fue palabra Caldea descendiente de Behin, el cual nombre (...) quiere decir tierra fértil ò deleitosa”.¹⁸⁸ O

¹⁸⁵ Após reforçar a relação *entre* a Turdetânia e o rio Betis, Estrabão descreve a fertilidade da região em sua célebre Geografia: “Se saca de Turdetania bastante trigo y vino, y aceite no mucho pero exquisito. Lleva también cera, miel, pez, mucha grana, y bermellón (...) :hacen naves con la madera de otras partes, tienen sales cavadizas ó fósiles, y no pocos fluxos de Río salados: también hay abundancia de carnes y peces compuestos (...)”ESTRABÓN. Libro Tercero de la Geografía de Estrabón, que comprehende un tratado sobre España antigua. Traducido del Latín por Don Juan Lopez (...). Madrid: por la viuda de Ibarra, Hijos, y Compañía, 1787. (pp. 90 & 91).

¹⁸⁶ OCAMPO, Florián. *Op. Cit.* (Lib. Primero, c. IIII, fol. XXXI).

¹⁸⁷ O termo Andaluzia seria um vocábulo estrangeiro, legado pela invasão dos vândalos: “Ahora lo más dela nombramos Andaluzia por causa de cierta gente llamada los Vándalos que vinieron en España cerca de los años quatrocientos y trece después que nuestro señor Iesu Cristo nació.” (p.67). OCAMPO. *Op. Cit.* (Lib. Primero, c. IIII, fol. XXXII).

¹⁸⁸ *Ibidem.* (Lib. Primero, c. IIII, fol. XXXI).

termo possuiria origem caldaica, ou seja, estaria associado aos descendentes de Noé que saíram da Babilônia para povoar a terra.¹⁸⁹ Na sequência, recuperando essa ideia de fertilidade próspera da Bética, Ocampo destaca que os poetas da antiguidade a identificam com os Campos Elísios. E, para não deixar dúvidas, comentando acerca do reinado de Beto (ou Tuerdetano), reforça a filiação dos andaluzes:

*(...) hallaran que contados estos dos mil años desde la sazón en que Tubal el primer poblador de las Españas dio fin a sus días, vienen à se cumplir en los mismos días que Estrabón señala: por donde parece ser aquellas leyes antiquísimas que los Turdetanos Andaluzes tuvieron las propias y verdaderas que Tubal en esta tierra puso, (...). Confirmase con ellos lo que también apuntamos allí, que es haber sido en España las primeras letras y la primera sabiduría del mundo, muchos años antes que los Griegos entendiesen que cosa fuese ciencia, mi supiesen escribir, (...).*¹⁹⁰

Ocampo segue a Viterbo, afirmando que os espanhóis precederam os gregos no que diz respeito à escrita e ciência –estabelecendo um índice de civilização primordial para os peninsulares.¹⁹¹ Nesse excerto, o cronista do rei Carlos confirma a ligação entre Tubal e os andaluzes, que seriam os espanhóis “verdadeiramente naturais”, portadores da substância civilizacional fundadora da Península. Devemos destacar que Ocampo matiza a tradição medieval, a qual atribuía o princípio do povoamento à região pirenaica e ao curso do rio Ebro: situando a primordialidade em Andaluzia, conferindo a Setúbal, por outro lado, o estatuto de primeira povoação organizada.

A narrativa estabelecida por Ocampo deve ser entendida em sua relação com o contexto pós Reis Católicos. O último bastião árabe na Península – Granada – localizava-se, precisamente, na região andaluza (correspondente à Bética romana). Por seu lado, cidades, como Sevilha, foram “reconquistadas” no século XIII pelos cristãos nortenhos. Como vimos, o reino de Astúrias, associado ao passado visigótico, conferia aos territórios

¹⁸⁹ De acordo com Fernando Bouza, durante a Idade Moderna buscou-se uma hierarquização das línguas: o grego; o Latim e o Hebraico seriam as línguas sagradas, já que Deus revelara as escrituras santas nessas línguas. BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna* (siglos XV-XVII). Madrid: Akal, 2018 (p.25). Esse historiador observa que para dignificar uma língua vulgar, tentava-se aproximá-la daquelas três, consideradas sagradas. Observamos que em nossas fontes, o aramaico e o caldeu estariam mais próximas da uma pureza primordial, na medida em que também estariam ligadas a Noé e a seus descendentes.

¹⁹⁰ OCAMPO. *Op. Cit.* (Lib. Primero, c. III, fol. XXXII).

¹⁹¹ Viterbo afirma em seus Comentários: “(...) Spagnuoli adunque goderono lettere, e filosofia quase 800 anno prime, che Greci (...)” VITERBO, Annio. *Op. Cit.* (L’antichità de la Spagna, cap. II, fol. 287).

setentrionais visos de nobreza e antiguidade.¹⁹² Havia, na porção Sul, comunidades de origem muçulmana e judaica relevantes, as quais tiveram de se converter paulatinamente ao cristianismo a partir de finais do século XV.¹⁹³ Considerado essa formação social, criou-se um vínculo intrínseco entre *limpeza de sangue*, ou seja, possuir uma genealogia familiar cristã antiga & nobreza (permeada por uma exclusão formal dos conversos a diversos cargos administrativos e religiosos).¹⁹⁴ Ocampo situa, como vimos, a substância dessa *espanholidade* ao sul da Península,¹⁹⁵ justamente, onde se poderia questionar a “limpeza” dos cristãos devido à histórica presença de judeus e muçulmanos,

¹⁹² Esse aparato histórico-discursivo em torno da nobreza das populações nortenhas, somado aos estatutos de *limpeza de sangre* e também amparados pela pluralidade jurídica dos territórios na Monarquia redundavam, efetivamente, em uma assimetria entre o número de nobres da faceta Norte e da faceta Sul no século XVI: “*Para el conjunto de la Corona de Castilla poseemos un documento estadístico relativamente fiable: el censo de 1591, que enumera 134.233 vecinos hidalgos de un total de 1.300.000, o sea, el 10 por 100 de toda la población. Pero este promedio es engañoso; examinado en la magnífica cartografía de Annie Mollinié-Bertrand el reparto de la hidalguía, se advierte hay un núcleo que confina por el Este con Vizcaya, abarca la actual provincia de Santander, el norte de Burgos, Asturias y gran parte de León, con un porcentaje altísimo de hidalgos, casi todas las partes superiores al 50 por 100, llegando en no pocas localidades al 75 e incluso al 100 por 100 [como em Biscaia e Guipúscoa, onde havia o fenómeno de fidalguias coletivas territoriais].*” DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.160).

¹⁹³ “*Evidentemente, la historia de las relaciones mutuas entre cristianos, musulmanes y judíos, estuvieron marcadas por la condición de minorías étnico-religiosas de estos últimos, lo que les imprimió, desde un principio, un carácter de alteridad, concepto definido por Eloy Benito Ruano y Emilio Mitre Fernández. Sin embargo, poco a poco, este concepto del otro se fue complicando mucho más, hasta llegar, al final de la Edad Media, a su rechazo total. Rechazo que, en el caso castellano, estuvo representado, en lo que hace a los judíos, con su expulsión definitiva, en 1492, y, para el caso de los conversos que judaizaban, con la implantación de la Inquisición, en 1480. Y algo parecido puede decirse de los mudéjares, ya que si para Luis Suárez Fernández, entre otros, la expulsión de los judíos fue la consecuencia directa de la conquista de Granada, debido al afán de los Reyes Católicos por culminar la unidad de España, en su doble aspecto religioso y político, habría de ser el fracaso del nuevo mudejarismo granadino, según ha demostrado Miguel Ángel Ladero Quesada, la causa eficiente del decreto de conversión o expulsión de los mudéjares castellanos en 1502.*” MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. *Judíos y Mudéjares en Andalucía (siglos XIII-XV): Un intento de balance historiográfico* In LOPES DE BARROS, Filomena & HINOJOSA MONTALVO, José. (Dir.) *Minorias étnico-religiosas na Península Ibérica*. Évora: Cidheus, 2008.(versão digital, s/p).

¹⁹⁴ Soria Mesa assevera a importância das genealogias nesse contexto “*La Genealogía, así, se convirtió en una de las principales palancas de ascenso social*”. SORIA MESA, Henrique. *La Nobleza en la España Moderna – Cambio y Continuidad*. Madrid: Marcial Pons – Historia, 2007.(p.301). O autor enfatiza que a produção de genealogias era amplamente disseminada na sociedade hispânica quinhentista, havendo muitos profissionais desse ramo, os genealogistas. Nesse sentido, famílias de origem cristã nova recorriam à produção desses documentos com o intuito de apagar seus vínculos com judeus ou muçulmanos, possibilitando uma melhor inserção no conjunto dessa sociedade.

¹⁹⁵ O termo espanholidade [*spanishness*] é desenvolvido no livro de Antonio Feros *Speaking of Spain*, onde analisa os “deslocamentos semânticos” das noções de nação, pátria e raça desde o século XVI até o XIX, demonstrando as relações conceituais dinâmicas em torno desse conceito. FEROS, Antonio. *Speaking of Spain: the Evolution of Race and Nation in the Hispanic World*. Cambridge: Harvard University press, 2017.

representando uma possível mácula para os sulistas.¹⁹⁶ Para intervir nessa cadeia de relações, Ocampo recupera estrategicamente uma questão já presente em crônicas dos tempos dos Reis Católicos: qual fora a língua primordial dos habitantes da Espanha?

Antes de voltar para o texto de Ocampo, faz-se necessário recuperar o texto de Lucio Marineo Sículo *De Las Cosas Memorables de España [De rebus Hispaniae memorabilius, 1530, originalmente]* com o objetivo de compreendermos mais claramente a argumentação daquele cronista.¹⁹⁷ Acerca da língua primordial, este autor julga que seria a língua basca, chamada em sua própria língua de *Euskera* (conhecida em Castela como vizcaíno),¹⁹⁸ aquela trazida pelos descendentes de Noé para a Península, ou seja, a verdadeiramente antiga língua espanhola:

Los primeros moradores de España: según que algunos dicen: todos usaron la lengua vizcaína hasta la venida de los Romanos y Cartagineses. Los cuales entonces hablaban latín: aun que los vizcaínos en todos estos siglos y mudanzas de tiempos nunca mudaron su lengua, ni costumbres, ni menos la manera de sus atavíos (...). (...) el que primero vino a España después de la edificación de la torre de Babilonia: ese a la verdad trajo una manera de hablar: de setenta y dos que nuestro señor repartió a los que edificaban la torre en el principio de aquella nueva ciudad. La cual manera de hablar como por la venida de gentes extranjeras en España se haya mudado o corrompido: solamente en los vizcaínos, y sus comarcas sin mudanza

¹⁹⁶ “A partir del siglo XV hay una intensa preocupación por este tema, consagrándose en la sociedad española el sistema de los estatutos de limpieza de sangre para excluir los cristianos ‘impuros’. Junto a la idea de limpieza estaba muy presente también el concepto de hidalguía” REGUERA, Iñaki. *Op. cit.* (p.246).

¹⁹⁷ “El italiano Lucio Marineo Sículo, venido hacia 1484 a España, donde pasó el resto de su vida (m. 1533 ó 1534), (...), publicó en 1530 *Opus de rebus memorabilius*, en que liga y completa trabajos anteriores. Formando así el libro por monografías interdependientes, brevemente colmadas (...) SÁNCHEZ ALONSO, Benito. *Op. Cit.* (pp. 377 & 378). Marineo Sículo exerceu diversos cargos eclesiásticos e a pedido dos Reis Católicos uniu-se à corte em 1487. Além disso exerceu como cronista, escrevendo a crônica de Juan II de Aragón *De primis Aragoniae regibus libri* a pedido do rei Fernando. Segue exercendo cargos eclesiásticos e continua seu ofício de cronista durante o reinado de Carlos, quando publica a obra que analisamos. [RAMOS SANTANA, María del Carmen. Lucio Marieno Sículo In *Diccionario Biografico electrónico de la Real Academia Española*].

¹⁹⁸ “Bajo el nombre genérico de vizcaínose designaba en Castilla y en otras regiones toda la persona oriunda del País Vasco. Así lo certifica Mariana: ‘Verdad es que en Castilla todos los de aquel señorío y lengua son llamados vizcaínos’. Por lo tanto, estamos delante de un término antonomástico y por ello englobador o hiperonímico (...)”. PENAS IBÁÑEZ, María Azucena. “El Habla vizcaína en el teatro de Lope de Vega”, *Anuario del Seminario de Filología Vasca "Julio de Urquijo"*. Donostia-San Sebastián, T. 27, n. 3 (1993). (p.815).

*ninguna: por la soledad de aquellas regiones: y por el poco trato y conservación que tenían con los extranjeros.*¹⁹⁹

O Basco surge como uma persistência linguística pré-latina,²⁰⁰ o que proporciona a possibilidade de conectá-lo à fala originária dos hispanos: seria umas das setenta e duas línguas provenientes de Babel. É conferida às populações bascófonas uma continuidade absoluta entre passado e presente,²⁰¹ ou seja, não haveria nesse conjunto de falantes nenhuma “mistura”, mas a permanência de uma pureza primordial. Nesse sentido, Lucio Marineo estipula uma teoria diferente daquela de Ocampo, no que diz respeito à vinculação territorial dos habitantes primitivos da Península:

*Porque es notorio que hay quatro maneras de gente española que se pueden decir propiamente naturales: y que no tienen participación ninguna con forasteros. Estos son los gallegos, vizcaíno: y pueblos de las montañas de Asturias: con los cuales nunca tuvieron comunicación ninguna griegos, ni judíos, ni cartagineses, ni romanos: ni otra gente extranjera ninguna.*²⁰²

Surge, mais uma vez, a busca pela essência da *espanholidade*. O cronista em questão se dirige aos povos do Norte, os quais desde a Idade Média são identificados como cristãos conectados à nobreza: seriam aqueles que permaneceram puros, o que lhes conferia uma proeminência especial no contexto dos Habsburgo, onde a limpeza de sangue ganhara destaca. Assim, Marineo opera uma gradação de civilização, estando os povos do Norte no grau mais elevado, enquanto os do Sul no mais inferior no âmbito ibérico:

Porque vemos todos los pueblos de la gente bárbara del Reino de Granada: que vencieron y sujetaran los Reyes Católicos: haber aprendido nuestra lengua: que comúnmente se dice Castellana: por el trato y conservación que ha tenido con los cristianos: y haber ya olvidado la suya propia y natural: en que nacieron y se criaron. Pero los que se retrajeron a los montes ásperos e inexpugnables que llaman las Alpujarras, vemos que se quedaron y quedan con sus mismas

¹⁹⁹ MARINEO SÍCULO, Lucio. *Obra compuesta por Lucio Marineo Siculo, cronista de sus Majestades de las cosas memorables de España*, 1539. (Lib. 4, Cual fue antiguamente la lengua española, fol. XXVIII).

²⁰⁰ WULFF, Fernando. *Op. Cit.* (p.43);

²⁰¹“ (...). Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão [*historia magistra vitae*] permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. (...). A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda experimentação possível”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2006. (p. 43).

²⁰² MARINEO SÍCULO, Lucio. *Ibidem*. (Lib. 4, Cual fue antiguamente la lengua española, fol. XXVIII).

*costumbres: y usan hoy día de su misma lengua. Así que no es de maravillar que acaecido lo mismo a los vizcaínos y sus comarcanos.*²⁰³

Nesse sentido, esse texto realiza uma comparação em relação ao isolamento de uma população considerada “bárbara” e outra(s) “civilizadas”. A civilização, segundo o autor, chega à Granada pelas mãos dos Reis Católicos, tendo como uma de suas vias a “incorporação” da língua castelhana pelas populações islâmicas. Não é demasiado lembrar que a “civilização” contém em si a violência; a anexação daquelas populações muçulmanas, esse ímpeto formatador, só pode emergir por meio de uma força centrípeta.²⁰⁴

O excerto destaca que os muçulmanos isolados nos montes da região das *Alpujarras* teriam continuado a praticar sua língua e costumes. Por outro lado, aqueles que falavam a língua Basca teriam permanecido isolados nas montanhas nortenhas, sem um contato significativo com povos “invasores”: desse modo, teriam ficado isolados em sua pureza [fig.5], em oposição aos muçulmanos das *Alpujarras* isolados na barbárie.

Estudos antropológicos chamaram esse mecanismo de oposição cultural de “grande divisor”. Aqui podemos observar exatamente a operação desse dispositivo: forma-se um par de oposição entre civilização e barbárie por meio da eliminação da densidade cultural de ambos os polos; instituindo laminações e comparações realizadas através da seleção e, não por acaso, do isolamento de determinados aspectos. Desse modo, realiza-se não somente um recorte, mas uma representação de um “nós” e um “eles” - fazendo com que haja uma assimetria, criando um suposto parâmetro cultural comum [língua/costume] que necessariamente ataca a positividade, a complexidade e vivacidade

²⁰³ MARINEO SÍCULO, Lucio. *Ibidem*. (Lib. 4, Cual fue antiguamente la lengua española, fol. XXVIII).

²⁰⁴ Essa força centrípeta, usando os termos de Deleuze & Guattari, própria da violência formatadora daquilo que chamamos Estado não se iniciou com um “contrato”, mas como um ato de guerra que implica populações em uma relação de “sentido” cujos efeitos são, segundo Nietzsche: “(...) criar formas, imprimir formas, (...) – logo há algo de novo onde eles aparecem [os agentes da guerra em prol do “Estado”], uma estrutura de domínio *que vive*, na qual as partes e as funções foram delimitadas e relacionadas entre si, na qual não encontra lugar o que não tenha antes recebido um ‘sentido’ em relação ao todo.” NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral – uma polêmica*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (p.75). As populações de origem judaica e muçulmana vão ser obrigadas pela força a se incorporarem a uma sociedade de religião única: para seguir vivendo na Península terão de se relacionar com esse novo arranjo de forças, onde o catolicismo emerge como um poderoso mecanismo de governo: o judaísmo e o islamismo eram forças centrífugas, que iam de encontro ao impulso de formação de um Estado católico. [Acerca do conceito de forças, ver DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. Tratado de Nomadologia: A Máquina de Guerra in *Mil Planaltos: Capitalismo e Esquizofrenia*. V.5. São Paulo: Editora 34, 1997].

dos grupos humanos.²⁰⁵ Evidentemente, esse procedimento visa legar superioridade a um dos grupos: no caso, as populações de fala basca estão do lado civilizado. Portanto, há a tentativa de uma essencialização ontológica na cronística quinhentista e seiscentista circulante enquanto procedimento epistêmico.²⁰⁶ A nós cabe a tarefa de desconstruir sua aparência substantiva, “(...) desmembrando-a em seus atos constitutivos.”²⁰⁷

A discussão acerca da língua pode ser relacionada à distinção geográfica entre Norte e Sul evidenciada nos textos. Nesse sentido, Ocampo estava obstinado em defender a porção Sul dos ataques que recebia, como pudemos verificar, devido à histórica presença judaica e muçulmana. Sendo assim, este autor vai se posicionar contrariamente à língua basca como fala primordial da Península:

*(...) la habla de los Españoles debió ser muy conforme con la de los Caldeos, o casi la misma: porque Tubal su primer fundador fuese Caldeo natural, y los que con él vinieron también Caldeos, de sospechar es, que su generación y descendencia hablarían la lengua de sus progenitores, y permanecería después en España hasta que por decurso del tiempo gentes de muchas naciones vinieron a ella, y poco a poco se fue corrompiendo, y mezclando la tal habla con otras: de modo que ya casi falta del todo, puesto que por decir verdad, no se ha podido tanto corromper entre nosotros, que todavía no hablemos algunos vocablos Caldeos, mezclados à nuestro romance vulgar, de que se dará cuenta por algunos capítulos y libros siguiente, cuando se tratará de la lengua y habla pasada de nuestros Españoles: donde probaremos abiertamente nunca ser la que los Vizcaynos hablan, según algunos cronistas deste tiempo tienen creído.*²⁰⁸

Desse modo, lembra que a língua primeira da Espanha era emparentada com a caldaica, pós-babélica. Observa que essa forma de comunicação já não mais existiria em

²⁰⁵ GOLDMAN, Marcio & STOLZE LIMA, Tânia. Como se faz um grande divisor? In *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

²⁰⁶ Ontologia se refere ao termo filosófico relacionado à pretensa identidade do “ser” com aquilo que ele “é”. Butler formula um procedimento genealógico que se propõe a pensar de outro modo, problematizando a evidência ontológica enquanto ‘metafísica substancial’: “Num comentário sobre Nietzsche, Michael Haar argumenta que diversas ontologias filosóficas caíram na armadilha das ilusões do ‘Ser’ e da ‘Substância’ que são promovidas pela crença gramatical de sujeito e predicado reflete a realidade ontológica anterior, de substância e atributo. Esses constructos, argumenta Haar, constituem os meios artificiais pelos quais a simplicidade e a identidade são eficazmente instituídas.” BUTLER, Judith. *Op. cit.* (p.49). Sendo assim, Butler cujo pensamento recupera Nietzsche e Foucault, nos convida a analisar a história das produções ontológicas, fornecendo a possibilidade para a pesquisa em história de descrever as forças que perpassam as constituições identitárias – não como um simples “desvelamento ideológico” – mas como uma analítica das relações de poder.

²⁰⁷ *Ibidem.* (p.69).

²⁰⁸ OCAMPO, Florián. *Op. Cit.* (Lib. Primero, c. X, fol. 32).

sua pureza, pois a Península já houvera passado pelas mãos de diversas nações estrangeiras. Entretanto, não descarta o fato de existirem reminiscências desse modo de comunicação original no “romance vulgar” [castelhano]: aqui vemos uma predileção por esta língua. Por outro lado, diz que o Basco [vizcaíno] não corresponderia àquela língua originária, ou seja, não seria esta a caldaica dos descendentes de Tubal, havendo uma tensão com o argumento de Lucio Marineo. A promessa do autor em provar abertamente que a língua Basca não era a língua original dos espanhóis - até onde pudemos investigar na crônica não foi cumprida - talvez pelo fato de que a crônica de Ocampo não ter sido completada de acordo com seu projeto original.²⁰⁹

Um texto que mantém uma estreita relação com o de Ocampo é o *Libro de grandezas y cosas memorables de España* [1548] de Pedro de Medina.²¹⁰ [fig.6]. Nessa crônica, a busca fundamental também é pelos feitos e atos dos naturais: “*Altas proezas: y cosas muy dignas de memoria, que en esta nuestra región de España han sido y por los naturales dela acontecido y pasado.*”²¹¹ Antes de falar do neto de Noé, patriarca dos espanhóis, retoma a relação entre Noé e Ogiges, atualizando o evemerismo de Viterbo, passando a argumentar sobre o local primeiro de chegada de Tubal e seus descendentes:

*El lugar donde Tubal primero aportó en España no se sabe cierto aunque muchos por rastros que a ello parecen suficiente dicen muchas cosas y así parece que la primera província donde se halla haber parado de proposito fue Andaluzia y allí señaló ciertas estancias donde moraron muchos de los Armenios que consigo traía. Manteniánse estas gentes delas hierbas o la tierra y frutos o los árboles y leche de los animales.)*²¹²

²⁰⁹ O projeto inicial de Ocampo seria estender sua história até a derrota dos árabes pelos Reis Católicos, entretanto, o marco temporal final da crônica é o século III a.c. Assim, o texto teria uma extensão mais ampla do que a efetivada, portanto não sabemos se iria voltar a tratar do assunto da língua primordial. Cf. WULFF, Fernando, *Op. Cit.* (p.23).

²¹⁰ Pedro de Medina (1493-1567?), famoso cosmógrafo, clérigo y servidor de la casa Medina Sidonia, publicó en 1548 un *Libro de grandezas y cosas memorables de España*, que Ocampo denunció como plagio de su ‘crónica’.” Sánchez Alonso, B. *Op. Cit.* (p.18). Apesar de manter uma relação de proximidade intensa com a crônica de Ocampo - e ter sido por ele denunciada como um plágio -, a crônica de Medina possui elementos singulares e, além disso, mantém um vínculo com textos como *Primera parte de la Coronica general de toda España, y especialmente del reyno de Valencia* [1546] de Pero Anton Beuter que exploraremos adiante nesse capítulo.

²¹¹ MEDINA, Pedro. *Libro de grandezas y cosas memorables de España. Sevilla: Dominico de Robertis, 1548. (dedicatoria).*

²¹² *Ibidem.* (cap.III, fol. III).

Desse modo, como em Ocampo, Andaluzia tem o privilégio de ser o primeiro local habitado por Tubal e seus descendentes: um verdadeiro *locus amoenus*, rico em frutos, gado e herbáceas (lembramos que a região fora relacionada aos Campos Elíseos). É relevante notar que Medina possui uma ligação direta com a nobreza andaluza, já que era um servidor da poderosa casa Medina Sidonia. Destaque-se o excerto contido na Epístola dedicatória (destinada a Juan Alonso de Guzmán, duque de Medina Sidonia) onde ressalta a lealdade da cidade de Sevilha ao imperador durante os distúrbios das *Comunidades*, em relação ao qual nos referimos anteriormente.²¹³ Na sequência, afirma que o neto de Noé fundara Setúbal, e mais adiante destaca as fundações de “Noela” e “Noega” pelo próprio patriarca. Novamente, a discussão acerca da língua primitiva da Península ibérica é levantada: seria o Basco a língua primeira dos espanhóis?

*Entonces los romanos trajeron en España el uso de muchas cosas. Es a saber leyes para determinar los pleitos: el modo de cultivar la tierra, la lengua Latina que entonces florecía mucho entre ellos. La cual ahora aún es corrupta y mezclada con otras hablas que en España y llamase Romance como cosa habida de los romanos porque antes desto la lengua que en España se hablaba era bárbara, o según se dice era vascuence según dicho es y así el lenguaje que ahora en Castilla se habla se llega mucho a la habla o lenguaje romano (...).*²¹⁴

Os romanos são uma força estrangeira, tal qual na crônica de Ocampo, mas que possuem um índice civilizacional que chega à Península por meio da língua Latina, do direito romano e da agricultura [*modo de cultivar la tierra*]: agricultura; lei e língua são os critérios civilizacionais por excelência no texto.²¹⁵ O autor não quer se comprometer em relação à língua primitiva da Espanha: “*se dice que era el vascuence*”; entretanto, não hesita em chamar de bárbara a língua falada pelos bascos. Vemos

²¹³ “Digo que vuestra excelencia en el tiempo nublado de las comunidades que alguna parte de castilla escurecía sabiendo el peligro de aquello se podía suceder procuro como esta muy insigne ciudad de Sevilla así como cabeza muy leal y juntamente con ella toda Andaluzia estuviere como siempre estuvo muy clara y serena en servicio de su Rey.” MEDINA, Pedro. Op. Cit. (*epístola*).

²¹⁴ MEDINA, Pedro. *Op. Cit.* (cap. LXXII, fol. LXXIX)

²¹⁵ Esses índices civilizacionais estavam em circulação na Europa no século XVI. O encontro com os povos indígenas do Novo Mundo evidenciou ainda mais essa relação: a afirmação de Gândavo acerca dos tupinambás tornou-se célebre: “A língua deste gentio toda pela costa é, uma: carece de três letras – scilicet, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; (...)”. GANDAVO, Pero Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. (p.65). A sedentarização, a criação de gado e a emergência da agricultura também são outros desses grandes divisores que separam, desde o ponto de vista europeu, as sociedades estatais civilizadas e aquelas consideradas ‘bárbaras’ ou ‘selvagens’. Cf. CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado [1974]* in A Sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac-Naify, 2012.

replicado o modo de pensar bárbaro-civilizado: dessa vez, o polo civilizado se encontra junto aos romanos (estendido aos castelhanos, seus herdeiros) e o polo bárbaro do lado das populações de fala basca. Devemos lembrar que a escritura vem ganhando destaque na cultura nobiliárquica ibérica desde finais do século XV frente a oralidade: enquanto a fala emudece, a escrita “*permanece e siempre habla*”²¹⁶; firmando-se como um dos modos principais de conservação da memória (sendo as próprias crônicas um produto direto desse movimento), distanciando-se da fala. A língua basca, por sua vez, possuía um forte vínculo com a oralidade. Nesse texto é colocada em oposição ao Latim, que além de falado nas formas romances, possuía uma relação intrínseca com a escrita (por meio da qual se escrevem as leis).²¹⁷ Essa força escriturária latina - em oposição ao Basco - é um problema que circulará vivamente na época de Felipe II, como veremos no próximo capítulo.

1.5 Beuter: o altaneiro e inexpugnável muro chamado Pirineus

A Primera parte de la Coronica general de toda España, y especialmente del reyno de Valencia. Donde se tratan los estaños acaecimientos que del diluvio de Noe hasta los tiempos del Rey Iayme de Aragõ, (...) de Pere Anton Beuter foi publicada originalmente no idioma valenciano (considerado, por vezes, uma variante dialetal do Catalão) no ano de 1538 e, posteriormente, traduzido ao castelhano com alterações em 1546. Esse autor entrará vivamente na discussão acerca do primeiro local de povoamento por Tubal:

El lugar donde Tubal aportó en España no se sabe de cierto, aunque muchos por rastros que a ellos parecen suficientes digan muchas cosas y muy diversas. Mas como quiera que ellos digan, no es de creer que viniendo Tubal por mar de la tierra donde se embarcó que fue en Jaffa, o alguna parte de aquellas vecinas, que están en disposición para el viaje de levante hacia España que esta al poniente donde Tubal venían

²¹⁶ NAVARRA LABRIT, Pedro. *Diálogos entre la diferencia del hablar al escribir*, 1565. (p.94) apud BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998. (p.34).

²¹⁷ O Latim seria uma língua sagrada, como já observamos em nota, nesse sentido é bastante utilizado como um índice civilizacional dentro da cultura cristã: “ (...) *uno de los primeros ejemplos de consciencia de la pluralidad de lenguas fue llamar bárbaros a los que no hablaban griego o latín, identificando, así, su diferencia – primero geográfica, más tarde cultural – con la diversidad lingüística o la incomunicación a través de la lengua. A la llegada del Renacimiento, la contraposición de lo bárbaro y lo grecolatino había terminado por transformarse en uno de los argumentos preferidos a través de los cuales tomaba cuerpo la llamada polémica de savants y rustiques, ese debate cultural en el que la alta Edad Moderna quiso enfrentar, con cambiante suerte, la sabiduría y la rusticidad, o, lo mismo, la discreción y el apetito desmedido, la justicia letrada y la justicia informal, la corte y la aldea, etc, etc.*” BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna* (siglos XV-XVII). Madrid: Akal, 2018 (p.25).

que llegando a la costa de España, que es dende Leocata o cabo de Creus hasta Caliz, hubiese de rodear el mar para ir a desembarcar a Portugal, o Vizcaya, o alguna ribera a la parte de mar océano: como sea natural cosa a los navegantes desembarcar en el primer lugar que llegan de la tierra a donde van. Pues claro está que viniendo Tubal a poblar España tomaría la tierra en algún lugar cerca de los montes, que son los mayores de la España y son su lindero, o límite con que la naturaleza le ha separado y dividido de Francia. ²¹⁸

Desse modo, utilizando-se da faculdade da verossimilhança enquanto método histórico plenamente circulante nos meios eruditos, Beuter alega que Tubal teria chegado originalmente na Catalunha, no Cabo de Creus [*Leocata*]: o ponto mais oriental da Península Ibérica, já que seria lógico parar no primeiro ponto terrestre desde sua viagem a partir de *Jaffa*. Portanto, seria inverossímil que tivesse rodeado a Península em direção a Portugal (indo contra a tese de que Setúbal seria a primeira povoação organizada) ou Biscaia. O Cabo Creus seria o *locus* primordial - e não poderia ser de outro modo - já que é justamente aí onde se localiza o princípio dos montes Pirineus, fronteira “natural” entre França e Espanha; ²¹⁹ nada seria mais adequado aos primeiros espanhóis do que definir sua fronteira: “(...) *la primera población de España fue en los montes Pirineos, que son el muro de España, que la dividen de Francia, (...)*”.²²⁰

Assim, Beuter atualiza as teses medievais de Jimenez de Rada e da Crônica de Afonso X de que o povoamento teria se iniciado pelos Pirineus, mas desta vez, localiza o feito na porção catalã especificamente. Evidentemente, devemos desconfiar da substancialidade da cadeia montanhosa enquanto “fronteira natural” atribuída pelo

²¹⁸ BEUTER, Pere Antón. *Primera parte de la Coronica general de toda España, y especialmente del reyno de Valencia. Donde se tratan los estraños acaecimientos que del diluvio de Noé hasta los tiempos del Rey Iayme de Aragõ, (...)*. (Lib primero, cap. VI, fols. XIII & XV). Valência: Ioan Mey Flandro, 1563 [1546].

²¹⁹ Beuter localiza os pirineus geograficamente da seguinte maneira: “Dijimos que por la parte de Cataluña empieza a Leocata, y fenece en unas sierras llamadas de Lasquivel, entre Fuenterrabía [Guipúzcoa] que está pegada a sus vertientes a la parte de Francia, y el pasaje, que es un puerto de mar de tres leguas lejos de dichas sierras, y una legua antes de la villa de San Sebastián. Las vertientes de los montes que están hacia Francia están peladas en muchos lugares y sin árboles, o verdura. Las que están hacia España, llenas de árboles (...) frutales, todas verdes y hermosas, y por eso muy pobladas todas. Empezando pues cabo el mar Oceano, donde juntan con estos montes la provincia de Guipúzcoa por la parte de España, y por la de Francia, tierra de Vascos, siguen por España sobre la valle de San Esteban, donde son las villas de Lesaca y Guciuta en termino ya de Navarra. Y siendo los cerros de los Pirineos sobre estos llanos, pasan sobre los valles de Baztán y Ezcua que llaman Rocidavalle, o Rocervalles (...)” BEUTER, Pere Anton. *Op. Cit.* (Lib. Primero, cap. XXX, fol.XCIC). Desse modo, os Pirineus se estendem desde a Catalunha, passando por Navarra, chegando até Guipúzcoa. O cronista aproveita para ressaltar que a vertente francesa da cadeia montanhosa é pobre em árvores frutais (necessária à sobrevivência dos primeiros descendentes de Tubal) e despovoada, ao contrário da espanhola, abundante em árvores e densamente povoada.

²²⁰ BEUTER, Pere Antón. *Op. Cit.* . (Lib. Primero, cap.VI fol.XV).

cronista, os Pirineus são produto de um agenciamento discursivo que permite um acoplamento natureza-cultura,²²¹ funcionando enquanto dispositivo político que se reporta a interesses de delimitação cultural e territorial, subsidiando uma tentativa de definição do conceito Espanha. Desse modo, Beuter é um dos constituidores do chamado “pirineísmo”, ou seja, uma vertente que enfatiza esse *locus* como a essência do povoamento e da cristandade ibérica.²²² Para o autor, é indiscutível que a primeira povoação se dera nos Pirineus catalães; apenas não se sabe ao certo qual fora a vila primordial. Recuperando Annio, destaca a fundação de Tarragona - e confirmando sua afinidade com os territórios da Coroa aragonesa - sublinha a fundação das vilas de Amposta [Catalunha]; Caspe [Aragão] & Sagunto [Valência] por Tubal [fig.7], as quais não aparecem em outras crônicas. Cita também a possível fundação de Tafalla & Tudela [Navarra] pelo neto de Noé, indicando, não obstante, que esta seria a versão de historiadores navarros.

Nessa mesma linha, aponta a pretensão de alguns cronistas de que Setúbal fosse a primeira povoação organizada, fato do qual discorda diretamente, como vimos. Por fim, traz à baila a visita de Noé a seu neto: acompanhada pela fundação de Navia [Astúrias] e Noya [Galícia], repetindo a versão de outros cronistas. Nesse sentido, indica que um costume tão comum como o jogo de cara e coroa [*cara o cruz* em castelhano] fora estabelecido pela patriarca bíblico, a partir de uma moeda feita em sua homenagem na Península:

(...) *donde quedó la moneda esculpida de la una parte de una cabeza con dos caras,*²²³ *en memoria de Noé, que había tenido dos*

²²¹ Agenciamentos são formas de arregimentação do discurso, procedimentos que operam na criação de modos de enunciação: “A unidade real mínima não é a palavra, nem a ideia ou o conceito, nem o significante, mas o agenciamento. É sempre um agenciamento que produz os enunciados. Os enunciados não têm por causa um sujeito que agiria como sujeito da enunciação, tampouco não se referem a sujeitos como sujeitos de enunciado. O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, populações, multiplicidades, territórios, devires, afetos, acontecimentos”. DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998 (p.65). Devemos essa noção de natureza-cultura enquanto uma proposta metodológica, que desconfia da cisão natureza/cultura, operada pela ciência moderna e coroada pela filosofia kantiana (onde ganha sua constituição “verdadeiramente canônica”; o que era uma simples distinção adquire o estatuto de total separação) a Bruno Latour [Cf. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013; p.56].

²²² ARRIETA, Jon. “La persistencia del cantabrismo y otros tópicos historiográficos y jurídico-políticos en el País Vasco: adiciones en perspectiva comparada” In: *Historia iuris: estudios dedicados al profesor Santos M. Coronas González*. KRK, 2014. p. 351-377. (p.371).

²²³ Essa é uma referência clara ao vínculo entre Noé e Jano, alcançada pelo evemerismo, sendo que este era representado com duas faces opostas que se referiam a uma visada ao passado e outra ao futuro. “Que nume

conocimientos, el uno de los que fueran antes del diluvio, el otro de los que fueran después. En la otra parte de la moneda estaba la figura de una barca, por memoria que en el arca se salvara de las aguas, (...). Y se hizo un juego con que jugaban los mozos alzando en alto la moneda, y tomando la cabeza, o barca que se vería cuando fuese caída. De esto habla Macrobio. ²²⁴

Noé é apresentado como essa força primordial “mítica”, fundadora dos costumes. Vemos seu legado conectado ao advento da moeda (que constitui mais um índice civilizatório) e de um jogo cotidiano de azar,²²⁵ ressalte-se que nessa moeda estão timbrados seu rosto duplicado e a barca que conduziu à salvação do gênero humano. Agora, vejamos como Beuter se posiciona acerca da questão da língua primitiva da Espanha:

En las partes de los Pirineos a la mar mayor, que son valle de Roncal y Salazar, valle de Ezcua, valle de San Esteban [vales navarros pirenaicos, à época bascófonos], y los contornos destes lugares, que descenden en Guipúzcoa, y costeano el mar se extienden por Álava y Vizcaya, quedaron los cristianos tan exentos de los Moros, como primero lo fueran de los Romanos, conservando hasta hoy la lengua que antes tuvieran. No que crea yo ser aquella lengua española que usaron los hijos de Tubal primeros pobladores de España después del diluvio, porque ni es Aramea como hablaban antes del diluvio, ni es Caldea, ni se parece con ellas, y como en decurso de tantos años como de entonces hasta los Godos pasaron (en que tantas diversidades de gentes acá vinieron, y de necesidad hubieran de conservar estos pueblos) se ha de creer que por la conservación se les apegaron algunos vocablos de su primera lengua primera, de que derivaron otros

és tu porém, biforme Jano, para que os versos meus te não falassem? Deidade igual a ti não teve a Grécia! Por que razão também, só tu desfrutas esse ver simultâneo atrás e avante? “OVÍDIO. *Os Fastos*. Trad. Antonio Feliciano de Castilho seguido por copiosas anotações por quase todos os escritores portugueses contemporâneos. T.1. Lisboa: Imprensa da Academia Real das Ciências, 1862. (p.13).

²²⁴ BEUTER, Pere Anton. *Op. Cit.* (Lib. Primero, cap. VII. fol. XVII).

²²⁵ “(...) o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’. (...) O mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total como, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição.” ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972. (p.9). O interessante do texto de Eliade é considerar a relação do discurso mítico como uma realidade, e não partir do pressuposto de seria uma ilusão/falsidade: o lugar desse trabalho, entretanto, reside na tentativa de compreensão do encontro do que seria um método histórico frente ao “mito”, sendo justamente o desafio dessa pesquisa não operar na dicotomia história-mito [Cf.. NAVARRETE LINARES, Federico. “Las fuentes indígenas más allá de la dicotomía entre historia y mito.” *Estudios de cultura Náhuatl*, nº 30, 1999], especialmente pelo fato de que essa dicotomia não faz parte da problemática das crônicas. Por outro lado, entendemos que as categorias utilizadas por Eliade como “sobrenaturalidade” e “instituição” são decalques da cultura europeia sobre sociedades não-ocidentais que operam com o pensamento mítico.

vocablos mestizos: es de razón pensar que no es aquella lengua tan pura, como entonces usaban. ²²⁶

Desse modo, o cronista valenciano alega que o Basco seria a língua antiga da Espanha, entretanto, nega que pudesse ser a língua falada por Tubal e seus descendentes: isso não seria possível na medida em que o *Euskera* não teria vínculo com a língua caldaica pós-babélica e tampouco com o aramaico pré-diluviano, rompendo assim qualquer possibilidade de vínculo direto com Tubal (personagem pós-babélico) e Noé (o qual possivelmente fosse falante do aramaico, pois sua longa vida precede e supera Babel).²²⁷ Apesar de louvar o fato da região bascófona ter resistido à influência romana e moura; acusa a língua basca de não ser uma “língua pura” – por ter recebido influências exógenas, as quais legaram vocábulos mestiços: nesse sentido vemos que “mistura” e “mestiçagem” aparecem como categorias acusativas que afastam uma população/língua da civilização.²²⁸

Segundo Beuter, desde as investidas romanas, as populações cristãs se refugiaram nas montanhas nortenhas, nas regiões de Astúrias, Biscaia, Álava, Guipúzcoa, Navarra e Aragão. Já vimos que as regiões de Biscaia, Álava, Guipúzcoa e os vales de Navarra são associados à antiguidade de linhagística por meio do exemplo do *Euskera*. E como justifica a antiguidade das demais porções ao Norte?

*En tiempos de los Godos comúnmente se hablaba casi en toda España una sola lengua, que habían introducido los Romanos, y los Godos se hicieron a ella, dejando la propia suya bárbara que sacaran de su tierra. Venidos los Moros quedó la lengua española en Aragón y Asturias, donde salieron la lengua Aragonesa, y Castellana, al principio en muy pocas cosas discrepantes, y con el decurso del tiempo ahora en nuestros días tenidas por lenguas diferentes, aunque salidas de una misma raíz.*²²⁹

Desse modo, fecha-se o ciclo de enobrecimento das populações nortenhas da Península: em Aragão e em Astúrias restaram a língua de origem romana apropriada pelos

²²⁶ BEUTER, Pere Anton. *Op. Cit.* (Lib. Primero, cap. XXX, fol.C).

²²⁷ Segundo o Genesis 9:29; Noé faleceu com 950 anos.

²²⁸ Essa discussão adquire uma relevância adicional na medida em que peninsulares passam a viver nas regiões coloniais, especialmente na América: “*Were the descendants of Spaniards who settled in non-European regions, and specially Americas, genuine Spaniards?*” FEROS, Antonio. *Op. Cit.* (p.65). Desde o século XVI emerge a questão se os espanhóis nascidos nas américas eram espanhóis genuínos, ou se por influência do clima e possíveis misturas com nativos essa espanholidade degeneraria.

²²⁹ BEUTER, Pere Anton. *Op. Cit.* (Epístola).

godos, que são valorizados enquanto portadores de um *telos* interrompido pela “invasão” islâmica, cuja glória foi recuperada nos tempos dos Reis Católicos. Curiosamente, o cronista chama a língua originária dos godos de bárbara, fato neutralizado pelo seu abandono em prol da incorporação de um modo de comunicação latino (cujo vínculo com a civilização era recorrente nas crônicas), essa língua românica seria a “língua espanhola” falada em “quase toda a Espanha” durante período visigótico: daí, surgiram as línguas aragonesa e castelhana, as quais - apesar de distintas - teriam uma raiz comum. Há, por um lado, a prevalência de Aragão e Astúrias na origem dessa língua civilizada, na medida em que foi nesses territórios onde esse meio de comunicação ficou preservado durante a presença islâmica na Península. Beuter era natural de Valência e sua crônica, em sua primeira versão, era uma história regional: por isso, o autor destaca em sua narrativa o papel histórico das territorialidades da Coroa de Aragão no conjunto hispânico. Assim, por meio da análise do contexto da escrita da crônica, justifica o fato de ter traduzido sua obra do valenciano para o castelhano:

Pues como el tiempo ha traído la diversidad de tantos reinos como en España se partieron (por la venida de los Moros) en un general y solo señorío, excepto el reino de Portugal, parece que el mismo tiempo requiere que sea en todos una común lengua, como solía ser en la Monarquía primera de España en tiempos de Godos, Luego no es razón que a nadie parezca mal, que siendo valenciano natural, y escribiendo de Valencia, a los regidores de ella, escriba en Castellano, lengua estraña para Valencia, por el respecto y provecho común, y divulgación mayor en toda España de las gracias que Dios ha concedido a este reino, que no se le hace a la lengua Valenciana perjuicio en ello, (...) exprime los secretos y profundos conceptos del alma, y despierta el ingenio a vivos primores, de donde le resulta un muy esclarecido lustre.²³⁰

Para nós, é relevante o modo como Beuter realiza sua argumentação, pois nela estão contidas relações de força que perpassam a performance de escalas de identidade que se reportam à configuração politerritorial da Monarquia Católica. Fernández Albaladejo realiza uma análise fundamental no que se refere à formação dessas diferentes escalas:

La referencia a Espanya presente en una y otra obra no resultaba en este sentido algo casual ni gratuito: se reivindicaba una historia regnícola pero al mismo tiempo se proclamaba su inserción dentro de una entidad de radio superior, se daba por supuesto su encaje en una Hispania firmemente enraizada en el imaginario colectivo sin que, por otra parte, ello implicase ninguna especie de conflicto en relación con

²³⁰ *Ibidem.* (Epístola).

*las exigencias que pudieran derivarse de las más acrisoladas lealtades regnícolas.*²³¹

Há uma tentativa perene na cronística quinhentista e seiscentista em harmonizar o pertencimento a um conjunto hispânico e - ao mesmo tempo - não perder a conexão com a pátria de nascimento:²³² a Monarquia se compunha enquanto um conjunto plural de territórios, com diferentes realidades jurídico-políticas, sendo essa uma realidade intrínseca ao seu cotidiano e funcionamento administrativo. Esse arranjo complexo se impunha como um conjunto vívido de forças, em relação ao qual os reis tinham de se haver enquanto um desafio para o governo. Para nós, mais importante do que identificar a existência dessa relação entre diferentes escalas de pertencimento é compreender de que modo ela foi constituída nos textos em que estudamos, quais problemas, conceitos e objetos estão em jogo.

No texto de Beuter, é destacada a configuração política inaugurada por Carlos V, na qual todos os reinos ibéricos - à exceção de Portugal - estão sob um mesmo soberano. Sendo assim, há uma necessidade de haver uma língua que possibilitasse a comunicação geral: essa língua seria invariavelmente o castelhano, um meio de comunicação adequado e comum para a “Espanha” dos Habsburgo, remontando a unidade linguística dos tempos dos visigodos, conforme explicita a crônica. Por outro lado, o valenciano, sua língua materna,²³³ é valorizado enquanto um modo de comunicação que exprimiria os “profundos conceitos da alma” e nada perderia frente à língua de Castela: mais uma vez a língua aparece como fator fundamental na criação de identidades e na relação entre escalas de pertencimento.

²³¹ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Op. Cit.* (p.43).

²³² Gil Pujol disserta de modo preciso acerca dessa questão: “*La superposición de entidades políticas, desde la ciudad al reino y a la monarquía, e incluso bajo el imperio de Carlos V, permitía a los individuos tener varias identidades simultáneas, si así lo deseaban. Semejante pluralidad de identidades, que eran perfectamente compatibles entre sí, (...), es uno de los rasgos característicos de la vida política y cultural de la Edad Moderna, y muy particularmente de las monarquías compuestas*”. GIL PUJOL, Xavier. *Op. cit.* (p.52). Acerca dessa relação: “*La fuerte lealtad a la comunidad natal (la patria del siglo XVI no era incompatible por sí con la ampliación de la lealtad a una comunidad mayor.*” ELLIOTT, John. *Una Europa de Monarquías Compuestas* In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Madrid: Taurus, 2010. (pp.39 & 40).

²³³ Beuter destaca o parentesco do valenciano com o catalão: “(...) como parece claro en la lengua nuestra Valenciana, que naciendo de la Catalana, parece diversa de ella.” BEUTER, Pere Antón. *Op. Cit* (Lib. Primero, c. XXX, fol. C). Lembremos que Tubal teria adentrado a Península pela Catalunha, deste modo ao mesmo tempo que ressalta a singularidade da língua valenciana, ressalta seu parentesco com a catalã.

Nesse capítulo, vimos como as crônicas na época de Carlos V circularam determinados eixos problemáticos, ensejando diferentes posicionamentos no que diz respeito às versões acerca das origens da Península Ibérica. Nesse sentido, a questão de quem eram os espanhóis primordiais perpassava todas elas. O desafio de localizar a substância da autoctonia hispânica produziu uma interessante polêmica na qual estavam em jogo a proeminência de determinada região no contexto da Monarquia Católica. Sendo assim, a pergunta acerca da ontologia do território hispânico e dos espanhóis ensejou uma viva disputa que envolveu uma competição pela civilização, cujas bases residiam na busca por uma pureza na língua, nos costumes e na linhagem. No próximo capítulo, analisaremos como essa polêmica se transformou no contexto de Felipe II - grande incentivador das chamadas histórias *pro patria* – e como a incorporação do reino de Portugal às possessões dos Habsburgo potencializou uma relação dos discursos lusos sobre as origens da Península Ibérica. Vejamos, pois, como se deram essas complexas relações entre escalas de identidade no período do rei Felipe.

CAPÍTULO 2 - DE FELIPE II A FELIPE IV: O TUBALISMO *PRO PÁTRIA*

2.1 Esteban de Garibay: em busca dos verdadeiros espanhóis.

“¿Somos españoles?” é a pergunta feita por de Sabino Arana, fundador do Partido Nacionalista Basco, no artigo homônimo de seu jornal *Bizkaitarra* (1893). Apesar da distância de mais de três séculos entre este personagem e Esteban de Garibay, essa questão também poderia ser respondida pela crônica do guipuscoano (cuja resposta, certamente não agradaria Arana). Entretanto, não podemos dizer ser exatamente o mesmo problema para ambos, já que estão inseridos em campos discursivos, relações epistêmicas, intenções e contextos diferenciados. A questão colocada no século XVI pelos autores bascos poderia ser reposicionada: “Quem são os (verdadeiros) espanhóis?”. Essa situação inicial, que coloca face a face dois textos extemporâneos, é bastante interessante para nós, pois introduz a questão do conceito de comunidade política, nos permitindo aprofundar as noções de espanhol, basco, biscainho e cântabro em finais do século XVI, as quais são muito diferentes daquelas empregadas em finais do século XIX.²³⁴

Antes de trabalharmos esses conceitos pátrios, vejamos como Garibay tornou-se cronista de Felipe II. Esteban de Garibay y Zamalloa [1533-1599], proveniente de uma nobre linhagem guipuscoana, formou-se em Direito Civil e Canônico pela universidade de Oñate [1544]. Empreendeu viagens pela Península e exerceu cargos públicos em Guipúscoa, recolhendo material para a escrita de *dos XL libros del compendio historial* [1571], uma extensa obra que se propôs a historiar todos os reinos peninsulares desde seus primórdios até a época de Fernando, o católico. Acerca da obra, afirma Fernández Albaladejo:

En el prólogo ‘a la Católica Majestad’ [Felipe II] de su principal obra, el autor trataba de hacer ver al monarca la dimensión neoimperial de su fabulosa herencia, desplegando a continuación un plan de trabajo que, partiendo del reconocimiento y entidad de la época de ‘los antiguos y primeros Reyes de España’ se articulaba con una historia rigurosamente individualizada de ‘todos los reynos de España’, Granada incluido. Castilla contaba con una atención preferente, pero su historia no anulaba la de los restantes reinos. Los *Quarenta libros del Compendio*

²³⁴ Importantes deslocamentos semânticos; conceituais e políticos são eficazmente analisados desde o século XVI ao XIX no mundo hispânico na obra FEROS, Antonio. *Speaking of Spain: the Evolution of Race and Nation in the Hispanic World*. Cambridge: Harvard University press, 2017.

Historial se ofrecían así como una historia plural de reinos en el seno de un cuerpo político de perspectiva imperial.²³⁵

O compêndio foi redigido e impresso por iniciativa do próprio autor, o qual arcou com os custos da publicação, composta na tipografia mais famosa de sua época: a de Plantino em Amberes, onde fora impressa a Bíblia Poliglota de Arias Montano, que intermediou as relações entre Garibay o impressor.²³⁶ O empreendimento foi tão dispendioso que o guipuscoano contraiu uma dívida cujo pagamento, em atraso, rendeu-lhe complicações judiciais.²³⁷ A eleição da tipografia buscava garantir a ampla circulação da obra, conferir-lhe legitimidade e difundir ao máximo seu conteúdo, ampliando ao máximo sua circulação e qualidade. Sua trajetória a partir da publicação do compêndio, demonstra a tentativa de aproximação da corte e do rei:

La pretensión de ser cronista de Felipe II la tenía Garibay desde hacía muchos años de que le llegara el nombramiento, [...]. Una exposición del año de 1576, indica como en efecto, en el año de 1574, ya había pedido aquella merced y alguna ayuda de coste, a causa del trabajo y dinero que había gastado en su ‘Compendio...’, obra que los de la cámara habían considerado muy buena y útil.²³⁸

Em 1592, Garibay finalmente consegue obter o almejado título de cronista do rei com ajuda dos influentes cortesãos guipuscoanos da família Idiáñez. Durante o governo de Carlos V, Felipe II e Felipe III, destacou-se um grupo de “*hombres de pluma*” bascos (também chamados “biscainhos”)²³⁹ como secretários, conselheiros e contadores na corte. Esses bascos tomaram o lugar de muitos burocratas cristãos-novos, beneficiando-

²³⁵ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Entre “godos” y “montañeses”*: reflexiones sobre una primera identidad española. *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007. (p. 307).

²³⁶ CARO BAROJA, Julio. *Los vascos y la historia a través de Garibay* in *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. San Sebastián: Editorial Txertoa. 1995a. (p.252).

²³⁷ SÁNCHEZ ALONSO, B. *Historia de la historiografía española. Ensayo de un examen de conjunto*. V.II (De Ocampo a Solís). Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1944. (p.23).

²³⁸ CARO BAROJA, Julio. *Op. cit.* (p.266).

²³⁹ “El historiador [Garibay], al caracterizar los guipuzcoanos en conjunto, [...] dirá que son ‘de buena habilidad, (...) para las cosas de la pluma [...]’. ‘Las cosas de la pluma’ son, en primer término, el arte de escribir bien desde el punto de vista material. La caligrafía y los conocimientos auxiliares, como el manejo de tintas, péñolas, papelas, etcétera. En segundo, las matemáticas usuales en la administración de negocios públicos y privados (la contabilidad), en tercero la redacción de cartas y papeles de negocios.” CARO BAROJA, Julio. *Op. cit.* (p.235).

se da “sociedade de religião única” nos tempos dos Habsburgos, apoiando-se nos critérios de “limpeza de sangue” vigentes.²⁴⁰

As ideias que Garibay difundiu em seu compêndio acerca da monarquia de Felipe II eram, como esperado, grandiosas. A época do Rei Prudente seria o clímax da história universal. Para chegar a essa conclusão, realiza uma análise comparativa entre o império romano e o império do rei Felipe:

*A cuya catholica persona y a su amplísima monarquía d'el orbe nuevo por diversas y justas causas compete el título tan benemérito de Emperador d'el Nuevo Mundo: porque cuando Cayo Julio Cesar, vecino d'el Pueblo Romano, que fue su primer imperador había podido dominar en el Mundo Viejo: harto mejor y con muy santas y católicas causas V.M es propietario de este título de Emperador y Monarca d'el Nuevo Mundo. Porque fuera de ser todo suyo, no sin admirable providencia de nuestro grande Dios, tenía el consistorio de años de la creación d'el cielo y tierra, reservada a la conquista de su grande monarquía entre todos los Reyes y naciones de tantos siglos pasados, para solo V.M y sus poderosos progenitores, padre, y abuelos y bisabuelos de inmortal y santa recordación. [...]. Si los emperadores del Mundo Viejo de cuya sangre cabe más a V.M. que a ningún Príncipe de nuestros tempos, estimaron mucho, de llamarse de Cesarea Majestad, quanto con más santo y católico título sus sucesores, Emperadores de la monarquía d'el Nuevo Mundo, se podrán preciar más, de intitularse de Philipica Majestad en los siglos futuros, [...].*²⁴¹

Como Felipe II não herdou de Carlos o Sacro-império romano-germânico, recorreu às produções de historiadores, juristas e políticos para legitimar e constituir uma nova ideia de império.²⁴² Segundo Albaladejo, foi recuperada a ideia de império particular – cada rei seria imperador em seu reino – cuja gênese remonta ao crepúsculo da Idade Média. Nesse momento, por outro lado, temos uma realidade inexistente no medievo: as possessões americanas fornecem um novo subsídio para a conexão entre a Monarquia Católica e império. O Rei Prudente e seus propagandistas,²⁴³ apresentavam-no como o bastião do verdadeiro cristianismo na Europa e na Novo Mundo (entendido como um

²⁴⁰ IMÍZCOZ, José María. “Las élites vasco-navarras y la monarquía hispánica: construcciones sociales, políticas y culturales en la edad moderna”. *Cuadernos De Historia Moderna*, n. 33, p.89 – 119, 2009. (pp. 91 & 92).

²⁴¹ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Los XL libros del compendio historial de las chronicas y vniuersal historia de todos los reynos de España (...)*, Impreso en Anvere spor Cristophoro Plantino, prototypographo de la catholica magestad, 1571.(Prólogo).

²⁴² FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Fragmentos de monarquía. Trabajos de historia política*. Madrid: Alianza Editorial, 1992. (p. 68).

²⁴³ Sobre o conceito de propaganda nesse contexto: BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998.

espaço para a expansão da fé católica), atualizando a concepção de *Universitas Christiana* cujo líder seria Felipe.²⁴⁴ Os investimentos conceituais de Garibay nesse âmbito vão nesse sentido, esforçando-se para delinear uma noção singular império hispânico. Para o guipuscoano, sua expansão, dentro e fora da Península, é fruto da vontade divina. Por isso, Felipe poderia intitular-se “*Emperador y Monarca d’el Nuevo Mundo*”, superando Júlio César, imperador do “velho mundo”. A constituição de sua soberania se relacionaria com sua linhagem, remontando aos seus bisavôs (Isabel e Fernando) e seus sucessores. Essa referência era estratégica, na medida em que desde os Reis Católicos se consolidava a imagem do nascimento de uma nova *Hispania*.²⁴⁵ Assim, os descendentes de Felipe poderiam ostentar o título de “Philipica Magestad”, dando seguimento a um título que supera em grandeza o de “Cesarea magestad”.

Se a Monarquia chegou a ser esse vasto e poderoso império, é porque teve um princípio igualmente grandioso. Para o cronista era evidente quem fora seu personagem fundador: “*Patriarcha Tubal, universal padre de los verdaderos y originales españoles*”.²⁴⁶ O cronista se lança em uma investigação acerca de quem seriam os indígenas ibéricos. Nesse sentido, entra o papel da escrita da história em sua relação intrínseca com a memória dos príncipes:

(...) y querría saber, en sus cosas no merecieron ser puestas y notadas en las historias, si a cabo de cincuenta años que mueran, hay memoria de ellos, y de su mucha autoridad, mando y privanza, mas que si nunca hubiera tal cosa pasado? Lo mismo podemos decir, de los que pugnaron, y hoy día pugnan, de erigir grandes estados, y fundar mayorazgos, y alcanzar por otras vías grandes riquezas, y no menos de los que con diversas formas y rodeos trabajan noche y día, por acceder a grandes dignidades. De manera que a todas estas cosas, ya a las demás, sola la historia es la que da vida y perpetuidad, y la que hace, que todo se conserve constantemente de siglos en siglos, sin que la polilla, y el hollín, ni los gusanos, ni el curso del tiempo, ni el fuego, ni el agua, ni los demás elementos, y casos adversos, que cada día acontecen, las basten consumir y deshacer.²⁴⁷

Seguindo sua argumentação, a história torna tudo presente, é um guia para a tomada de decisões virtuosas, um modo de vencer as forças que levam ao esquecimento.

²⁴⁴ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Op. cit.* (pp. 60 & 72).

²⁴⁵ FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

²⁴⁶ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. I, C.X, fol.24).

²⁴⁷ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. I, C. III, fol.9).

A grandeza só pode ser garantida pela escrita da história: algo ou alguém que não seja registrado em palavras é relegado à não-existência.²⁴⁸ Portanto, o registro escrito do passado é a única forma de garantir uma existência perene e – praticamente - indestrutível. A história é um modo de enobrecimento, seu poder é até mesmo maior que a fundação de *mayorazgos*,²⁴⁹ ou seja, relaciona a transmissão das ideias por meio da escritura com a transmissão patrimonial típica da nobreza ibérica.²⁵⁰ Isso nos leva ao pensamento genealógico da época: escrever a história das linhagens é garantir sua origem, portanto sua nobreza. Desse modo, mais uma vez, o debate acerca do local de chegada de Tubal emerge:

Diferentes opiniones y gran discrimen hay entre nuestros cronistas, sobre las tierras, donde comenzó Tubal su primera habitación y poblaciones, queriendo entre los auctores d'este tiempo Florián do Campo, que en Portugal, por hallar allí el nombre de Setúbal, que con el de Tubal tiene mucha afinidad, [...], sintiendo opiniones diferentes como en cosa tan antigua, en que ha falta de autores, los indicios y conjeturas, fundadas en buena razón, tienen grande fuerza. Otros autores, especialmente, de historias de Navarra, dan causas y razones suficiente fundamentadas, para probar haber hecho Tubal su asiento en las tierras suyas, especialmente en las montañas de la misma región, y de la de Cantabria, y aquí dicen, que paró,[...]. Eran de harto número, a lo que se cree, las compañías que Tubal traía, [...]. Con estas gentes llegado Tubal a aquella región, [...], comenzó a hacer sus estancias y habitaciones por las montañas de Navarra, y por las de Cantabria, que es la tierra, que hay entre las aguas de Ebro, y el mar Océano Cantábrico. ²⁵¹

²⁴⁸ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. I; C.I, fol. 3).

²⁴⁹ *En efecto, si el mayorazgo no es otra cosa que la vinculación de un cuerpo de bienes con carácter inalienable, que se transmite de generación en generación mediante un orden sucesorio prefijado en esta última condición radica su mayor peculiaridad, (...). El más frecuente de todos, con diferencia, fue el que se denomina mayorazgo regular, aquel que prima al varón sobre la mujer pero sin excluirla en ningún caso. Es decir, que en cada generación heredarían antes los hombres, ordenados por su nacimiento, y tras ellos, si mueren sin descendencia, les correspondía la sucesión a sus hermanas en idéntica forma.* SORIA MESA, Enrique. *La Nobleza en la España Moderna – Cambio y Continuidad.* Madrid: Marcial Pons – Historia, 2007. (p.226).

²⁵⁰ O *mayorazgo* é um mecanismo típico de transmissão patrimonial no espaço ibérico, havendo elementos análogos em diferentes territórios, como é o caso do morgado ou morgadio em Portugal: “(...) definimos a fundação de morgadio como um acto de regulamentação administrativo-jurídico de um património, no qual também se transmitem modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem”. ROSA, Maria de Lurdes. *O Morgadio em Portugal, Sécs. XIV-XV: Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico.* Lisboa: Editorial Estampa, 1995. (p.20).

²⁵¹ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. IV, C. I, fols.81 & 82).

Por um lado, Garibay considera Ocampo um cronista de grande autoridade e no que diz respeito à história primordial da Península, ambos aceitam os fundamentos legados pela obra de Annio de Viterbo.²⁵² Por outro lado, afirma sua diferença em relação à tese do cronista de Carlos V acerca da povoação primeira: discorda que a primeira vila fundada pelo neto de Noé seria Setúbal. Adiante justifica sua posição, discorrendo acerca do topônimo lusitano:

(...) no siento con los que escriben, que Tubal comenzó su habitación en el reino de Portugal, donde es ahora la villa de Setúbal, a seis leguas de Lisboa, y lo mismo publican los naturales de la misma tierra, diciendo, que es población nueva, fundada, de pescadores, gente de Palmela, villa de Portugal, conjunta con Setúbal: que si va por afinidad del nombre Tubal y Setúbal, en Navarra tiene a Tudela derivado de Tubela, nombre de Tubal, según se escribe en las crónicas de Navarra, y a Tafalla, llamada primero Tuballa, (...).²⁵³

Desse modo, descredita a versão da antiguidade fundacional de Setúbal, usando para tanto os relatos dos naturais da terra que assentem que a vila teria sido fundada como o desdobramento da povoação chamada Palmela.²⁵⁴ O autor do *Compendio* defende que a linhagem de Tubal teria se instalado primordialmente entre o rio Ebro e o “Oceano Cantábrico”, que corresponderia - majoritariamente - às regiões peninsulares de fala basca (chamadas por ele de *Cantábria*). Esse argumento é encontrado, parcialmente, em autores navarros medievais, como a do Príncipe de Viana, onde relaciona os topônimos navarros de *Tafalla* com *Tuballa* e *Tudela* com *Tubela*. Garibay estende a área geográfica da povoação de Tubal por meio de uma relação linguística, a qual ajudará a delinear o conceito de Cantábria, como veremos.

O guipuscoano declara que em matéria tão antiga e polêmica, as conjecturas fundadas em boa razão são um caminho positivo de investigação, abrindo espaço para a argumentação pela verossimilhança. Nesse aspecto, seria impossível para o neto de Noé

²⁵² CARO BAROJA, Julio. *Los vascos y la historia a través de Garibay* in *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. San Sebastián: Editorial Txertoa. 1995. (p. 291).

²⁵³ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. IV, capítulo III, fol.89).

²⁵⁴ A circulação do argumento de Garibay pode ser verificada, por exemplo, no verbete Setúbal do Tesoro: “Setubal, lugar del reino de Portugal marítimo, seis léguas desviado de Lisboa: muchos tienen por opinión haber sido edificado por Tubal, (...). A esto no asiente Garbay, lib. 4 de su compendio historial cap. 3, allegándose a la opinión de los naturales de aquella tierra que dicen ser población nueva fundada por pescadores gente de Palmela, villa de Portugal conjunta con Setúbal”. COVARRUBIAS, Sebastián. *Op. Cit.* [Setúbal].

e sua linhagem parar em regiões litorâneas com o intuito de realizar um assentamento (como o caso de Setúbal), já que traziam consigo a memória “traumática” do dilúvio e, portanto, teriam buscado regiões elevadas para povoar, como as montanhas setentrionais da Península²⁵⁵. A abundância de árvores frutíferas nortenhas seria uma vantagem ecológica para o assentamento, dispensando a prática da agricultura e do pastoreio para a sobrevivência.²⁵⁶ Esse argumento da superioridade natural das terras bascófonas foi um dos pontos levantados por Garibay para atacar a tese de Beuter da povoação pelos pirineus catalães.²⁵⁷

Além disso, subsídios etimológicos e linguísticos são fundamentais como elementos de legitimação discursiva de sua tese. O cronista irá retomar o problema da língua falada por Tubal e seus descendentes, primordial e originária da Península. Esta língua seria o *Euskera*. Vejamos, por meio de um excerto um pouco longo, mas bastante elucidativo, desse argumento:

“(...) pero pareceme, como diversos graves varones de nuestros tiempos ha venido, a concederme, que la lengua de Cantabria, fue la primera que se habló en España, así por las causas y razones que quedan notadas, como por las que se irán notando adelante, en verificación de su población primera, y ella es una de las setenta y dos de la dispersión de las lenguas del mundo, por ser lengua, que con ninguna otra tiene participación. Ser ella la primera lengua d’España, está claro, porque siendo verdad, según queda mostrado, que las regiones de Cantabria y Navarra son después del diluvio la primera población, evidente es, y d’ello se infiere, y concluye, que su lengua es la primera, y vale muy bien este argumento. (...). De grande consideración y misterio es en esta lenguaje, ver, que a lo menos en España todos los niños desde su natividad, traen esta lengua en los labios, porque las primeras palabras que hablan son tayta, que así llaman al padre, y mama, que así llaman la madre: nombre por cierto de la lengua de Cantabria, en la cual al padre llaman ayta, y a la madre ama, de manera que sea por lo que los niños corrompen con su ternéz, o por otra cualquiera causa: la poca diferencia está en sola una letra del principio, que los Cántabros quitan, o ellos añaden: porque en el nombre de aita, ellos añaden la T,

²⁵⁵ “Tuvieron el patriarca Tubal y sus gentes ocasión, de poblar las montañas, así por la necesidad, que para ello tenían, no solo por causa de los alimentos, mas también porque no osaban pasar en lo bajo, que habiendo oído de sus padres la llaga tan fresca del diluvio, en que el mundo fue anegado, querían parar y habitar en las alturas recelando d’otras algunos particulares diluvios, que Dios porventura enviaría al mundo.” GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. IV, C. I, fol.85).

²⁵⁶ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (Livro IV, capítulo I, fol.83).

²⁵⁷ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (Livro IV, capítulo I, fol.85).

*y en el ama la M. Estos mismo niños, cuando quieren, hacer su evacuación dicen caca, que así llaman en esta lengua al estiércol del hombre, y si d'estos ejemplos quisiese referir otros, podría hacer materia tan larga, cuanta nuestra historia no daría lugar, pero esto me parece que basta para documento de la antigüidade d'esta lengua. La cual desde el Patriarcha Tubal hasta nuestros días se ha conservado en esta tierra, sin que jamás se haya podido, introducir otra, ni mezclarse con naciones estrañas fuera de su ley, ahora sea por la fortaleza de las tierras, ahora por la de las gentes, (...).*²⁵⁸

Garibay retoma, por um lado, alguns argumentos de Lucio Marineo Sículo, o qual, como vimos no capítulo precedente, defende a tese do Euskera como a língua originária falada por Tubal e seus descendentes, introduzido nas montanhas basco-navarras. O Basco [língua cântabra] seria uma das setenta e duas línguas provenientes de Babel,²⁵⁹ portanto seria um modo de comunicação singular e único. Ao mesmo tempo que afirma essa singularidade, emparenta-o lateralmente com a língua *aramea* (armênio) pré-diluviano, falada pelo próprio Noé.²⁶⁰ O Euskera seria uma língua “*pura y perfecta*”, que apresentaria apenas alguns vocábulos emprestado do Castelhana, por ocasião da grande comunicação entre a nação dos cântabros e castelhanos. Interessante notar esse mecanismo articulatório, enfatizando a boa convivência entre ambos.

O primordialismo do Euskera defendido por Garibay - um dos principais elementos de seu tubalismo - diz respeito não apenas a um fator de diferenciação dos bascos, mas também, uma aproximação com os “espanhóis”, na medida em que o neto de Noé seria o patriarca de toda a Península Ibérica, por isso afirma que a “*lo menos en España todos los niños desde su natividad, traen esta lengua en los labios*”, já que balbuciam palavras como *tayta, mama e caca*, as quais possuiriam um vínculo com os

²⁵⁸ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (Livro IV, capítulo IV, fol.91).

²⁵⁹ Interessante notar que Garibay ao referir-se ao nome da língua basca a chama de *Enusquera* [Euskera modernamente] ou língua cântabra. Não faz uso do termo “*vizcaíno*”, muito comum à época para referir-se a ela. O porquê dessa omissão pode se relacionar ao fato do cronista ser guipuscoano, e não querer dar preeminência ao Senhorio de Biscaia no que diz respeito ao nome daquela que considera a língua originária da Península.

²⁶⁰ “*Mediante diligencia en ello puesta, está verificado, ser la lengua cántabra, pura y perfecta y con la de Armenia, (...), frisa algo pero no tiene mezcla con la Latina, ni con la griega, y mucho menos con la Hebrea, y no con la Caldea, no con la francesa y la flamenca, borgeñona, inglesa, tudesca, úngara, no turquesa, ni árabe, sino que es pura, y si algunos vocablos de pocos tiempos a esta parte ha recibido, ha sido de la Castellana, por la mucha comunicación, que hay entre ambas naciones, (...)*” GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. IV, C. IV, fol.92).

vocábulos bascos *ayta* [pai], *ama* [mãe] e *Kaka* [fezes].²⁶¹ Aqui observamos a ação daquele mecanismo articulatório: haveria uma conexão original entre aqueles que mantiveram a pureza intacta da linhagem de Noé (bascos/cântabros) e os demais “*verdaderos españoles*”. Segundo Caro Baroja, Garibay foi o primeiro historiador a “introduzir provas de certo peso” para corroborar a tese *vascoiberista*, ou seja, que o povoamento de toda Península Ibérica teria uma relação direta e primordial com as terras bascas e com o *Euskera*,²⁶² sendo um cronista incontornável para qualquer historiador que queira aproximar-se desses temas.

Por sua vez, a passagem do próprio Noé pela Península - a qual frutificou na fundação das vilas de Noega [Navia] em Astúrias e Noela [Noya] na Galícia – em visita a seu neto, deixou marcas na língua dos bascos, corroborando a relação providencialista do *Euskera* como língua primitiva ibérica:

De algunas gentes vino, con el progreso del tiempo, a llamarse Iano [Jano], consueña com Iauna [Jauna], nombre de la lengua de Cantabria, que significa Señor, y así lo fue de todo el mundo este padre. En la misma lengua de Cantabria no hay otro nombre y simple a Dios dedicado, sino solo este de Iauna, más que en las demás lenguas, exepcto que en Hebreo le llaman Adonay, nombre de admirables secretos: porque los cántabros de los demás que a su altísimo nombre aplican en ella, son compuestos de dos dicciones, como iaungoycoa [jaungoikoa], que es nombre compuesto, que quiere decir Señor de arriba, de Iauna que es señor, y Goycoa de arriba, como que dice, Señor de los cielos, que está arriba: y otras veces dicen Gurejauna, nombre también compuesto, que quiere decir nuestro Señor, (...).²⁶³

Nesse trecho, utiliza da relação evemérica entre Noé e Jano, para conectar este último vocábulo ao termo basco Jaun e Adonai hebraico.²⁶⁴ Desse modo, cria-se uma rede semântica entre Noé, o *Euskera* e o Hebraico. Como ressalta Bouza,²⁶⁵ uma das

²⁶¹ O fato de Garibay incluir tranquilamente entre seus exemplos a palavra “caca” [*Kaka* em *Euskera*] em referência a fezes nos mostra uma referência ao grotesco, que não ofendia os códigos morais da época, ao contrário de uma moral vitoriana (nos termos de Michel Foucault em *História da Sexualidade I – a Vontade de Saber*. Graal, 1984). Esse grotesco relaciona-se com a cultura festiva e carnavalesca, presente na obra de Rabelais como indica Bakhtin em *A Cultura Popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

²⁶² CARO BAROJA, Julio. *Op. cit.* (p.291).

²⁶³ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (Livro IV, capítulo V, fol.93).

²⁶⁴ [Dios]: “(...) Adonai אֲדֹנָי es outro nome de Dios, vale Dominus meus. Exod. Cap. 6. Nomem meum Adonai, nom indicauis eis. Esta em número plural, y em rigor vale Domini mei sed ponitur pro absoluto singlar (...) Adon. TESORO, 1611, (fol. 320).

²⁶⁵ BOUZA, Fernando. *Del escribano a la biblioteca. La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna* (siglos XV-XVII). Madrid: Akal, 2018 (p.25).

estratégias de nobilitação das chamadas línguas vulgares era sua conexão com uma língua considerada sagrada (Grego, Latim e Hebraico). Apontemos também para a glorificação do armênio por Garibay, a língua do próprio Noé, em relação ao qual o Basco teria uma conexão lateral. Nesse caso, o guipuscoano parte da análise do termo Adonai (“meus senhores”), o qual se conectaria com a voz *gurejauna* (“nosso senhor”). Assim, explicita que a sacralidade desse termo se expressa no Euskera com a mesma força do hebraico, encontrando uma semelhança latente entre esses vocábulos.²⁶⁶

Além de *gurejauna*, traz à baila o vocábulo *jaungoikoa*, formado pelos morfemas *jaun* (senhor) e *goiko* (alto/superior), contribuindo na semântica de uma certa *semiótica da altura*. Como vimos, Tubal é relacionado, pelo guipuscoano e outros cronistas, com as montanhas, no caso, com as montanhas das terras bascófonas. Desse modo, contribuiu para o fortalecimento de uma dicotomia entre o montanhoso e a planície, entre o Norte e o Sul, entre um território fortificado (com tendência à conservação autóctone) e outro suscetível a invasões de povos “estrangeiros” (e à mistura).²⁶⁷

De acordo com a episteme de sua época, as investigações toponímicas e etimológicas são um movimento chave. Esse mecanismo é utilizado para realizar os pontos conectivos entre Noé, Tubal, Armênia e Cantábria: “*El patriarca Tubal y sus compañías, con la natural afición, que a su patria Armenia y a otras regiones traían, ponían a las montañas de Cantabria los nombres de los montes, y ríos, y cosas d’Armenia, (...)*”.²⁶⁸ São muitos os exemplos fornecidos, apresentaremos apenas os mais relevantes para nossa argumentação. O primeiro deles - presente no segundo capítulo do quarto livro - é a semelhança entre o topônimo armênio *Gordeya* (referenciando

²⁶⁶ Foucault salienta a relação transparente entre signo e coisa subjacente ao Hebraico, como língua sagrada e perfeita, considerada um reminiscência pré-babélica: “Sob sua forma primeira, quando foi dada aos homens pelo próprio Deus, a linguagem era um signo das coisas absolutamente certo e transparente, porque se lhes assemelhava. Os nomes eram depositados sobre aquilo que designavam, assim como a força está depositada sobre o corpo do leão, a realeza no olhar da águia, como a influência dos planetas está marcada na fronte dos homens; pela forma da similitude. (...). Só há uma língua que guarda sua memória, porque deriva diretamente desse primeiro vocabulário já esquecido; (...). O hebreu carrega, pois, como resquícios, as marcas da nomeação primeira”. FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (p. 47).

²⁶⁷ WULFF, Fernando. *Las esencias patrias: historiografía e historia antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Critica, 2003. (p.42).

²⁶⁸ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. IV, C. II fol.86).

Ptolomeu),²⁶⁹ equivalente ao monte Ararat - onde a arca de Noé parara após o dilúvio - e o conhecido monte Gorbeia (localizado entre Biscaia e Álava). Também em relação ao vocábulo Ararat, propriamente, como aparece no Gênesis,²⁷⁰ são tramadas conexões com topônimos bascos: “*Si algunos siguiendo la Escritura sagrada quisieren decir, quer las montañas de Armenia, donde la Arca de Noé paró, se llaman Ararath: también daré a tales otra montaña en Cantabria, que fue llamada del mismo nombre Ararath, y ahora se dice Aralar*²⁷¹, (...)”.²⁷² Outro indício certo da relação de sua Cantábria com Tubal, é a semelhança toponímica (e monumental) entre uma localidade montanhosa próxima a sua Mondragón natal chamada de Babilônia e a Torre babilônica.²⁷³

Garibay apresenta-se como um hábil artífice da epistémê das similitudes e afinidades, investigando as marcas de semelhança entre os vocábulos. Como nos lembra Foucault, nesse modo de saber: “Buscar o sentido é trazer à luz aquilo que se assemelha”.²⁷⁴ Esse mecanismo de pesquisa também opera no Compêndio em torno do conceito de Cantábria, onde desenvolve uma verdadeira geografia histórica. O capítulo XXVII do primeiro tomo da obra inicia-se com uma descrição mais detalhada de Cantábria, diretamente associada às chamadas guerras cântabras (29 – 19 a.c). Antes de analisar, propriamente, a descrição desse território, é necessário compreender a importância política e histórica do enfrentamento entre cântabros e romanos, para

²⁶⁹ “GORDYÆUS MONS, (R), Géogr. Anc., montagne de la grande Arménie, selon Ptolomée, l.5, c. 13, sur laquelle Nicolas Damascene, cité par Joseph, dit que l’arche de Noé s’arrêta. En ce cas ce seroit la même que le mon Ararath.» DE FELICE, Fortunato. *Encyclopédie, ou, Dictionnaire universel raisonné des connaissances humaines*, Volume 21. Yverdon, 1783.

²⁷⁰ “(...) e no sétimo mês, no ‘decimo sétimo dia do mês, a arca encalhou sobre o monte Ararat”. BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2020. [Gen. (8:4)].

²⁷¹ A serra de Aralar é uma cadeia montanhosa localizada entre Navarra e Guipúscoa.

²⁷² GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (Livro IV, C. II, fol.87).

²⁷³ “Si queremos buscar, para mayor comprobación d’esto el nombre de aquella soberbia fabrica de la Torre de Babilonia, que estas mismas gentes del Patriarca Tubal la vieron, hallaremos en la misma Cantabria, a menos de legua de la villa de Mondragón, donde esta historia se escribe, un sitio puesto de tierra, donde están unos molinos, que hoy día llamada las gentes de Babilonia, sin quitar, ni menguar letra, el cual puesto de molinos del primero llamado de herrerías de Babilonia, como por escrituras públicas antiguas parece. Lo cual resulta verisímil, la similitud de una altísima peña, que comenzando a nacer junto de este sitio y postura, llamada Babilonia, parece, llegar con su altura y sumnidad, a tocar el cielo, como el edificio de la Torre de Babilonia”. *Ibidem.* (L. IV, c. I, fol.85).

²⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (p. 40).

podermos discutir sua função ativa na composição de um *continuum* histórico de preeminência das populações bascas na Monarquia Hispânica.

No que diz respeito às fontes antigas sobre as guerras cântabras (ou cantábricas), que chegaram à época moderna, temos: *Epitome de Gestis Romanorum* de Lucio Anneo Floro; *História Romana* de Dião Cássio; *Historiae Adversum Paganus* de Paulo Orosio, na *Geografia* de Estrabão e também de Ptolomeu. Tais obras referenciam, sobremaneira, o livro 135 de *Ab Urbe Conditia* de Lívio, que narra o conflito detalhadamente, mas foi completamente perdido, não restando sequer um fragmento. As guerras cântabras são um episódio central na consolidação do primeiro imperador - Otávio Augusto - contando com sua presença, em pessoa, no cerco. A derrota dos cântabros e astures ao norte da Península, tornou-se uma questão de primeira ordem, já que constituía um foco de resistência no interior das possessões romanas. As fontes antigas descrevem a chamada Cantábria como uma terra rica em minérios e cujos habitantes eram hábeis e ferozes guerreiros, preferindo a morte a tornarem-se cativos.²⁷⁵

Já em meados do século XVIII, na obra *La Cantabria: disertación sobre el sitio, y extensión que tuvo en tiempo de los romanos la region de los cántabros, con noticia de las regiones confinantes, y de varias poblaciones antiguas* (1768), o padre Enrique Florez (um detrator da chamada tese basco-cantabrista) faz uma síntese completa da descrição dos costumes cântabros do livro terceiro da *Geografia* de Estrabão. A descrição do grego (que se comunica com as demais fontes da antiguidade sobre o assunto) é um ponto central para nossa argumentação, pois dela os cronistas modernos tiram dela a matéria prima para suas interpretações acerca do conceito de Cantábria, intrinsecamente relacionado seus costumes dos cântabros. Antes da síntese das palavras de Estrabão, Florez faz uma importante observação de que o autor de *Geografia* não faz uma distinção clara dos costumes dos povos do norte peninsular. O excerto, que sintetiza aqueles argumentos, diz:

Estrabón es el más individual en orden à costumbres de los Cántabros, haciéndolos iguales con todos que vivían en las cumbres de Galicia, Asturias, y Cantabria hasta los vascones y Pirineo, pues todos (dice) viven de un mismo modo. Véanse sus palabras al pie. [Talis ergo (dice pag. 155) est vita montanorum, eorum qui septentrionale Hispaniae

²⁷⁵ GONZÁLEZ ECHEGARAY, Joaquín. *Las guerras cántabras en las fuentes* In *Las guerras cántabras*, Santander, Fundación Marcelino Botín, 1999. (p. 145 & 169).

latus terminant, gallaicorum & Asturum, & cantabrorum, usque as Vascones, & Pyrenem: omnes enim eodem vivunt modo].

[...]. Los casamientos son al modo de los Griegos: y a los enfermos los sacan al público, como los egipcios, a fin de tomar consejo de los que hayan sanado de semejante accidente. Hasta el tiempo de Bruto usaban barcas de cuero; ya tienen algunas de troncos de árboles. La rusticidad y fiereza de sus costumbres proviene no sólo de las guerras, sino de vivir apartados de otras gentes, y faltando comunicación falta también sociedad y humanidad. Hoy se ha remediado algo por el trato con los romanos después de sujetarlos Augusto; pero los que tienen menos comunicación son más inhumanos, contribuyendo para ello la aspereza de los montes en que viven. Lávanse con orines que dejan pudrir en las cisternas, y hombres y mujeres se limpian con ellos los dientes (p.163). Las madres mataban a los hijos en tiempo de la guerra Cantábrica para que no cayesen en manos de sus enemigos. Un mozo, viendo a sus padres y hermanos prisioneros, los mató a todos por orden del padre, que le dio el hierro para ello. Otro, llamado a un convite, se arrojó en el fuego. Parécense a los celtas, a los de la Thracia y Scitia. Las mujeres labran los campos, y cuando paren hacen acostar a los maridos y ellas les sirven. Cuéntase también en prueba de la demencia cantábrica (prosigue Estrabón) que algunos, viéndose clavados en cruces por sus enemigos, cantaban alegremente, lo que indica fiereza. [...] Otras cosas, dice, usan no tan de fieras, como es que el varón dota la mujer; que instituyen herederas a las hijas y éstas casan a los hermanos, lo que no es muy civil por incluir algún imperio de la mujer sobre el hombre .²⁷⁶

Como dissemos, Estrabão afirma que os povos da costa Norte da Península viviam de modo análogo: esta perspectiva influenciará grandemente os cronistas modernos. O erudito antigo, por sua vez, toma partido da cultura romana, na medida em que atribui aos costumes cântabros um caráter de barbarismo contraposto à civilidade. Ao mesmo tempo, aponta traços do modo de vida desses povos que serão amplamente retomados nas crônicas hispânicas dos séculos XVI & XVII. Os elementos atualizados pelos cronistas bascos são aqueles considerados “positivos”, que engrandecem a resistência e tenacidade cântabras frente aos romanos.

Além disso, trazem à baila costumes que evidenciam a ligação entre as populações setentrionais da Península no passado e na época dos Habsburgos, defendendo uma conexão contínua, enfatizando sua impermeabilidade face a cultura romana. Passemos, então, à definição de Cantábria por Garibay:

²⁷⁶ FLOREZ, Henrique. *La Cantabria: disertación sobre el sitio, y extensión que tuvo en tiempo de los romanos la región de los cántabros (...). Discurso preliminar al tomo XXIV. de la España sagrada sobre la provincia tarraconense.* Madrid: Antonio Marín, 1768 (pp.144-146).

Cantabria es provincia septentrional de España, que declina a Oriente, teniendo al septentrión al Oceano, llamado cantábrico, y al occidente las Asturias de Santillana, y al medio día, las aguas del río Ebro, con los llanos que desde la ciudad de Logroño corren por Navarra, hasta los montes Pirineos, y al Oriente a Francia, tomó su nombre de la ciudad de Cantabriga (...).²⁷⁷

Primeiramente, Cantábria seria um território nortenho, circundado pelo “oceano” cantábrico. Seus limites fronteiriços seriam o rio Ebro, local de habitação dos primeiros hispânicos descendentes de Tubal (celtíberos), segundo Isidoro e São Jerônimo, por exemplo. O limite oriental seriam os Pirineus - apontados por Rada e pela crônica de Alfonso X - como o *locus primordial* dos descendentes do neto de Noé (os quais teriam, na sequência, descido às planícies e povoado as margens do Ebro). Para Garibay, os Pirineus se refeririam, mais especificamente, aos pirineus navarros: como vimos, a povoação da Península teria sido iniciada nas “montanhas de Navarra e de Cantábria”. Essa referência, não é intempestiva na obra do guipuscoano. As montanhas navarras eram apontadas por cronistas como Beuter (apesar de não concordar com o povoamento primordial em terras bascófonas) como um local de resistência e manutenção de uma primordialidade hispânica. No que diz respeito à fronteira ocidental de Cantábria, aponta a merindade de *Asturias de Santillana* como limite (atualmente esse território se localizaria entre o centro-norte de Santander e a porção leste de Astúrias). Apesar da extensão de Cantábria, segundo esta descrição, transcender as terras bascófonas, ela privilegia os territórios bascos em sua delimitação, que constituem o “coração” dessa região.²⁷⁸

Desse modo, o cronista serve-se das autoridades medievais para traçar as fronteiras desse território, definindo suas referências também em função das narrativas do povoamento primordial por Tubal (Pirineus e rio Ebro). O desafio do guipuscoano, no entanto, era criar uma ideia de Cantábria “profunda”, interiorizando-a, para além de seus limites marginais. Conforma-se um campo de saber a ser elaborado: O basco-cantabrismo:

Dado que fueron los cántabros quienes ofrecieron la más larga y última resistencia al poder romano, aparecerá em un momento dado la tesis de que los vascos pertenecieron a ese grupo de resistencia cántabra, como pueblos

²⁷⁷ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. IV, C. XXVII, *fol.*206 & 207).

²⁷⁸: “(...) como en los tiempos antiguos hay y em los presentes diversas provincias, aunque las más notables son cuatro, Guipúzcoa, Vizcaya, Álava, y la Montaña, con las demás tierras contenidas em los dichos límites”. GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (Livro VI, capítulo XXXVII, *fol.*207).

asentados dentro del espacio geográfico de Cantabria, lo cual exigirá una laboriosa demostración. Se conoce como cantabrismo dicha revisión y nuevo planteamiento, fruto del cual pasó a ser bastante aceptada la idea de que las tierras de Guipúzcoa, Vizcaya y Álava pertenecieron a la Cantabria resistente a Roma. El cantabrismo enlazaba con el tubalismo y sus elementos (mantenimiento del legado de religión, lengua y derecho), de modo que el componente resistencialista se explica y defiende precisamente por afectar a una contraposición entre lo existente y consolidado en un territorio, y lo nuevo, importado por una potencia extraña que, además, lo intenta imponer por la fuerza de las armas.²⁷⁹

As linhas de força constituintes do cantabrismo destacadas por Arrieta aparecem diretamente na obra de Garibay: as intenções de sua geografia histórica tornam-se ainda mais evidentes quando descreve os povos pré-romanos que habitavam a região:

Los autores que a Cantabria han querido reducir en menos tierra, han tenido poca noticia de sus regiones, y debajo de este general nombre caían antiguamente los Pesecoros, montañeses, y los Siloros Bizcaynos, y los Bárdulos, Guipuzcoanos, y aún los de las montañas de Navarra, que confinan con Guipúzcoa, y con la tierra de los vascos de Francia. En la Cantabria caían otras gentes con diferentes nombres de regiones, según hoy día tienen diversos los nombre, los tocados, y trajes antiquísimos de las mujeres, y diversos los acentos y crementos de la lengua, y diversas muchas ceremonias de ritos y costumbres antiguas, conservándose muchas de estas cosas, heredades de lo pasado.²⁸⁰

Nesse sentido, o autor traz um conjunto de povos ibéricos citados por autores da antiguidade como Ptolomeu, Floro e o próprio Estrabão. Aqui há uma ênfase na continuidade da indumentária, nos ritos e costumes desses povos cântabros (Pesecoros, Siloros e Várdulos). Esse excerto, no entanto, pouca coisa nos diz acerca da relação entre eles. Sendo assim, apresentaremos outro trecho que nos permitirá aprofundar a questão:

En el cual mucha parte de los Galos celtas Astures, pobladores de la ciudad de Astorga, como ya no pudiesen, caber en las tierras comarcanas a su ciudad, salieron, caminando hacia las montañas de Cantabria, que confinan con Asturias de Santillana, y haciendo asientos en las tierras, que ahora llamamos de la Montaña, hicieron en ella sus paradas y habitaciones, sin que los naturales de la tierra les hiciesen estorbo ninguno, por andar muy ocupados en la aspresurada navegación que traban para Inglaterra. Estos montañeses, en este tiempo se llamaban Pesicoros, y luego Siloros, o según otros, Sileres, de los cuales Pesicoros muchos doctos creen, que con la mezcla que con ellos hicieron, vinieron, a perder su primera lengua Cantabriga, y tomar la de

²⁷⁹ ARRIETA, Jon. “La persistencia del cantabrismo y otros tópicos historiográficos y jurídico-políticos en el País Vasco: adiciones en perspectiva comparada” In: *Historia iuris: estudios dedicados al profesor Santos M. Coronas González*. KRK, 2014. p. 351-377. (p. 354). Nesse artigo, Arrieta analisa como “Cantábria” passou de conceito geográfico a operador político e como o basco-cantabrismo persistiu no tempo (em autores como Gabriel Henao e Larramendi), mesmo sob ataque de detratores como Zurita e Oihenart.

²⁸⁰ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. VI, C. XXVII, fol.207).

estos Galos Celticos Astures, hasta la venida de los Romanos, que tomando su lengua, permanecieron con ella hasta nuestros dias, perdiendo su antigua y materna lengua primera. ²⁸¹

A princípio, Garibay enfatiza um movimento migratório dos chamados *Galos Celtas Astures*, referenciando os antigos habitantes do reino da Galícia em direção às montanhas cântabras, passando pela merindade de Asturias de Santillana. Eles lá se estabeleceram e criaram assentamentos, misturando-se aos nativos. A população originária das montanhas de Santander (“la montaña”) falava a língua basca, absorvendo a língua dos galos celtas e, posteriormente, teriam adotado uma língua romance, ao contrário dos Siloros (biscainhos) e Várdulos (guipuscoanos), que nunca perderam o *Euskera*. Essa descrição ajudaria a conformar a fronteira ocidental da chamada Cantábria em Asturias de Santillana. Desse modo, toda a faixa das montanhas de Santander aos Pirineus Navarros seria originalmente bascófona, possuindo vínculos linhagísticos evidenciados pelo uso da língua de Tubal. [fig.8].

Tais questões também foram abordadas por Florián Ocampo em sua *Crónica General* (Livro IV, capítulo III) estabelecendo um diálogo direto com Garibay. Ambos citam povoamentos dos siloros (sileres ou siluros) na Inglaterra, evidenciando as atividades náuticas dos povos da costa norte, argumento retirado de Ptolomeu, como enfatiza o cronista de Carlos V, mas que pode ser encontrado em outros eruditos da antiguidade como Tácito nos *Anais*.

A discussão acerca desses povos pré-romanos ajuda a conformar a ideia de uma continuidade e irmandade entre os autóctones do Norte peninsular. Essa relação também se expressa na argumentação acerca de outro personagem chave da história dos reinos hispânicos: *Pelayo*, considerado o herói iniciador da Reconquista a partir de Astúrias. Uma das principais questões levantadas em torno do personagem é sua relação linhagística com os reis visigodos.

Como vimos no primeiro capítulo, desde o início do século XVI, em parte, graças ao “efeito Annio” houve um giro autóctone na cultura escrita no que diz respeito à disputa em torno da versão forte do retrato identitário espanhol.²⁸² Esse movimento se contrapôs às origens góticas de Pelayo, sendo Garibay uma peça fundamental nesse aspecto:

²⁸¹ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (Livro L. V, C. XI, fol. 143).

²⁸² Cf. FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. Entre “godos” y “montañeses”: reflexiones sobre una primera identidad española. *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007. (p. 290) & BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. “La estirpe de Tubal: relato bíblico e identidad nacional en España”, *Historia y Política*, nº 29. Madrid: enero-junio, 2013. (p. 229).

*Según queda notado algunas veces, la común opinión es, que Pelayo, descendiese de los Reyes Godos, pero no faltan escrituras antiguas, que lo contrario lo dicen, afirmando ser varón principal, natural d'estas montañas de Cantabria, donde hasta nuestros días se ha conservado, y permanece la dependencia del linaje y lengua d'el Patriarcha Tubal. [...] Don Francisco de Navarra Arzobispo de Valencia, muy notable prelado, que ahora en año de mil quinientos y sesenta y tres falleció, que siendo varón de muchas letras y Real progenie de los Reyes de Navarra, decía, que Pelayo no era Godo, pues evidentemente era más noble y clara generación de los mesmos Españoles, descendientes de Tubal, progenitor de los verdaderos Españoles, que la de los Godos extranjeros, poco había, tenidos por bárbaros, que andaban peregrinando por el mundo.*²⁸³

Utilizando-se de uma obra histórica pouco conhecida, por nós, de Francisco de Navarra,²⁸⁴ seria inverossímil que Pelayo fosse descendente de godos, pois era “mais nobre” e, portanto, pertencente à linhagem propriamente hispânica (vinculada a Tubal e ao *Euskera*). Esse argumento circulará na década de 1580 na obra de Andrés de Poza, por exemplo, sendo a nobreza autóctone ibérica distinta da nobreza gótica (e de mais elevada consideração).

A questão da filiação de Pelayo aparece também em um manuscrito, pouco estudado, do guipuscoano intitulado *Grandezas de España: noticias de los títulos y casas ilustres en ella y otras particularidades*, que está nos arquivos da Real Academia de História. Depois de uma breve nota sobre Tubal, afirmado-o como primeiro rei, patriarca dos hispanos primordiais, Garibay comenta acerca de Pelayo:

Según opinión más recibida, la de los Reyes de Asturias el su primer Rey Don Pelayo, príncipe católico, natural español y no godo, hijo de Fávila, Duque de Cantabria, escogiéndole Dios, para que él conservase y defendiese em las tierras del dominio real la centella que restaba de la fe católica arruinada por los últimos reyes godos, y para que los demás reyes que procediesen de su clara sangre. Fuesen

²⁸³ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. VIII, C. L, fol. 373). Há um erro de paginação, a seqüência correta seria fol. 383.

²⁸⁴ “Personaje muy estimado intelectualmente, versado en letras y en historia, dejó varias obras suyas: De libertate cristiana, De spiritu et littera, De differentia novi et veteris Testamenti, De Regno Christi spirituali, De justificatione et poenitentia. También nos legó un Catecismo de la doctrina christiana en dialecto valenciano impreso en 1571. La faceta de historiador de Francisco de Navarra es tal vez la más oscura. Notables historiadores hablan de una Historia General escrita por Francisco de Navarra, e incluso algunos como Juan de la Puente (1612) señalan la posibilidad de que la monumental obra de Garibay fuera en realidad de nuestro obispo, o al menos muy basada en alguna obra del erudito navarro”. Martínez Artola, Alberto. Navarra Hualde, Francisco de. Enciclopedia Auñamendi [en línea], 2022. [Data de consulta: 20 de Mayo de 2022]. Disponible en: <https://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/navarra-hualde-francisco-de-ar-97920/>

*restaurando la religión cristiana y reinos que los reyes godos habían perdido.*²⁸⁵

Desse modo, Garibay explicita a inépcia dos reis godos em manter o catolicismo nos reinos hispânicos, dizendo que eles os arruinaram e os perderam. Somente, Pelayo, aborígene espanhol - e não godo - foi capaz de mover o processo de restauração do cristianismo desde Cantábria, cingido pela benção divina. Essa força dada pelo sangue, teria se transmitido aos seus descendentes, nobres cristão autóctones que deram continuidade ao processo de reconquista.

Voltando ao *Compendio*, o guipuscoano aborda o processo de Reconquista, trazendo à tona, uma vez mais, a discussão acerca do indigenato hispânico e, portanto, do vínculo entre Tubal e Pelayo:

No poca gloria redunda de estas cosas a los Cántabros y Asturiano, que como queda en sus debidas partes escrita, si España por la primera vez se comenzó a poblar por Cantabria, cuando el patriarca Tubal vino a su población, no se puede negar que esta vez también comenzó la restauración y recuperación d'España de las mismas tierras de Cantabria y Asturias, y así bien esta vez de otras partes de los Pirineos, [...]: de manera que estas provincias Septentrionales d'España han sido siempre escudo de todas las tribulaciones y adversidades suyas.
286

Desse modo, recorre-se à construção de uma identificação ativa entre bascos, cântabros (indiscerníveis dos primeiros de acordo com Garibay) e asturianos.²⁸⁷ Esse amálgama dos povos nortenhos é um recurso indispensável em sua argumentação, pois atribui exclusivamente aos naturais desses territórios a primazia do parentesco com Tubal e a exclusão de qualquer elemento exógeno (inclusive visigótico). O guipuscoano faz uma relação direta entre a povoação primordial da Península e a “recuperação” da Espanha das mãos dos muçulmanos, estabelecendo um vínculo providencialista entre os dois momentos. Essa perspectiva coaduna com a ideia de *Historia Maigistra Vitae*, na qual a

²⁸⁵ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Grandezas de España: noticias de los títulos y casas ilustres en ella y otras particularidades*. Colección Garibay [Real Academia de Historia] mss. 9-10-2 y 9-10-3. TI (fol. 46).

²⁸⁶ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (Livro VIII, capítulo XLIX, *fol.* 379 & 380). A partir desta nota, as referências, a exceção da supracitada, voltam a ser do *Compêndio*.

²⁸⁷ Essa relação entre Astúrias e os bascos está presente, inclusive, em uma das possíveis origens do topônimo no *Tesoro*: “Asturias. Dizen algunos que la lengua Vascongada vale tanto como tierra olvidada, por el poco trato que se tiene en ella, a causa de su aspereza (...)”. COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, (...)*. [1611].

“boa” história é aquela que busca as relações verdadeiras e contínuas, por meio de uma retroalimentação entre os tempos, repositório das ações virtuosas do homem.²⁸⁸

Os espanhóis nortenhos autóctones seriam os protagonistas heroicos da guerra de Reconquista, garantindo para si a glória da expulsão dos “infiéis” e esse feito teria uma relação intrínseca com a pureza de sangue dessas populações. Desse modo, promove-se um corte opositor Norte/Sul no interior Peninsular.²⁸⁹

Como vimos, Garibay defende o princípio do povoamento pelas montanhas bascas por Tubal, excluindo, portanto, as hipóteses da chegada do neto de Noé em Setúbal e costa andaluz. Nesse sentido, há uma trama indissociável entre a origem dos “verdadeiros espanhóis” e o processo de Reconquista, como expusemos acima. Em relação à conquista empreendida pelos muçulmanos a partir do século VIII, afirma: “*La primera region que estas vencedoras gentes conquistaron en España, fue la provincia Betica, y en ella lo primero la Andalucía, que al tiempo que entraron en ella, llamando se Vandalosia, vinieron ellos con el tiempo a nombrar Andaluzia, según la propiedad de su lengua*”.²⁹⁰ Se a Andaluzia foi o primeiro lugar conquistado pelos chamados mouros, houve uma ruptura da relação de pureza primordial.

O cronista promove a tentativa de desmonte do argumento de Ocampo, em prol da nobreza das populações setentrionais da Península - especialmente as de fala basca - reforçando esta circunscrição identitária dos “verdaderos españoles” ao Norte, ou seja, nobres e limpos de sangue. Elementos fundamentais para a constituição e reforço do singular ordenamento jurídico em Biscaia e Guipúscoa e seu lugar na Monarquia, tal qual aparece na obra de Andrés de Poza.

2.2 Andrés de Poza, por uma ontologia basco-ibérica.

Um autor diretamente ligado ao Senhorio de Biscaia, que continuará a desenvolver muitos dos argumentos de Garibay foi Andrés de Poza (1530-1595), conhecido como licenciado Poza (por sua formação em leis).²⁹¹ Seus pais eram Pedro de Poza e María de

²⁸⁸ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Puc-Rio, 2006.

²⁸⁹ WULFF, Fernando. Op. cit. (p. 42)

²⁹⁰ GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Op. Cit.* (L. VIII, C. XLIX, fol. 380).

²⁹¹ Salvo indicado, as informações biográficas de Poza foram extraídas de MUÑOZ DE BUSTILLO, Carmen, “La invención histórica del concepto de hidalguía universal”, estudio introductorio a Andrés de Poza, *Fuero de hidalguía. Ad pragmáticas de Toro et Tordesillas*, Bilbao, 1997 & ARRIETA, Jon. El licenciado Andrés de Poza y su contribución a la ubicación de Vizcaya en la Monarquía hispánica. En

Yarza, vizinhos de Amberes (Antuérpia). Hoje se dá por quase certo que seu local de nascimento também foi esse. Sua mãe, provinha de Biscaia. Já as origens de seu pai não são tão claras: Poza costumava reforçar em suas obras que seu sobrenome paterno era de “solar orduñes” (biscainho). Entretanto, há estudos que defendem que seu tronco paterno era, provavelmente, de conversos.²⁹² Por uma lado, a intenção do licenciado em afirmar sua *vizcainía*, especialmente quanto se translada ao Senhorio,²⁹³ é relevante, já que demonstra suas intenções em performar uma identidade ligada a Biscaia. Por outro lado - como aponta Arrieta - sua procedência e formação nos Países Baixos serão fundamentais na construção dos argumentos jurídicos, políticos, históricos e linguísticos.

Sabe-se que Poza estudou na universidade de Lovaina (1550-1559) e se formou em leis pela Universidade de Salamanca apenas em 1570, conferindo-lhe o título de licenciado.²⁹⁴ Entre 1574 e 1579, retornou a Amberes, mas logo se transferiu uma vez mais para a Península, agora para Bilbao. Segundo o próprio, seu desejo era se instalar na vila para estabelecer-se como advogado, o que parece não ter acontecido, já que iniciou uma carreira como docente de Cosmografia, atuando tanto em Bilbao como em San Sebastián. Durante a década de 1580, publicou dois livros: um tratado náutico chamado *Hydrografia* (impresso por Mathias Mares em Bilbao, 1585) e *De la antigua lengua, poblaciones y comarcas de las Españas*,²⁹⁵ onde defende a hipótese da língua basca como a primordial da Península. No final da década de 1580, o Senhorio o contrata para escrever um tratado jurídico intitulado *Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas* (1588/89), que permaneceu manuscrito até que foi publicado e editado há alguns anos por Carmen Muñoz de Bustillo,²⁹⁶ em versão bilíngue (a partir do original em Latim, com tradução ao

Arrieta, J., Gil, X. y Morales, J. (coords.), *La Diadema del Rey*. Vizcaya, Navarra, Aragón y Cerdeña (siglos XVI-XVIII), Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2017, pp. 169-229.

²⁹² JUARISTI, Jon. Vestigios de Babel. *Para una arqueología de los nacionalismos españoles* (versión digital), 2020. (s/p).

²⁹³ ARRIETA, Jon. *Op. cit.* (p. 178).

²⁹⁴ “*Aquellos estudiantes que se dedicaban al derecho y aprobaban el curso se convertían en letrados, licenciados en derecho que formaban el contingente de reclutamiento de la burocracia*”. España y su imperio en los siglos XVI y XVII In *España y su mundo (1500-1700)*. Tradução Ángel Rivero Rodríguez e Xavier Gil Pujol. Madrid: Taurus, 2007.

²⁹⁵ POZA, Andrés. *De la antigua lengua, poblaciones, y comarcas de las Españas, en que de paso se tocan algunas cosas sobre de la Cantabria*. Con privilegio real, impresso en Bilbao por Mathias Mares, primer impresor de Vizcaya, 1587.

²⁹⁶ POZA, Andrés. *Fuero de hidalguía Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas*, [Ed. Carmen Muñoz Bustillo; Trad. Ma. De los Angeles Durán], Universidad del País Vasco, Bilbao: 1997 [1588].

castelhano de M^a de los Ángeles Durán). Após essa prolífica década de produção textual, Poza se transfere à corte, atuando como professor de Cosmografia na escola fundada por Felipe II até sua morte em 1585.

Aqui, abordaremos dois textos complementares do licenciado: *De La Antigua Lengua, Poblaciones y Comarcas de las Españas* e o manuscrito *Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas* (1588/89). Para compreender muitos de seus pressupostos (que dialogam com a obra de Garibay), é necessário mencionar a situação jurídico-institucional das províncias bascas (especialmente Biscaia e Guipúscoa) nos séculos XVI & XVII. Nesses territórios se desenvolveu um fenômeno singular no contexto ibérico: a emergência de fidalguias coletivas territoriais amplas. Todo aquele considerado natural biscainho ou guipuscoano, por via masculina,²⁹⁷ dispunha das prerrogativas de fidalguia (como não pagar impostos diretos, ou seja, não *pechar* na expressão da época).²⁹⁸ Essa disposição está expressa de maneira direta, por exemplo, lei XVI do primeiro título do Foro de Biscaia [1528]:

(...) *Que todos los naturales, vecinos y moradores de este dicho señorío de Vizcaya, (...), eran notorios Hijosdalgo y gozaban de todos los privilegios de hombres Hijosdalgos; (...) que cualquier hijo natural vizcaíno (...) moradores fuera de esta tierra de Vizcaya en cualesquier partes, lugares y provincias de los reinos de España (...) les fuesen guardados los privilegios, franquezas y libertades que a hombre Hijodalgo, según el Fuero de España, debían ser guardados (...).*²⁹⁹

Em outros territórios bascófonos, como em Álava e Navarra também houve fenômenos de fidalguias amplas em certas zonas, como nos vales navarros, mas não em

²⁹⁷ Essa disposição está contida na lei XVI, título I do Foro de Biscaia [1527]: “(...) *mostrando y probando ser naturales vizcainos, hijos dependientes de ellos, a saber, es que su padre o su abuelo de partes de padre son y fueron nacidos en el dicho Señorío de Vizcaya; y probando por fama publica que los otros antepasados progenitores de ellos de partes del padre fueron naturales vizcainos, (...)*”. El Fuero, *Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Lei XVI, Título Primeiro, *Cómo los vizcainos fuera de Vizcaya han de gozar de su hidalguía y la probanza que para gozarla han de hacer*). (p.25).

²⁹⁸ “*Los documentos oficiales consideraban hidalgos a todos que no contribuían con pechos es decir, con impuestos personales directos*” DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *História de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.160).

²⁹⁹ El Fuero, *Privilegios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola* -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977 [1528]. (Lei XVI, Título Primeiro, *Cómo los vizcainos fuera de Vizcaya han de gozar de su hidalguía y la probanza que para gozarla han de hacer*). (p.25).

escala “universal” como em Biscaia e Guipúscoa.³⁰⁰ A fidalguia biscainha foi regulamentada pelo chamado *Fuero Nuevo*, ratificado em 1527 pelo imperador Carlos V e está fundamentada, principalmente, na *limpeza de sangue* dos naturais do Senhorio, que dispunha de Cédula Real (1511), incluída no Foro, que proibia o avizinhamo de cristãos novos nessas províncias. Apesar de Guipúscoa não dispor de um Foro organizado enquanto tal, havia ordenanças que garantiram - ao longo do século XVI - o estatuto fidalgo territorial, fundamentado em disposições análogas às de Biscaia³⁰¹. Não há menções a Tubal no Foro Novo de Biscaia, ou seja, inicialmente, o tubalismo é um mecanismo “externo” de reforço discursivo do *corpus legal*.

Poza foi um autor fundamental na performance de consolidação dessa realidade jurídica e sua articulação com a língua basca; com o tubalismo; o basco-cantabrismo; com a ideia de naturalidade e autoctonia ibérica (basco-iberismo) e do lugar ocupado por Biscaia na Monarquia. A obra desse autor foi abordada pela historiografia em todos esse aspectos, mas, curiosamente o tubalismo (apesar de sobremaneira ser considerado nas análises) talvez tenha sido o menos explorado. O presente estudo pode contribuir para o aprofundamento desse aspecto, que consideramos estrutural em dois dos principais textos de Poza.³⁰²

Em seu livro de 1587, o principal argumento que desenvolve, em relação ao qual orbitam outros, é de que o Basco, uma língua babélica e fora a língua trazida por Tubal à Península e seria a originária da Península. Em relação ao ponto de que fora a língua “primitiva” espanhola, afirma que está seguindo autores como Lucio Marineo; Mario Arecio; Beuter e o mestre Garibay.³⁰³ Em contraposição, seus argumentos entram em

³⁰⁰ CARO BAROJA, Julio. Introducción a la Historia Social y económica del Pueblo Vasco. Nosotros, Los Vascos: Julio Caro Baroja. T. IV. Editorial Txertoa, San Sebastián, 1995. (p. 262).

³⁰¹ SORIA SESÉ, Lourdes. “La Hidalguía Universal”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, nº 3, pp.283-316, 2006.

³⁰² Dentre todos os autores consultados, Muñoz de Bustillo foi aquela que mais chamou a atenção para o aspecto fundamental do tubalismo em Poza: “*La idea de hidalgúia universal de los vizcaínos originarios no puede entenderse sin Tubal, hijo de Jafet, como primer poblador de España o sin el vascuence como lengua babélica primera que aquí se hablara; tampoco, logicamente llega a entenderse sin admitir el modelo de vasco invicto o sin mezcla o, lo que es lo mismo, su indiscutible, por inmemorial, limpieza de sangre*”. MUÑOZ DE BUSTILLO, Carmen, “La invención histórica del concepto de hidalgúia universal”, estudio introductorio a Andrés de Poza, *Fuero de hidalgúia. Ad pragmáticas de Toro et Tordesillas*, Bilbao, 1997 (p. XLII).

³⁰³ POZA, Andrés. *De la antigua lengua, poblaciones, y comarcas de las Españas, en que de paso se tocan algunas cosas sobre de la Cantabria*. Con privilegio real, impreso en Bilbao por Mathias Mares, primer impresor de Vizcaya, 1587. (fol.4).

choque com os de Ocampo e Ambrosio Morales, os quais dizem que em tempos dos romanos, havia muitas línguas distintas na Península, sendo uma evidência de que essa não haveria sido a língua primordial. Poza defende que esse argumento não se aplicaria como evidência, já que a época da chegada dos romanos era muito mais recente do que a introdução do Basco como língua primeira e generalizada.³⁰⁴ Antes que as chamadas *naciones advenidezas* introduzissem uma *grande ensalada de vocablos*, Poza faz uma pergunta retórica, mesmo que irônica, que serve para reforçar seu argumento: se acaso os espanhóis de Castela e Andaluzia estiveram mudos e sem língua, antes que entrassem os gregos e outros povos “invasores”.³⁰⁵

Seguindo o diálogo *Crátilo* de Platão, onde se desenvolve uma conversa acerca da relação entre os nomes, as coisas e suas essências, Poza afirma que há dois tipos de línguas: as elegantes (filosóficas, naturais, substanciais e perfeitas) e as mestiças (inaturais e imperfeitas). As primeiras coincidem com as setenta e duas línguas babélicas, cada qual correspondente ao seu *pariente mayor*³⁰⁶. As características morfológicas de cada tipo seriam: “*el mismo nombre nos muestra alguna causa o oculta propiedad de la cosa, porque fuese llamada así, y la segunda, que el nombre que no tiene esto es advenedizo, adulterino, casual y no natural a la tal lengua*”.³⁰⁷ Sendo, assim, o *Euskera* seria uma língua elegante, que traria consigo as propriedades das coisas que nomeia. Por exemplo, o vocábulo correspondente à lua, *hilargia*, seria composto dos morfemas *hil* [morto] e *argia* [luz], correspondendo à luz morta, provando com esse e outros casos, a lógica filosófica da língua basca,³⁰⁸ cuja defesa se dá em contraposição àqueles que a consideram uma língua incivilizada: “(...) *la lengua Vascongada no es barbara ni*

³⁰⁴ *Ibidem.* (fol. 5).

³⁰⁵ “*Y si alguno viniere que no venga en esto, al tal se pueda preguntar, si cree que los Españoles de Castilla, y del Andalucía estuvieron mudos y sin lengua, antes que esentrasen por aca los Griegos y otros en pos de ellos, o si por ventura de toda España no había mas poblado que esto poco de lo Vascongado? (...) llanamente se puede creer que la lengua materna y general destes reinos no fue otra sino la vascongada, puesto caso, que después entraron acá tantas cuantas fueron las naciones que aportaron.*”. POZA, Andrés. *Ibidem.* (fol.5).

³⁰⁶ POZA, Andrés. *Idem* (fol.13).O conceito de *pariente mayor* é caro ao contexto das províncias bascas e se refere aos nobres mais poderosos - cabeças de linhagem - em relação aos quais se estabeleciam pactos estratégicos em diferentes graus de subordinação. Cf. ANCHÓN INSAUSTI, Jose Ángel. “Los Parientes Mayores”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, nº 3, 2006.

³⁰⁷ POZA, Andrés. *Ibidem.* (fol.31).

³⁰⁸ *Ibidem.* (fol.34).

*menguada como algunos profesan, sino que es misteriosamente profunda, u no menos elegante en sentencias que las otras que se hallan en Europa”.*³⁰⁹

Nesse sentido, tal qual Garibay, Poza define as províncias de fala euskérica como Cantabria. Sua identidade territorial está intrinsecamente ligada à resistência aos romanos, que não foram capazes de alterar a cultura autóctone, contraposta aos demais territórios ibéricos dominados pelo império ou pelos chamados “africanos”, como seria o caso do sul peninsular:

*Por lo cual escribió Marco Varón, que los andaluces dependían de los africanos. Los Romanos ocuparan con su lengua todo el reino, salvo la provincia de Cantabria, y fue por los muy gruesos presidios de ejércitos que en estos reinos sustentaron. Y puesto caso que las naciones Cantábricas fueron arrinconadas por la potencia Romana, si recibieron presidio no fue duradero: pues no les ha mudado la lengua que los Romanos imprimieron en las demás provincias que sujetaron.*³¹⁰

Por outro lado, levando em conta o giro autóctone operado por parta da cronística ibérica na Alta Idade Moderna, Poza argumenta contra o vínculo hispânico com os visigodos, por meio de argumentos de difamação à sua língua e costumes, contrapostos aos romanos:

*(...) no contentos de haber arruinado los más famosos edificios, puentes, arcos y acueductos de un Imperio tan ilustre, pasaron su bestialidad hasta contra las sepulturas, pero ni esto, ni su dominación de trescientos años fue parte para alterar la elegante lengua Romana que ya aquí estaba asentada.*³¹¹

O licenciado argumenta que os romanos não foram capazes de alterar a cultura aborígene ibérica conservada nas regiões de fala basca. No entanto, caracteriza o império como “ilustre”, identificando a herança monumental deixada por eles na maior parte da Península. Esse patrimônio arquitetônico e construtivo foi, em grande medida, destruído pelos povos germânicos, caracterizados como bárbaros. No entanto, não teriam sido capazes de destruir o legado linguístico deixado pelos romanos: essa exaltação do império torna a resistência basco-cântabra ainda mais gloriosa, já que foram capazes de manter sua própria cultura mesmo face a uma civilização poderosa e com uma vocação de exportação de seus valores “elegantes”. Por outro lado, ataca os vínculos de uma cultura

³⁰⁹ *Ibidem.* (fol.33).

³¹⁰ *Ibidem.* (fol.14).

³¹¹ *Ibidem.* (fol.27).

ibérica com os visigodos, matriz que disputava com a ideia de Indigenato hispânico autóctone como relato forte de origem, em relação à qual os bascos se contrapuseram diretamente.

No capítulo XIII, *Del antiguo hábito de las Españas*, Poza faz uma descrição cuidadosa do modo de vestir dos biscainhos, que não teria se alterado desde os tempos de Tubal. Por meio dessa investigação, o autor estabelece critérios de identidade e exclusão em sua relação com os relatos de origem. Cabe notar que esse movimento também o torna uma fonte para os que estejam interessados em se aprofundar nesse aspecto cultural do cotidiano. Sendo assim, o licenciado argumenta que não houve alteração no hábito; língua; usos e costumes dos biscainhos indicando que esses elementos são aqueles que definem uma nação³¹² e, no caso, uma nação que nunca foi conquistada ou oprimida.³¹³ Em relação aos tocados das damas biscainhas, Poza afirma que em cada anteiglesia os usam a seu modo e que essa forma de adorno é semelhante àquela usada na Armênia; Assíria e Pérsia (indicando uma origem geográfica genesíaca). Os tocados à biscainha não seriam usados em nenhum outro lugar da Europa, portanto, esse seria um indício de sua antiguidade e singularidade: “*el tocado mujerial vascongado fue el general de las mujeres de entre el Diluvio y la torre de Babel*”.³¹⁴ A descrição que o licenciado faz das mulheres biscainhas dialoga com um conjunto de gravuras anônimas francesas do século XVI, que retrata o hábito tanto dos biscainhos quanto dos demais “espanhóis” identificados de forma genérica como *hispanus*/spagnol. A referência aos de Biscaia se dá com o termo latino “*Piscaiensis sive cantaber*”, ou seja, biscainho ou cântabro: essa relação indica a circulação do conceito de cântabro como bascófono para além dos limites ibéricos, enfatizado e produzido pelos eruditos bascos seiscentistas no interior da Monarquia Hispânica. Sendo assim, descreve o hábito das mulheres casadas; donzelas e dos homens montanheses. No que se refere às primeiras:

Aquí no se encubre la cara, ni se usa el aceite, ni el chapin, ni los atavios melindrosos de otras partes, sino el rostro descubierto, y este y manos se lavan con agua clara. Traen una capa corta al ombro y todo cuanto se ve en el hábito según su poco artificio representa certa

³¹² *Ibidem.* (fol.35).

³¹³ *Ibidem.* (fol.37).

³¹⁴ POZA, Andrés. *Op. cit.* (fol.36).

antigua y extraña severidad de aquellos siglos de la Era del Patriarca Tubal, primer poblador de estos reinos de España. ³¹⁵

O hábito das mulheres casadas se compõe por algumas características explicitadas pelo autor de maneira positiva ou negativa (referenciando a ausência de algum componente de vestuário presente em outras partes da Península). Além do característico adorno de cabeça, seus rostos não são cobertos e usam uma capa curta junto ao ombro. Por outro lado, não usam o calçado conhecido como *chapin*,³¹⁶ lavam-se com água limpa (sabemos da importância do conceito de “limpeza” nesse contexto) e se vestem com simplicidade e severidade, características que remetem aos tempos de Tubal. **[fig.9]** Já a indumentária das donzelas é descrita da seguinte maneira:

El hábito de las doncellas no es menos extraño, porque andan en cuerpo y sin manto: los cabellos a raiz cortados a tijera, salvo unos pocos y raros, que Dejan por la parte de la frente y sienes: la cabeza sin cofia, ni cosa que la cubra. Las camisas y sayas tan cortas, que se les descubra la garganta del pie, que aunque esto a prima facie (según la malicia presente) parezca algo indecente, no debía parecerlo en el siglo dorado, ni a los antiquísimos pobladores del mundo: quizá por alguna de las causas que representa Thomas Moro en su Utopía, en donde desea que en los matrimonios preceda alguna satisfacción personal, en como no quepa después reproche uno, ni ninguno. ³¹⁷

O licenciado começa a descrever o hábito das donzelas cântabras pelo seu “estranho” corte de cabelo (no sentido de singular), com o topo da cabeça raspado, cortado à tesoura. Acrescenta que essas mulheres não usam nenhuma touca, deixando os cabelos à mostra. Prossegue, descrevendo as saias e camisas das biscainhas como “muito curtas”, o que poderia parecer, à primeira vista, algo indecente **[fig. 10]**. Nesse sentido, remonta aos tempos primeiros da povoação tubalina, asseverando que naquele momento, certamente, essa indumentária não era escandalosa (aproximando-a de um estado de naturalidade primeiro). Para justificá-lo, utiliza-se do Thomas Morus na Utopia [legal citar o trecho no corpo do texto, diminuir a nota e trazer para o debate], dialogando com um excerto onde o humanista defende que na escolha dos cônjuges, estes deveriam apresentar-se sem roupas um ao outro antes do enlace, para que possam avaliar se estão

³¹⁵ *Ibidem.* (fol.37).

³¹⁶ Segundo o verbete Chapin do Tesoro: “*CHAPIN, calzado de las mujeres, con tres, o cuatro corchos: y algunas hay que llevan trece por docena, y más la ventaja que levanta el carcañal, (...). En muchas partes no ponen chapines a una mujer hasta el día que se casa, u todas las doncellas andan en zapatillas*”. COVARRUBIAS, Sebastián. *Op. Cit.* [Chapin].

³¹⁷ POZA, Andrés. *Op. cit.* (fol. 37 & 38).

de acordo com o aspecto corporal do parceiro antes de casar-se. Sendo assim, a característica das donzelas biscainhas, de mostrar algumas partes do corpo, seria um aspecto produtivo (contribuindo para um casamento feliz) e não ligado à indecência.³¹⁸ Por fim, descreve a indumentária dos homens montanheses, dizendo que usam:

*(...) una montera en la cabeza, que ni repara el sol, ni el agua: el cuello descubierto, y la garganta y pescuezo sin gorjal: las piernas descubiertas, y en carnes hasta los muslos: un machete corto y ancho sin ninguna guarnición que pueda amparar la mano: y luego una lanza larga con un dardo o dos. Y desta suerte salen de sus casas al monte, a las bodas, a las iglesias, y a los mercados de las villas: y aún no ha muchos años que en lugar de zapatos usaban abarcas, las cuales todavía traen algunos aunque pocos en lo vascongado.*³¹⁹

O traje dos homens biscainhos montanheses: monteira; pescoço sem gorjeira e pernas descobertas, bem como, o uso de abarcas (sapatos rústicos de couro amarrados com cordas no pé e calcanhar, elemento já destacado por Estrabão) é afirmado como um forte traço distintivo face à indumentária ibérica masculina. Essa diferenciação também pode ser verificada no *ensamble de gravures de costumes spagnols* (por exemplo na comparação o hábito de um *rusticus Pisciensis vel cantaber* e um *hispanus plebeius*). Um elemento notável é a afirmação do uso de armas, lanças com um ou dois dardos e um *machete*. Como salienta em outro momento do texto, a própria palavra *lanza* possuiria etimologia euskérica [fig, 11]. O principal argumento que fornece, nesse sentido, é que as lanças e armas de asta são produzidas nas províncias de Biscaia e Guipúscoa e não há um montanhês sequer que não as leve junto de si (o presente justifica o passado).

³¹⁸ “Na escolha de seus cônjuges, os utopienses observam com muito rigor e seriedade um costume que nos pareceu, no início, extremamente absurdo e mesmo tolo. A esposa, seja ela virgem ou viúva, é mostrada nua ao seu pretendente, sob os cuidados de uma mulher casada e respeitável e, do mesmo modo, um homem, de honorabilidade reconhecida, apresenta o noivo nu, à noiva. Rimos desse costume, chamando-o de absurdo, no entanto, os utopienses mostravam-se igualmente surpresos com a loucura dos outros povos. Quando alguém vai comprar um potro, dizem eles, apesar de estar arriscando apenas um pouco de dinheiro, revela-se tão desconfiado que não fecha negócio antes que a sela e a manta sejam retiradas para ver se não há nenhuma ferida escondida. No entanto, na escolha de um cônjuge, que poderá ser motivo de deleite ou de desprazer pelo resto da vida, as pessoas se mostram completamente descuidadas. Deixam todo o corpo coberto de roupas e avaliam o quanto a mulher é atraente apenas pelo seu porte e pelo seu rosto, que são as únicas coisas que se podem ver. E assim, casam-se correndo o risco de se odiarem pelo resto de suas vidas se, depois do casamento, algo no corpo de um ou de outro vier a se revelar muito desagradável.(...)”. MORUS, Thomas. *Utopia. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2004.* (Livro II – Sobre o casamento, p.94).

³¹⁹ POZA, Andrés. *Op. cit.* (fol.38).

Dito isto, o capítulo XVII *Del Infanzonazgo y infanzones de la tierra llana de Vizcaya*³²⁰ nos serve como uma excelente introdução para o texto *Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas* (1588/89), que trataremos logo adiante. Nesse capítulo, Poza discorre sobre as diferentes origens da fidalguia rural em Biscaia e Castela. Iniciando por esta última, assevera que a *infanzonía* castelhana tem origen nos godos em seus *repartimientos militares* e *heredamientos feudales*.³²¹ Apesar de ser utilizado correntemente para descrever a genealogía da nobreza não-titulada, como a de Biscaia, termo *infanzón* não seria autóctone das regiões bascófonas: “(...) *notoriamente es forastero y no natural en nuestra lengua*”³²². Já em relação à fidalguia coletiva biscainha, Poza desenvolve o argumento da imemorialidade e autoctonia, traço que a distingue da castelhana:

*Lo uno porque aquí nunca entraron los Godos para presuponer semejantes repartimientos militares. Y lo otro, porque la nobleza de Vizcaya no tiene origen ni principio alguno, y de ella se puede decir (no mintiendo, como los Atenienses que se preciaban de tan antiguos como el suelo que pisaban, ni como los de Arcadia que decían haber sido treinta y un mil años antes que hubiese Luna en el cielo) que realmente han conservado su libertad, su lengua, y su hábito desde el Patriarca Tubal a esta parte.*³²³

O licenciado fundamenta a fidalguia biscainha na descendência de Tubal, uma genealogia contínua e intocada (diferentemente das narrativas “mentirosas” dos atenienses e arcádios), promovendo uma interdependência conceitual entre o estatuto jurídico do Senhorio “desde o Reis Católicos”³²⁴ e sua raiz imemorial (conceito usado de maneira pervasiva no Foro de Biscaia de 1526, reforçando um movimento de performance dessa “imemorialidade”), diferenciando-os da procedência nobiliárquica castelhana. Essa noção é esclarecida por Soria Mesa: a nobreza considerada portadora *de facto* dos valores nobiliárquicos não poderia ter uma origem “memorável”, já que sua antiguidade superaria mesmo as possibilidades da recordação humana.³²⁵

³²⁰ O termo *infazón* é definido da seguinte maneira pelo Tesoro: “término antiguo, y vocablo que ahora no se usa, vale tanto como Caballero noble Hidalgo, señor de vassallos; pero no de tanta autoridade como el titulado, o señor de título.” COVARRUBIAS, Sebastián. *Op. cit.* (fol. 503).

³²¹ POZA, Andrés. *Op. cit.* (fols.56 & 57).

³²² *Ibidem* (fol.56).

³²³ *Ibidem.* (fol.57).

³²⁵ “(...) *en una sociedad tan aristocratizada como la castellana de la Edad Moderna, que presencia un triunfo total de los valores nobiliarios, es infamante que la nobleza personal y familiar tenga un principio. No es admisible que la calidad privilegiada de una familia tenga origen en un punto determinado en el tiempo. La verdadera nobleza es inmemorial. Y la sociedad respalda tal creencia. Poco o ningún prestigio*

Poza estabelece o Foro Velho de Biscaia (1452) como um dos marcos jurídico em Biscaia, confirmando o estatuto fidalgo dos biscainhos: “(...) *ultimamente le hallaremos en la confirmación de los Reyes Católicos de gloriosa memoria, del Fuero Viejo de Vizcaya, donde parece que se puso un particular cuidado en buscar las más honradas y encarecidas palabras que se podían desear*”.³²⁶ Evidentemente, há um elemento de performance nas asserções do licenciado evidenciado pela análise das diferenças entre o Foro Velho e o Foro Novo (1528).³²⁷ Apesar de no referido Foro de 1452 ser possível verificar a existência de amplas zonas de liberdades e franquezas, é somente com o conjunto de leis de 1528, já na época de Carlos de Habsburgo, que a fidalguia ganha as feições jurídicas de um estatuto coletivo territorial, como destaca Arrieta:

*Conviene retener esta ley en la medida en que sitúa a Vizcaya en un plano similar al que luego se tratará, de distinción entre libres y pecheros. Se ve perfectamente que aún no está preparada la igualación, pues no se oculta que a los hidalgos les resulta aún molesto que no se les distinga con claridad de los labradores censuários*³²⁸

A busca por uma nobreza imemorial cujas origens remontam a um passado mais antigo quanto possível ganha ainda mais sentido se considerarmos o processo de venalidade de títulos nobiliárquicos na época dos Habsburgos: os títulos comprados não tinham o mesmo valor social face as nobrezas, qualquer seja seu grau, fundamentadas na

se ganaría con la compra de una hidalguía”. SORIA MESA, Henrique. *La Nobleza en la España Moderna – Cambio y Continuidad*. Madrid: Marcial Pons – Historia, 2007. (p. 255).

³²⁶ POZA, Andres. *Op. Cit.* (fol. 58).

³²⁷ Para outras informações e aprofundamento acerca de minha interpretação desse processo, onde trato a questão da fidalguia como “emergência”, investigando não apenas seu processo formativo, mas também apontando para as condições específicas que a performaram no início do século XVI, consultar BILBAO, Julian Abascal S. *A fidalguia universal como questão: Biscaia na Monarquia Católica (entre o século XV e inícios do XVII)*, Universidade de São Paulo, 2018. Cabe ressaltar que o trabalho possui algumas ausências bibliográficas de relevo, as quais procuramos, o quanto possível, incorporar no presente estudo apesar de não se tratar, exatamente, do mesmo objeto (ou questão-problema). Acredito que a contribuição do referido trabalho reside, justamente, no questionamento da fidalguia coletiva como um progressivo ganho de liberdades e franquezas cujo ápice seria o Foro Novo. Esse questionamento não se dá como negação dos trabalhos, já consolidados, do processo de constituição desse estatuto, como o de Díaz de Durana [DÍAZ DE DURANA ORTIZ DE URBINA, José Ramón. *La otra nobleza. Escuderos e hidalgos sin nombre y sin historia. Hidalgos e hidalguía universal en el País Vasco al final de la Edad Media (1250-1525)*. Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatearen Argitalpen Zerbitzua, 2004] e Soria Sesé (*Op. Cit.*), somente procura fornecer mais uma perspectiva desse fenômeno central para história e historiografia de Biscaia (e, por extensão dos territórios bascos).

³²⁸ ARRIETA, Jon. *Claroscuros de una realidad debatida: la hidalguía universal de los vascos*. En *El País Vasco, tierra de hidalgos y nobles. Momentos singulares de su historia*, Madrid: Fundación Banco Santander, 2016, (p. 99).

genealogia.³²⁹ No caso dos biscainhos, a origem primeira dessa prerrogativa social seria a mais recuada possível dentro do quadro judaico-cristão, já que remete diretamente aos princípios da segunda geração dos homens, na figura do patriarca Tubal.

Voltando ao problema estabelecido por Poza da diferenciação da genealogia das fidalguias biscainhas e castelhanas (o que também possui consequências qualitativas),³³⁰ cabe recordar que as prerrogativas de nobreza de ambos se comunicam (seja na linguagem, seja nos princípios). Segundo o Foro Novo, por meio da famosa lei XVI do título I, a fidalguia dos biscainhos deve valer em qualquer parte dos “*reinos de España*”, portanto os mecanismos de validação desse estatuto devem ser reconhecíveis nos territórios da Monarquia.

No que se refere à articulação entre Biscaia e a Monarquia dos Habsburgo, outrora monarquia castelhana,³³¹ Poza irá buscar referências no passado do Senhorio para compreender como se estabelece o pacto entre Biscaia e seus governantes. Os argumentos que aparecem em *De la antigua Lengua* se reforçam em *Ad Pragmatica*. Para tratar do assunto, faz um retrospecto do pacto entre os biscainhos e o rei Suintila e, logo, com o referente maior dessa relação de governança, o Senhor Branco [*Jaun Zuria*].

(...) a los 662 años Después del Advenimiento de nuestro señor, en que eligieron al Rey Suyntila con las condiciones que quisieron. En todo este tiempo estuvieron sin caudillo ni amparo alguno, gobernándose por si mismos, y a su modo. Pero como después año 870 (sic) el Rey Don Alonso de León quiso sacarlos de su libertad y Fueros, a su hijo dieron la batalla, y le vencieron en Padura una legua de Bilbao, que por haber sido tan sangrenta la pelea, el dicho lugar Después acá ha sido llamado Arrigorriaga, que quiere decir piedras y riscos entintados de sangre. El cual dicho año 870 levantaron por sua caudillo a don Zuria con las condiciones que se hallan en los Fueros viejos. Y en pos de él eligieron a otros Señores hasta que les pareció de encomendarse

³²⁹ DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (pp.42 & 43).

³³⁰ Segundo Portillo, Poza contribuiu substancialmente para a conformação da ideia de que os biscainhos (e logo os guipuscoanos) possuiriam uma *qualitas* comum, constituindo a ideia de pertencimento a uma “república de fidalgos”. PORTILLO, José María. “República de hidalgos. Dimensión política de la hidalguía universal entre Vizcaya y Guipúzcoa”, en J. R. Díaz de Durana Ortiz de Urbina (ed.), *La Lucha de Bandos en el País Vasco: de los Parientes Mayores a la Hidalguía Universal*. Guipúzcoa, de los bandos a la Provincia (siglos XIV a XVI), Bilbao: Servicio editorial de la Universidad del País Vasco 1998, pp. 425-437.

³³¹ A coincidência entre o rei de Castela e o Senhor de Biscaia se dá a partir de 1379: “(...) En 1379, ocupaba el trono el infante Don Juan, incorporando definitivamente a la Corona el Señorío de Vizcaya.” MONREAL CIA, Gregorio. *Las Instituciones Públicas del Señorío de Vizcaya (hasta el siglo XVIII)*. Bilbao: Imprenta provincial de Vizcaya, 1974? (p.49).

*a los reyes de Castilla de gloriosa memoria, con sus fueros, franquezas y libertades.*³³²

Portanto, os biscainhos teriam “sempre” vivido em autogoverno (desde os aborígenes, descendentes de Tubal) e quando houve um governante não autóctone, essa relação se estabeleceu a partir das condições propostas pelos biscainhos indígenas e não impostas externamente. Em um primeiro momento, teriam elegido voluntária e livremente o rei visigodo Suintila. No entanto, a relação “primordial forte” de pacto governativo se dá com Jaun Zuria (“neto do rei da Escócia”).³³³ Um dos primeiros relatos conhecidos acerca dessa história se dá no nobiliário português do Conde de Barcelos (1325-1344), mais precisamente no Título IX [*De Como os de Biscaya por nom terem senhor, tomarom por senhor From irmão del Rey de Inglaterra, que hi veyo ter com um seu filho; e como dele decenderom os senhores de Biscaya*]; nesse texto os biscainhos combatem um conde asturiano “Dom Moninho” e tomam como senhor “From”, irmão do rei da Inglaterra. Já no século XV, o *banderizo* García de Salazar em seu texto *Bienandanzas y fortunas* estabelece uma versão da história largamente reproduzida pelos eruditos bascos, como Garibay e Poza:³³⁴ O Senhorio sofre uma tentativa de invasão por parte do filho do rei de Leão, então os biscainhos se mobilizam em batalha (Arrigorraga) e elegem Jaun Zuria como senhor. Na expulsão dos leoneses, faz-se a marca dos limites de Biscaia em Luyando (árbol malato).³³⁵

³³² POZA, Andres. Op. Cit. (fol. 57).

³³³ A narrativa acerca de Jaun Zuria se tornou muito relevante para os autores bascos nessa discussão acerca dos pactos fundacionais entre Biscaia e seu governante. Interessante perceber as transformações narrativas acerca desse personagem, como apontam MAÑARICUA, Andres. *Historiografía de Vizcaya (desde Lope García de Salazar a Labayru)*. Bilbao: Editorial la Gran enciclopédia Vasca, 1973 (pp. 151 & 152). MUÑOZ DE BUSTILLO, Carmen. *Op. cit.* (p. XXIV). ARRIETA, Jon. El licenciado Andrés de Poza y su contribución a la ubicación de Vizcaya en la Monarquía hispánica. En Arrieta, J., Gil, X. y Morales, J. (coords.), *La Diadema del Rey*. Vizcaya, Navarra, Aragón y Cerdeña (siglos XVI-XVIII), Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2017, pp. 169-229. (p. 188).

³³⁴ No livro IX, c. XXI do Compêndio, Garibay identifica claramente Zuria como patriarca da linhagem dos Haro.

³³⁵ Esse marco territorial se estabelece como marco espacial do serviço militar não remunerado dos biscainhos tanto no Foro Velho como no Foro Novo,: “*Que habían de Fuero y ley, que los Caballeros-Escuderos hombres hijodalgos del dicho Condado y Señorío, (...) siempre usaron y acostubrarom ir cada y cuando que el Señor de Vizcaya los llamase, sin sueldo alguno, por cosas que a su servicio los mandase hasta el Arbol Malato, que es en Luyaondo. Pero si el Señor con su Señoría, les mandase ir allende del dicho lugar, su señoría les debe pagar el sueldo de dos meses, (...)*” *El Fuero, Privilégios, Franquezas y Libertades (...)*. *Op. Cit.* (Lei V – Título Primeiro, *Cómo los vizcaínos siendo llamados por el Señor de Vizcaya han de ir servir, y en qué casos les han de dar sueldo*). (p.18).

Segundo Poza, o rei de Leão quis dominar os biscainhos, que não permitiram a retirada de sua liberdade e lutaram contra esse tirano. Ao final, elegeram como “caudillo” o Senhor Branco. O licenciado afirma em *Ad Pragmatica*: “*lebataron por su señor o caudillo don Zuría, nieto del rey de Escosia, y le dieron título de señor no absoluto ni soberano (...)*”.³³⁶ Nesse sentido, retorna a discussão, corrente à época, acerca das formas de adesão entre uma localidade com uma comunidade política mais ampliada, cujos pactos originários têm papel central na definição da relação. Nos termos da tratadística da época, retomados por John Elliott, Biscaia estaria aderida por um modo conhecido como *aeque principaliter*.³³⁷ De acordo com Poza, o Senhor de Biscaia não pode sequer ser chamado de “soberano”. Segundo a interpretação de Portillo:

(...) *cosa clara es que el señor de semejantes posturas y condiciones no se puede llamar soberano, porque esta palabra de soberano consigo trae el albedrío absoluto, (...) Igual y compañero de sus vasallos lo era el príncipe, señor de Vizcaya, porque Vizcaya era una república adherida a la monarquía bajo el mantenimiento de una constitución propia que se sustentaba en el Fuero, en el nuevo de 1526 que era condensación de su derecho y costumbre. Bajo esse supuesto la república no conocía soberano (...)*.³³⁸

Poza aprimora esses argumentos no manuscrito *Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas*, datado de finais da década de 1580, em um contexto onde a defesa legal e histórica da fidalguia coletiva em Biscaia ganhou ainda mais relevância política para os naturais do Senhorio, já que no ano de 1588, Juan García de Saavedra – fiscal da Chancelaria de Valladolid - escreve o tratado *De Hispanorum Nobilitate*, no qual desenvolve as consequências da Pragmática de Córdoba (1492) para o estamento nobre. Nesse sentido, insinua que não seria possível haver uma fidalguia coletiva territorial como a de Biscaia (neste momento, regulamentada pelo Foro Novo).³³⁹ Percebendo o ataque ao seu *corpus* legal, o Senhorio reage, contratando o licenciado Poza para escrever uma

³³⁶ POZA, Andrés. *Fuero de hidalguía Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas*, [Ed. Carmen Muñoz Bustillo; Trad. Ma. De los Angeles Durán], Universidad del País Vasco, Bilbao: 1997 [1588]. (p. 255).

³³⁷ “(...) *bajo la cual os reinos constituyentes continuaban después de su unión siendo tratados como entidades distintas, de modo que conservaban sus propias leyes, fueros y privilegios. ‘Los reinos se han de regir, y gobernar –escribe Solórzano –, como si el rey que los tiene juntos, lo fuera solamente de cada uno de ellos’. La mayoría de los reinos y provincias de la monarquía hispánica (...) encajaba más o menos dentro de esta (...) categoría*”. ELLIOTT, John. *Una Europa de Monarquías Compuestas* In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Madrid: Taurus, 2010. (p.34).

³³⁸ PORTILLO, José María. *Op. cit.* (p. 432).

³³⁹ *El Fuero, Privilégios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -*. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977 [1528].

réplica àquele texto, o manuscrito *Ad Pragmaticas*. O êxito de Biscaia nessa batalha jurídica é notável: produziu-se uma provisão real (1590) na qual se determina a censura das partes da obra de García Saavedra que colocavam em suspeito a fidalguia territorial biscaina. Não bastasse isso, o manuscrito foi transferido aos doutores Juan Gutiérrez e Alfonso de Acevedo, os quais publicam tratados em defesa da fidalguia coletiva, reforçando, ou copiando literalmente seus argumentos.³⁴⁰

Arrieta demonstra como a situação pessoal de Poza em sua convivência estreita com os turbulentos sucessos nos Países Baixos durante o reinado dos Habsburgo influenciaram em suas concepções doutrinárias acerca do regime de pactos entre governados e governantes. A convivência com a tratadística neerlandesa, aliado ao seu vasto conhecimento jurídico o permitiram situar precisamente o lugar de Biscaia na Monarquia:

(...) somos pueblos federados [populi adhaerentes], conservado el estado primitivo de nuestra república [rei publica] y en consecuencia libres, (...). siendo así es evidente que la antedicha pragmática de Córdoba de ninguna manera puede ni debe oponerse a nuestras leyes y costumbres especiales, exactamente lo mismo que si se quiere aplicar a los belgas, portugueses, aragoneses, Borgoña y demás jurisdicciones

³⁴⁰ “Pudiera haber terminado ahí la historia, con la derrota del fiscal García de Saavedra y su casi humillante declaración de aceptación de la refutación de sus tesis, si no fuera porque los consultores de Vizcaya decidieron dar un paso más: incorporar estas tesis a la doctrina jurídica castellana de mayor nivel y prestigio, para lo cual contrataron literalmente los servicios de dos conocidos y prestigiosos juristas, Juan Gutiérrez y Alfonso de Acevedo, quienes precisamente por esas fechas estaban completando sus comentarios al derecho de Castilla, tal como había quedado en la Recopilación de 1567. Actualmente estamos en condiciones de poder afirmar, gracias a que ha sido posible contrastar detalladamente los textos, que Juan Gutiérrez copió literalmente gran parte del dictamen de Poza, pero sin citarlo. El efecto buscado, sin embargo, se consiguió plenamente, pues en adelante se pudo citar a Gutiérrez (1.ª ed. 1593) y a Acevedo (1596), sobre todo al primero, siempre que fuera necesario u oportuno traerlos a colación. En Vizcaya estas citas y alegaciones se convirtieron en frecuentes y rutinarias, pero se hicieron siempre, lógicamente, destacando la autoría de los juristas castellanos citados, especialmente la de Gutiérrez, de modo que Poza quedó literalmente tapado y, casi desde el principio, olvidado”. ARRIETA, Jon. Claroscuros de una realidad debatida: la hidalguía universal de los vascos. En *El País Vasco, tierra de hidalgos y nobles. Momentos singulares de su historia*, Madrid: Fundación Banco Santander, 2016, pp. 89-124. (pp. 108 & 109). Arrieta detalha as correspondências entre o texto de Poza e o de Gutiérrez no capítulo *El licenciado Andrés de Poza y su contribución a la ubicación de Vizcaya en la Monarquía hispánica* In *La Diadema del Rey*. (Bilbao, 2017). Sobre a relação do Fuero Nuevo com sua consolidação jurídica no âmbito da Monarquia pelos escritos de Acevedo e Gutiérrez, diz Javier García Martín: “Pero sobre todo, la *literalidad* de FN, que la concienzuda labor impresora del Señorío se encargó de afianzar, así como el encargo remunerado que hizo a los juristas castellanos de más autoridad en el comentario del derecho regio (J. Gutiérrez y A. Acevedo) fueron la vía principal que acabó asegurando su consideración como *ley territorial* también en los altos tribunales castellanos de los siglos XVI y XVII. La labor doctrinal, en este sentido, tanto de los juristas vizcaínos —A. de Poza, desde planteamientos propios del humanismo jurídico— como de los castellanos, algunos de ellos apenas tenidos en cuenta en la investigación histórico-jurídica hasta ahora, resultó decisiva”. GARCÍA MARTÍN, Javier. El Fuero de Vizcaya en las doctrinas y en la práctica judicial castellanas in *La Diadema del Rey*. Bilbao, 2017. (p.158).

de la soberania castellana [Castelanii imperii dititones] , lo que nadie em su sano juicio habría dicho. Porque, aunque unidas, todas esas provincias y entre ellas nuestra Vascongada [nostra Cantabria], mantienen su primitiva condición. ³⁴¹

Biscaia, e por extensão a zona bascófona (Cantábria), aparecem como uma república confederada no seio da monarquia (identificada sob a égide de “Castela”)³⁴² em par de igualdade com outros povos livres (como por exemplo os “belgas”), essas adesões estão constituídas conforme sua “primitiva condição”, ou seja, o pacto fundacional entre governantes e governados. Relacionado à questão da primordialidade como elemento de validação, outro argumento vertebrador, já explorado em *De la Antigua lengua* é a fundamentação da fidalguia coletiva na autoctonia tubalina. No excerto a seguir, o conceito de arquivo passa a integrar sua rede semântica, compondo a defesa da lei biscainha:

*[...] lo que pueden decir los vizcaynos y nuestros hermanos convezinos es que el suelo y terreno que poseen es el archivo y seminario de la nobleza de Hespaña, las montañas, campos y riberas que ven y pasean son las mismas que vieron, gozaron y pasearon sus centésimos abuelos y dende el patriarca Tubal a esta parte no se les conoce outro suelo ni origen; la lengua que la tienen es la misma del dicho patriarca Túbal, aquí a sido y es el escudo y muro de las Españas, aquí el almacén de las armas: fierro, hazero y astas, lanças, picas y dardos los mejores de Europa; aquí fue la población primera de las Españas, riberas del Ebro arriba; [...].*³⁴³

Desse modo, o território de Biscaia e zonas limítrofes bascófonas são definidos como o “arquivo” e “seminário” da nobreza da Espanha, ou seja, o lugar onde principiou a nobreza (*seminário*)³⁴⁴ e que guardou e preservou sua memória (*arquivo*). A fonte da

³⁴¹ POZA, Andrés. *Op. cit.* (p. 31).

³⁴² Em relação à identificação da Monarquia Hispânica com Castela: “*Este lapsus puede ser debido a que Poza mira sobre todo a Castilla y los castellanos al referirse a la Monarquía, dado que sus conexiones personales, vistas desde fuera y en su condición de vizcaíno de origen, eran fundamentalmente con Castilla y quizá no tenía en cuenta debidamente la dimensión mediterránea e italiana*”. ARRIETA, Jon. El licenciado Andrés de Poza y su contribución a la ubicación de Vizcaya en la Monarquía hispánica In *La Diadema del Rey* (...). Bilbao, 2017. (p.217).

³⁴³ POZA, Andrés. *Op. cit.* (p. 247).

³⁴⁴ Como indica o Dicionário da RAE, a origem do termo latino é *seminarium* [Del lat. *seminarium* 'semillero', 'fuente, origen', en lat. *Mediev.*]. O *Diccionario muy copioso de la lengua española y francesa* (Paris, 1604) equivale o termo *seminario* a *pépinière*. No vocabulário español-italiano de Franciosini (Roma, 1620): “*radunanza di persone virtuose, e che attendono a virtù e scienze*”. Esse último sentido também poderia ser aplicado ao uso de Poza. No *Thesaurus utriusque linguae hispanae et latinae* de Henríquez (Madrid, 1679): “*Seminarium, i. j tu fuiste seminario de tantos males, tu tot malorum origo, fons, causa fuisti*”.

nobreza aborígene coincide com o local primevo do povoamento por Tubal e seus descendentes, de acordo com o manejo conceitual de Poza em diálogo com o campo discursivo em questão. Uma das autoridades que utiliza, em mais de um momento, para fortalecer a credibilidade de seu argumento é *A Retórica* de Aristóteles, onde o filósofo faz uma explanação muito útil para Poza acerca dos fundamentos da origem da nobreza de uma *polis*, vinculados à autoctonia.³⁴⁵

A utilização de um conceito tão caro ao historiador contemporâneo como o de arquivo, talvez nos leve, em um primeiro momento, a não historicizá-lo. Fernando Bouza, nos recorda que o termo arquivo - como lugar da prática de investigação em fundos documentais para fins analíticos - ainda não estava consolidado no século XVI: “Ni los archivos han sido templos de la inocencia, ni tampoco todos los historiadores fueron apóstoles de ella”.³⁴⁶ Era comum a prática de citar manuscritos que não poderiam ser consultados por outros historiadores/cronistas,³⁴⁷ sendo esse exclusivismo visto como “descobrimento” (desvelamento), tal qual Annio de Viterbo o fez com os papéis - que só ele pôde consultar - de Beroso. O próprio termo arquivo não é de uso antigo em língua espanhola, e só começou a generalizar-se em meados do século XVI:³⁴⁸ “No obstante, com relativa prontitud el archivo se convirtió en sinónimo de la más civilizada cultura escrita y, de esta forma, en el crisol de la memoria escrita (...)”.³⁴⁹ As coleções documentais como base analítica para os que se ocupam da escritura dos feitos passado vão passar a ser cada vez mais comuns ao longo do século XVII.³⁵⁰

³⁴⁵ “Nobreza significa para um povo e uma cidade que a origem de seus membros é autóctone ou antiga, que seus primeiros chefes são ilustres e que muitos descendentes se ilustraram em qualidades invejáveis”. ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005. (L.II, C.V, p.110).

³⁴⁶ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Op. cit.* (p. 45).

³⁴⁷ *Ibidem.* (p.45)

³⁴⁸ O termo *archivo* não é registrado na versão impressa Tesoro (1611), apenas no apêndice manuscrito, que estava sendo preparado por Covarrubias: “Archivo: El cajón o armário donde se guardan las escrituras originales, privilegios y memorias. Este tiene los reyes de Castilla en la villa de Simancas com gran orden y custodia, y después de ellos todos los señores, las ciudades, las iglesias, los conventos y comunidades. (...)”. COVARRUBIAS, Sebastián. *Suplemento al Tesoro de la lengua castellana* [Reproducido a partir del Ms 6159 de la Biblioteca Nacional de Madrid].

³⁴⁹ BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Op. cit.* (p. 45).

³⁵⁰ *Ibidem.* (p. 48).

O interessante é que Poza procura definir a territorialidade de Biscaia e das zonas adjacentes como um “arquivo”. O solo e seus naturais são tornados repositórios da memória, com as mesmas potencialidades de preservação no tempo que a palavra escrita. Desse modo, chegamos a uma articulação conceitual bastante relevante, com implicações epistêmicas que dizem respeito ao modo de escrever história nesse momento. Era comum ao cronista/historiador humanista - em seu afã de persecução demonstrativa da verdade - ir conhecer topograficamente os lugares sobre os quais escrevia, recorda Bouza,³⁵¹ havendo uma plêiade de cronistas peregrinos como Marineo Sículo e o próprio Esteban de Garibay.

Desse modo, Poza realiza uma articulação do preceito humanístico do lugar como fonte, com o prestígio da ideia de importância de um fundo documental escrito. Nesse caso, o fundo seria o próprio solo biscainho, inalterado desde os tempos de Tubal: Biscaia e os biscainhos permanecem no tempo tanto como a palavra escrita dos Anais de Lívio, ou os papéis de uma monarquia da antiguidade. Não à toa, tratamos de *Ad Pragmatica*, no qual o autor defende a validade da lei foral escrita e de uma fidalguia coletiva territorial: estamos na encruzilhada de textos, solo, memória, genealogia e dos “naturais da terra”.

Encontramos aqui um dos principais pontos da defesa da fidalguia coletiva em Poza contra o fiscal García Saavedra: endossar e aumentar a legitimidade de um estatuto fidalgo em nível territorial - o que seria uma improbidade segundo o fiscal – por meio da inaplicabilidade da pragmática de Córdoba (1492) e a vigência das leis de Toro e Tordesilhas (1505). Muñoz de Bustillo esclarece esse ponto, comentando acerca dos primeiros capítulos de *Ad Pragmatica*:

Poza en estos capítulos no hace sino refutar las afirmaciones vertidas por el fiscal gallego, para quien el caso no ofrecía dudas: la nobleza, relativa siempre a casas o linajes y nunca a territorios como pretendían los vizcaínos, ha de probarse y los medios para ello estaban todos regulados en la pragmática; ninguna otra prueba distinta a las allí prescritas podía ser alegada en juicio ni admitida en buena lógica por la Chancillería de Valladolid. (...). Rebatir la interpretación que el fiscal hiciera de este mandato se convierte en el primer y principal objetivo de Poza y para ello, una vez aclarado que su exposición solo afecta a los hidalgos, nobles sin dignidad, porque sólo a ellos incumbe el contenido de la ley, tiene que demostrar, em primer lugar, que las prescripciones de la pragmática de Córdoba no pueden extenderse a

³⁵¹ *Ibidem.* (p.47)

*los lugares exentos, es decir, aquéllos que nunca hubo distinción entre pecheros e hidalgos.*³⁵²

Uma vez mais, retornamos a uma das bases mais relevantes da argumentação de Poza: performar a ideia de uma fildagua imemorial para Biscaia e - por extensão - às zonas bascófonas. Um elemento, já muito explorado por Garibay, é a importância do basco-cantabrismo na composição de uma ideia topográfica de comunidade política. Lançando mão de citações de Floro e Silio itálico, lembra a inquebrantável resistência cântabra contra os romanos. Essa resistência basco-cântabra funciona, como vimos, para endossar a hipótese de que as populações bascófonas jamais foram conquistadas e, portanto, nunca se misturaram aos povos “invasores”, mantendo, sua *limpieza de sangre*. Além disso, essa resistência torna a região o polo de defesa dos povos hispânicos, seja contra os romanos, seja no período da presença islâmica, seja como foco primeiro da Reconquista:

*(...) puede fundamentarse la nobleza de nuestra nación en la egrégia fidelidade que demostró siempre a los demás pueblos de España, ya desde aquella derrota memorable de Rodrigo. Aquí, efetivamente, ante aquella enorme calamidade, buena parte de la nobleza de España fue recibida, asilada, animada, desde aqui, em el deplorado aspecto de todos los sucesos de aquel siglo, se habría suministrado armas para la larga e instestina guerra com los moros y, según asumió la expedición en la que el inquebratable cantabro no se haya manchado de sangre.*³⁵³

Aqui entra um elemento central para a formulação da ideia de que Biscaia (e logo Guipúscoa) seriam “repúblicas de fidalgos”³⁵⁴ no interior da monarquia. Um dos questionamento de García de Saavedra era que não haveria a possibilidade de comprovar que todos os biscainhos proviriam de “um solar conhecido”, o que pressuporia a posse de terras; casa-forte; vassalos; nome de família brasão e escudo.³⁵⁵ Nesse sentido, Poza irá conformar a ideia de que Biscaia mesma era “um solar” conhecido (de *infanzones*), performando a noção de territorialidade do Senhorio ligada a sua lei e às suas fundações. Essa noção também se sustenta na medida em que o Senhorio não é apenas um solar

³⁵² MUÑOZ DE BUSTILLO, Carmen. Op cit. (pp. XV & XVI).

³⁵³ POZA, Andrés. Op. cit. (p. 235).

³⁵⁴ PORTILLO, José María. Op. cit.

³⁵⁵ MUÑOZ DE BUSTILLO, Carmen. Op cit. (p. XIX).

conhecido, mas “o solar” conhecido, ou seja, fonte primeira da nobreza autóctone hispânica e foco primevo da Reconquista.³⁵⁶

Nesse sentido, o constructo histórico da noção territorial de Cantábria é relevante para a confecção de definição da chamada “nación montañesa”.³⁵⁷ Cabe lembrar que Poza fora contratado pelo Senhorio de Biscaia com o intuito de defender o estatuto fidalgo territorial contido no Foro Novo. Como salienta Caro Baroja, as realidades jurídicas eram distintas nos territórios bascófonos. Apenas as províncias de Biscaia (em toda sua extensão, Duranguesado; Encartaciones e Biscaia nuclear) e Guipúscoa possuíam o estatuto generalizado de fidalguia a partir de meados do século XVI. Sabemos que para a zona bascófona ibérica, Álava e Navarra apresentavam realidades mais matizadas no que tange às divisões estamentais. De certo modo, por isso que as realidades jurídicas biscainha e guipusocona apresentam tantas semelhanças, uma influenciando na outra.³⁵⁸ É importante destacar a incursão do licenciado na definição dessa nação montanhesa em sua relação com a fidalguia:

*Se añade a esto que nuestros comarcasos guipuzcoanos, alaveses y otros que rodean los términos de nuestra provincia, nacionales montañeses, son en grande parte nobles hidalgos, al punto que entre los dichos encontrarse aldeas enteras em que todos y cada uno de sus habitantes, excepto bien pocos, como dos o tres son notables en propiedad. Este único argumento convence facilmente de que no debe causar extrañeza lo que nuestras leyes han declarado sobre todos y cada unos de los aborígenes vizcaínos. En efecto, la cualidad de una nación o de cualquier cosa propuesta, cuando se plantea una duda - que aquí no hay -, se aclara por los vecinos y comarcasos (...).*³⁵⁹

Nas palavras de Monreal, o pensamento político basco do século XVI procurou constituir uma ideia de comunidade política e linguística cujas fundações remetem a Tubal (nota). Poza, por sua vez, investe em uma ideia de que a fidalguia biscainha também é confirmada pela vizinhança do Senhorio de Biscaia: as comunidades bascófonas

³⁵⁶ “Pero sobre todo lo hacía el hecho de que esa misma tierra hubiera constituido tras la «pérdida de España» un reducto desde el que se procediera a su recuperación y salvación. La tierra vizcaína podía reputarse por solar conocido por la sencilla razón de que era *el solar*, es decir, el lugar desde el que España había renacido. Vizcaya era solar conocido porque era la vagina de la que había nacido España”. PORTILLO, José María. *Op. cit.* (p. 430).

³⁵⁷ Cf. FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. “Entre “godos” y “montañeses”: reflexiones sobre una primera identidad española” In *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

³⁵⁸ Cf. SORIA SESÉ, Lourdes. *Op. Cit.* & PORTILLO, José María. *Op. Cit.*

³⁵⁹ POZA, Andrés. *Op. cit.* (p. 239).

apresentam, do mesmo modo, amplas fidalguias (apesar de haver exceções, como ele mesmo pontua). Sempre levando em conta o elemento performativo de seu discurso, devemos procurar entender suas bases. O licenciado evoca uma ideia de *vecindad*: um conceito complexo cuja genealogia remonta ao medievo. Essa categoria era um conceito jurídico, que classificava os sujeitos pertencentes a uma comunidade (especialmente nas vilas) aptos a gozarem dos cargos e privilégios específicos a essa circunscrição. Ao mesmo tempo, essa categoria não pode ser compreendida de maneira estática, mas sim, considerando as redes sociais complexas de adesão das pessoas às comunidades, as quais implicam relações afetivas construídas no cotidiano de diferentes lugares da monarquia politerritorial hispânica.³⁶⁰

Apesar da existência de diferentes realidades jurídicas nas províncias bascas, Poza aproxima-as com o intuito de constituir uma comunidade bascófonas cujas diferenças seriam epifenomenais, já que partilham de uma língua, de uma linhagem, uma história e de uma realidade jurídica singulares e antiquíssimas. Desse modo, o licenciado não apenas defende Biscaia, propriamente, de García de Saavedra, mas também os territórios limítrofes: constituindo uma relação transversal de legitimação dessa comunidade política que, por meio de seus textos, ajuda a conformar.

Na época estava em voga a ideia de que o solo e sua posição no globo produzem o caráter das populações (teoria climática),³⁶¹ a qual certamente Poza levava em consideração.³⁶² No entanto, ao menos para os autores aqui trabalhados, essa teoria sempre se relaciona diretamente com a noção linhagística e genealógica, a que constitui a base primária tanto do tubalismo quanto da noção de fidalguia. As qualidades do tronco

³⁶⁰ Acerca desse conceito, consultamos os trabalhos de Tamar Herzog, que o analisa no contexto peninsular e ultramar: HERZOG, Tamar. *Defining nations: immigrants and citizens in early modern Spain and Spanish America*. Yale University Press, 2008 (especialmente capítulo 2: Vecindad: Citizenship in Local Communities). HERZOG, Tamar. "La vecindad: entre condición formal y negociación continua. Reflexiones en torno de las categorías sociales y las redes personales." *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales* 15 (2000): 123-131. HERZOG, Tamar. "Los americanos frente a la Monarquía. El criollismo y la naturaleza española." In *La monarquía de las naciones: patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. Fundación Carlos de Amberes, 2004.

³⁶¹ FEROS, Antonio. *Speaking of Spain: the Evolution of Race and Nation in the Hispanic World*. Cambridge: Harvard University press, 2017.

³⁶² Além de sua atuação como cosmógrafo, podemos perceber essa influência no seguinte excerto: "La fama de la riqueza española, y bienaventuranza de su suelo y cielo, siempre puso codicia a todos los estrangeiros de invadir y acometerla, (...)". POZA, Andrés. *De la antigua lengua, poblaciones, y comarcas de las Españas, en que de paso se tocan algunas cosas sobre de la Cantabria*. Con privilegio real, impresso en Bilbao por Mathias Mares, primer impresor de Vizcaya, 1587. (fol.21).

de Tubal são transmitidas pelo sangue, mas o *locus* da terra basca também é uma influência relevante nas virtudes dos biscainhos e seus *comarcanos*. Os cronistas ibéricos em geral e bascos especificamente, sempre fazem uma descrição geográfica da terra sobre a qual tratam. A topografia montanhosa e um modo de existência, predominantemente, camponês são elementos fundamentais na caracterização dessa comunidade “cântabra”, compondo seu modo de vida guerreiro e robusto. Nesse sentido, há um diálogo direto com Garibay no que diz respeito à conformação de uma ideia de uma comunidade montanhosa nortenha, associada ao indigenato ibérico.

Para fortalecer seu argumento, o licenciado conta dois casos “anedóticos”, os quais, no entanto, não apenas sintetizam, mas esclarecem o que considera o fundamento da fidalguia coletiva. O primeiro deles se refere a um litígio por uma fidalguia, com o intuito de consolidar o dogma “*vizcaíno originario, luego hidalgo*” [*Vizcainus originarius, ergo fidalgus*]³⁶³ o outro, um episódio que o próprio imperador Carlos de Habsburgo se pronuncia acerca da condição jurídica dos biscainhos. Em relação ao primeiro caso, afirma se caso alguém duvidasse da fidalguia de um natural de Biscaia, diria:

*(...) yo enseñaría innumerables sentencias definitivas de ambas chancillerías de Valladolid y Granada dictadas unánimemente en favor de los vizcaínos aborígenes, según las cuales nunca hubo duda de la nobleza de nuestra nación montañesa [per quas nuncam de gentis nostrae montanae nobilitate fuit dubitatum] al punto de que habiendo fundamentado su demanda certo aldeano de allá, que litigaba por su nobleza, en que su abuelo había sido vizcaíno y probado para instituirlo – porque en esto sólo giraba la cuestión - , que su dicho abuelo solía hablar en un idioma como el que usan los vizcaínos, ininteligible para el resto de los españoles, ve ahí que los oidores del rey, que suelen lavarse narices y oídos con vinagre y cuya larga experiencia de hechos seguros está en el examen de todos y cada uno de los méritos de la causa y su fundamento, sin dudar de la nobleza en propiedad de nuestra nación [gentis nostrae nobilitate], se pronunciaron contra el litigante, basándose sólo en que el abuelo del citado litigante se llamaba Abrahám”.*³⁶⁴

A princípio, Poza afirma que são inúmeras as disposições tanto da Chancelaria de Valladolid como de Granada em favor de sujeitos que provaram sua descendência

³⁶³ POZA, Andrés. *Fuero de hidalguía Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas*, [Ed. Carmen Muñoz Bustillo; Trad. Ma. De los Angeles Durán], Universidad del País Vasco, Bilbao: 1997 [1588]. (p. 241).

³⁶⁴ *Idem.*

biscainha, portanto sua fidalguia.³⁶⁵ O caso concreto em que se debruça se refere a um litígio, ou seja, quando alguém recorria às chancelarias com o intuito de conseguir um documento que atestasse sua posição estamental. Nesse sentido, essa pessoa alegava que seu avô seria biscainho,³⁶⁶ sob a base de que falaria a língua própria da região: os ouvidores se pronunciaram contra o litigante alegando que o nome de seu avô era Abraão. Só esse fato já foi o suficiente, segundo Poza, para inviabilizar a herança biscainha do litigante, atestando sua origem judaica, incompatível com a *limpeza de sangue*, um dos sustentáculos fundamentais do estatuto fidalgo territorial. Como salientam Portillo e Arrieta, Poza teve papel fundamental na consolidação doutrinal do vínculo entre a fidalguia em Biscaia e a exclusão radical dos cristãos novos do disfrute desse estatuto.³⁶⁷ Aqui também aparece o tema tópico do judeu como portador do ilusório, falso e do engano:³⁶⁸ o qual, no entanto, não foi capaz de se passar por biscainho devido a “astúcia” dos ouvidores.

Uma discussão semântica que cabe fazer acerca desse excerto é o termo “nação montanhesa”, termo vertido -por tradução - a partir do original *gentis montanae*. Apesar da coerência do uso do termo, para leitores contemporâneos, no sentido de uma comunidade que partilha um território e traços culturais comuns, e da existência na época moderna do vocábulo (*natio*), o termo preferido por Poza é *gens*. Em parte, podemos dizer, que tenha como objetivo relacioná-lo com o conceito romano, vinculando-o ao patriciado. Acerca do uso de “nação” por eruditos hispânicos, Feros afirma: “They almost

³⁶⁵ “La función de las Chancillerías de Granada y Valladolid consistía en velar por la pureza de los procedimientos empleados para distinguir los estados. El prodigioso número de pleitos, que aún se conservan, testimonia la dificultad de su tarea. Como hemos visto era doble: amparar a los hidalgos cuando el consejo negaba su derecho y, por el contrario, excluir al que indebidamente pretendiera gozar del privilegio”. DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985. (pp. 37 & 38).

³⁶⁶ O fato de se referir ao avô não é gratuito, na medida em que essa geração é uma referência no Foro para o conceito de naturalidade biscainha: “(...) mostrando y probando ser naturales vizcaínos, hijos dependientes de ellos, a saber, es que su padre o su abuelo de partes de padre son y fueron nacidos en el dicho Señorío de Vizcaya; y probando por fama publica que los otros antepasados progenitores de ellos de partes del padre fueron naturales vizcaínos, (...). El Fuero, Privilégios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiola -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528]. (Lei XVI, Título Primeiro, *Cómo los vizcainos fuera de Vizcaya han de gozar de su hidalguía y la probanza que para gozarla han de hacer*). (p.25).

³⁶⁷ ARRIETA, Jon. Claroscuros de una realidad debatida: la hidalguía universal de los vascos. En *El País Vasco, tierra de hidalgos y nobles. Momentos singulares de su historia*, Madrid: Fundación Banco Santander, 2016, pp. 89-124. (p.121) & PORTILLO, José María. *Op. Cit.* (p. 436).

³⁶⁸ Cf. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (cap. 9. Os agentes de Satã: o judeu, mal absoluto).

never used nación to refer to Spaniards – more a people, or *gens* than a nation.”.³⁶⁹ O uso do termo não era comum para designar nem a “comunidade hispânica”, nem os reinos e territórios específicos (a despeito de certos autores castelhanos que entroncavam a ideia de Castela com a de Espanha, mediados pelo vocábulo *nação*, como lembra Feros). Por sua vez, Xavier Torres Sans, que estudou diversos textos catalães do século XVI & XVII, reforça essa tese: os termos mais usados para se referir à Catalunha eram *terra*, *pátria* e *província* (em detrimento de *nação*).³⁷⁰

Outra história narrada por Poza é do encontro de Carlos de Habsburgo com dois estudantes de medicina: um biscainho chamado Olalde e outro genericamente identificado como “andaluz”:

“(…) el (...) príncipe de las Españas, Carlos, (...), estando estudiando humanidades em Alcalá, en la persona de cierto estudiante, que vice al día de hoy y es paisano nuestro, doctor, médico, varón sincero y veraz llamado Olalde. Se topo casualmente con este escolar el príncipe mientras paseaba por el campo acompañado de otros hijos de nobles de su edad y le preguntó qué estudiaba. Contestóle él que era estudiante de medicina: le preguntó de nuevo que de donde era y él le dijo que era vizcaíno ‘Vaya, vaya’, le replicó, ‘sí que es raro, tú serás un médico hidalgo’ Se encontró luego el mismo príncipe a otro escolar, quien tras ser preguntado de igual manera, dijo que era andaluz o bético. ‘Yo no le contestaría sin dudar, como al otro que es hidalgo’.³⁷¹

Por meio dessa anedota, a fidalguia coletiva é endossada pela voz do próprio príncipe (foi, justamente, na época de Carlos que o Foro Novo entrou em vigor e foi confirmado), imprimindo credibilidade ao estatuto biscainho. Outro ponto a ser destacado é a diferença intrínseca na identificação do estatuto do natural de Biscaia e do andaluz: apesar de ambos estarem estudando medicina – uma carreira considerada manual – o biscainho seria, supreendentemente, um médico fidalgo. Já o estatuto do estudante bético seria duvidoso e não poderia ser atestado somente por sua pátria.

O problema da equalização - para os biscainhos - entre a prática de serviços manuais e seu estatuto fidalgo territorial foi um problema corrente nos séculos XVI & XVII, essa questão se torna ainda mais relevante com a presença dos biscainhos em outros

³⁶⁹ FEROS, Antonio. *Op. cit.* (p. 26).

³⁷⁰ TORRES SANS, Xavier. *Naciones sin nacionalismo: Cataluña en la monarquía hispánica (siglos XVI-XVII)*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2008. (pp. 80 & 81).

³⁷¹ POZA, Andrés. *Op. cit.* (p. 243).

reinos da Monarquia, onde conviviam com outras realidades jurídicas.³⁷² No entanto, como consta no Foro, os privilégios estamentais desses sujeitos estavam garantidos não somente em Biscaia, como em todos os territórios hispânicos. Essa incongruência face às teorias correntemente aceitas de incompatibilidade do trabalho manual com a fidalguia deram lugar às críticas ao estatuto biscainho por juristas como García Saavedra.³⁷³ Otazu y Llana aponta na literatura do Século de Ouro diversos exemplos da situação dos biscainhos em outros territórios da monarquia, onde exerciam profissões consideradas vis e, mesmo assim, faziam questão de afirmar seu estatuto com seus privilégios e franquezas próprios.³⁷⁴ Uma passagem notável nesse sentido é o episódio do encontro de Dom Quixote e Sancho Pança com uma senhora e com seu escudeiro biscainho. O cavaleiro da triste figura se aproxima da carruagem em que está a dama, imaginando que esta seria uma princesa em perigo. O escudeiro questiona Quixote e se apresenta como cavalheiro, este questiona o estatuto do biscainho, que replica, afirmando sua condição de fidalgo por ser biscainho.

- ¿Yo no caballero? Juro a Dios tan mientes como cristiano. Si lanza arrojadas y espada sacas, ¿el agua cuán presto verás al gato llevas! Vizcaíno por tierra, hidalgo por mar, hidalgo por el diablo, y mientes que mira si otra dices cosa.³⁷⁵

Nesse sentido, destaca-se a vontade dos próprios biscainhos (guipuscoanos e outros bascos) em defender, proteger e afirmar seu estatuto fora de sua pátria natal: “*El emigrante vizcaíno era tan consciente de la ventaja competitiva que suponía la hidalguía universal como de la necesidad de protegerla.*”³⁷⁶ Por sua vez, Poza estabelece uma

³⁷² ARRIETA, Jon. Claroscuros de una realidad debatida: la hidalguía universal de los vascos. En *El País Vasco, tierra de hidalgos y nobles. Momentos singulares de su historia*, Madrid: Fundación Banco Santander, 2016, pp. 89-124. (p.110).

³⁷³ “*Lo que causaba más escándalo a los teóricos de la nobleza era que estos hidalgos vascos (...) llegaban a Madrid, Sevilla y otras urbes para ejercer los más modestos cargos escuderos, lacayos, cocheros... Todos procuraban conservar sus documentos que probaban su hidalguía (...)*”. DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006. (p.161).

³⁷⁴ OTAZU Y LLANA, Alfonso de. *El “Igualitarismo” vasco: mito y realidad*. San Sebastián: Editorial Txertoa, 1973. (Cap. 3, IV, “El País Vasco desde Afuera”).

³⁷⁵ *Ibidem*. (pp.129 & 130).

³⁷⁶ MORALES, Alberto Angulo & MALILLOS, Imanol Merino. MORALES, Alberto Angulo & MALILLOS, Imanol Merino. *La gestión del Señorío de Vizcaya en el Imperio (1590-1640). La proyección política de su representación y defensa in Campo y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano (Multimedia)*/María José Pérez Álvarez, Laureano M. Rubio Pérez (eds.); Francisco Fernández Izquierdo (col.). – León: Fundación Española de Historia Moderna, 2012. (p.1787).

verdadeira teoria ontológica da fidalguia biscainha, sendo a nobreza linhagística uma característica substancial dos naturais do Senhorio: “cada uma de nuestras leyes en ‘som homes hijosdalgo’ denotan la substancia verdadeira de la nobleza de todos y cada uno de los vizcaínos (...)”.³⁷⁷ Biscaia e, por extensão, as províncias bascas (ou cântabras) ganham um lugar e um estatuto preciso e proeminente na comunidade política da Monarquia Hispânica, sendo que o tubalismo teve papel fundamental na articulação entre diferentes escalas de pertencimento. O licenciado não hesita em afirmar a posição de “povo eleito” dos biscainhos, sendo a posse de seus foros um ponto inquestionável e providencial, cuja existência é intrínseca a de seu território e dos naturais da terra: “porque podemos decir, como se dice en el Evangelio, ‘Nosotros tenemos la ley’”.³⁷⁸ Essa lei pertence aos habitantes autóctones da Península, descendentes do primeiro povoador e, portanto, origem da linhagem dos biscainhos aborígenes.

A investigação “metafísica” de Poza, ou seja, a busca das causas primeiras da fidalguia biscainha é fundamental em seu discurso: “(...) se dice conocido y notorio lo que tiene causa establecida, permanente y constante”.³⁷⁹ Essa fundamentação se dá pela lei, costumes, solo, língua e genealogia baseadas na autoctonia tubalina. A fidalguia é uma condição do “ser biscainho”, produzida por uma causa eficiente primeira na figura de Tubal, está vinculada a um território, que por sua vez se liga à monarquia (por genealogia, inclusive). Quando analisamos essa produção discursiva de uma substância biscainha chegamos, nos termos de Butler,³⁸⁰ aos seus elementos constitutivos, o que nos faculta compreender a performance de Poza e outros eruditos bascos na constituição de uma comunidade ibérica autóctone montanhesa “pura e limpa de sangue”.

Como nota Portillo, é patente a influência de Poza (ou mais precisamente de Gutiérrez e Acevedo que deram a conhecer seus argumentos) não apenas no ordenamento jurídico de Biscaia, que, cabe lembrar, já possuía seu Foro desde princípios do século XVI (em tempos de Carlos V), mas quiçá principalmente no de Guipúscoa.³⁸¹ Dizemos

³⁷⁷ POZA, Andrés. *Op. cit.* (p. 211).

³⁷⁸ POZA, Andrés. *Op. cit.* (p. 217).

³⁷⁹ POZA, Andrés. *Op. cit.* (p. 119).

³⁸⁰ BUTLER, Judith. *Problemas de Género: Feminismo e Subversão da Identidade*. 8ªed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

³⁸¹ PORTILLO, José María. *Op. Cit.*

que sobretudo em Guipúscoa, pois seu *corpus* jurídico se consolidou posteriormente ao do Senhorio e, desse modo, recebeu influências diretas de um conjunto cronístico e teórico consolidado durante o reinado de Felipe II por eruditos bascos. Como dissemos, o tubalismo não aparece no Foro de Biscaia [1528]. Portanto, os cronistas e juristas ligados ao mundo basco na época do Rei Prudente foram fundamentais para acrescentar o argumento da descendência de Tubal (bem como o cantabrismo e o basco-iberismo) às fidalguias coletivas biscainhas e guipuscoanas. Desse modo, contribuíram para a formulação de que tanto o Senhorio como a província de Guipúscoa eram “repúblicas de fidalgos”. Somos novamente levados à relação entre sangue e solo na constituição desse campo discursivo.

Em 1562, Guipúscoa consegue uma Real Provisão, estabelecendo que os guipuscoanos poderiam ser considerados fidalgos pela sua descendência guipuscoana, ao estilo biscainho. No entanto, entre 1608 e 1610, uma vez mais um fiscal da Chancelaria de Valladolid colocou essa prerrogativa em dúvida, sob o argumento que não seria possível haver um lugar onde não existisse o estado *pechero*, (levantando a influência da pragmática de Córdoba), como acontecera em Biscaia na década de 1580, resultando na réplica de Poza. Do mesmo modo, os guipuscoanos saíram em defesa de sua fidalguia coletiva territorial: conhecemos os argumentos das instituições guipuscoanas graças à ratificação da provisão na *Nueva Recopilación de los Fueros, Privilegios, Buenos Usos y Costumbres, Leyes y Ordenanzas de la Muy Noble y Muy Leal Provincia de Guipúzcoa* datada de 1696. A questão colocada pelo texto diz respeito, sobretudo, os guipuscoanos que habitam em outros reinos da Monarquia: como provam sua procedência que lhe confere o estatuto fidalgo?

No seria justo que la naturaleza sola de una persona, sin mas atributo de nobleza, bastasse para hazer hijosdalgo á todos sus descendientes.(...) ofrecido sobre sus hidalguias, solo com probar el ser originarios de la dicha Provincia ó descendientes de tales por linea de varon. Y porque en señal y conservacion de esta calidad y nobleza, nunca los originarios de la dicha Provincia avian admitido entre si ninguno que no fuesse notorio hijodalgo, ni le admitian en los oficios, juntas y elecciones de ellos, y siempre se avia continuado y continuava en la dicha Provincia y Villas y Lugares de ella su original y antigua calidad, sin que en esto pudiesse aver ni huviesse obscuridad ni ofuscacion por mezcla de otras naciones ni por otra causa alguna.³⁸²

³⁸² Nueva Recopilación de los Fueros, Privilegios, Buenos usos y Costumbres, Leyes y Ordenanzas de la muy noble y muy leal Provincia de Guipúzcoa (1696). Miguel de Aramburu Aburruza ; edición de M^a rosa Ayerbe iribar. – Donostia-San Sebastián : Fundación para el estudio del Derecho Histórico y Autonómico

A “naturalidade” guipuscoana é definida pela descendência agnática, tal como em Biscaia, não sendo possível conferir o estatuto de fidalgo a uma “pessoa somente”. Ou seja, está explicitada a questão de que não basta “viver” ou “ir morar no território” para tornar-se nobre, é necessário descender de guipuscoanos “puros de sangue” para provar sua procedência e, portanto, sua posição estamental diferenciada.³⁸³ Pode-se dizer que a *vecindad* no Senhorio e na província limítrofe está juridicamente atrelada à descendência.

Ainda que tardio (1696), o texto do Capítulo I [*De la grande antigüedad de la Provincia de Guipuzcoa*] do Título II da *Recopilación de Guipúzcoa* é extremamente relevante, na medida em que funciona como um preâmbulo acerca da antiguidade dos guipuscoanos fundamentado na descendência de Tubal:

*Del principio de la población de España, después del universal diluvio, y de la parte en que la primera vez formaron su habitacion y domicilio los descendientes del Patriarcha Noe no se halla noticia cierta en las sagradas letras; pero las hay muy particulares y grandemente fundadas en la autoridad común de que Tubal, quinto hijo de Japhet y nieto del segundo padre del genero humano, fue el primero que desde la Armenia pasó á esta region con su familia y compañías, después de la confusión de las lenguas de Babilonia, y de que su primer descenso y mansión hubiese sido en las tierras situadas desde el Rio Ebro al mar Oceano Cantabrico. Lo aseguran antiguos y modernos, con la consideración de la comodidad que provida la naturaleza por disposición divina, previno en estas partes de todo lo necesario para la vida humana en la segunda edad del mundo (...). De todo lo referido resulta la grande antigüedad de la Provincia en la población de sus Solares (de donde se ampliaron las Villas y Lugares en la forma que hoy se ven) por los primeros hombres que asentaron su habitación en España, después del diluvio universal y dispersión de las lenguas en Babilonia, sin mezcla de naciones estrangeras, en la posesión de lo que sucesivamente gozan los naturales originarios de ella por herencia continuada de padres en hijos, conservándose en el uso nunca interrumpido de sus propiedades, lenguaje y buenas costumbres en tan dilatados siglos, para mayor honra de la nación Española, servicio de sus Reyes y Señores y grande estimación de su Patria.*³⁸⁴

de Vasconia = euskal Herriko zuzenbide Historiko eta Autonomikoa Aztertzeke Fundazioa, 2014. (pp.328-330).

³⁸³ “No se pierda de vista que tanto en Vizcaya como en Guipúzcoa este proceso de conformación de la hidalguía universal viene establecida sobre la base sólida de estar aquellos territorios poblados por cristianos viejos, por hidalgos católicos no contaminados con la presencia de moros, judíos, conversos, gitanos u otras especies de razas proclives a la herejía. La hidalguía de vizcaínos y guipuzcoanos aseguraba, ante todo, la limpieza de sangre dentro de aquellos territorios: eran hidalgos católicos”. PORTILLO, José María. *Op. Cit.* (p. 436).

³⁸⁴ *Nueva Recopilación (...)* [1696]. *Op. Cit.* (pp.320-322).

A semelhança com os argumentos de Garibay e Poza é notável: Guipúscoa é compreendida como a terra dos descendentes de Tubal; o *Euskera* era sua língua, falada em todo o reino naqueles tempos primordiais; a zona bascófona é entendida como Cantábria (definida como as terras entre o Ebro e o Cantábrico) e seus habitantes teriam permanecido puros, sem misturas consideradas espúrias. Podemos considerar a presença desse texto uma grande conquista dos eruditos bascos nos tempos de Felipe II, seus enunciados ultrapassaram a obra em que estavam contidos e passam a circular como lei.

Portillo afirma que Biscaia e Guipúscoa se constituíram como “repúblicas de fidalgos” e não como “república fidalga”. Este argumento se baseia, por exemplo, no seguinte excerto da Recopilación: “lo qual no era atribuir la hidalguia de sangre al suelo y tierra de la dicha Provincia, sino á la nobleza de los pobladores y fundadores y originarios de ella, como en las Casas Solariegas no se atribuya la hidalguia á las mismas Casas sino á los dueños de ellas y sus descendientes”. Portanto, o sangue dá qualidade à terra e não o contrário:³⁸⁵ Sua afirmação é bastante precisa, inserida em um argumento complexo e de um relevante alcance analítico, por isso, apenas acrescentaremos algumas nuances a ela de acordo com nossa problematização.

É verdade que “o sangue” tem um papel *sine qua non* tanto na cronística basca como no ordenamento jurídico, seja na busca por definição de uma identidade comunitária, seja na conceitualização das fidalguias coletivas. No entanto, cabe recordar, que tanto nos textos eruditos como nas legislações biscainha e guipuscoana dos séculos XVI & XVII há uma preocupação perene em definir essas territorialidades (quais elementos definem suas fronteiras?). Como aparece no Capítulo I, Título II da *Recopilación* há um movimento providencialista no encontro de Tubal com as terras bascas: o solo estava para seu sangue, assim como seu sangue estava para esse solo. Garibay e Poza procuraram engendrar um conceito territorial cujas bases se definiram nos primórdios da povoação tubalina. Já no campo jurídico surge o problema da mobilidade desses bascos em outros territórios da Monarquia: é necessário que levem o solo originário em seu sangue, assim é possível defini-los “em suas raízes”, de acordo com sua ascendência por linha masculina. Desse modo, solo e sangue são elementos indissociáveis, mas, pelo sangue, foi possível determinar a condição fidalga dos

³⁸⁵ Na recopilación lê-se, inclusive: “Y porque el suelo y tierra no daba ni podia dar la hidalguia de sangre, sino la calidad de las personas; y por esta via se dava esto á la tierra (...)”. *Nueva Recopilación* (...) [1696]. *Op. Cit.* (p.328).

biscainhos e guipuscoanos (também em sua faceta excludente e restritiva) e também fazê-la circular pela Monarquia.

2.3 Jerónimo de la Higuera: visões de um polêmico toledano.

O jesuíta Jerónimo Román de la Higuera (1538-1611) foi um erudito toledano de intensa atividade escriturária na passagem do século XVI para o XVII. Apesar disso, nenhuma de suas obras foi publicada em vida, permanecendo todas como manuscrito, o que não impediu sua ampla circulação.³⁸⁶ Em meados de 1594, o toledano apresentou a “descoberta” de um texto desaparecido desde alvares da Idade Média: o *Chronicon omnimodaе historiae* atribuído a Flavio Lucio Dextro, um contemporâneo de São Jerônimo, filho do bispo de Barcelona.³⁸⁷ Esse cronicão tratava dos princípios da cristandade em terras ibéricas e fornecia detalhes inauditos da história eclesiástica nos tempos dos romanos. Além do de Dextro, Higuera afirma ter encontrado outras três fontes manuscritas, advindas da Abadia de Fulda: Marcus Maximus; Luitiprando e Julián Pérez.³⁸⁸

O Toledano tinha uma ampla rede de correspondentes, compartilhando com eles fontes, informações e debates. Caro Baroja salienta que Pedro de Roja – o Conde de Mora – fora um admirador o trabalho de seu conterrâneo. Em seu livro sobre a história de Toledo (1654), cita a rede de contatos de Higuera, formada por importantes eruditos de sua época:

¿Qué amigos tuvo el P. Higuera con quien comunicaba estas curiosidades, y estudios? Dirémoslo: con el M. Alvar Gomez; el P. Doctor Juan de Mariana; D. Sancho D'ávila. Obispo de Sigüenza; D. Beltrán de Guevara, Arzobispo de Santiago; D.F. Prudencio de Sandoval, Obispo de Tuy; y D. Alexo de Meneses,

³⁸⁶ CARO BAROJA, Julio. *Las falsificaciones de la historia (en relación con la de España)*. 6ªed. Barcelona: Seix Barral, 1992.(p.163).

³⁸⁷ “En efecto, San Jerónimo alude a un Dextro que había escrito un ‘*omnimoda historia*’ y que era hijo de San Paciano, obispo de Barcelona.”*Ibidem*. (p. 166).

³⁸⁸ “The texts related a version of Spain sacred history that was a familiar in its broadest outlines, to wit: Roma Hispania was visited by the apostle James the Greater (Santiago), who left a number of disciples behind as bishops of the principal cities, whence Christianity spread quickly. As elsewhere in the Roman Empire, the Christian minority was persecuted until the age of Constantine; after the fall of Rome and various barbarian invasions, Hispania was taken over by Visigoths, who soon converted from the Arian heresy to Catholicism. The Islamic invasion of AD 711 brought renewed persecution and oppression to the Christian majority until the resurgence of northern Christian kingdoms began to chip way Islamic rule – in what subsequent generations dubbed the Reconquest – beginning with the important victory of Alfonso VI of Castile over Toledo at the end of the eleventh century, with which the fourth and final chronicle closes [Julián Pérez]”. OLDS, Katrina Beth. *Forging the Past: Invented Histories in Counter-Reformation Spain*. Yale University Press, 2015. (pp. 1 & 2).

*Arzobispo de Braga; Esteban de Garibay, y Alonso Tellez de Menses; D. Pedro González de Acevedo, Obispo de Placencia. Que sedeando averiguar el milagro de la Cruz, que apareció en Santa Cruz de la Sierras, lugar de su obispado, hizo tanto caso de este erudito Religioso; y le estimó de suerte, que solo a él encargó esta averiguación, y con otras muchas personas de letras, y autoridad; con ellos trataba, y comunicaba sus curiosos estudios; y elles con él los suyos, holgando mucho con el trato, y conservación de persona tan docta, y erudita.*³⁸⁹

Utilizamos no título desse subcapítulo o epíteto de “polêmico” para descrever Higuera, elemento que merece uma explanação mas detalhada. Desde meados do século XVIII, o autor foi ganhando a fama de ser um “falsificador da história da Espanha” (e também das histórias sobre a Espanha) a ponto de Caro Baroja já em finais do século XX (1992), duvidar de sua sanidade mental:

*(...) roído por una clara perturbación mental, apoyaba sus averiguaciones en documentos que él mismo forjaba, que reflejan una forma particular de ‘mitomania’. Ésta, en líneas generales, consiste en una tendencia a alateración de la verdad, a la mentira y la fabulación, de suerte que el mitómano es de ordinario crédulo: cree en lo que inventa y llega en esto a ser ‘sistemático’.*³⁹⁰

Os *novatore* Nicolás Antonio (1617-1684) e Gaspar Ibañez de Segovia, marquês de Mondéjar (1628-1708), ao estabelecer contato com o método dos bolandistas, levantaram suas vozes diretamente contra as falsificações de Higuera já em finais do século XVII.³⁹¹ No entanto, o próprio Nicolás Antonio afirma em sua obra - publicada somente em 1742 (na qual trabalhou desde 1652 até sua morte)³⁹² por Mayans y Siscar , que os opositores dos cronicões eram em muitíssimo menor número, se comparados aos apologetas:

*Nació este parto monstruoso casi con el siglo que va corriendo: introdujose en los principios al de algunos sin pasar al de la Estampa. Después que apareció en ella, son tantos los que le siguen y aprueban, que al contrario son señalados con el dedo, y aún notados de mal afecto los que no lo hacen.*³⁹³

³⁸⁹ ROJAS, Pedro (Conde de Mora). *Historia de la imperial, nobilissima, inclita y esclarecida ciudad de Toledo : fundacion, antiguedades, grandezas y principio de la Religion Catolica en ella y de su Santa Iglesia... vidas de sus arçobispos y Santos y Cosas memorables*. Madrid: Diego Diaz de la Carrera, 1654 (p.49).

³⁹⁰ CARO BAROJA, Julio, 1992. (pp. 163 & 164).

³⁹¹ Acerca desse tema: MARÍN RUIZ, Diego Marín. “Los falsos cronicones en la historiografía murciana de los siglos XVII y XVIII”. *Murgetana*, n. 136, p. 85-114, 2017.

³⁹² NICOLÁS ANTONIO. *Censura de historia fabulosas, obra posthuma de Nicolás Antonio (...) van añadidas algunas cartas del mismo autor i otros eruditos. Publica estas obras Don Gregorio Mayans i Siscàr (...)*. En Valencia, 1742. (p.XXIII).

³⁹³ *Ibidem* (p.3).

Esse impulso chamado “crítico” abriu espaço no século XVIII para ferozes detratores de Higuera como o padre Enrique Florez; Benito Feijoo e o próprio Mayans y Siscar.³⁹⁴ Essa postura culminou no século XIX com a famosa obra de Godoy de Alcántara: *Historia Crítica de los falsos cronicones*. Esse movimento coincide, em grande medida, com a lenta decadência do tubalismo, estimulada pelas críticas àquele considerado um de seus maiores estimuladores: Annio de Viterbo. Deixemos claro, porém, que nem sempre foi assim e até chegarmos às asserções severas de Baroja transcorreu um longo processo, inclusive com mutações na concepção do que era considerado verdadeiro. Por outro lado, os textos de Higuera jamais foram isentos de críticas. O jesuíta envolveu-se em muitas contendas em sua época. No final do século XVI, já havia quem desconfiasse da autenticidade das fontes por ele apresentadas: apontavam-se as inconsistências na origem dos manuscritos e de anacronismos linguísticos, por exemplo.³⁹⁵ O bispo de Segorbe, Juan Baustita Pérez relatou em carta a Cristóbal Palomares, bibliotecário da catedral de Toledo:

*Estos días escribí al Padre Higuera, diciéndole que es fingido el Chronico de Fulda en nombre de Dextro, y Máximo, cuya copia aquí tengo: y puedo probar se fingido con cien argumentos: pero no tengo lugar para escribirlos.*³⁹⁶

No entanto, apesar das opiniões que advogavam inconsistências e mesmo falsidade das crônicas de Higuera, as vozes de apoio total, ou parcial, se multiplicavam entrando o século XVII.³⁹⁷ Esse movimento foi endossado pela viva utilização dos cronicões como fonte:

*Nearly every seventeenth century author who treated the late antique and medieval history of Spain felt compelled to reckon with the distinctive historical vision of the cronicones. By the first years of the seventeenth century, references to Hilguera's chronicles began to multiply in books of all sorts of matters, including a theological treatise on an early medieval heresy, a saint's lifem a municipal history a history of royal Benedictine monasteries, and a polemical treatise in defense of the tradition that apostle Santiago was buried in the Iberia Peninsula.*³⁹⁸

³⁹⁴ CARO BAROJA, Julio, 1992. (p.195).

³⁹⁵ OLDS, Katrina. *Op. Cit.* (pp. 4 & 5).

³⁹⁶ ANTONIO, Nicolás. *Op. Cit.* (p 529).

³⁹⁷ “In tracing the Twin aspects of cronicones as both history and historiography, we shall see that the chonicles’ more enthusiastic seventeenth-century readers helped construe the texts as reasonably authentic, albeit imperfect; they also conveyed the chronicles’ information about the saints to their own communities.” OLDS, Katrina. *Op. Cit.* (p.8).

³⁹⁸ *Ibidem* (p.5).

A pergunta do ponto de vista histórico que nos parece mais relevante é como pôde conquistar credibilidade e verossimilhança, principalmente, nos tempos de Felipe III e Felipe IV.³⁹⁹ Nesse aspecto, assim como Olds, nos diferenciamos da posição básica de Julio Caro Baroja que enxerga nos textos de Higuera rudes falsificações, mesmo que notáveis. O texto do historiador basco mostra um tom de indignação com a falta de “crítica” do toledano. Mas, como afirma a autora, devemos compreendê-lo no campo discursivo de sua época: “(...) *the texts became true among readers and nonreaders alike, and took root in the historical imagination in the long run*”.⁴⁰⁰ De largada, devemos salientar que manejava com habilidade os métodos da narrativa histórica de sua época, como veremos.

O toledano atribuiu a origem de seus crônicas à abadia beneditina de Fulda no Sacro Império. Essa escolha, certamente, foi cuidadosamente elaborada por Higuera. Foi na biblioteca da abadia que um dos mais importantes nomes do humanismo da renascença, Poggio Bracciolini (1380-1459), (re)descobriu importantes manuscritos perdidos desde a antiguidade e os deu a conhecer à erudição europeia: poemas de Sílio itálico; Mânicio; Amiano Marcelino e, principalmente, o valioso *De Rerum Natura* de Lucrécio.⁴⁰¹ Alguns versos do poeta e filósofo romano tinham sido referenciados por autoridades como Macróbio e Isidoro em Etimologias, mas o poema em sua integralidade estava desaparecido até o achado de Poggio, que nada mais os encontrou, tratou de copiá-los e colocá-los em circulação.

Não à toa, Higuera afirma ter encontrado seus manuscritos em Fulda e copiados por um de seus alunos,⁴⁰² objetivando captar para si a credibilidade de Barcciolini. Desse modo, Higuera se inseria em *topos* de divulgação de manuscritos desaparecidos. Se a Península itálica tinha seu Beroso e Lucrécio, agora a Espanha poderia orgulhar-se de possuir Dextro, Marcus Maximus; Luitiprando e Julián Pérez.

⁴⁰⁰ *Ibidem*. (pp. 8 & 9).

⁴⁰¹ O impacto da obra em Florença foi enorme, influenciando temas pictóricos como em Boticelli. Também na filosofia, a obra de Lucrecio corre pela Inglaterra, chegando às mãos de Shakespeare. Nos ensaios de Montaigne há mais de cem citações de *De Rerum Natura*. Também na Península ibérica, sua obra circulou nas bibliotecas de importantes eruditos como Francisco de Quevedo. Cf. GREENBLATT, Stephen. *A virada: o nascimento do mundo moderno*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012. (Cap 11 – Ressurreições).

⁴⁰² OLDS, Katrina. *Op. Cit.* (p.2).

Tanto na Idade Média como na chamada alta Idade Moderna, predominou nos estudos antiquários a atitude adotada pelos eruditos da antiguidade tardia, como assevera Veyne: o peso da autoridade e da transmissão da narrativa histórica não se dava, a princípio, no nível do ceticismo. Valorizava-se, sobremaneira, o peso da tradição e da autoridade: as lendas, depuradas pelo método historiográfico, misturavam-se de maneira “orgânica” às crônicas. Abria-se um espaço positivo para o uso político do passado, no qual Higuera se inseriu de modo notável.

Nas décadas de 1580 e 1590, aparecem em Granada uma série de relíquias e pranchas de chumbo na qual havia textos arábicos, que supostamente seriam revelações da virgem, os: *Libros Plúmbeos de Sacromonte ou Plomos de Sacromonte*. Tais textos trazem informações sobre San Cecilio, um árabe cristão que haveria acompanhado Santiago e fundado a diocese de Granada. Os mouriscos Álvaro de Luna e Alonso de Castillo ficaram encarregados de traduzir os textos do árabe (posteriormente, foram apontados como os próprios autores dos livros). Já na época, o tradutor Diego Urrea encontrou inconsistências nos *libros*, e outros eruditos como Luis de Tribaldos e Lupercio Argensola, denunciaram-nos como uma fraude.⁴⁰³ De qualquer maneira, os apoiadores da autenticidade dos *plomos* eram tantos quanto seus detratores. Um de seus defensores foi, justamente, Jerónimo de la Higuera.⁴⁰⁴ Em seus crônicas realiza um movimento análogo ao perpetrado pelos livros granadinos:

*El intento del padre Román de la Higuera puede compararse en este orden a los falsificadores de Granada. Aquellos querían demostrar que los árabes ya vivían en la ciudad en tiempos de Santiago y que este tuvo santos discípulos árabes (...). El jesuita toledano demuestra ‘textualmente’ que en Toledo hubo judíos con actuación paralela. Se sabe también que quiso apoyar a los que defendían la autenticidad de los plomos, y sus falsificaciones son simultáneas. Puede pensarse, por una parte, que procuró defender a los muchos conversos de había en la ciudad con un propósito desinteresado. Podría imaginarse, por otra, que su interés se fundaba en motivos personales, es decir, que tuviera algo de converso por alguno de sus apellidos. (...). el caso es que el tema le preocupa y hace volver dextro sobre él. Los judíos de España, sobre todo los carpetanos, reciben gozosos, en efecto, la instrucción de Santiago mismo.*⁴⁰⁵

⁴⁰³ GARCÍA-ARENAL, Mercedes; RODRÍGUEZ MEDIANO, Fernando; LÓPEZ-MORILLAS, Consuelo. *The orient in Spain: Converted muslims, the forged lead books of Granada, and the rise of orientalism*. Brill, 2013. (pp. 230-232).

⁴⁰⁴ *Ibidem*. (Cap. 9. *Jerónimo Román de la Higuera: the false chronicles and the sacromonte lead books*).

⁴⁰⁵ CARO BAROJA, Julio, 1992. (p. 168).

Além de sua atuação política face aos conversos, os cronicões forneciam dezenas de lugares de origem de mártires, santos e bispos. Dextro e os demais manuscritos de Fulda passaram a fazer parte de maneira indelével da História Eclesiástica da Península Ibérica, dignificando a história de diversas cidades e povoados.⁴⁰⁶ Assim, Higuera – seja visto ou não como falsificador - deixou seu legado no campo da escrita da história da Península Ibérica.

Aparte dos cronicões, duas das principais obras deixadas por ele - escritas sob seu próprio nome - ou seja, declaradamente de sua autoria foram: *Historia eclesiástica de España & Historia Eclesiástica de la imperial ciudad de Toledo* (1595- 1604)⁴⁰⁷. O caráter dessas obras difere dos cronicões, já que estes emulavam um modelo altomedieval, no qual não havia tensão dramática; relações elaboradas de causa e efeito, interpretações; explicações do significado dos eventos ou referências às fontes.⁴⁰⁸ Em contrapartida, nas obras assinadas por ele, encontraremos os elementos ausentes nos cronicões: Higuera busca elaborar uma narrativa histórica, estabelecendo relações entre eventos, realizando interpretações e citando fontes. Sobre a circulação da obra, as informações que temos são limitadas. É certo que o referido conde de Mora e outros toledanos a conheciam e que havia uma cópia na casa da Companhia na terra natal do jesuíta.⁴⁰⁹ Pela quantidade de cópias disponíveis na Biblioteca Nacional de Espanha, é possível supor que teve uma circulação considerável.

Antes de nos aproximarmos do escrito do toledano, é importante comentar brevemente acerca da crônica “*Historia general de España. Compuesta primero en Latin después buelta al castellano por Juan de Mariana (...)*” do também jesuíta Juan de Mariana (1536-1624). Como o próprio título sugere, esta obra fora inicialmente lançada em latim sob o nome de *Historiae de rebus Hispania* (1592) e logo vertida ao castelhano

⁴⁰⁶ Cf. OLDS, Katrina. *Op. Cit.*

⁴⁰⁷ Sobre o lugar de História Eclesiástica no conjunto de textos de Higuera, afirma Caro Baroja: “*No cabe duda de que entre éstas la de más empeño es Historia eclesiástica de Toledo, que consta de 33 libros y que se conserva en la Biblioteca Nacional de Madrid, donde hay un ejemplar duplicado y copias parciales de los 14 libros primeros, de la dedicatoria, etc.*” CARO BAROJA, Julio, 1992 (p.178).

⁴⁰⁸ Ibidem. (p.23).

⁴⁰⁹ CARO BAROJA, Julio, 1992. (p. 165).

pelo próprio autor. O livro teve um impressionante alcance com numerosas edições nos séculos XVII & XVIII, que circularam tanto na Península como na América.⁴¹⁰ Nela, faz uma severa crítica ao Beroso e aponta a inconsistência da relação onomástica entre Tubal e Setúbal. Em relação aos primórdios espanhóis, afirma:

Averiguada cosa y cierta es, conforme a lo que de suso queda dicho que Tubal vino a España. mas en que lugares hiciese su asiento, y que parte de España primeramente comenzase a poblarla no lo podemos averiguar, ni hay para advinarlo: dado que algunos piensan que en la Lusitania, otros que en aquella parte de los vascones que se llama hoy Navarra.⁴¹¹

Desse modo, Mariana endossa a narrativa de Tubal, apesar de afirmar que não seria possível determinar exatamente onde o patriarca teria chegado no conjunto ibérico. Nesse espaço obscuro deixado pela vagueza de informação, muitos historiadores introduziram “hablillas y fábulas” (fol. 15). Mariana procura construir uma posição singular e diferenciada, marcada por um “ceticismo elegante”, sem negar o tubalismo, como aponta Lida Malkiel.⁴¹² O que enfatiza é a impossibilidade de determinar o local de assentamento e descendência do neto de Noé. Essa posição procura tomar um distanciamento da polémica sobre o local primevo do povoamento ibérico, mas não deve ser confundida com a atitude crítica pós 1670, apesar de poder ser o prenúncio do início de uma fissura no campo epistemológico.

Veremos como Higuera dominava as técnicas do comentário e da entreglossia, costurando habilmente as fontes primárias, inclusive os cronicões, com grandes autoridades no campo das letras e da narrativa histórica (Platão, Jerônimo, Ocampo, Beuter, Postel, Alcocer, Zurita e Garibay, por exemplo) em *História Eclesiástica*. Entre as autoridades, cruza citações dos seus achados na abadia do Sacro Império: “(...) *Juliano arcediano de Toledo en un libro y catálogos de los arzobispos de gótica (...): dice que*

⁴¹⁰“(…) la versión de la *Historia general* escrita en lengua vernácula se vendió con rapidez, apareciendo pronto copias en Lima y Ciudad de México, y fue reimpresa varias veces. Au popularidad llegó a ser tal que inspiró una serie de productos derivados de formas breves compendios cuyos autores, plagiando parte de la *Historia* de Mariana, trataban de hacer dinero a partir del éxito de la obra del jesuita. Con todo, la *Historia* de Mariana siguió vendiéndose, viendo la luz no menos de dieciséis ediciones entre 1601 y 1784, convirtiéndose en ese lapso de tiempo en lectura habitual en villas, ciudades de provincias por toda geografía española”. KAGAN, Richard. *Op. Cit.* (p.176).

⁴¹¹ MARIANA, Juan de. *Historia general de España. Compuesta primero en Latin después buelta al castellano por Juan de Mariana (...)*. Con licencia e privilegio en Toledo, por Pedro Rodriguez, impresor del rey nuestro señor, 1601. (fol. 14).

⁴¹² LIDA DE MALKIEL, María Rosa. «Tubal, primer poblador de España» In *Ábaco. Estudios sobre literatura española*, núm. 3. Madrid: Castalia, 1970. (p.40).

año de 881 em tiempo de servus Dei Arzobispo de Toledo, hubo una gran sequedad (...)”.⁴¹³ Desse modo, realiza uma performance que demonstra habilidade no manejo das técnicas e metodologia de sua época. A questão que colocamos ao leitor é a seguinte: Higuera e Mariana seriam figuras totalmente opostas e irreconciliáveis?

**

Na *História Eclesiástica de Toledo*, Higuera afirma seu compromisso na busca da verdade ou, ao menos pela verossimilhança quando não há clareza plena sobre um tema. Acerca de seu método de estudo das antiguidades e das dificuldades em investigar tempos tão remotos, afirma:

*(...) procedo pues en el discurso de mi historia, con la orden, cuidado que no menos sea entendido, a la averiguación de las cosas, que la computación de los años con que gozara el que leyere este mi trabajo el fruto que se suele seguir de averiguar cosas antiguas, con algún cuidado sin tener necesidad para saber cosas exquisitas tomarse a brazo partido como dicen, con la misma antigüedad la cual disfrazando sus hechos con el tosco y cómico ornato de las fábulas, escondiéndolas de las tinieblas de las oscuridad, de tal manera las hace desaparecer en los siglos venideros que el que hubiere de averiguar alguna verdad; alguna, le será forzoso desmontar un monte de espinas, y picantes abrojos antes que saque cosa a luz; o le acontecerá lo que a los que sacan las castañas de los erizos que primero que gozan del meollo han de pelear con las agudas púas de los erizos, lo cual veremos claramente cuando con el sabor de Dios, vendremos a poner los pareceres de los hombres doctos así antiguos como modernos en particular de la fundación y primeros pobladores de Toledo y quien con buen juicio tentase semejantes trabajos verá bien el cuidado que pide en presente, y juzgará cuan otro talento, ingenio y lugar que el mío era necesario para corresponder con la dignidad de este sujeto, el cual sin duda abraza muchas cosas grandes y excelentes, dignas por cierto, que muchos años atrás anduvieran entre las manos de los hombres, los cuales por falta de escritores que las sacaran de las tinieblas del olvido, no han gozado de la clara luz que merecen (...).*⁴¹⁴

Portanto, diz estar comprometido na busca pela verdade, com o intuito de escapar do tosco e cômico ornamento das fábulas, para pelo menos chegar ao verossímil. Declara, assim, sua adesão ao evemerismo. Utilizando-se do topos retórico da revelação, enfatiza a difícil tarefa de trazer à luz aquilo que estava obscuro no passado. Estudar as

⁴¹³ ROMÁN DE LA HIGUERA, Jerónimo. *Historia, eclesiastica de la ymperial zudad de Toledo, y su tierra, la qual con los principios, sucessos y religion quea tenido, los señores que hasta estos tiempos la han governado con las memorias de parrochias y monasterios, con las vidas sus Arçobispos, dotaciones y grandezas de la ssancta yglesia primada de las Españas* (c.1595-1604) [BNE - Ms. 6939]. (fol. 34)

⁴¹⁴ HIGUERA, Jerónimo Román. *Op. Cit.* (fol.2).

antiguidades de Toledo é uma tarefa perigosa, como entrar em um bosque cheio de espinhos. No entanto, ele se desafia a levar a cabo essa ousada empresa e espera ser digno dela. O manejo do saber de sua época aparece também quando ele mesmo incorpora críticas ao Beroso de Viterbo:

*Juan Antonio natural de Viterbo natural de la orden de Santo domingo por cierta autoridad que el trae de Marco Catón, pleito es bienvenido entre los escritores acerca del crédito que se deba dar a este Juan Annio algunos le desechan como Luis Vives, el doctor Juan Vergara, el Padre Benedito Pereira y Gaspar Barreiros, que hizo contra el Beroso de este Juan Annio una larga apología, no se conquista la fuerza y eficacia de razones: otros le reciben como Florián Ocampo, y Guillelmo Postello, el cual hizo otra apología en su defensa, donde dice quién y cuándo trajo de Armenia este Beroso, también le sigue Beuter, a Vano [?] Carrillo y al cabo el Padre Pineda. Lo que yo sé decir que Jerónimo Zurita, excelente historiador persona de larga erudición y prudencia afirmaba haber visto escrito este libro de letra de más de 300 años de donde se colige que fray Juan Annio no le pudo fingir como sus contrarios dicen y así en este pleito no es razón condenarle, sino algunas veces admitirle en lo que no contradijere a la sagrada escritura, o al torrente de graves y recibidos autores.*⁴¹⁵

O jesuíta fornece um panorama completo das posições acerca da obra de Annio. Há aqueles que o descredita como Luis Vives, Vergara e Gaspar de Barreiro. Outros o endossam como Ocampo; Postel; Beuter; Carrillo e Pineda. Há também posições de aceitação parcial, representadas pela figura de Zurita. Higuera afirma que o cronista aragonês assevera que viu em pessoa os manuscritos do Beroso e que se pode admiti-lo como autoridade, quando não contradiz a Bíblia ou prestigiosos autores antigos. É com essa posição que o jesuíta parece se alinhar (saliente-se que no decorrer da obra, em geral, se apropria do discurso de Viterbo). Essa complexidade, erudição e conhecimento do método, são alguns dos meios pelo quais Higuera atinge sua credibilidade no século XVII.⁴¹⁶

Higuera em sua História Eclesiástica não aborda somente as origens de Toledo, mas também, como era corrente, as origens ibéricas. Nos tempos pós diluvianos, o toledano retoma a passagem em que Cam vê seu pai nu e embriagado em uma tenda. Após contar sobre o estado do pai a seus irmãos, Jafé e Sem o cobrem com panos. Então, segue-se a maldição da descendência de Cam proferida por Noé e sua subordinação a seus

⁴¹⁵ HIGUERA, Jerónimo Román. *Op. Cit* (fol. 8).

⁴¹⁶ Afirma Olds: “*In order to create a convincing fake, an author had to be aware of what his contemporaries consideres not fake*”. OLDS, Katrina, *Op. Cit.* (p.16).

irmãos. Depois da construção de Babel, sucede a dispersão dos descendentes do patriarca pelo mundo: chegamos à versão de Higuera sobre Tubal e seu vínculo com a Península Ibérica.

Retomando vários elementos expressos na cronística medieval e moderna, bem como, no Beroso viterbense, afirma que o neto de Noé chega à Espanha com seus descendentes ensinando-lhes as letras, poesia, filosofia (elementos aí presentes antes que estivessem disponíveis aos gregos) e instituindo leis para que: “*pacíficamente viviesen y se mantuviesen en paz y buena unión entendiéndose esto por toda España; (...)*”.⁴¹⁷ Marcando um uso político do tubalismo relacionado à união dos reinos ibéricos em comunhão pacífica. Logo, afirma que o mais verossímil é que a língua tubalina e prístina de seus descendentes fosse o Euskera:

*(...) y es verisímil que guardarían lo mismo Tubal en el edificio de las ciudades, que hacía por España, y quieren decir algunos que el lenguaje que hablaron aquellos primeros, ab origine, es el que tienen hoy los vizcaínos, y guipuzcoanos, y fundase en que este lenguaje no tiene convivencia con el francés, el catalán, aragonés, portugués, gallego, valenciano, castellano, sino sea conservado en su primera pureza como vino a España.*⁴¹⁸

A língua basca, falada *ab origine*, é um fator distintivo, considerando a pormenorizada descrição que faz em sua relação com as demais línguas ibéricas e com o francês. Esse modo de expressão é guardado em sua “pureza” pelos biscainhos e guipuscoanos, como defendiam os cronistas bascos. Em seguida, fala do lugar de chegada primordial de Tubal:

*(...) conforme a razón que llegados a las marinas de Vizcaya pararon allí por no alejarse mucho de la mar por no carecer de las comodidades de que gozan los que viven en las costas, y que ante todas las cosas o buscaban algunas cuevas, o hicieron enramadas o chozas donde se pudiesen meter para ampararse de las lluvias, heladas, calores y otras injurias de los tiempos, o harían algunos caseríos e pequeñas poblaciones cuales son las que aún en nuestros días vemos por Vizcaya y Guipúzcoa guardando siempre en esto aquella costumbre que usaron sus primeros pobladores que salieron de Babilonia (...).*⁴¹⁹

⁴¹⁷ HIGUERA, Jerónimo Román. *Op. Cit.* (fol.14).

⁴¹⁸ *Ibidem* (fol.15).

⁴¹⁹ *Ibidem* (fols. 13 & 14).

Román de la Higuera defende o início da povoação ibérica pelos descendentes do neto de Noé por Biscaia, aproximando-se dos bascos. Além de estar de acordo eles, dá um toque singular à sua versão: a estirpe tubalina parou na costa biscainha e não nas montanhas, devido as conveniências de viver à beira mar. O toledano relaciona as casas típicas da vertente atlântica dos territórios bascos, os chamados *caseríos*, com as habitações desses primeiros habitantes da Península. O jesuíta adere a essa hipótese, contrapondo-se à tese de Ocampo de que Setúbal fora o primeiro lugar de assentamento dos tubalinos.⁴²⁰ Aproveitando-se da crônica de Garibay, expõe os topônimos ibéricos relacionados ao neto de Noé, não apenas na zona bascófona, mas também em outros territórios peninsulares:

*(...) lugares, montes, y ríos, de los que dejan en sus primeras moradas, con lo cual en alguna manera mitigan el deseo que tienen de sus patrias, y las tierras siempre presentes por los nombres que ponen a esto tras el monte en que paró la arca en las sierras de Armenia llamaron Górdico y uno muy alto sede Vizcaya que se llama Gorveye [Gorbeia], hay por aquellas comarcas un río llamado Arages [río Arax], también llamaron otro Arages [Araxes] en Guipúzcoa que nace cerca de San Miguel Celsis [San Miguel Excelsis]. La torre que edificaron aquellos primeros pobladores del mundo se llamó Babilonia, o Babel y otra grande y muy encumbrada piedra o peñasco de esta tierra se llamaba también Babilonia, así que todos estos son tradición de ser aquella lengua la misma que habló Tubal y su compañía la que tienen al presente los vizcaínos y guipuzcoanos; fundó Tubal algunas ciudades como Tarragona [Tarragona] y Tarazona, y por su fundador le conocen los de esta ciudad de Toledo y como tal le pusieron el arco triunfal cuando pocos años tuvo cortes su majestad en esta ciudad.*⁴²¹

O toledano demonstra proximidade com a crônica de Garibay, haja vista a utilização dos topônimos *euskéricos* citados pelos guipuscoano. Segundo o Conde de Mora, o cronista de Felipe II era um dos principais correspondentes de Higuera. Na

⁴²⁰ “No tiene fundamento lo que algunos dicen que Tubal edificó una ciudad en la Lusitania llamada Setúbal porque esta población es moderna como consta por escrituras, y la antigua Setúbal llamada de Ptolomeo o *Cetrobrix* o *Cetobriga* como dice Antonio Pío quiere decir ciudad de escabeches por los muchos y muy buenos que en esta ciudad se hacían en tiempo de Romanos, al presente está destruida y sus ruinas se llaman Roca con representación de haber sido aquellos tiempos principal y rica población donde se hallan columnas de pórfido y otras muy bien labradas de obra romana, más como tengo dicho ni fue población de estos aborígenes ni de griegos sino de romanos y por ventura no muy antigua”. *Ibidem* (fols, 15 & 16).

⁴²¹ *Ibidem* (fol. 15).

Historia Eclesiástica, afirma alguns fólhos adiante: “*Garibay hace madre de España a su tierra, séalo enhorabuena que no pienso contradecir a nadie en cosas semejantes (...)*”.⁴²² Além dos nomes de lugares nos territórios bascos, recolhe outras vilas fundadas por Tubal em consonância com a tradição cronística: Tarazona, Tarragona e também Toledo, segundo “dizem seus naturais”. Essa versão passa ao grande admirador de Higuera, o Conde de Mora: “*La fundación más antigua se da a Toledo, es de Tubal, primero Rey, y fundador de España, llamándola Tubleto (...)*”⁴²³. Apesar de mencionar a fundação de Toledo pelo neto de Noé, a posição de Higuera sobre os inícios de sua cidade é mais complexa e singular, apresentando outros matizes, como veremos.

O jesuíta apresenta Toledo como “*(...) santa y poderosa, que después de la de Roma excede a las demás, no solo en ser Primada de las Españas, sino en poder, riqueza, majestad, grandeza y santidad*”.⁴²⁴ Desse modo, seria a cidade mais importante para a igreja católica depois de Roma, ostentando seu título de primaz das Espanhas, honraria que foi motivo de uma disputa secular com o bispado de Braga, entrando em jogo uma competição por preeminência baseada na antiguidade.⁴²⁵

As principais referências de Higuera acerca do passado da “primaz das Espanhas” eram a de Alcocer e do “pequeno rascunho” de Blas Ortiz,⁴²⁶ ambas impressas. Desse modo, há uma circulação entre o impresso e o manuscrito que não obedece,

⁴²² *Ibidem* (fol. 33)

⁴²³ ROJAS, Pedro. *Op. Cit.* (fol. 65).

⁴²⁴ HIGUERA, Jerónimo Roma. *Op. Cit.* (fol. 3)

⁴²⁵ A disputa por essa dignidade se arrastou por séculos, essa disputa pelo título se desenrolou desde o período visigótico, passando pelo argumento de qual sede era mais antiga e havia sido recuperada primeira dos islâmicos: “O arcebispo de Braga D. João Cardaillac é o primeiro a subscrever como primaz de toda a Península ‘sanctae Bracarensisi primatem’, em 30 de Novembro de 1346. No Concílio de Trento o litígio reacendeu-se, por o arcebispo de Toledo pretender ter precedência sobre o de Braga. O arcebispo desta cidade, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, opôs-se energeticamente e o papa, não vendo possibilidade de dirimir a questão, declarou pelo breve *Sicut ea*, de 31 de dezembro de 1561, que as precedências seriam por ordem de antiguidade na elevação ao episcopado, sem atender a direitos de primazia. A 10 de Janeiro seguinte enviou ao arcebispo de Braga o breve *Reddite nobis* a certifica-lo de que os direitos de Braga continuavam a ser exatamente os mesmo que antes da discussão. Por este motivo, o arcebispo de Braga continua a intitular-se primaz das Espanhas, fazendo o mesmo o de Toledo. SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I Abadágio/Castanheira. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002. [Verbete BRAGA/PRIMAZ].

⁴²⁶ ALCOCER, Pedro. *Hystoria, o descripcion de la Imperial cibdad de Toledo: con todas las cosas acontecidas en ella, desde su principio, y fundación (...)*. En Toledo, Juan Ferrer, 1554 & ORTIZ, Blas. *Summi Templi Toletani Descriptio*. Toledo, 1549.

necessariamente, uma ordem hierárquica. Apesar de haver, segundo Higuera, uma versão corrente de que Toledo fora fundada por Tubal - narrativa reproduzida pelo Conde de Mora -, ele atribui a Hércules Líbico o princípio da cidade, que seria o décimo rei de Espanha segundo a *Chronographia* de Jerónimo Chaves (1548). Acerca disso, afirma o toledano:

*Blas Ortiz, Juan Pérez insigne catedrático de retorica, honra esta ciudad en la oratoria y poesía el Maestro Álvaro Gomez, dicen que Hércules Líbico que fundó a Italia Lirica y a Calpe o Gibraltar, edificó también esta Ciudad Imperial, y así llaman ciudad de Hércules argumento de esto que hasta los tiempos de ahora la gran cueva que ay por San Ginés la llaman cueva de Hércules por haber sido fabricada y edificada de esta capitán.*⁴²⁷

Através da cadeia de relações eveméricas, traçadas desde a antiguidade tardia, a figura de Hércules grego se multiplica em outros Hércules, como Hércules Líbico, que seria filho de Osíris egípcio, o qual, por sua vez, é associado a Dionísio.⁴²⁸ A base da lenda acerca do filho de Zeus e Alcmena, desenvolveu-se em várias outras, tendo esse personagem o dom de ser uno e múltiplo ao mesmo tempo.⁴²⁹ Como as ilhas Hespérides eram relacionadas a Cádiz, sendo esta a habitação do gigante Gerião, associou-se o trabalho de Hércules de captura dos bois a esse outro Hércules, o Líbico (fundador de Toledo, segundo Higuera): “*algunos dicen que Toledo es obra de Hércules cuando mató a los Geriones que parece quiso hacer una ciudad en el lado occidental de España que es Gibraltar, y otra en la oriental que es Julia Líbica (...).*”⁴³⁰

De acordo com Garibay, o rei egípcio Osiris sabendo da existência do tirano Gerião na Península, veio para combatê-lo e o derrotou. Entretanto, deixou três filhos, chamados também geriões, que compartilhavam o mesmo caráter do pai.⁴³¹ Estes foram vencidos pelo Hércules Líbico. Como aponta Higuera, na primaz das Espanhas, havia

⁴²⁷ HIGUERA, Jerónimo Román. *Op. Cit.* (fol. 30).

⁴²⁸ GARIBAY Y ZAMALLOA. *Op. Cit.* (fol. 103). Segundo Garibay nesse mesmo fólio, apesar da boa intenção de Osíris, o resultado foi negativo para a Península, pois introduziu a idolatria, indo contra os princípios de Tubal, como assente.

⁴²⁹ MARRASÉ, Neus Elisabeth. *La Huella de Osiris en tiempos de Felipe II: La recepción del mito egipcio en la Monarquía Hispánica de la segunda mitad del siglo XVI.* [Tesis doctoral – dirección Xavier Gil Pujol] Universitat de Barcelona, 2019. (p. 240). Em sua tese, estuda um interessante manuscrito iluminado genealógico de Felipe II, que o emparenta com Osíris.

⁴³⁰ HIGUERA, Jerónimo Román. *Op. Cit.* (fol. 30).

⁴³¹ GARIBAY Y ZAMALLOA. *Op. Cit.* (fol. 102).

um lugar denominado “cueva de Hércules”, também citado por Alcocer:⁴³² um monumento da passagem deste personagem por Toledo.

Higuera, portanto, mostra-se um grande articulador de narrativas, cujo amálgama é possível devido a seu eficaz manejo do evemerismo. Não consideramos o seu texto uma exceção, mesmo que ulteriormente tenha sido classificado como a ponta de lança das fabulações falseadoras da realidade histórica. Lembremos os processos de veridicção, nesse modo de saber, não coincidem com o conceito de verdade pelo chamado método crítico da segunda metade do século XVII em diante. Apesar de seus detratores, se levarmos em conta a rede de articulação textual e pessoal de Higuera, é compreensível sua relevância e ampla credibilidade nesse campo discursivo. Nesse sentido, veremos agora o alcance do tubalismo no reino de Portugal, que se articula com esses mesmos problemas.

2.4 Tubal unido e separado: Os portugueses e o neto de Noé.

Nos tempos de Dom Sebastião, Luís Vaz de Camões (c. 1524-c.1580) publica sua grande épica: *Os Lusíadas*. No canto III, Vasco da Gama narra ao rei de Melinde a história do reino português. Ao contar sobre o passado, enfatiza, sobremaneira, a batalha de Ourique, onde os lusitanos derrotam os islâmicos após Dom Afonso ter uma visão milagrosa de cristo: funda-se o reino, com o início da dinastia borgonhesa.⁴³³ No que se refere aos tempos primevos, a descendência dos portugueses é atribuída a luso (16º rei de Espanha, de acordo com *Chronographia* de Jerónimo de Chaves de 1548), genealogia esta que também aparece na obra de André de Resende. Camões descreve os lusíadas como descendentes de Luso, nome que, segundo Plínio - como recupera Resende em *Vicentius* (Lisboa, 1545) & *Antiguidades da Lusitânia* (Évora, 1593) - seria um companheiro de Baco. Diz Camões:

Esta foi Lusitânia, derivada
De Luso ou Lisa, que de Baco antigo

⁴³² ALCOCER, Pedro. *Op. Cit* (fol, 12).

⁴³³ «Com tal milagre os ânimos da gente/Portuguesa inflamados, levantavam/Por seu Rei natural este excelente/Príncipe, que do peito tanto amavam;/E diante do exército potente/ Dos imigos, gritando, o céu tocavam./Dizendo em alta voz: – «Real, real,/Por Afonso, alto Rei de Portugal!» (v 46, c. III). CAMÕES, Luís Vaz, *Os Lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Instituto Camões, 2000. [1572].

Filhos foram, parece, ou companheiros,
E nela então os íncolas primeiros.⁴³⁴

O poeta atribui o indigenato autóctone (daqui a referência aos “íncolas primeiros”) lusitano a Luso. Por outro lado, nota-se a completa ausência da narrativa tubalina no poema. Camões afirma que Portugal faz parte da Espanha, no sentido de pertencer a esse conjunto de reinos, outrora reunidos sob a jurisdição romana. Ao longo da obra, evidencia-se que este agregado “Espanha” (também chamado *Hespéria*) seria um nível de pertencimento comunitário formado por territórios particulares, ou seja, o conceito está longe de significar uma união em termos de Estado-nação.⁴³⁵ Desde 1543, o castelhano Ocampo refere-se a Setúbal com o primeiro assentamento hispânico fundado pelo neto de Noé. Sabemos que havia um intercâmbio cultural vigoroso entre portugueses e castelhanos, inclusive, com a existência de um bilinguismo por parte dos lusos.⁴³⁶ Então, por que Camões não recorre ao tubalismo? Indicaremos alguns caminhos em torno desse questionamento ao final do capítulo, depois de acompanharmos algumas linhas de desenvolvimento desse campo de saber em Portugal.

**

Já no final da vida de Luis de Camões, o Rei Dom Sebastião morre, sem filhos, no norte da África durante a batalha de Alcácer-Quibir (1578), a qual acudiu em pessoa. Então, inicia-se uma crise dinástica no reino português, que se agravou com a morte do cardeal Henrique (1580), pondo fim à dinastia de Avis. Disputam o trono alguns pretendentes, dentre os quais se destacam Catarina de Bragança, Felipe de Habsburgo e Dom Antônio, o prior do Crato. Como é sabido, Felipe II ganha a disputa, na qual se usaram todos os meios disponíveis para sua legitimação: herança (já que era filho de Isabel de Portugal e neto de Dom Manuel); conquista (houve uma pequena campanha militar, culminando com uma entrada triunfal do monarca Habsburgo em Lisboa) e negociação com o clero e a nobreza sob a condição de aceitar os estatutos jurídicos

⁴³⁴ CAMÕES, Luís Vaz. *Op. Cit.* (v, 21, C. III).

⁴³⁵ No canto III, a “Espanha” aparece com cabeça da Europa e Portugal, por sua vez, seria “quase cume da cabeça”. Cf. LOURENÇO, Antônio Apolinário & BRAVO, Alexia Dotras. “Da Ibéria à Hispânia, da Espanha à Ibéria”, *Revista de História das Ideias*, v. 31, 2010. (pp. 286 & 287).

⁴³⁶ BUESCU, Ana Isabel. “Aspectos do bilinguismo português-castelhano na época moderna”. *Hispania*, v. 64, n. 216, p. 13-38, 2004.

lusitanos.⁴³⁷ Nesse processo, entrou em jogo a máquina de propaganda diplomática de Felipe, investindo na imagem de que seria um monarca respeitoso com os costumes do reino.⁴³⁸ Desde o ponto de vista filipino, havia a ideia de que se recuperava o conjunto dos reinos ibéricos outrora reunidos na *Hispania* romana, conferindo a essa união ares triunfais.⁴³⁹

A legitimação de Felipe como rei se confirma com as cortes de Tomar (1581). Com a União Ibérica, a busca por legitimidade pelo uso do passado remoto ganha força em Portugal, abrindo espaço para uma disputa por preeminência nos territórios da Monarquia Hispânica. Então, nessas referências ao passado prístino lusitano, entra em jogo o personagem Tubal. Mathias Gloël afirma em seu artigo *Los autores portugueses entre 1580 y 1640: una lucha literaria por la preeminencia en la monarquía hispánica* (2016) que: “*El mito de Túbal está presente en las crónicas de todos los reinos peninsulares desde la Edad Media aunque con más peso en Castilla que en otros reinos. En Portugal el mito de Tubal no se encontró presente antes de 1580. Sólo con la entrada a la monarquía católica los cronistas portugueses lo adoptan junto al pasado mítico hispano en general.*”⁴⁴⁰ Encontramos pelo menos três exceções de autores quinhentistas

⁴³⁷ CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal, Valladolid, Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014. (p.15).

⁴³⁸ “Na verdade, a futura relação entre Portugal e Castela foi uma das pedras de toque da Sucessão. Sabido isto, a propaganda favorável a Filipe de Habsburgo teve de persuadir os naturais do país de que era infundado o seu temor de que «si esta unión de Reynos se haze... es rendirse a los Castellanos y que es subiectarse ai Rey de Castilla y que viene a ser Portugal de Castilla», insistindo, ao invés, que «los castellanos estarán en sus casas y nosotros en las nuestras, Su Magestad así será Rey y Señor nuestro como es suyo dellos y así como los heredó a ellos heredó a nosotros por ligítima subcessión». BOUZA, Fernando. “Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe I” In *Portugal no Tempo dos Felipes: Política, Cultura, Representações* (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmo, 2000. (p.78).

⁴³⁹ Bouza analisando hieróglifos no códice propagandístico *Diálogo chamado Philipino*, afirma: “No primeiro deles, representa-se a Monarquia de Espanha como uma mão, onde cada um dos dedos correspondia a cada um dos antigos reinos cristãos de Espanha: Castela, Leão, Aragão, Navarra e Portugal, ao qual calhara a sorte de ser o dedo médio dessa peculiar mão de reinos. Para alcançar a tão esperada unidade da Espanha, o seu senhorio universal, só faltava que Portugal reconhecesse Filipe como seu rei; enquanto o não fizesse, o dedo do coração apareceria dobrado sobre a palma da mão, mostrando que só ele impedia que se alcançassem os grandes e universais benefícios cifrados na confederação dos cinco reinos, pois a mão estendida era entendida como um símbolo de prosperidade e de liberalidade, enquanto que a mão cerrada simbolizava a adversidade.” *Ibidem*. (pp. 78 & 79). Esse fenômeno também é analisado por CARDIM, 2014. (pp. 64 & 65)

⁴⁴⁰ GLOËL, Matthias. Los autores portugueses entre 1580 y 1640: una lucha literaria por la preeminencia en la monarquía hispánica In *Revista de Historia*, v. 1, n. 23, 2016, pp. 29-51, 2016. (p.36).

que contradizem a afirmação de Gloel de que o “mito” de Tubal não estava presente nos portugueses antes de 1580.⁴⁴¹

O primeiro deles é Gaspar Barreiros (c.1505/1510 – 1574).⁴⁴² No ano de 1561 publicam-se dois livros do autor. Um deles se intitulava *Censuras de Gaspar Barreiros sobre quatro livros intitulados em M. Portio Catam De Originibus, em Beroso Chaldaeus, em Manethon Aegyptio & em Q. Fabio Pictor Romano* (Coimbra, 1561). Nesse texto, faz duras críticas à autenticidade dos autores publicados por Viterbo em suas *Antiguidades*.⁴⁴³ Desse modo, procura distanciar-se da incorporação de suas teses, diferentemente, do que ocorrera em Castela com Ocampo e muitos outros, onde se sentiu de maneira vigorosa o “efeito Annio”, na expressão de Albaladejo. Esse distanciamento irá redundar em uma atitude combativa face não apenas a Viterbo, mas também, em relação ao tubalismo de uma robusta linha da cronística castelhana medieval e altomoderna. Seria tentador enxergar neste autor o prenúncio de um método “crítico”. No entanto, não nos parece que seja uma exceção: até mesmo porque há exemplos de opositores a Viterbo em Castela, como Melchor Cano e na Catalunha, como Luis Vives. Pode-se dizer, por outro lado, que construiu uma posição singular acerca do tubalismo:

*(...) se este fora o legítimo Beroso como aqueles Gregos antigos (não falo dos modernos) que acima nomeei. & outros que logo imediatamente lhe sucedera, antes que os Romanos descobrissem estas partes occidentais da Europa, falando em hespanha, não fizeram menção de todas aquelas coisas que Beroso dela escrevia do seu Iubal ou Thubal, que veio povoar Hespanha: Da Celtiberia & Celtiberos: Dos Hespanhois Híspalos: Do monte Idubeda: das cidades Lybisona, Lybisoca, Libunça & Libora: Das colônias Noela & Noega: Do Tago & Brigo que diz fundar em Hespanha muitas cidades (...).*⁴⁴⁴

⁴⁴¹ Está por fazer um trabalho arquivístico de fôlego para mapear com mais detalhes a presença do tubalismo em Portugal antes da União Ibérica.

⁴⁴² “Nasceu em Viseu pelos anos de 1505-1510, sendo filho de Rui Barreiros, fidalgo da Casa Real, e sobrinho do futuro historiador João de Barros.” (p.398).

⁴⁴³ Comentando acerca do Beroso de Viterbo, diz” (...) ele mais merecera fazer que sair à luz para enganar muitos *scriptores* que com ele alegam como disse sob nome & título do grande Astrônomo Beroso. Que por outra maneira não se tolhe alegarem os homens quaisquer autores inda que de pouca autoridade sejam porque como disse Plínio não há livro tão mau, que para algumas coisas não aproveite. Feito este alicerce, trataremos das razões da fatalidade deste novo autor, & depois responderemos aos argumentos & as coisas que alguns tiveram para se enganar com ele, parecendo-lhe ser o verdadeiro & antiquíssimo Beroso”. BARREIROS, Gaspar. *Censuras de Gaspar Barreiros sobre quatro liuros intitulados em M. Portio Catam De Originibus, em Beroso Chaldaeus, em Manethon Aegyptio & em Q. Fabio Pictor Romano*. - Em Coimbra : per Ioam Aluares : impresso à su custa, 1561. (fol. 22).

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

Dessa maneira, Barreiros não recusa o problema, apenas desloca uma resposta a ele. Afirma que como não havia a noção de *Hispania* nos tempos do caldeu Beroso, anterior aos romanos, como poderia ele falar fundações de cidades por Tubal nesse espaço e sob esse nome? Um complemento a essa questão se encontra em outro livro publicado em Coimbra também em 1561, *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros*:

Somente direi que este nome Salduba fundou também o Viterbense uma cidade de Tubal, dizendo nos comentários de seu Beroso, que a primeira cidade que Tubal fundou em Hespanha foi uma na Bética, a que pôs o nome Tubal, a qual Pomponio Mela chama Dubal, mas que por o tempo se corrompera o T em D pela semelhança de que estas letras tem, com que de Tubal viera a Dubal. Certamente vi com diligência todos os lugares que o dito autor nomeia em Hespanha & nunca tal nome achei, mas creio que se enganou Annio no que logo direi. Pomponio Mela falando na Betica diz assi: Extra Abdera Suel, Hexi, Malaca, Salduba, Lacippo, Berbesul (...). Parece que o dit Annio e alguns exemplares corruptos por Salduba leu Dubal, porque Hermolao Barbaro achando a mesma lição corrupta emendou este lugar com outro muitos em: Pomponio Mela, conforme lição de Estrabão, de Plínio & Ptolomeu. Assim enganado da corrupção mudou Salduba em Dubal & Dubal em Tubal, sem mais outro fundamento, somente movido por uma suspeita afirmando que fora a primeira cidade que Tubal edificara em Espanha que são ia [sic] duas com Setúbal de Floriam do Campo.⁴⁴⁵

Sendo assim, atribui a um erro de interpretação dos textos de Pomponio Mela o posicionamento da cidade de Salduba, tornada Dubal e logo Tubal na Bética, pelo Beroso de Viterbo, mesmo argumento de Ocampo. Por consequência, dispensa também a relação tópica de Tubal com a cidade portuária de Setúbal atribuída pelo autor da Crônica Geral da Espanha. Essa posição de distanciamento em relação a esse Beroso (“pseudoberoso”) passa também ao antiquário André de Resende (c.1500-1573)⁴⁴⁶ em seu texto *De Antiquitatibus Lusitaniae* (Antiguidades da Lusitânia). Apesar de ter trabalhado na obra

⁴⁴⁵ BARREIROS, Gaspar. *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno MDXXXXVj começado na cidade de Badajoz em Castella, (...)*. Coimbra: Ioan Álvares, 1561. (fol. 82).

⁴⁴⁶ “Natural de Évora, onde nasceu por 1500, entrou na Ordem Dominicana, foi aluno das Universidade de Alcalá de henares, Salamanca, Aix-en-Provence e Lovaina, estando de regresso à pátria em 1530. Pela sua obra poética, pelas *Orationes pro rostitis, pelos escritos históricos e arqueológicos*, André de Resende pode ser considerado uma das glórias do humanismo português. Faleceu em sua terra natal em 1573” SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa. Doutrina e Crítica. Séculos XII-XVI*. V. I. Editorial Verbo, 1972. (p.349). No campo das antiguidades também se destaca sua obra *Antiguidade da Cidade de Évora* (Évora: 1576).

até o final de sua vida em 1573, somente se publicou em 1593.⁴⁴⁷ As fontes coletadas por ele são variadas, dando especial atenção para inscrições epigráficas. Confere um espaço reduzido a Tubal, referindo-se a ele por meio da crônica de Ocampo junto à onomástica de Setúbal: “*Florianus Campensis in commenticiis suis originibus, a Cetobala corrupto nomine, cetum Tubalis confinxit, originemque oppidi usque a Tubale fabulatur*”.⁴⁴⁸

Dessa maneira, referencia a cadeia semântica criada desde Jimenez de Rada e posteriormente atualizada por muito cronistas, como Ocampo. Cetus Tubal, tornado Cethubal(ia) e logo Setúbal, considerando tal relação “fabulosa”. Em nenhum outro momento Resende recupera a narrativa tubalina. No entanto, buscando nas autoridades antigas legitimidade, concede um espaço mais digno ao rei Luso, a partir do que se formou o termo Lusitânia que dá título à sua obra.⁴⁴⁹

Outra menção a Tubal anterior à União Ibérica vem do distante reino etíope, conhecido pelos portugueses como Preste João.⁴⁵⁰ Movidos pela imagem e pelas notícias

⁴⁴⁷ RESENDE, André de. *As Antiguidades da Lusitânia*. ROSADO FERNANDES, R.M (Introdução, tradução e comentário) & TAVARES DE PINHO, Sebastião (Estabelecimento do texto latino). Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009 [1593]. (p.6).

⁴⁴⁸ *Ibidem*. (p. 327).

⁴⁴⁹ “Vamos logo dizer de início alguma coisa sobre o nome da Lusitânia. Plínio, cujas palavras se prestaram a diferentes interpretações, diz que “Luso, filho do pai Líber, e Lysa, que com ele celebrava as Bacanais, lhe tinham dado o nome”. Enquanto uns pensam que Luso e Lysa foram companheiros de Baco, tendo o nome de Lusitânia derivado do primeiro e o de Lysitânia do segundo, pois são estes dois nomes que é costume atribuir-lhe, outros vêem em Luso não o nome de um homem mas a palavra ludus (jogo) ou lusio (brincadeira). Parece não se terem apercebido antes de que a província não podia ser denominada naquele tempo por palavra latina provavelmente nunca ali ouvida. Ora, a dar fé a Varrão, que Plínio cita, a Lusitânia é assim chamada desde o tempo do próprio Baco”. *Ibidem*. (p.92).

⁴⁵⁰ Hilário Franco Júnior sintetiza as expectativas europeias construídas ao longo da Idade Média acerca desse príncipe cristão, que seria um descendente do rei de Judá e Israel, Davi. As relações que se fazem em torno de Preste dialogam com muitas das narrativas de fundamento bíblica estudadas, compondo um quadro complexo no interior da cosmologia católica, marcada por um forte componente cruzadista, no qual João teria um papel crucial: Um (...) personagem a considerar é Preste João, visto como descendente de Davi, conseqüentemente figura carregada de sentido cristológico e escatológico. Duplo sentido reforçado pelas descrições que faziam dele uma mescla do seu homônimo apóstolo João (que por uma lenda então em voga não estaria morto e sim preparando a guerra ao Anticristo), do típico rei-sacerdote do Antigo Testamento, Melquiseàec, e ao Imperador dos Últimos Tempos. Por tudo isso, Preste João ou um descendente dele estava encarregado de vigiar as poderosas portas de ferro que no Cáucaso aprisionavam povos impuros, dentre eles os bíblicos Gog e Magog. Com efeito, desde fins do século V uma tradição oral referia-se àquelas portas e àquele aprisionamento, que teriam sido realizados por Alexandre Magno. Em algum momento da Idade Média passou-se a acreditar que por detrás daquelas portas estariam também as famosas dez tribos desaparecidas de Israel, como registrava contemporaneamente ao mito de Preste João, a popular *Historia Scholastica*. O entrecruzamento daquelas duas tradições escatológicas expressa bem as preocupações da época. A Cristandade dependia de Preste João para não ser destruída antes do tempo, tema que sensibilizava naquele contexto de pressão muçulmana sobre os Estados Cruzados do Oriente Médio. Oto de Freising, na sua crônica, apresentava Preste João como vencedor do sultão persa e como um monarca

de que havia um rei cristão no chifre da África - guarnecido por um poderoso exército -, D. João II envia os exploradores Pedro de Covilhã (c. 1450 – c.1530) e Afonso de Paiva (c. 1443 – c. 1490) em busca de Preste João. Apenas Covilhã chega ao chifre da África (1494), sendo recebido pelo soberano etíope Alexandre (da chamada dinastia salomônica), onde permanece até o final de sua vida. Após a morte de Alexandre, assume o trono seu irmão Nahu e logo a rainha regente Helena (Eleni).⁴⁵¹

Os cristãos etíopes sofriam constantes assédios dos muçulmanos. Desse modo, Covilhã aconselha a regente Helena a pedir ajuda militar aos portugueses para batalhar contra os islâmicos. Ela envia ao rei Dom Manuel uma carta, por meio de um certo Matheus, comerciante armênio, que leva a missiva de Eleni para Goa e a entrega para Afonso de Albuquerque. A carta chega às mãos do rei Manuel, que envia uma missão diplomática ao chifre da África, sob o comando de Duarte Galvão (que faleceu antes de completar seu objetivo) e Rodrigo de Lima. Participaram da empreitada os missionários Francisco Álvares (c. 1465 – c 1541) e João Bermudes (? – 1570), os quais publicaram relatos sobre sua experiência, denominados respectivamente *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias* (Lisboa, 1540) & *Breve relação da embaixada que o Patriarca D. João Bermudes trouxe do Imperador de Etiópia chamado vulgarmente Preste João* (1565).

A estas alturas, já assumira o trono etíope o Lebna Dengel (David II),⁴⁵² neto de Helena, que continuava a ter problemas com os ataques dos muçulmanos aos seus domínios. O monarca novamente solicita ajuda militar aos portugueses. Então, envia o referido pedido à Europa por meio de João Bermudes.

Apesar de seu pedido ter sido finalmente atendido, por meio do envio de 400 homens sob o comando de Cristóvão da Gama, o rei Dengel falecera em batalha e assumira o trono seu filho, Gelawdewos, que recebeu a tropa vinda do Velho Mundo.

cristão que marchara sobre a Terra Santa, não a tendo reconquistado para a Cristandade apenas porque dificuldades climáticas o impediram. De toda forma, ficava implícito no texto, Preste João era visto como o mais provável messiânico libertador de Jerusalém. FRANCO JR., Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992. (pp. 72 & 73).

⁴⁵¹ Acerca da relação dos portugueses com a busca por Preste João, consultar: “A busca de si mesmo no outro: as terras do Preste João” In *Revista Semear 2 - Cátedra Padre Antonio Vieira de estudos portugueses*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1997 (versão online s/p) & PANEGASSI, Rubens Leonardo. “Naturalização do trato político e conservação das conquistas: o mito do Preste João e a linguagem política no Renascimento Português” In *História Unisinos*, v. 23, n. 1, p. 25-37, 2019.

⁴⁵² É notável o interesse dos governantes e sacerdotes etíopes acerca da religião católica, pedindo informações sobre a liturgia e os santos. MENEGAZ, Ronaldo. *Op. Cit.*

Esse monarca legou-nos uma crônica escrita em Ge'ez (etíope) traduzida ao francês em 1895 por William El. Conzelman. Na crônica de Gelawdewos há uma interessante referência à relação entre os portugueses e Tubal:

*Parce que Jésus-Christ avait placé au-dessous de lui Galâwdêwos comme chef d l'Église, afin qu'il en fortifiât tous les membres et qu'il fût l'instrument au moyen duquel l'Église serait victorieuse. Pendant cette même année, les enfants de Tubal, fils de Japbet, qui étaient des hommes forts, vaillants, avides de batailles comme les loups et affames de combats comme les lions, montèrent des bords de la mer.*⁴⁵³

Entre 1541 e 1542, chegaram pelo mar os guerreiros portugueses ávidos por guerra como lobos famintos: vieram para ajudar os cristãos etíopes em seu combate contra os inimigos seguidores de Maomé.⁴⁵⁴ Os portugueses são referidos como a prole de Tubal, filho de Jafé. Desde finais do século XV, os etíopes travaram relações com os portugueses, inclusive com a presença de religiosos como Francisco Álvares e João Bermudes,⁴⁵⁵ certamente, seus principais informantes. Deste modo, aproveitando do interesse mútuo por elementos genesíacos e a descendência de Noé, é provável que tenham se apresentado como os “filhos de Tubal”, relação atestada pela crônica de Gelawdewos.

Desse modo, o tubalismo não estava ausente do mundo português antes de 1580, ensejando posições distintas: a atitude distanciada adotada por Barreiros e Resende se contrapõe àquela expressa desde o chifre da África, na crônica de Galadewos. Por outro lado, é evidente a multiplicação das referências do vínculo entre os portugueses e o neto de Noé após a União Ibérica. Esse fenômeno é acompanhado por uma mudança de tom adotado por muitos eruditos lusitanos face sua relação com a estirpe tubalina, como demonstraremos. A tese de Gloël generaliza o fenômeno, por isso, fizemos alguns reparos a ela. No entanto, compreende-se sua intenção, haja visto o adensamento do tubalismo português após 1580, sendo um de seus principais objetivos a busca por preeminência no conjunto ibérico.

⁴⁵³ WILLIAM CONZELMAN (tr.), *Chronique de Galâwdêwos (Claudius), Roi d'Ethiopie*. Paris: Emile Bouillon, 1895 [c. 1541-1542]. (p. 130).

⁴⁵⁴ Cf. MARTÍNEZ D'ALÓS-MONER, Andreu. “The Children of Tubal”: Archaeology of an Ethio-Portuguese Half-Caste (16th–17th Century)” In *Proceedings of the XVth International Conference of Ethiopian Studies, Hamburg, July 20-25, 2003*.

⁴⁵⁵ Não encontramos nos relatos de Bermudes e de Álvares nenhuma referência a Tubal.

2.4.1 Apropriações de Tubal no contexto da União Dinástica: Fernando Oliveira & Bernardo de Brito

Em pleno contexto da crise dinástica de 1580, Fernando (Fernão) de Oliveira deixa escritos dois manuscritos *História de Portugal & Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e imunidade do Reino de Portugal*, manuscritos pouco conhecidos até sua recente publicação por José Eduardo Franco. Oliveira foi autor da reputada primeira gramática portuguesa: *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Lisboa, 1536). A ligação entre o estudo da língua e etimologia eram fundamentais para atribuição das origens e antiguidades, ou seja, esse arcabouço gramático por certo contribuiu em sua obra de cariz histórico. Além dessas obras, conta com mais dois livros acerca das artes náuticas, publicados entre 1555 & 1570.

No Livro das Antiguidades atribui uma secular liberdade a Portugal, o qual, segundo diz, nunca esteve subordinado ao reino de Leão e menos a Castela.⁴⁵⁶ Destacando os avanços militares cristãos, afirma que os portugueses autóctones se associaram por confederação com os leoneses sob o objetivo de expulsar os muçulmanos. Então, nunca houve dominação tirânica no Reino e suas relações com Leão e Castela sempre forma mediadas por consenso “(...) era esta república libre, *ex sui juris*, como dizem.”⁴⁵⁷

Essa questão histórica responde também a uma demanda política presente que dizia respeito a agregação de Portugal aos domínios dos Habsburgos, já que o modo como um território era agregado inicialmente a outro era um traço definidor de seu estatuto político e de seus vassalos.⁴⁵⁸ Os manuscritos de Oliveira colocam-se em relação a essa questão de incorporação territorial por meio da discussão do passado português: “Por um lado, o sentido de lhe conferir uma antiguidade, uma primazia e um prestígio superior a qualquer outro reino da Península Ibérica. Por outro, a finalidade de legitimar a perenidade intocável da sua autonomia e liberdade frente a qualquer tentativa de dominação ou de anulação (...)”⁴⁵⁹

⁴⁵⁶ OLIVEIRA, Fernando. *Livro da Antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade de Portugal [1580]* In FRANCO, José Eduardo. *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Roma Editora, Lisboa, 2000. (p.507).

⁴⁵⁷ *Ibidem* (p.500).

⁴⁵⁸ CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal, Valladolid, Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014. (p.18).

⁴⁵⁹ FRANCO, José Eduardo. *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Roma Editora, Lisboa, 2000. (p.17).

Diferentemente, dos seus compatriotas Barreiros e Resende, Oliveira defende o nó onomástico de Setúbal e Túbal, tendo uma posição muito mais favorável ao Beroso viterbense. Depois de afirmar que o neto de Noé parara inicialmente nas Canárias (outrora chamadas Bem-Afortunadas), diz que o primeiro nome da Espanha fora Tubalia (recordando a pira real de Felipe V na cidade do México). Nesse sentido, assevera:

Veio Tubal a esta terra duzentos anos depois do dilúvio, segundo Beroso (...). (...) vindo para Hespanha, a razão da navegação nos constringe crer que veio surgir na costa dentro do estreito e não da Andaluzia, como alguns quiseram dizer, porque a Andaluzia jaz dentro do estreito, e daquelas ilhas para cá navega-se com Sul, o qual não deixa embocar o estreito, e para Portugal (fol. 2) cai em popa. Pelo que se deve crer, sem dúvida, o que Florião do Campo, e outros, que Tubal veio a aportar no rio de Setúbal ⁴⁶⁰

Desse modo, apoiando-se no Beroso e em Ocampo, afirma ser Setúbal o lugar primevo da chegada do neto de Noé na Península. No entanto, corrige o cronista de Carlos V, contrapondo-se, por verossimilhança, à ideia de que a primeira parada de Tubal seria Andaluzia. Por outro lado, Oliveira não está de acordo com a relação entre o termo celtiberos e *Cetus Tubal*, o que demonstraria um vínculo originário entre os Pirienus, as margens do Ebro e o neto de Noé. Contrapõe-se a alguns influentes autores do medievo castelhano como Isidoro, Rada e a Crônica de Alfonso X. O termo celtibero seria muito posterior a Tubal e deriva de uma junção de “celtas” e “iberos”, referindo-se aos celtas da Gália que passaram às margens do Ebro para guerrear com os chamados povos iberos, cujo nome, em sua origem, remeteria ao rio e a Ibero (o filho de Tubal).⁴⁶¹

Monarchia Lusitana (1597) foi uma obra de proporções monumentais, em oito volumes, parcialmente redigida durante a União Ibérica, cujos dois primeiros tomos são de autoria do frade alcobacense Bernardo de Brito.⁴⁶² O texto do cisterciense fora dedicado ao “Católico e sempre Augusto Rei Dom Felipe, Senhor de Espanha e imperador do Novo Mundo”. Passada a soberania de Felipe II, Brito foi nomeado cronista maior de

⁴⁶⁰ OLIVEIRA, Fernando. *História de Portugal [1580]* In FRANCO, José Eduardo. O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política. Roma Editora, Lisboa, 2000. (pp. 352 & 353).

⁴⁶¹ *Ibidem*. (pp 357 & 358).

⁴⁶²“Frei Bernardo de Brito escreveu a 1ª e 2ª partes, desde o tempo do Dilúvio até o reino de Leão; frei Brandão, as partes 3ª e 4ª, abrangendo do governo do conde D. Henrique ao fim do reinado de D. Alfonso III. Frei Francisco Brandão, as partes 5ª e 6ª referentes ao reinado de D. Dinis. O beneditino Frei Rafael de Jesus na parte 7ª, ocupou-se do reinado de D. Afonso IV; e já no século XVIII, com a descrição da realeza de D. Fernando (...)”. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa. Doutrina e Crítica. Século XVII*. V. II. Editorial Verbo, 1973. (p.37).

Portugal em 1614 já sob o reinado de Felipe III, substituindo o falecido Francisco de Andrade.⁴⁶³

Como diz o autor no prólogo, o objetivo da obra é escrever uma história geral da pátria portuguesa, indo buscar suas *cousas antigas* para dar a saber a história da civilidade portuguesa. Contrapondo-se, assim, ao injusto juízo de “estrangeiros” que lhes reputam a fama de bárbaros.⁴⁶⁴ Nesse sentido, é relevante sua justificativa dos motivos de escrever em sua língua natal e não em castelhano ou latim. Afirma Brito que o aconselharam que redigisse em Latim para maior divulgação de sua obra na Europa. Também lhe disseram que conviria mais que o fizera em língua castelhana: “(...) pois além de se entender em todos os Reynos de Espanha, & muitos fora dela, me livrava da grosseria & ruim método de historiar da portuguesa”.⁴⁶⁵

Então, conforme sua já anunciada intenção de glorificar a pátria e afastar o epíteto de bárbaros aos seus conterrâneos, celebra sua língua: “(...) ela entre as mais, é a que em menos palavras, descobre mores conceitos”. Afirma, nos termos da época que o português é um modo *elegante* de expressão e faz ver que uma história *pro pátria* lusitana deve ser feita por meio da língua autóctone. O fato de dispor que não irá escrever em castelhano é notável, pois havia um franco bilinguismo castelhano-português entre os círculos letrados e cortesãos. Muitos literatos, por exemplo, redigiam na língua de Castela, seja antes da União Ibérica, como Gil Vicente, seja depois da *Restauração* como Manuel de Araújo de Castro.⁴⁶⁶

Adiante, Brito reforça a importância de que a *Monarchia Lusitana* seja escrita por um português e em sua língua: “(...) os historiadores estrangeiros, que entre as cousas

⁴⁶³ “BRITO, Fr. Bernardo de (1569-1617). No século Balthasar de Brito e Andrade. Nascido em Almeida em 1569, estudou em Roma e Florença, professou no Mosteiro de Alcobaça e doutorou-se em Teologia em Coimbra. Residiu na corte de Madrid a partir de 1611; foi nomeado cronista-mor de Portugal em 1616; faleceu em 1617”. SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. I Abadário/Castanheira. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002.

⁴⁶⁴ DE BRITO, Bernardo. *Monarchia Lusytana composta por frey Bernardo de Brito chronista geral e religioso da ordem de s. Bernardo, professo no Real mosteiro de Alcobaça : Parte primeira que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso sñor Iesu Christo*. Impresso no insigne mosteiro de Alcobaca por mandado do – R – Padre geral Frey Francisco de s. clara com licença e privilegio Real, 1597. (fol. 4).

⁴⁶⁵ *Idem*.

⁴⁶⁶ Cf. BUESCU, Ana Isabel. *Op. Cit.* & GLOËL, Matthias. “Los autores portugueses entre 1580 y 1640: una lucha literaria por la preeminencia en la monarquía hispánica”. *Revista de Historia*, v. 1, n. 23, p. 29-51, 2016. (pp.46 & 47).

antigoas de Castela, meterão, como de passo as cousas da Lusitânia, da opinião dos quais me aparto algumas vezes & outras levo a ordem, & estilo de historiador diferentíssimo”.⁴⁶⁷ Sendo assim, aponta a singularidade da língua, a qual se traduz na singularidade do reino português.

No que diz respeito ao uso das fontes, fará logo no prólogo uma avaliação do Beroso de Viterbo. Observe-se como se posiciona em relações aos textos do frade dominicano, criando uma distância estratégica inicial, para logo apropriar-se dele:

(...) referindo entre as mais, os reis antigos, que traz o Beroso vulgar, mas debaixo de nome, & condição de coisa pouco certa, vendo, que os achou em uns pergaminhos, sem nome de autor, que vulgarmente andavam em mãos de gente curiosa, os quais cuido eu que o viterbense batizou com o nome de Beroso, que hoje temos. E ainda que seu grosseiro estilo o faça algum tanto bárbaro, é com tudo, tão uniforme com as histórias Romanas que temos por muito autênticas, & tão amigo de inquirir a verdade de nossas coisas, que determinei segui-lo em muitas delas.⁴⁶⁸

Seu juízo é preciso: provavelmente os textos do Beroso sejam de autoria de Giovanni Nanni. No entanto, não quer dizer sejam desprezíveis. Não é porque os manuscritos não tiveram origem nos textos do Caldeu que devem ser descartados, trazem muitas informações autênticas e verdadeiras, portanto dignas de crédito. Assim, distancia-se da posição mais combativa de seus compatriotas Gaspar Barreiros e André de Resende, que escreveram antes da união das Coroas. Ao falar das antiguidades portuguesas, também dará sua versão do povoamento prístino da Península Ibérica por Tubal e de sua viagem marítima:

(...) navegaram muitos dias ao longo da terra, té chegarem ao estreito de Gibraltar, onde levados das correntes de mar & ímpeto das ondas saíram (como refere nosso Laymundo) ao mar Oceano, da grandeza & imensidade do qual pouco satisfeitos (como gente, que trazia nos olhos a cruel destruição das águas) se acostaram à terra, dobrando sempre a mão direita, té que no fim de alguns dias, tendo já passada uma grande ponta de terra, chamada dos antigos Promontório Sagrados & dos Modernos Cabo de S. Vicente se acharam em uma fermosa baía (...).⁴⁶⁹

Depois de passarem pelo ponto extremo da Península, o Cabo de S. Vicente, Tubal e os seus chegaram à região de Setúbal, começando a povoação ibérica por ali. Mas antes

⁴⁶⁷ DE BRITO, Bernardo. *Op. Cit.* (fol. 5).

⁴⁶⁸ *Ibidem* (prólogo).

⁴⁶⁹ *Ibidem* (fol. 7).

de analisarmos os argumentos de Brito acerca de sua posição sobre o local de chegada do neto de Noé, atentemos a uma citação do cronista a um certo Laymundo Ortega. Brito se refere a esse autor já no prólogo:

(...) descobri uma notável antigualha, entre outras, que minha diligência & trabalho, tirara, das mãos do esquecimento. Que foi um livro antiquíssimo, escrito de letra Gótica, e, pergaminho grosso, & mal puído, composto por um português chamado Laymundo Ortega: o instituto do qual, é descobrir antiguidades da Lusitânia & trazer com muita chaneza, a verdade das coisas, que pode alcançar no tempo em que viviam referindo entre as mais, os Reis antigos, que traz o Beroso vulgar (...).⁴⁷⁰

Brito também tinha seu próprio Beroso: Laymundo Ortega. Como apontam os estudos de Fernando Bouza, na era do impresso, o manuscrito ganha credibilidade, sendo-lhe atribuída uma força de verossimilhança: uma escrita discreta e singular que se opunha à vulgaridade da tipografia. Vemos como ressalta a materialidade da fonte, seu aspecto revela antiguidade; seu volume assevera a quantidade enorme de informações; a caligrafia gótica confere sumptuosidade ao texto, considerando que essa tipografia era a de muitas Bíblias nesse momento (aproximando, portanto, seu manuscrito de um artefato sagrado).⁴⁷¹

No que diz respeito à povoação desde Setúbal, Brito estabelece um diálogo direto com Ocampo; Garibay e Pineda. Atestando a dinâmica circulação de informações nessa monarquia politerritorial:

Aqui viveu Tubal alguns anos, com toda gente de sua companhia, apacentando os gados que tinham naquele tempo (...), se deu nome à nova povoação, que fundara, Cethubala, (...). Esta povoação é a que no tempo de agora, com muita pequena corrupção do primeiro nome, chamamos Setúbal. (...). Desta antiquíssima cidade faz o mestre Florião do Campo uma estendida narração em seu livro primeiro, confessando ser ela a primeira, que em Espanha, teve nome & figura, de República ordenada, sem consentir que Tubal aportasse primeiro em Portugal que em Andaluzia. Mas com dizer q desembarcou noutra parte, atribui a Castela a gloria de mais antiga,(...) Depois dos quais achou Garibay outras novas conjecturas, donde conclui que Bizcaya foi a primeira região em que Tubal tomou morada.⁴⁷²

⁴⁷⁰ *Ibidem* (prólogo).

⁴⁷¹ Cf. GRELL, Chantal. *Annius de Viterbe et le roman des origines em France et en Espagne in TALON, Alain (Dir.) Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVIe et XVIIe siècle*. Casa de Velázquez, 2020. (Versão digital OpenEdition Books, s/p).

⁴⁷² DE BRITO, Bernardo. *Op. Cit.* (fol. 7).

Sobretudo pela onomástica assevera a primordialidade de Setúbal (*Cethubala*) na povoação ibérica, contra Biscaia e Andaluzia. Outrora, Ocampo argumentara em favor de Setúbal como primeiro assentamento fixo da Península, entretanto, diz que o lugar de chegada seria a Bética. O português faz a importante ressalva de que a cidade costeira lusitana seria tanto o lugar de assentamento como o de chegada. Além dos supracitados cronistas com os quais debate, referencia Flavio Josefo (talvez a maior autoridade depois do Gênesis na determinação da base noélica da humanidade), também Beroso e Laymundo Ortega. À guisa de conclusão, escolhemos uma citação de Cardim que reforça a centralidade do uso político da figura de Tubal na *Monarchia Lusitana*:

*La filiación mítica de Portugal a Túbal tenía extrema importancia en aquella coyuntura en la que Portugal (al igual que los demás territorios de la Monarquía) sentía cada vez más la sombra de Castilla. En realidad, esa narrativa mítica apuntaba hacia un origen de Portugal mucho más anterior al momento en que Alfonso Henriques había roto los lazos con los reyes de León y Castilla, anulando de ese modo las dudas sobre el modo en que los lusos habían alcanzado la independencia.*⁴⁷³

2.4.2 Combates pelo passado primevo português: Pais Viegas & Caramuel no contexto da *Restauração*

Iniciado o processo da chamada *Restauração* de 1640, Antônio de Pais Viegas publica o livro Manifesto do Reyno de Portugal (Lisboa: 1641).⁴⁷⁴ Nesse manifesto defende a legitimidade da mudança de lealdade dos lusitanos do rei Felipe IV para o Duque de Bragança, tornado rei João IV, compreendido como soberano legítimo e natural, que recuperara o lugar devido a Catarina de Bragança sua avó. Segundo Pais Viegas,⁴⁷⁵ Felipe de Habsburgo passou por cima do direito do reino ao obliterar Catarina,

⁴⁷³ CARDIM, Pedro. *Op. Cit.* (p. 143).

⁴⁷⁴ PAEZ- VIEGAS, Antônio. Manifesto do reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, & o modo, que teve para examinarsse da obediencia del rey de Castella. Lisboa: Paulo Craesbeeck,, 1641.

⁴⁷⁵ Não encontramos muitas informações bibliográficas sobre esse autor, por isso, somente deixamos indicado alguns dados: “(...) foi Antônio Pais Viegas, secretário do duque de Bragança, mais conhecido pelo que dele diz D. Luís de Meneses (1751) na segunda parte da sua História de Portugal Restaurado (1679). D. Luís conta que ele teria sido determinante para dissipar as dúvidas de D. João quanto a aceitar a coroa que os conjurados lhe ofereciam.” RIBEIRO, Eduardo Henrique Sabioni. Narrativa e legitimidade na Restauração de Portugal: primeiras ações no âmbito da literatura justificativa (1641-1644). *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, p. 339-360, 2022. (p.348)

já que não havia lei sálica nem em Castela e tampouco em Portugal.⁴⁷⁶ Viegas atribui a fundação às cortes de Lamego, com o borgonhês Alfonso Henriques, sendo um dos principais legados dessa assembleia a faculdade de que só poderiam herdar o reino os naturais, evidenciando a ilegitimidade dos Felipes.

Após as chamadas Alterações de Évora de 1637, uma revolta contra a pressão fiscal exercida pela Monarquia, instala-se uma profunda crise de legitimidade relacionada ao reformismo de Felipe IV e Olivares.⁴⁷⁷ Nessa delicada situação política, o cisterciense natural de Madrid Juan Caramuel y Lobkowitz (1606-1682) escrevera uma obra em latim chamada *Philippus Prudens, Caroli V. Imp. Filius, Lusitaniæ, Indiæ, Brasiliæ Legitimus Rex Demonstratus* (Antuérpia: 1639)⁴⁷⁸. Nela defende a preeminência dos Habsburgos e justifica a superioridade de Castela sobre Portugal.⁴⁷⁹ Esse e outros escritos do matritense geraram grande insatisfação em terras lusitanas, estimulando uma extensa literatura anticaramuéllica. Por sua vez, Viegas manifesta-se contra o autor em sua posição de deslegitimação de Lamego: “Melhor arguira Caramuel daquelas Cortes, que Dom Felipe não podia ser herdeiro, não sendo natural, porque exclui aos estranhos”.⁴⁸⁰ [fig.12]

Nos idos de 1641, apesar da guerra na fronteira, já reinava Dom João IV. Pais Viegas denuncia frontalmente denominando a política de Felipe e seu valido de tirânica. Acerca da pressão fiscal operada desde Castela, afirma:

A Monarquia se dissipava & perdia; & o procedido de tantos tributos se consumia em gostos, faustos, apetites & extraordinários edifícios. Faltavam no mar armadas para defensa do Reyno. & nos tanques do retiro navegavam suntuosos baixéis, com que nas ocasiões de lamentar perdas, se celebravam festas. Que nome se dará a quem isto fazia?⁴⁸¹

⁴⁷⁶ PAEZ- VIEGAS, Antônio. *Op. Cit.* (fols, 5 & 6).

⁴⁷⁷ “La falta de respecto a sus fueros, la presión fiscal, reclutamientos y alojamientos que provocaron distintas revueltas, destacando a la de Évora de 1637, la indefensión de su imperio y la resistencia de amplas capas de la sociedad a formar parte de la Monarquía, fueron los argumentos que, convenientemente manejados, permitieron al Duque de Braganza, el futuro Juan IV acaudillar una rebelión que terminó por segregar a Portugal de la Corona española”. LATORRE, Gregório Nicolás. *Felipe IV y Olivares. El fracaso del reformismo (1612-1643)* in FLORISTÁN, Alfredo (Coord.). *Historia de España Moderna*. Barcelona: Ariel, 2011. (pp.510 e 511).

⁴⁷⁸ CARDIM, Pedro. *Op. Cit.* (p. 224).

⁴⁷⁹ BOUZA, Fernando. “Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe I” In *Portugal no Tempo dos Felipes: Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmo, 2000. (pp. 92 & 93)

⁴⁸⁰ PAEZ-VIEGAS, Antônio. *Op. Cit.* (fol. 9).

⁴⁸¹ *Ibidem* (fol. 22).

Caramuel segue em sua batalha propagandística e apologética da dinastia Habsburgo e publica uma réplica a Pais Viegas: *Respuesta al manifesto del reino de Portugal* (Amberes: Oficina Plantiniana, 1642).⁴⁸² Logo ao iniciar sua resposta fala das “Memórias decrépitas de Portugal”. O uso desse adjetivo, indica um passado remotíssimo, no entanto, não seria surpreendente se tivesse um caráter difamatório, considerando as intenções do autor. Logo de início, Caramuel faz uso da narrativa tubalina, relacionando-a com o reino:

*Hay muchas cosas, que hacen ilustre esta región: Setúbal, ya decrepita, se gloria de haber sido erigida por Tubal fundador de la Península de España. Que haya Tubal poblado a España es cierto: asegurándolo San Jerónimo y otros, afirman muchos, que entró este gran Capitán por el Pirineo, y pasó a Lusitania año de CXLII después del diluvio, MMCLXIII ates del nacimiento de nuestro salvador. A la primera ciudad que fundó, llamó [inscrição hebraica] que significa puesto de Tubal, pareciole, que tomado este, podía defender a toda España.*⁴⁸³

Caramuel usa da relação de Setúbal com Túbal para vincular Portugal à Espanha. O assentamento na costa portuguesa se dá por um objetivo militar: o de defender toda Espanha. Dialoga com as questões políticas do presente, enfatizando a importância da atividade militar para manter os reinos ibéricos unidos sob um só monarca. Por outro lado, o cisterciense, diferentemente de muitos cronistas que estudamos, se utiliza vivamente do relato identitário visigótico, com o intuito de criar uma relação entre Pelayo, o reino de Leão e Portugal. Como lembra Fernández Albaladejo, o relato identitário forte oscilou durante a Idade Moderna entre o elo com os reis visigodos e a produção de uma identidade autóctone hispânica. Tubal, nesse texto, tem uma função relevante, porém subsidiária à versão gótica da origem da monarquia castelhana.

Para os eruditos portugueses, tornou-se uma tópica a história de sua insubordinação com o reino leonês no período da Reconquista, como se observa nos manuscritos de Fernando de Oliveira. Caramuel irá enfatizar que os lusitanos foram, efetivamente, subjugados pelo Reino de Leão. Argumenta acerca da ilegitimidade do rei

⁴⁸² Uma das famosas trélicas à obra foi escrita por Manuel Fernandes Villareal: *Anticaramuel o defença del manifesto del reyno de Portugal* (Paris: Miguel Blageart, 1643).

⁴⁸³ CARAMUEL DE LOBKOWITZ, Juan. *Respuesta al manifesto del Reyno de Portugal*. Amberes: en la oficina plantiniana de Balthasar Moreto, 1642. (p.45).

Alfonso Henriques e do direito dos Felipes ao trono português por serem descendentes desses mesmos leoneses:

*(...) los Reyes de León, lo fueron también de Portugal de donde se sigue claramente, que el Prudente Filipe su Monarca legitimo de Lusitania, corona que pertenece al Rey nuestro Señor en cuanto Rey de León, y heredero de Filipe II.*⁴⁸⁴

Atribuí a genealogia dos Habsburgos a Pelayo, descendente dos cristãos visigodos. Ao contrário do que afirmava Garibay, por exemplo, que se esforçou em performar um Pelayo autóctone hispânico, cuja linhagem remontava a Tubal. Desse modo, vincula os godos a Astúrias e logo ao reino leonês, fazendo com que a legitimidade dos Felipes sobre Portugal fosse fundada nessa gênese. Acerca do monarca do reino das Astúrias, afirma:

*La conexión de sangre, que tiene los austríacos con los reyes Godos, es tan notoria, que no necesita ponderación. Hallo diplomas Godos escritos con gran acierto y curiosidad: parece que la ley Portuguesa que manda, que la heredera del Reyno no se case con Principe extraño se trasladó de las Goticas, donde hallo una, que da luz a la inteligencia del punto, que tratamos, En tiempo del Rey Don Pelayo se decretó que la infanta, había de suceder la corona, no se casase con Principe extraño, no diese ocasión a que el cetro Gótico se diese a peregrinos, (...).*⁴⁸⁵

Os Felipes, descendentes dos godos-leoneses são, por direito, senhores do reino luso: sua legitimidade é construída nesse caso por meio do vínculo visigótico: essa linha seria a dos senhores naturais de Portugal, reino que deve se subordinar àqueles que detêm o sangue de Pelayo, sendo as cortes de Lamego ilegítimas. De acordo com Cardim, a obra *Principios del Reino de Portugal con la vida y hechos de Don Alfonso Enriquez su primero Rey* (...) publicada em Lisboa por Pais Viegas em 1641, defende a soberania da dinastia portuguesa a partir de Dom Alfonso Henriques: “Pais Viegas alude al hecho de que Portugal nunca hubiese estado sujeto a outro reino, um tópico habitual em este tipo de literatura (...)”.⁴⁸⁶ Retoma, assim, uma linha já indicada por Fernando Oliveira em 1580. Não deixa de ser relevante o fato de Viegas não se referir em nenhuma de suas obras à narrativa tubalista, preferindo defender a posição portuguesa, nesse momento de

⁴⁸⁴ *Ibidem.* (pp,52 & 53).

⁴⁸⁵ *Ibidem* (p. 145).

⁴⁸⁶ CARDIM, Pedro. *Op. Cit.* (p.246)

ruptura tomando como ponto de partida o reinado de Alfonso Henriques como contraponto aos monarcas de Leão, vinculados por Caramuel aos Habsburgos.

Relacionado ao caso português, no contexto das crises de 1640, desde o principado da Catalunha temos outro exemplo relevante do uso do tubalismo em meio ao reformismo olivarista. Sabe-se que os conflitos entre a Catalunha e Madrid se estenderam por longos anos (1640-1652), no qual o principado fronteiriço chegou a ameaçar a se unir à coroa francesa de Luis XIII.⁴⁸⁷

Por sua vez, José Pellicer de Ossau y Tovar, que posteriormente iria relativizar o tubalismo com seu “tarsismo” (como vimos da introdução), ocupa na década de 1640 o posto de cronista do rei Felipe IV. Nesse momento, escreve *Idea del principado de Cataluña* (1642)⁴⁸⁸, defendendo a Monarquia frente à rebelião catalã. Note-se que ainda não havia formulado sua hipótese em relação a Tarsis, indicando um movimento dinâmico em suas concepções. No referido texto, defende o tubalismo, atribuindo-lhe uma função política pró Monarquia.

Ao comentar a história dos reinos de Aragão, argumenta: “(...) *estava poblada toda por los Descendientes de Tubal. Dellos procedieron los antiquismos catalanes, como los demás primeiros españoles.*”⁴⁸⁹ Apesar de não negar a especificidade de Aragão e Catalunha como territórios com foralidades específicas, a narrativa possui aqui uma intenção aglutinadora, demonstrando uma conexão intrínseca dos catalães com os outros

⁴⁸⁷ Essa rebelião se relaciona às políticas de Felipe IV e seu valido Conde-Duque de Olivares, que levaram a cabo uma tentativa de realizar diversas reformas na monarquia nas décadas de 1620 e 1630. Aquele monarca não havia confirmado os foros especiais das regiões de Aragão, desenvolvendo uma política de pressão governamental sobre os territórios históricos constituintes dessa Coroa (Aragão; Valência e Catalunha). O projeto de união de armas da década de 1620 [previa a entrega de um contingente de soldados determinado por parte cada localidade da Monarquia para um exército que funcionaria coletivamente em defesa da soberania das terras do rei. Caso não fosse possível a entrega dos soldados, deveriam pagar pelo contingente devido] e o aumento exagerado dos tributos pesavam, principalmente, sobre as camadas mais empobrecidas (desagradando inclusive fidalgos e parte do clero). O estopim da mencionada revolta se deu com a entrada do exército real em Catalunha sob o pretexto de proteção da fronteira belicosa com a França. Ver LATORRE, Gregório Nicolás. Felipe IV y Olivares. El fracaso del reformismo (1612-1643) in FLORISTÁN, Alfredo (Coord.). *Historia de España Moderna*. Barcelona: Ariel, 2011 & ELLIOTT, John: *La rebelión de los catalanes: un estudio sobre la decadencia de España (1598-1640)*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1999.

⁴⁸⁸ KAGAN, Richard. Clío y la Corona: escribir historia en la España de los Austrias In *España, Europa y el mundo atlántico: homenaje a John H. Elliot*. KAGAN, Richard & PARKER, Geoffrey (eds.) traducción de Lucía Blasco Mayor y María Condor; revisión científica de Xavier Gil. Madrid: Marcial Pons & Junta de Castilla y León, 2001. (p.129).

⁴⁸⁹ PELLICER DE OSSAU Y TOVAR, Ioseph. *Idea del Principado de Cataluña: recopilacion de sus movimientos antiguos i modernos y examen de sus Privilegios : primera parte (...)* . (fol. 432).

reinos hispânicos. Nesse contexto de crise, o escrito chamado *Noticia Universal de Cataluña* [1640] do barcelonês Francisco Martí Viladamor⁴⁹⁰ também evoca o tubalismo, mas com o intuito de provar a liberdade do principado catalão. Desde tubal, Haveria uma tradição real de respeito a seus usos e costumes, quebrada por Olivares e Felipe IV. A justiça do neto de Noé se contrapõe a esse modo “reformista” de governo:

Tuvo la libertad de Cataluña su glorioso comienço en el primer fundador de España Tubal, de que se lee, que llegó en Cataluña, ò en sus tierras, y en ellas fundò la antigua ciudad de Tarragona, y diò leyes de bien vivir a todos los Españoles, y siendo Tubal hijo de Iaphet y nieto de Noe, (...), que el Padre Noe reynò como Padre amoroso, y no como Señor riguroso, y a quien en todo siguieron sus dos hijos Sem, y Iaphet, quien duda que el hijo de Iaphat Tubal también imitò al Padre, y al Abuelo y que las leyes de bien vivir, que diò atodos los españoles fueron ajustadas a la libertad natural, para que también reynasse como Padre y Rey amoroso?”⁴⁹¹

A comparação entre esses dois textos nos permite verificar os múltiplos usos do tubalismo, sendo utilizado para defender posições discordantes, como se verifica. Esse exemplo, fortalece a ideia de que o problema da povoação originária ibérica está aberto a disputas e ao campo polêmico. Sendo assim, voltemos a Portugal, onde analisaremos o uso do neto de Noé nos sermões do padre Antônio Vieira, assinalando a vocação imperial portuguesa em sua extensão pelas “quatro partes do mundo”.

2.4.3 Tubal ou *mundanus*: lições de Antônio Vieira sobre o primeiro dos portugueses

Apesar de ter nascido em Lisboa, Antônio Vieira (1608-1697) em meados de 1614 já se encontra do outro lado do outro lado do oceano, iniciando seus estudos no colégio dos jesuítas em Salvador, onde se ordenará padre. Sobretudo, desde meados do século XIX, foi alçado a grande defensor e herói da “nação” portuguesa, um visionário patriótico e apologista da independência do reino e dos Bragança. Pedro Cardim, por sua vez, enfatiza as escalas de adesão comunitária na época da época de Vieira, propondo uma visão mais complexa desse personagem. É necessário inserir o padre nas relações de seu tempo e sublinhar como ele se movimentou de acordo com a mudança das dinâmicas políticas

⁴⁹⁰ “Martí nació en Puigcerda el 30 de agosto de 1616 pero al año escaso se trasladó con su familia a vivir a Barcelona, ciudad a la que estará ligado hasta su exilio. Continuó la tradición familiar y se doctoró en leyes en 1634, (...), en la prestigiosa Facultad de Derecho de la Universidad de Barcelona. Rápidamente fue designado para varias causas, sin intervenir de forma explícita en asuntos políticos hasta principios de 1640”. PELAYO, Javier Antón & SUREDA, Montse Jiménez. “Francisco Martí i Viladamor: un profrancés durante la Guerra dels Segadors”, *Manuscrits*, nº9, 1991. (pp. 291 & 292).

⁴⁹¹ VILADAMOR, Francisco Martí. *Noticia Universal de Cataluña* (...). s.l, 1640 (fol. 27 & 28).

desse contexto. Cardim estabelece importantes nuances acerca das relações desse personagem com as casas reais antes e depois de União Ibérica:

El 6 de Enero de 1641, sin saber todavía que había tenido lugar la revuelta separatista en Lisboa, Vieira pronunció un sermón en salvador de Bahía en el que reiteraba su adhesión al mundo católico liderado por los Austrias y en el que se congratulaba por la decisión de Felipe IV de haber decidido trasladarse personalmente a Cataluña para combatir 'os rebeldes catalães'. Teniendo en cuenta que António Vieira demostró desde muy temprano una profunda inclinación por el providencialismo, no hay duda de que el jesuita supo adaptar ese sentimiento universalista a las mutables circunstancias de su vida. Así, al llegar a Lisboa y confirmar que la casa ducal de los Braganza había sido elevada a la dignidad real, Vieira dejó a un lado su entusiasmo por el universalismo, digamos pan-hispánico, para abrazar con entusiasmo la causa de los Braganza.

Sua fala de cariz profético, expressada nas ideias de um quinto império e da volta do rei encoberto, que se encontram com o Sebastianismo, foram abordadas recentemente pela historiografia.⁴⁹² Já o tubalismo em Vieira é ainda um campo pouco explorado.⁴⁹³ Uma primeira aproximação ao tema, pode ser feita através de um sermão por ele proferido antes da *Restauração*, em 1639, na igreja Nossa Senhora do Desterro na Bahia intitulado Sermão de Nossa Senhora da Conceição. Com sua conhecida habilidade retórica afirma, por meio de Tubal, que a pátria dos portugueses é o mundo. Assim, traz o neto de Noé para a costa brasileira, pregando a seus ouvintes:

Até os gentios souberam dizer que para o homem de valor todo o mundo é pátria: *Orne solum forti patria est* - e se há nação no mundo, para a qual o mesmo mundo seja pátria, somos nós. O primeiro fundador de Portugal e pai de todos os portugueses foi Tubal, que quer dizer *mundanus*, homem de todo o mundo, e tal foi a bênção ou herança que deixou a todos seus filhos: uns na Europa, outros na África, outros na Ásia, outros nesta América, enfim, todos divididos nas quatro partes do mundo, como cidadãos do universo, para que nenhum português cuide

⁴⁹² Sobre a relação de Vieira com o sebastianismo, a ideia de Quinto Império e messianismo: HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. LIMA, Luis Felipe Silvério. *O Império dos Sonhos: Narrativas Proféticas, Sebastianismo e Messianismo Brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010. & PÉCORÁ, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de António Vieira*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2016. Império. Acerca das tradições messiânicas nos séculos XVI & XVII, plasmadas nas narrativas acerca do rei encoberto, não apenas em Portugal, mas também em Castela e Aragão: RIZZUTO, Claudio César. "Margins of the Encubierto: The Messianic Kings' Tradition in the Iberian World (15th–17th Centuries)" In: *Apocalypse Now*. Routledge. pp. 225-244.

⁴⁹³ Um dos poucos artigos que encontramos sobre o tema, onde explicita a relação de alguns sermões de Vieira com Tubal: DE ALBUQUERQUE MACEDO, Gil Eduardo. "O homem forte, todo o mundo tem por pátria": a construção do homem mundanus em António Vieira. *Temporalidades*, v. 7, n. 2, p. 584-605, 2015.

que basta para satisfazer à obrigação e devoção que digo só com estar fora e longe de Portugal, pois, em qualquer parte do mundo está na sua pátria. Que remédio logo para pagarmos à Senhora do Desterro o que devemos ao seu com o nosso? Disse discretíssimamente Sêneca que quem tem todo o mundo por pátria não pode ser desterrado, porque para qualquer parte do mundo que o levem, sempre vai para a sua pátria: *Patriam meam transire non possum. Una omnium est, extra hanc nemo projici potest. In quamcumque terram venio, in meam venio. Nulla exilium est, sed altera patria est.* E como todo o mundo para nós é pátria, como poderemos pagar à Senhora do Desterro, também com o nosso desterro. o benefício e mercê tão grande que nos fez com o seu?⁴⁹⁴

Segundo Vieira, o pai dos portugueses e fundador do reino fora Tubal, sendo a etimologia da palavra referida a *mundanus* – homem de todo o mundo. O padre usa da onomástica, tão frequente ao saber de sua época, para compor seu argumento. A relação genealógica aqui expressa, recorda-nos da crônica do etíope Gelawdws (c.1541- 1542), que descreve os homens de Cristovão da Gama, desembarcados do mar, como “filhos de Tubal”. Segundo Vieira, os portugueses, como filhos do neto de Noé, têm uma vocação náutica intrínseca, tornando-os aptos para chegarem às quatro partes do mundo: o *orbe* é a sua pátria. Podemos relacionar essa concepção à viagem do neto de Noé, que outrora partira em uma viagem marítima desde o oriente até a Península Ibérica. Desse modo, os lusos não podem ser desterrados (lembrando que o sermão foi proferido na igreja de Nossa Senhora do Desterro), pois o mundo lhes pertence, por direito e por linhagem. O conceito de pátria se retroalimenta no sermão: os portugueses fizeram do mundo a sua pátria, que só pode ser assim, por ter-se originado nas terras lusas a partir de Tubal, o mundano.

Após idas e vindas entre Lisboa e a Bahia, Vieira encontra-se no Portugal bragantino em 1669. Após a conturbada década de 1660 com seu encarceramento por problemas com a inquisição (e com Afonso VI), foi finalmente livrado dos cargos do Santo Ofício em 1668. No período da regência de Pedro II, casado com Maria Francisca de Sabóia, profere na Capela Real um sermão gratulatório ao nascimento de Isabel Luísa de Bragança no dia 6 de janeiro de 1669, dia de Reis. Na segunda parte do sermão, de acordo com a ocasião em que o proferiu, pergunta-se:

Quem louva? Que obrigação tem toda a terra à princesa primogênita de Portugal, para vir dar graças a Deus pelo seu nascimento? Jafé e a

⁴⁹⁴ VIEIRA, Antônio. Sermão de Nossa Senhora da Conceição. Na igreja da Senhora do Desterro. Bahia, ano de 1639 In Sermões, Padre Antônio Vieira, Erechim: Edelbra, 1998. [§ IX]. Também disponível em VIEIRA, Antônio. *Sermoens do P. Antonio Vieyra ...: sexta parte*. Lisboa: na officina de Miguel Deslandes, 1690.

ventura dos filhos últimos. Quem logrou a promessa feita por Noé a Jafé? Tubal, o primeiro português. Que quer dizer Tubal?⁴⁹⁵

Partindo desse questionamento genealógico, iniciando o sermão por Noé, passando por Jafé e seu filho, Tubal,⁴⁹⁶ Vieira aproxima esse fundamento genesíaco do nascimento da princesa da casa de Bragança. A argumentação prossegue, levantando o tema do expansionismo marítimo português em sua vocação imperial, que outrora empregara no Sermão de Nossa Senhora da Conceição (1639). Através de sua habilidade com as palavras situa o modo como empreenderá a referida tarefa: “Fazer esta demonstração com os compassos geométricos em um mapa, ou esfera do mundo, é muito fácil; mas eu hei-a de fazer nas Escrituras Sagradas, porque parece dificultoso e para que saibamos os portugueses quantas obrigações devemos a Deus, e quão antigas.” Cumprindo sua promessa de demonstrar aquela vocação por meio das escrituras, afirma:

Cumpriu-se no primeiro português que houve no mundo, e na sua descendência, que somos nós. O primeiro português que houve no mundo foi Tubal: sua memória se conserva ainda hoje, não longe da foz do nosso Tejo, na povoação primeira que fundou, com o nome de *Caetus Tubal*, e, com pouca corrupção, Cetúbal. Este Tubal, este primeiro português — como se lê no capítulo décimo do *Gênesis* — foi filho quinto de Jafé — que também é boa a fortuna dos filhos quintos. — *Filli Japhet: Gomer, et Magog, et Madai, et Javan, et Thubal*. — E, finalmente, neste filho quinto de Jafé, neste primeiro português, neste Tubal, se verificou a bênção de seu avô Noé, e se cumpriu a profecia e promessa feita a seu pai Jafé, porque só os portugueses, filhos, descendentes e sucessores de Tubal, são e foram — sem controvérsia — aqueles que, por meio de suas prodigiosas navegações e conquistas, com o astrolábio em uma mão, e a espada na outra, se estenderam e dilataram por todas as quatro partes do imenso globo da terra. Portugueses na Europa, portugueses na África, portugueses na Ásia, portugueses na América, e em todas estas quatro partes do mundo, com portos, com fortalezas, com cidades, com províncias, com reinos, e com tantas nações e reis tributários. Houve algum filho de Noé, houve

⁴⁹⁵ VIEIRA, Antônio. *Sermão Gratulatório e Panegírico, na manhã de dia de Reis, sendo presente, com toda a corte, o Príncipe nosso Senhor ao Te Deum Laudamus, que se cantou na Capela Real, em ação de graças pelo felicíssimo nascimento da Princesa Primogênita, de que Deus fez mercê a estes Reinos na madrugada do mesmo dia do ano de 1669* In Sermões. Vol. X Erechim: EDELBRA, 1998. [§ IX]. Também disponível em VIEIRA, Antônio. *Sermam gratulatorio, e panegyrico, que pregou o padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesu, pregador de Sua majestade (...). Évora: na oficina da universidade, 1669.*

⁴⁹⁶ A significação dos nomes dos filhos de Noé também tem um papel central no sermão. Como Jafé era o progenitor das nações europeias e Tubal seu filho, pai dos portugueses, desde aí anuncia-se a disposição lusitana a conquistar e dominar o *orbe*. O nome Jafé proviria de *dilatatio*: “Assim sucedeu a Jafé: lançou-lhe a bênção seu pai Noé, e disse desta maneira: *Dilates Deus Japhet*: Filho meu Jafé, Deus te dê a ventura conforme o nome. — O teu nome de Jafé quer dizer *dilatatio*: dilatação — e tal será a tua bênção, porque Deus te dilatará tão estendidamente por toda a terra, que não só lograrás a parte que coube na tua repartição, senão também a de teus irmãos: dominarás as terras de Cam, e habitarás as de Sem: *Dilatet Deus Japhet, et habitet in tabernaculis Sem: sit servus ejus Chanaant.*” *Ibidem*.

alguma nação outra nas idades, por belicosa e numerosa que fosse, e celebrada nas trombetas da fama, que se dilatasse e estendesse tanto por todas as quatro partes da terra? Nenhuma. Nem os assírios, nem os persas, nem os gregos, nem os romanos. E por quê? Porque esta bênção, esta herança, este morgado, este patrimônio era só devido aos portugueses, por legítima sucessão de pais e avós, derivado seu direito de Noé a Jafé, de Jafé a Tubal, de Tubal a nós, que somos seus descendentes e sucessores.⁴⁹⁷

Magnificamente, Vieira retoma a tradição de Setúbal como o primeiro assentamento de Tubal, que encontramos desde 1543 em Ocampo, passando, por exemplo, à voz de seus compatriotas Fernando Oliveira (1580) e Bernardo de Brito (1597). O nome Setúbal proviria, como sabemos, de *Cetus Tubal*. Em um artifício retórico admirável, conecta o fato de Tubal ser o quinto filho de Jafé com Portugal ser o quinto império (a suceder assírios, persas, gregos e romanos).

O padre situa os portugueses (“nós”), uma vez mais, como os legítimos descendentes do neto de Noé, sendo essa herança um verdadeiro patrimônio lusitano, transfigurado em um morgado. Essa relação fundiária, faz lembrar Garibay que, como vimos, vincula a escrita da história a um *mayorazgo*. Esse movimento aproxima os termos de herança genealógica genesíaca à sucessão linhagística da terra, explicitando a rede discursiva em que o tubalismo repousa nos séculos XVI & XVII. Logo, os portugueses com seus astrolábios e espadas se dilataram pelas quatro partes do globo. Retoma, assim, o tema do sermão de Nossa senhora:

Mas que quer dizer Tubal? Prodigioso caso! Tubal, como dizem todos os intérpretes daquela primeira língua — que era a hebraica — quer dizer *orbis et mundanus*: homem de todo o mundo, homem de todo orbe, homem de toda a redondeza da terra. Pois, de todo o mundo, de todo o orbe, de toda a redondeza da terra um homem? Sim, porque este homem era o primeiro fundador de Portugal, era o primeiro português, era o primeiro pai dos portugueses, aqueles homens notáveis, que não haviam de ser habitadores de uma só terra, de um só reino, de uma só província, como os outros homens, senão de todo o mundo, de todo o orbe, de todas as quatro partes da terra.⁴⁹⁸

O “prodigioso Tubal” seria o primeiro português: o orbe está destinado a ser sua pátria, conforme o epíteto *mundanus* (homem de todo o mundo), de raiz hebraica, segundo o jesuíta. Vieira em seu panegírico proferido ao nascer de uma princesa, aponta

⁴⁹⁷ *Ibidem*.

⁴⁹⁸ *Ibidem*.

que a pátria-mundo dos lusitanos germinara em função do destino providencial traçado pela sua descendência vinda do neto de Noé.

O padre viveu a maior parte de sua vida na Bahia, em Salvador, o que nos deixa uma ponte para o próximo capítulo, onde estudaremos os discursos tubalistas produzidos desde a América. Mas antes, como prometido, apontaremos alguns caminhos do porquê Camões utiliza apenas Luso e não Tubal na constituição dos feitos heroicos dos portugueses, ditos lusíadas.

Em primeiro lugar, sublinhemos os diferentes alcances do tubalismo antes e depois da União Ibérica em Portugal. Destaca-se o relativo distanciamento dos eruditos portugueses da época de Dom Sebastião face ao tubalismo, e também da obra de Annio de Viterbo, como se constata por meio nos textos de Gaspar de Barreiros e Andrés de Resende. Este último, por outro lado, foi um entusiasta da relação dos portugueses com Luso, vínculo que foi igualmente aproveitado por Camões. A análise das fontes demonstra que quanto mais se aproximava a União Ibérica, mais os lusitanos refletiam sobre o tubalismo e suas implicações para a história portuguesa.

A união das Coroas fortaleceu as relações políticas entre Portugal e Castela, ensejando reflexões sobre o passado do vínculo entre os territórios ibéricos. Lembremos que o chamado “efeito Annio”, antes de 1580, foi mais acentuado do lado de lá da Estremadura, simultaneamente acompanhado de um “efeito Ocampo”, que destacou sobremaneira os primórdios da Espanha sob o reinado do neto de Noé.⁴⁹⁹

Conforme discutimos, o tubalismo possui um componente articulatório, já que reputa ao neto de Noé o estatuto de primeiro governante e povoador de todo o conjunto ibérico. A análise das fontes demonstra a relevância para a erudição ibérica em determinar qual população descenderia diretamente de Tubal, evento que ajudaria a caracterizar a posição de um território no conjunto da Monarquia Hispânica. Esse elemento articulatório não é necessariamente unitário: Viladamor na Catalunha, ou Vieira no contexto dos Bragança, demonstram um uso da figura do neto de Noé francamente particularista.

De qualquer maneira, a união das Coroas gerou o vínculo dos reinos em um conjunto, sob mesmo monarca. Então, esses liames também foram observados retrospectivamente. Chega-se a Tubal, um personagem que poderia responder, desde o

⁴⁹⁹ Na *Historia General*, há um espaço relevante para o rei Beto ou Turdetano, articulando o neto de Noé (que teria aportado na Andaluzia) com esse soberano vinculado, sobremaneira com a Bética.

passado, acerca dos termos dessa união. Para um território que acabara de perder seu rei próprio, os vínculos entre os reinos ibéricos se tornaram um problema premente. Assim, após a morte de Dom Sebastião, os portugueses dedicaram um espaço mais amplo para refletir sobre o tema e acabaram, muitas vezes, por incorporá-lo à história de sua pátria, como o fizeram Fernando Oliveira, Bernardo de Brito e Antônio Vieira.

CAPÍTULO 3 - O TUBALISMO DO OUTRO LADO DO OCEANO: CONEXÕES IBÉRICAS

Esse capítulo tratará de autores que desenvolveram o tubalismo desde as possessões ultramar americanas da Monarquia Hispânica. Como nos lembra Gruzinski, a mundialização ibérica possui um substrato planetário.⁵⁰⁰ Então, se colocam para os europeus dúvidas e questões acerca de sua relação com o *orbe* terrestre, habitado por gente muito diferente. Como se conectariam esses mundos?⁵⁰¹

A princípio, as Américas causam uma certa “estupefação” nos europeus, mas logo problemas políticos, relacionados a seus interesses expansionistas, emergem: como governar aqueles territórios? Como gerir as almas dos chamados “gentios”? De onde vieram esses nativos? Como eles se relacionam com a história e as escrituras sagradas?⁵⁰² Desde uma perspectiva outra, os indígenas indagam: quem seriam aqueles homens chegados em navios? Qual seria sua condição? Enquanto os europeus se perguntam acerca do estatuto da alma do nativo, os indígenas, se questionavam se seus corpos estavam ou não sujeitos à putrefação.⁵⁰³ Tratamos as possessões ultramar ibéricas como zonas de contato, ou seja, espaços onde culturas muito diferentes se encontram, chocam e se entrelaçam, mesmo que em relação assimétrica, haja vista os processos de dominação empreendidos pelos europeus.⁵⁰⁴

Tanto a Monarquia Hispânica quanto a Lusitana podem ser chamadas policêntricas, isto é, compostas por redes complexas cuja relação entre as partes se dava

⁵⁰⁰ GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo. *História de uma mundialização*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Edusp, 2014. (p.158).

⁵⁰¹ Ibidem. (p.157).

⁵⁰² Acerca desse problema, afirma Marcocci: “An obsession with origins has often dominated historical studies. Rarely has this idol proved more attractive than in the aftermath of the discovery of the New World. Where did its inhabitants spring from? Why did the Bible not say a single word about millions of people who had been living in a continent hitherto unknown to Europeans? With all their religious implications, these questions undermined conventional ideas about humanity’s common past. Sometimes, they encouraged Renaissance authors to reconstruct genealogies that allowed them to include the ‘Indians’—as the indigenous peoples of the Americas were collectively named by the Europeans at the time—in world history”. MARCOCCI, Giuseppe. *The Globe on Paper: Writing Histories of the World in Renaissance Europe and the Americas*. Oxford University Press, 2020. (p. 17).

⁵⁰³ LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça & História” in *Antropologia estrutural dois*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993. (p.334).

⁵⁰⁴ PRATT, Mary Louise. “Arts of the contact zone”. *Profession*, New York: Modern Language Association. 33-40, 1991 & PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999. (p.27).

de maneira dinâmica e capilar. Desse modo, veremos uma intensa movimentação de pessoas, ideias e objetos que viajam pelo Atlântico. Inclusive, a maior parte das fontes utilizadas se refere ao período da União Ibérica, potencializando a circulação de humanos e não-humanos no espaço atlântico.

Aqui estudaremos um discurso sobre a primordialidade da língua basca de um autor e pintor guipuscoano radicado no México e seus interlocutores: Hernando Ojea, um galego e Arias de Villalobos, um estremenho. Seguiremos com um descendente da nobreza andina que escreveu uma extensa e ilustrada carta destinada a Felipe III, mas que nunca chegou às mãos do monarca. Logo, um navegador galego que teve muitos problemas com a inquisição e, finalmente, outro estremenho que explorou a bacia do Prata. Um assunto os une: todos escrevem sobre o personagem principal de nossa tese, Tubal. Como problema relevante para a nossa análise, lembramos a relevante questão colocada por Sérgio Buarque de Holanda no prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*, que diz respeito à circulação de ideias entre a América e Europa: “(...) como essas ideias se movem no espaço, há de acontecer que também viajem no tempo, e porventura mais depressa do que os suportes, passando a reagir sobre condições diferentes que venham a encontrar ao longo do caminho”.⁵⁰⁵ Seguiremos algumas das ideias e veremos como elas se transformaram ao entrar em contato com o ambiente extra-europeu.

3.1 Baltasar de Echave: “À pátria, o pincel e a pluma o artífice dedicou por igual”

O pintor Baltasar de Echave Orio, nascido em Zumaya (Guipúzcoa) em 1548, chega ao México, por volta de 1573, aonde vai se estabelecer e construir uma carreira consistente no domínio da arte sacra.⁵⁰⁶ Esta temática predominou na arte pictórica da Nova Espanha, de modo que o guipuscoano foi considerado “o fundador da escola mexicana de pintura”,⁵⁰⁷ deixando um legado de mais duas gerações, sendo seu filho Baltasar Echave Ibía e, seu neto, Baltasar Echave Rioja proeminentes artistas.

⁵⁰⁵ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. (p. XIX)

⁵⁰⁶ MADARIAGA, Luis de. *Echave Orio, Baltasar de*. Enciclopédia Auñamendi [en línea], 2023.

⁵⁰⁷ GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia. das Letras, 2006. (p. 160).

Echave Orio chega a um México sob forte influência dos prelados jesuítas e, sobretudo, dos dominicanos no contexto pós-tridentino.⁵⁰⁸ Sucedendo o franciscano Zumárraga, o segundo arcebispo da Cidade do México, Alonso de Montúfar (no cargo a partir de 1554) e o terceiro arcebispo, Pedro Moya de Contreras (que também foi vice-rei interino), eram ligados a ordem dos pregadores. Os dominicanos ajudaram a construir uma “nova política da imagem”, promovendo um giro em direção à valorização de uma iconografia milagrosa e taumatúrgica. É nesse momento que ganha força o culto à virgem de Guadalupe na colina de Tepeyac, onde outrora os indígenas rendiam homenagem às divindades Tonantzin.⁵⁰⁹ No interior dessa empreitada imagética católica pós Concílio de Trento, a pintura maneirista ocupará um lugar de destaque, havendo uma relação intrínseca entre os vice-reis, a igreja e os pintores.⁵¹⁰

Além de pintor, Echave escreveu a obra *Discursos de la antigüedad de la lengua cántabra bascongada, compuestos por Balthasar de Echave, natural de la Villa de Çumaya en la Provincia de Guipúzcoa y vezino de México*, publicada na Cidade do México (1607), dedicada ao conde de Lemos de Monforte, Pedro Fernández de Castro, um galego, que ocupava a presidência do Conselho das Índias⁵¹¹. O texto em questão nos interessa, pois o autor se insere diretamente no debate tubalista e sobre a originalidade da língua basca. Veremos como dialoga com essa tese a partir da Nova Espanha, entendida aqui como uma *zona de contato*, rico em trocas culturais, seja entre peninsulares que ali se avizinham, seja em sua relação com as culturas nativas mesoamericanas. Esse espaço, permeado por encontros, caracterizado por Gruzinski da seguinte maneira: “ (...) não é nem um morno fim de mundo nem uma periferia do Ocidente petrificada na sua

⁵⁰⁸ *Ibidem* (pp. 138-140).

⁵⁰⁹ *Ibidem* (pp. 141-144).

⁵¹⁰ *Ibidem*. (p. 145).

⁵¹¹ A dedicatória se inicia da seguinte maneira: “Que mucho que teniendo a V.E por fruto precioso descendiente, de aquellos famosos barones, que ahora mil seiscientos y treinta años envió el reino de Galicia a la defensa de Cantabria: donde con notables hazañas mostraron el valor e invencible ánimo al más poderoso emperador de los romanos, haya querido la *lengua bascongada*, en estos nuestros tiempos ampararse y abrigarse debajo de la sombra del antiquísimo y real escudo de V.E. Confiada de que no hará menos por la Anciana madre, ahora el Progenitor excelente que los antiguos pasados hicieron hijos de ella”. Desse modo, já na dedicatória procura vincular os galegos aos bascos “cântabros” cuja aliança gerou uma defesa conjunta contra Otávio Augusto. ECHAVE, Balthasar de. *Discursos de la antigüedad de la lengua cántabra bascongada, cõpuestos por Balthasar de Echave, (...)*. En Mexico, en la emprenta de Henrrico Martinez, 1607.

derrota, mas uma metrópole opulenta que permuta e comunica com as outras partes do planeta”.⁵¹²

Nas primeiras páginas do *Discurso*, vemos um retrato de Baltasar, segurando em sua mão direita uma pluma e um pincel. Em volta dessa imagem, está o lema: “*Patriæ et penicillum et calamum, utroque æque artifex dedicavit*”: “À pátria, o pincel e a pluma o artífice dedicou por igual”. Como nos recorda Bouza, a pintura e a retratística conviveram com a palavra escrita na Idade Moderna como meios eficazes de transmissão da cultura, construção de autoridade e poder: “(...) *en la práctica, oír, ver y ler se complementaban a la hora de crear, incluso, formas de mentalidade colectiva*”.⁵¹³ Sendo assim, o guipuscoano atuou em duas áreas prestigiosas no processo de comunicação cultural de sua época, utilizando o supracitado lema como distintivo. [fig. 13]

O discurso do pintor-autor segue uma forma alegórica: a língua basca se dirige ao leitor com o intuito de demonstrar sua “universalidade e naturalidade” originárias na Península Ibérica. Nas palavras de Echave, não é possível realizar o estudo das antiguidades sob a condição de: “(...) *saber y entender el primitivo language de cada tierra, sea cual fuere, bárbaro y corto, o elegante y copioso: esto deben procurar los escritores, diligentes y curiosos, antes que escriban ni trataen de antiguidades, (...)*”⁵¹⁴ Sendo assim, o conhecimento do Euskera é condição *sine qua non* para tratar das antiguidades ibéricas, sendo essa língua “*madre de toda España*”, como já o afirmaram Garibay e Poza.

O argumento linguístico soma-se de ao tubalismo, sendo a língua a matriz principal e vertebradora do *Discurso*. Fala a língua basca em primeira pessoa: “(...) *nací con las demás Hermanas; en aquél campo de Senaar (...) donde fui elegida del Patriarca Tubal y su familia, (...), y me pusieron nombre Gueuzera, que quiere decir lo mismo que en romance a lo nuestro, o a nuestro modo*”.⁵¹⁵ Assim, atribui a etimologia da palavra

⁵¹² GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo. *História de uma mundialização*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Edusp, 2014. (p.52).

⁵¹³ BOUZA, Fernando. Del escribano a la biblioteca. *La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna* (siglos XV-XVII). Madrid: Akal, 2018. (p.31).

⁵¹⁴ ECHAVE, Baltasar de. *Op. Cit.* (p. 3).

⁵¹⁵ *Ibidem.* (p.7)

Euskera a *gueuzera*, por meio da junção dos morfemas *gu[re]* (nós/nosso) e *era* (modo).⁵¹⁶ Assim como Garibay, também relaciona topônimos armênios com as montanhas bascas, com no caso do monte Gorbea, originado de *Gordeya*, vocábulo referente ao monte Ararat (que teria formado também “Aralar”, cadeia montanhosa navarra).

De acordo com o saber onomástico de sua época, lança mão da demonstração etimológica dos topônimos ibéricos com o intuito de provar sua tese principal. Os reis primitivos (Tubal, Ibero, Iubalda, Brigo, Tago e Beto), teriam nomeado as principais povoações hispânicas a partir da língua basca, principal legado deixado pelo neto de Noé. Curioso notar que a primeira povoação peninsular não teria sido nas montanhas bascas (aqui também compreendidas como Cantábria), mas sim na Catalunha, em Colibre. Esse argumento coincide com o empregado na Crônica de Alfonso X. como pode ser verificado no primeiro capítulo da Tese. A língua basca, narradora, afirma:

*Llegados a cabo de muchos días a la costa de la deseada España, en aquellas partes que por las marinas de Levante se junta con Francia, y habiendo desembarcado, tomamos asiento, para principio de nuestra dichosa población, donde ahora se llaman Colibre en Catalonia, a quien le puse nombre Ulibarri o Erriberri, que quiere decir tierra nueva, como era sí por entonces; (...).*⁵¹⁷

A primeira povoação teria seu nome originado dos morfemas *Herri* (terra) e *Berri* (novo/a), derivados da língua de Tubal. Depois de ter aportado na Catalunha (estando de acordo, nesse ponto, não apenas com a crônica de Alfonso X, mas também, com Beuter), o neto de Noé e seus familiares teriam seguido, logo após, para as montanhas cântabras: “*donde con más comodidad hicimos nuestro asiento*”.⁵¹⁸

Um dos primeiros topônimos que Echave examina é “Ebro”. Vimos a importância do rio (e de seu nome) na constituição do tubalismo desde Isidoro até Garibay, sendo um dos principais referenciais na constituição da ideia de Cantábria para este último. O vocábulo teria origem no morfema *bero* (quente), por isso foi chamado *ubero* ou ainda “yvaibero” (*ibaibero*), literalmente, rio quente.⁵¹⁹ A partir de *ubero* formou-se *ibero*, somado ao afixo *hiria* (cidade), que passaria a nomear “toda España” (Iberia).

⁵¹⁶ Os morfemas apontados por Echave ainda hoje existem na língua basca, apenas com modificações gráficas.

⁵¹⁷ ECHAVE, Baltasar de. *Op. Cit.* (fol.8).

⁵¹⁸ *Idem.*

⁵¹⁹ *Ibidem* (fol.19).

Adiante, discorre sobre o termo *celtibero*. Nesse sentido, primeiramente, aponta a etimologia de Zaragoza, cidade aragonesa às margens do Ebro: seria a junção de *zaldi* (cavalo) e *ibar* (vale), formando o termo Zaldibar e logo Zaragoza. Esses mesmos morfemas teriam originado celtiberia ou “caltibayria” (aglutinando-se com o sufixo *hiria*, ou seja, “pueblo en valle de caballos”). Outrora, Jiménez de Rada havia atribuído a etimologia de celtibéria ao latim, a partir de *cetubal* (companhia de Tubal). Por sua vez, Echave, afirma que o vocábulo nada tem a ver com a junção dos vocábulos “celta e bero”⁵²⁰. Assim, estabelece a primazia do *Euskera* como língua primordial e autóctone, desvinculando o termo Ibéria de populações consideradas exógenas.

Considerando que o *Euskera* era nomeado no título do Discurso como *lengua cántabra vascongada*, ao analisar o termo Cantábria diz que se originaria dos morfemas *canta* e *hiria*, transformando-se em Canta Uria: “(...) *que quiere decir ciudad o pueblo del canto*”⁵²¹ que, inicialmente, seria uma povoação próxima a Logroño (La Rioja) e logo passou a denominar toda a região cántabra. Echave afirma que o sufixo “-bria” nada tem a ver com Brigo, o quarto rei primitivo da Espanha (apesar de reconhecê-lo como tal, o autor afirma que o nome “Brigo” não provem da língua basca). A partir de sua posição respeito ao vocábulo, repreende conjuntamente Florián Ocampo e Garibay:

*(...) ser así em mi lenguaje el nombre de las grandes poblaciones (puesto que no se hallase otra ninguna con tal pronunciación, en todo lo que se habla en mi lengua en su pureza antigua) y de esta opinión fue Florián do Campo, con que se contradice la suya, que es que la lengua vascongada no fue universal en toda España, y conservando el mismo Briga es vascuence, está claro que fue universal, pues en toda ella hay ciudades y poblaciones de Briga en su final, como está dicho: y en realidad de verdad, él y ello se engañaron; y también los escritores, y con ellos nuestro hijo Esteban de Garibay, que no ha tenido curiosidad de escudriñar y sacar a luz, esta y otras muchas cosas que pudiera haber sacado, si me preciaba como fuera razón, y quisiera informase de mí, entendiéndome como debía hacerlo: porque aunque le crié a mis pechos, con otras cosas a que aspiraba, a su parecer mayores, no curó de mi ni de mis causas con el cumplimiento que era razón, ni como yo d'él esperaba.*⁵²²

⁵²⁰ *Ibidem* (fol. 21).

⁵²¹ ECHAVE, Baltasar de. *Op. Cit.* (fol. 23). A palavra “canto” (do verbo cantar) existe no *Euskera* de maneira semelhante à forma latina: *kantu*, modernamente.

⁵²² *Ibidem.* (fol. 25).

Como vimos no capítulo precedente, Ocampo negava ser o *Euskera* a língua primeira e geral ibérica, sendo assim, Echave argumenta contra o cronista de Carlos V. Por outro lado, língua basca por metonímia também se dirige a Garibay. A princípio com um ar respeitoso, repreende-o de maneira veemente por não ter se aplicado tanto quanto conseguiria na pesquisa dos topônimos ibéricos, já que não encontrou tantos topônimos baseados na *lengua cantabra* como poderia. Consequentemente, Echave coloca-se no lugar de verdadeiro investigador etimológico, que presta a devida (e correta) interpretação dos morfemas com base euskérica. Nesse sentido, o pintor radicado no México prossegue seu argumento, encontrando no nome *Betica* um morfema basco:

*(...) em la ribera del río Gualdaquivir, qua antiguamente se llamó Betica, y Betica la Provincia que riega, no tanto por el rey Beto que parece que le da nombre, cunato por ser muy apropiada para ganados de vacas, de que siempre fue abundante, como el mismo nombre en mi lenguaje da bien a entender.*⁵²³

A relação entre *Betica* e o rei Beto (ou Turdetano) era bastante recorrente e é citada na crônica de Ocampo (que prefere o termo Turdetânia, usado por Estrabão), por exemplo. A região da Andalúcia era conhecida por ser propícia à criação de gado e vacas, elemento presente desde a poética antiga. Por isso, o termo *Bética* proviria de *Behia*, “vaca”.⁵²⁴ Interessante notar que o próprio Ocampo dizia que o nome *Bética* não teria origem em Beto (considerando que prefere o vocábulo Turdetano), mas do caldeu *Behin* (terra fértil). Além desse nome, Echave cita outros topônimos andaluzes com proveniência euskérica (Ilíberis; Écija e Beturia, por exemplo).

Pela Espanha, em todas as direções, se distribuem topônimos vindos do basco como Tarazona (*iturriasko*) que teria sua origem nos morfemas *iturri* (fonte) e *asko* (muito), “muitas fontes”. Já a origem de “Numancia” remontaria a Umancia, ou seja, do basco *urmael* (lagoa). Também Asturias, proviria de Aiztura, ou seja, “haitzura”: *haitz* (penhasco) e *ur* (água) significando “*río penãscoso*”. A cidade de Braga, chamada pelos romanos de “Bracarra” se originara em Bacarra, a partir da raiz *Bakar/ra*, “única o solitária”. Uma análise das referências nas crônicas dos séculos XVI & XVII, nos mostram que essas escolhas não foram casuais: Numancia, por exemplo, era um reduto

⁵²³ *Ibidem.* (fol. 34).

⁵²⁴ *Ibidem.* (fol. 34).

que ficou conhecido por uma heroica resistência aos romanos.⁵²⁵ Astúrias era um reino intrinsecamente ligado à Reconquista e à chamada “região cântabra”.

As vilas andaluzas servem a Echave para provar a universalidade do Euskera na Península antes da entrada de gente “advenediza” no território, a exceção da zona bascófona, tida como impoluta de misturas exógenas. Braga disputava com Toledo o título de “primaz das Espanhas”. No entanto, uma das regiões mais privilegiadas nas investigações toponímicas do pintor foi a Galícia, uma vez que o vocábulo “Galícia” teria relações possíveis com raízes euskéricas:

*(...) dende antes que los Galos y Griegos vinieran a España, de quien dicen algunos le surtió el nombre Galizia, que hoy tiene, por que Galaçia, es semilla de trigo. Galeçea trigo húmedo, Galarçia, lugar de robles o bornes, de que hay más abundancia que de trigo: a este modo tiene otros sentidos, cuya pronunciación y ortografía, es inteligible a solos los vascongados.*⁵²⁶

Dessa maneira, o nome se relacionaria com o morfema basco *galazi* (semente de trigo); ou com a expressão *gari hetzea* (trigo úmido); ou ainda com *haritz/a* (o carvalho). Prosseguindo com os exemplos, a cidade de Iria Flavia, onde o corpo de São Tiago teria aportado originalmente (antes de ser levado a Compostela), conteria o termo *hiria* (cidade).⁵²⁷ A cidade de Vigo teria sua etimologia baseada em *Biko*, que seria composto a partir dos morfemas *bi* (dois) + *-ko* (sufixo genitivo do Euskera), significando “de dois”. Sarria que “guarda con mucha fidelidad su antiguo nombre” proviria de *sarri* (espesso). A ilha de Arosa, teria sua origem nos vocábulos *haitz* (penhasco) e *hotz* (frio) e os exemplo seguem. Um de seus principais interlocutores de Echave no México foi, exatamente um frade galego: Hernando Ojea, que redige a apresentação dos Discursos, da qual nos ocuparemos a seguir.

⁵²⁵ Resistência plasmada em La Numancia de Cervantes. Cf. WULFF, Fernando. *Las esencias patrias: historiografía e historia antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Crítica, 2003. (pp. 14 & 15).

⁵²⁶ ECHAVE, Baltasar de. *Op. Cit.* (fol. 35).

⁵²⁷ “Compostela es la ciudad llamada Santiago, donde esta su santo cuerpo, es cabeza del arzobispado, la cual silla se trasladó de Iria Flavia, cerca del Padrón a donde aportó el cuerpo del Santo Apóstol con sus discípulos, cuando venían por la mar” MARIETA, Juan de. *Historia Ecclesiastica de todos los santos, de España: (...)*. [Tratado, De Las Fundaciones de la Ciudades y Villas principales de España, donde se resume todo lo contenido en las quatro partes, con otras cosas muy curiosas]. En Cuenca, Pedro del Valle impressor, 1576. (fol. 19).

3.2 Hernando de Ojea: a Galícia, Tubal e Comero Galo.

Nascido por volta de 1543 em Ourense e morto em 1615 em Madrid, o frade dominicano Hernando de Ojea se traslada ao México na década de 1580.⁵²⁸ Passa boa parte de sua vida na Nova Espanha, a não ser pelo triênio (1601-1603) e, ao final de sua vida (1614-1615), quando retorna à Península. Durante sua estada no México, trabalhou como missionário junto aos indígenas, chegando, inclusive, a dominar o nahuatl.⁵²⁹

No México, trabalhou nas seguintes obras: *La venida de Cristo y su vida y milagros en que se concuerdan los dos testamentos divinos, Viejo y Nuevo* publicada em 1602 (Medina del Campo) e *Historia del glorioso apostol Santiago, patrón de España, de su venida a ella, y de las grandezas de su Iglesia y orden militar* (Madrid, 1614). Além desses textos, destacou-se pela elaboração de um detalhado mapa da Galícia (*Descipción del Reino de Galicia*, 1603) dedicado ao Conde de Lemos, incluída no *Theatrum* de Ortelius. Um de seus escritos mais relevantes para nós, é a apresentação do livro de Echave, incluída como preâmbulo ao *Discurso* (1607). Em diversas ocasiões - inclusive nessa apresentação - o frade galego afirmou estar redigindo uma História da Galícia e em uma Descrição do Reino. Sua História nunca chegou a ser publicada, permanecendo apenas seus rascunhos.⁵³⁰ Em contrapartida, uma versão de sua descrição foi estampada junto ao referido mapa de Ortelius. Não obstante, cabe salientar que havia trabalhado em outra versão diferente e mais detalhada desse último texto, cujo manuscrito está foi transcrito por Fernando Bouza.⁵³¹ Na referida apresentação, o frade galego aceita e endossa a principal tese do guipuscoano:

(...) V.M [Echave] me dio noticia de la inteligencia y significación de muchos nombres de pueblos, montes, ríos y valles, así de Galicia como de todas las otras Provincias de España, que todos ellos se hallan en la lengua Cántabra, y en ella tienen su propia significación. Por lo cual vine a entender claramente que en toda ella se habló a principios de su población, la misma lengua que se habla ahora en la Cantabria.⁵³²

⁵²⁸ BOUZA, Fernando. “Dar Galicia y el gallego a la imprenta. As Galegadas y A História de Galicia de Lobarriñas Feijoo, la Verdadera Descripción de Ojea y algunas iniciativas historiográficas de la primera mitad del siglo XVII”. *Ohm: Obradoiro de Historia Moderna*, n. 18, 2009. (p.15).

⁵²⁹ CABANO VÁZQUEZ, José Ignacio. Frei Hernando Ojea (1543-1615), un libro sobre Santiago escrito en Nova España por un galego. *Estudios migratorios*, n. 5, p. 201-222, 1998. (p.205).

⁵³⁰ *Ibidem*. (p.201).

⁵³¹ BOUZA, Fernando, 2009 (pp. 39-45).

⁵³² DE OJEA, Hernando in DE ECHAVE, Baltasar. *Op. Cit.* [Apresentação].

Uma vez mais a toponímia é um ponto estrutural na defesa desse argumento. Sendo assim, endossa que o Euskera fora a língua falada universalmente na Península Ibérica, inclusive na Galícia. Segue sua exposição, realizando uma comparação bastante interessante entre os topônimos nativos e aqueles trazidos pelos espanhóis para a América:

*(...) como lo experimentamos en las infinitas Provincias indias las cuales conservan todavía con poca variación sus nombres antiguos, porque aunque a muchas de ellas pusimos nosotros nuevos nombres a lo español, estos se han olvidado y caído o son poco usados, y han prevalecido y prevalecen los antiguos de los indios, aún después de muertos todos ellos en muchas partes. Como se verifica en la isla de Cuba, que los españoles llamaron a principio Fernandina, en los de la Habana, Bayamo, Jamayca, Yucatán, Campeche, Mechoacán, Tezcuco, Tlaxcala, Choula, (...).*⁵³³

Desse modo, o frade dominicano afirma que os nomes dados pelos espanhóis nos domínios americanas não tiveram o efeito desejado, pois permaneceram as designações indígenas de outrora, mais antigas e, portanto, dotadas de uma maior potência para persistir no tempo. Então, há uma aproximação de um indigenato ameríndio e de um indigenato ibérico, basco-cântabro: a força da origem sobressai face às culturas exógenas, o que se expressaria na toponímia. Por um lado, reforça-se a tese de que os territórios bascófonos nunca foram conquistados e, permaneceram obstinados na conservação de uma língua e de uma linhagem propriamente hispânicas.

O texto não-publicado da *Verdadeira Descrição do Reino da Galícia* de Ojea traz elementos que dialogam com o Discurso de Echave e com sua apresentação. Nessa descrição, o dominicano reforça a tese da língua basca como primordial na Espanha e enfatiza sua presença na Galícia. Todos os exemplos toponímicos mobilizados por ele são citados por Echave, uma vez que que Ojea atribui a recepção dessa teoria pelo guipuscoano, evidenciando a viva interlocução entre os dois autores radicados no México:

Y la lengua que hablaron los primeros pobladores fue la cántabra como sienten algunos de la qual perserveran todavía algunos vocablos en la tierra, como son Aroça, que quiere dezir Carpintero, piedra o peña fría. Yria, ciudad o villa. Avia, nido. Arzúa, Salcedo y lugar de osos. Sarria,

⁵³³Idem.

*espesura. Daura es agua [do Basco ur]. Viana, dedos [do Basco behatz(ak)], y assí otros ynfinitos*⁵³⁴

Apesar da concordância com Echave quanto à questão das origens linguísticas, nesse manuscrito, o dominicano expressa uma opinião diversa em relação ao povoamento ibérico. A relação entre tubalismo e o *Euskera*, como língua originária, era indissociável para os eruditos bascos dessa época. A despeito disso, o galego opera uma ruptura entre tubalismo e primordialidade da língua basca na Península

*Sus primeros pobladores fueron después del diluvio como dize el autor del Cronicon mundi estampado aetate 2. in Jafet fol. 16. Alfonsus a Cartagena hist. Hisp. c. 3. et alij Gomer primogénito de Jafet y nieto de Noé Genes. 10. a quien Beroso lib. 5 antiq. llama Comero Galo, y una buena compañía de gente que consigo truxo con la qual pobló en ella al mismo tiempo que Túbal [pobló, tachado] su hermano en otras partes de España que fue el año 143 después del diluvio y el mismo Comero fue su primero Rey. Esta población aumentó después su abuelo Noé con otras gentes que consigo truxo quando vino a visitar a sus nietos y fundó de nuevo algunos lugares y entre ellos la villa de Noya que oy permanece, la qual llamó assí en memoria de una nieta suya deste nombre.*⁵³⁵

Desse modo, procura conciliar o povoamento entre irmãos (netos de Noé, filhos de Jafé): Tubal e Comero Galo (exclusivo povoador da Galícia). A respeito desse último personagem cita como autoridade “Beroso” (como sabemos, conhecido por meio de Viterbo). Este e outros cronistas medievais (Alonso de Catagena, por exemplo) vinculam Galo ao genesíaco Gomer e ao povo gaulês. Essa referência não passou despercebida pela cronística moderna, no entanto, esse vínculo era, sobremaneira, atribuído aos gauleses, propriamente, especialmente aos toscanos.⁵³⁶ Utilizando-se desse personagem,

⁵³⁴DE OJEA, Hernando [Verdadera descripción del Reyno de Galicia] [1603-1604]. Berkeley, University of California, Bancroft Library, Fernán Núñez Collection, Mss/196, fols. 39r-42r. [fol. 39r.] *apud* BOUZA, Fernando, 2009. (p.41).

⁵³⁵ *Ibidem.* (p.38).

⁵³⁶ Por exemplo, anos antes Juan de Pineda escreve em sua *Monarquia Eclesiástica*: “(...) *entró Comero Galo em el reyno de la Toscana en Italia después de haber tenido aquel señorío Noé treinta y tres años: sino que como la necesidad de enviar pobladores por el mundo fuese muy grande, tornose Noé a tierra de Armenia, y renunció a Italia en su nieto Comero que es al que Moises llama Gomer, y le hace primogénito de Japhet, (...). El sobrenombre de Galo que damos a Comero puede tener varias orígenes, y consecuentemente varias significaciones: porque (como Xenofonte y San Jerónimo y Cesar Escaligero dicen) Noé se llamó Galo (...): mas en la lengua griega Galo significa blanco, y de aquí llamamos galaxia al camino de Santiago en el cielo, porque blanquea: (...); y en la lengua Celtica o Francesa significa la gente de aquella tierra, y viene de Galate Hijo de Hercules, (...)*”. PINEDA, Juan. *Los treynta libros de la Monarchia Ecclesiastica, o Historia universal del mundo divididas in cinco tomos*. Salamanca, en casa de Juan Fernández, 1588. (fol. 104). A história da passagem de Noé [Jano] pela Itália é recorrente também nos debates sobre antiguidades, junta-se a isso sua passagem pela Espanha (visitando Tubal) e a fundação da vila de Noya na Galícia, como salienta Ojea. Por outro lado, aqui já se vislumbra a passagem de um

Ojea não consente que os galegos tenham a mesma origem dos demais hispânicos, em Tubal e propõe este outro como patriarca de sua terra natal. Dessa maneira, atribui-lhes uma origem diversa, tão antiga e gloriosa quanto a de Tubal, criando uma tese de autoctonia singular para esse povo (mesmo que os conecte indiretamente a povos de origem céltica). Devemos pensar nas estratégias discursivas do frade galego. Ao mesmo tempo que engendra uma origem própria e autóctone para sua pátria, não renega a autoridade da cronística em torno da linhagem tubalina, preservando também, mesmo que parcialmente, a tese de seu colega Echave.

3.3 O combate entre uma coruja galega e um tordo biscainho

Apesar dessa relação amistosa entre o guipuscoano e Ojea, as relações entre bascos e galegos nem sempre se deram em um tom respeitoso e cordial. No início do século XVII, do outro lado do oceano, divulga-se um folheto anônimo intitulado *Historia del Búho galego con las demás aves de España* (c.1623) cuja circulação se fez sobretudo por meio de cópias manuscritas.⁵³⁷ Esse panfleto dotado de um tom notadamente satírico, retoma uma estrutura presente na literatura ocidental, dando voz a pássaros como na comédia *As Aves* de Aristófanes ou o poema medieval *Parlement of Foules* de Geoffrey Chaucer.

Na história do Búho galego, sob mediação de uma águia, reúnem-se diferentes pássaros em assembleia. Além da coruja galega [búho gallego], temos: um peneireiro navarro [*cernícalo navarro*]; um cuco aragonês; um milhafre catalão [*milano catalán*]; um merlo valenciano [*mirla valenciana*]; um pintassilgo português [*jilguero português*]; uma andorinha murciana [*golondrina murciana*]; um pavão andaluz [*pavo andaluz*]; um ganso castelhano, um sisão manchego [*sisón manchego*] e o tordo biscainho.

Comero Galo toscano para um Comero Galo galego: por meio da sequência de análises etimológicas, conecta-se o vocábulo galo à galáxia (via láctea), narrando o vínculo com o caminho de Santiago.

⁵³⁷ MAÑARICÚA y NUERE, Andrés E., *Historiografía de Vizcaya (desde Lope García de Salazar a Labayru)*, 2.ª edición. Bilbao, Biblioteca de la Gran Enciclopedia Vasca, 1974. (p.176). As datações aproximativas do Búho e logo de sua réplica, o *Tordo Vizcaíno* são fornecidas por Pablo Fernández Albaladejo em “Entre “godos” y “montañeses”: reflexiones sobre una primera identidad española” In *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007. (nota 1, p. 287 & 288).

A relação que mais nos interessa nessa reunião é a do *búho gallego* e o *tordo vizcaíno*, estudada em algumas obras já clássicas de Andrés de Mañaricua.⁵³⁸ Mas antes de prosseguirmos, é necessário falar acerca do provável autor da assembleia das aves: o Conde de Lemos, a quem fora dedicada o *Discurso* de Echave desde o México. Um dos indícios dessa atribuição está em uma réplica a essa obra, trata-se do também anônimo *El Tordo vizcaíno* (c.1639), como veremos adiante. Após o elogio inicial que o *Búho* faz à Galícia,⁵³⁹ o Tordo toma a palavra: seu nome é Juancho Garibay, cujo sobrenome evidencia a menção ao autor do *Compêndio Historial*. Então, esse pássaro ataca a coruja:

*—El buho, por ser ave nocturna, enemiga de la luz, de abominable pluma y traxe, y cuando no hubiera otra causa, no merece asiento en parte que las aves diurnas, de rico y cortesano traje, de suave y agradable vista, limpias y apacibles, que se sustentan de granos puros y publicamente festejan y acompañan a V. Magd., adornadas de lucidas galas con que más pregonan su grandeza, que tam[bién] se conoce en la que tienen sus súbditos, cosas todas de que carece el buho, criado en las montañas y cavernas de Galicia, tan tosco en su modo de orar que no tiene palabra bien sonante ni pensamiento que a cosa de valor aspire.*⁵⁴⁰

Segue a réplica do *Búho*, que vai atacar a estirpe do *Tordo*. Perfazendo uma resposta paródica tanto ao *tordo* Garibay, quanto ao cronista homônimo de Felipe II:

Habiendo precedido de su parte a cerimonia acostumbrada, empezó diciendo, puestos los ojos en el águila: —Marco Orologio, auctor antiquísimo italiano, que escribió de las provincias de Europa, de sus naturales, de sus habitantes, de sus derivaciones, en uno de sus libros, tratando de la España (L. 3, C. 17) dice estas palabras: Cuando los godos vinieron a España a ocuparla, traxeron consigo mucho número de esclavos judíos, que la mano vencedora de Tito y Vespasiano reservó de la muerte cuando destruyó a Jerusalén, a los cuales el mismo Tito dió el nombre que les convenía de vizcaínos, por imitadores de Caín,

⁵³⁸ MAÑARICÚA y NUERE, Andrés E., 1974 & MAÑARICÚA y NUERE, Andrés E. *Polémica sobre Vizcaya en el siglo XVII: El Buho gallego y El Tordo vizcaíno*. Bilbao, Biblioteca de la Gran Enciclopedia Vasca, 1976.

⁵³⁹ “Agora, pues, —dixo nuestro buho— si España, por ser la cabeza de la piel que significa Europa, es la mejor della, por la misma razón se sigue que Galicia, mi patria, es la mejor de España, por ser cabo y cabeza desta cabeza”. DE CASTRO, Pedro Fernández (conde de Lemos). *El búho gallego* [Introducción de Alfonso Mato] In *Gallegos*, nº 9. Compostela, 2010. (p.116). Cabe ressaltar que na literatura do chamado século de ouro autores como Góngora professaram uma imagem negativa e ridicularizadora, seja dos homens e mulheres galegos (inclusive em seu aspecto físico), seja da própria terra e do seu “céu encapotado”, como dizia o literato cordobês. Cf. TEIJEIRO FUENTES, Miguel Ángel. Galicia y los gallegos en la literatura española del Siglo de Oro In *Scriptura*, nº 11 pp. 203-246, 1996.

⁵⁴⁰ *El búho gallego*. *Op. Cit.* (p.115).

*que por invidia mató al justo Abel, su hermano, y ellos por ella al verdadero Abel, Cristo Nuestro Señor. A estos esclavos nombraron con este nombre los mismos godos, viniéndose sirviendo delios y para que les labrasen y beneficiasen las armas y otros pertrechos necesarios para la guerra.*⁵⁴¹

Em primeiro lugar, devemos salientar a tópica da citação de uma autoridade antiga, a princípio desconhecida à maneira de Annio Viterbo; Higuera e Bernardo de Brito: Marco Orologio.⁵⁴² Logo a coruja, com sua fina ironia, procura fazer um desmonte total dos argumentos de Esteban de Garibay e outros eruditos bascos. Os bascófonos (aqui chamados por antonomásia de biscainhos) não seriam os descendentes mais puros e nobres do patriarca Tubal, mas sim, uma linhagem de escravos judeus trazidos pelos godos. Inclusive, vincula-os a Caim, de onde proviria – por semelhança - a etimologia da palavra biscainhos. As marcas dessa relação com a lei mosaica da zona bascófona seria também evidenciada em topônimos guipuscoanos:

*Tuvieron muchos años la ley de Muisén, su mezquita, rabí y sacerdote, como lo testifican hoy día, no sin gran misterio de los cielos, los nombres de los pueblos donde tuvieron sus asientos, llamándose Amezquita el lugar de la mezquita y Aro el del sacerdote Aron, del nombre de aquel antiguo de su ley. Fuenterrabí, el de Rabí, (...).*⁵⁴³

Desse modo, o autor do *Búho* ofende diretamente os argumentos e intenções dos eruditos bascos: vinculando os topônimos guipuscoanos de Amezketa à palavra mesquita e Funterrabía a Rabi. Essas relações onomásticas seriam um indício de sua antiga relação com o judaísmo. Sempre considerando o tom irônico desse panfleto, tais asserções são consideradas um “sacrilégio” para os bascófonos, que tanto defendiam sua *limpeza de sangue* e fidalguias coletivas, por meio de textos de fundamento jurídico e histórico.

O tom jocoso certamente incomodou muitos os biscainhos: em meados do século XVII, publica-se um panfleto em resposta, *o Tordo vizcaíno*,⁵⁴⁴ cujo tom é muito menos

⁵⁴¹ El búho gallego. *Op. Cit.* (p.117).

⁵⁴² Segundo Justo Zaragoza, Marco Orologio se relacionaria com Paulo Orosio, autor da passagem do século IV ao V. Natural da Hispania romana, sua principal obra foi *Historiæ adversum Paganos*. Cf. ZARAGOZA, Justo. *Castellanos y vascongados: tratado breve de una disputa y diferencia que hubo entre dos amigos, el uno castellano de Búrgos, y el otro vascongado, en la villa de Potosí, reino del Perú*. Madrid: Imprenta a cargo de Vítor Saiz, 1876. (p. 246).

⁵⁴³ El búho gallego. *Op. Cit.* (p.117).

⁵⁴⁴ A autoria deste panfleto é bastante incerta, se atribuiu sua autoria a Garibay (segundo Mañaricua hipótese pouco provável, dado que o cronista faleceu em 1599); Fernando de Villaonga, um capitão de infantaria ou ainda do defensor da tese basco-cantabrista, o jesuíta Gabriel Henao autor de *Averiguaciones de las antigüedades de Cantabria, enderezadas principalmente a descubrir las de Guipuzcoa, Vizcaya y Alava*

bem humorado e se aproxima da cronística com citações de Esteban de Garibay e Poza. O panfleto de réplica põe em dúvida o anonimato do Búho e também a atribuição à autoridade de Marco Orologio:

*Dales el origen este caballero nocturno, de una ciudad de Palestina en tiempo de Tito Vespasiano que sujetó a Judea y la redujo em Provincia y un sueño fundado en Marco Orologio, con no sé que extensiones de godos y lengua cortada. Gentil disparate; ¿quién es este Orologio? Galleg? ¿En que biblioteca se halla? ¿En Monforte? ¡Oh blasfemo! O Truhán! ¡O padre de mentiras! ¡Oh búho y gallego esclavo de tu pasión é idiota de buenas letras!*⁵⁴⁵

O autor do Tordo despreza a *auctoritas* de Marco Orologio, acusando-o de mentiroso quanto a proveniência de cativos hebreus dos biscainhos. Desconfia que seja ele o próprio Conde de Lemos (evidenciado pela alusão a Monforte)⁵⁴⁶. Considerando o antissemitismo em voga, nessa réplica, a linhagem dos biscainhos jamais poderia ser reputada a hebreus, e menos a escravos. Desse modo, os naturais de Biscaia não provinham de cativos, em contrapartida, o autor do Búho era escravo de suas paixões. Dessa maneira, a resposta do Tordo é conforme a defesa da autoctonia dos chamados cántabros, limpos de sangue, fidalgos e descendentes do patriarca Tubal:

*Bien pudieron entablar su república con estas libertades y franquezas, como lo da a entender su fuero, como herederos primitivos de Tubal su padre y conservadores constantes de los que les dejó asentado. Y si entonces había derecho natural y se mantuvieron en él los vizcaínos, sin dar lugar al de las gentes y civil; en esta parte con razón les puede dar esta prerrogativa y con justicia obtiene esta grandeza. El derecho de las gentes y civil tenga en las provincias y partes conquistadas y no en Vizcaya jampas sujeta: en aquellas haya distinción de sangre; en esta siempre sea una en cuanto a la pureza, luego todos libres e hidalgos, (...).*⁵⁴⁷

Dessa maneira, concluímos aqui nossa análise da relação de bascos e galegos na América e na Península: ora amistosa como no caso de Echave e Ojea, ora conflituosa como no combate entre o Búho e o Tordo. Interessantemente, o autor da assembleia das aves é muito provavelmente o Conde de Lemos, a quem o pintor guipuscoano dedicara seu *Discurso* desde o México. Logo, se pode supor que o galego conhecia muito bem os

(Salamanca, 1689-91). Cf. Mañaricua Nuere, Andrés Eliseo de. El Tordo Vizcayno. Enciclopedia Auñamendi [en línea], 2023.

⁵⁴⁵ *El Tordo Vizcaíno : contestación al Buho Gallego*. Bilbao: Imprenta del Euscalduna, 1870 [c. 1639].

⁵⁴⁶ De acordo com Mañaricua, em um dos manuscritos do Búho (BNE – MS 1082) por ele consultados, há uma nota que atribui o texto ao Conde de Lemos. MAÑARICÚA y NUERE, Andrés E., 1974. (nota 318. P. 176).

⁵⁴⁷ El Tordo Vizcayno (...). *Op. Cit.* (p. 81 & 82).

argumentos dos eruditos bascos acerca de sua proveniência e sabia como provocá-los, fazendo-o por meio da sátira. Essa rede textual demonstra as pontes entre as diferentes partes da monarquia, em viva comunicação, nesse debate sobre o relato sobre a identidade hispânica.⁵⁴⁸ Agora, ainda em torno do *Discurso*, iremos dissertar acerca do vínculo entre Echave e o autor do panegírico que abre a obra, o estremenho Arias de Villalobos.

3.4 Arias de Villalobos: um rei biscainho em Tenochtitlán.

Na parte inicial do livro de Echave encontramos um poema laudatório, que introduz e dialoga com os principais temas abordados no texto do guipuscoano. Os versos foram escritos pelo presbítero Arias de Villalobos. Apesar da escassez de dados biográficos, sabemos que nasceu em *Jerez de los Caballeros* (Badajoz) em 1568, avizinhandose na Nova Espanha ao redor do ano de 1584, onde dirigiu um colégio para crianças indígenas.⁵⁴⁹ Sua mais famosa poesia se intitula *Canto intitulado Mercúrio* (1623), onde narra a saga fundacional da cidade do México seguida de uma exaltação do local.⁵⁵⁰ O texto de Villalobos, segundo Kohut, se relaciona grandemente com *Grandeza Mexicana* de Balbuena (1604). O presbítero foi um prestigiado poeta em sua época, sendo citado pelo próprio Gôngora em seu *Teatro das virtudes* (1680). A despeito de não ter entrado no cânone dos autores célebres do Século de Ouro, o editor da obra de Villalobos no século XX, Genaro García, chega a afirmar que ele fora: “*el poeta más celebrado en la Nueva España a fines del siglo XVI y principios del XVII*”.⁵⁵¹ Na segunda parte de sua obra, Villalobos comenta acerca das instituições e artífices na Nova Espanha, indicando sua fecundidade artística:

Celebra a los predicadores, artistas, poetas, músicos, arquitectos, pintores, mecenas y joyeros (octs. 202-206, pp.372 s). Celebra las escoleas para danza y para esgrima, los mesones, teatros, librerías,

⁵⁴⁸ Acerca disso, afirma Albaladejo: “E búho gallego como EL Tordo vizcaíno corresponden a un momento ya avanzado de ese debate, un momento en el que los godos, sin desaparecer del escenario, tropiezan ya con alguna resistencia en su pretensión de continuar monopolizando la versión fuerte del relato español.” FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Op. Cit.* (p.290).

⁵⁴⁹ KOHUT, Karl. Grandezas mexicanas. El "Canto intitulado Mercurio", de Arias de Villalobos in RODRÍGUEZ, Jimena & PÉREZ, Manuel (eds). *Amicitia Fecunda: estudios en homenaje a Claudia Parodi*. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana – Vervuert, 2015.

⁵⁵⁰ *Ibidem.* (p.50).

⁵⁵¹ *Ibidem* (p.32).

oficinas de pólvora, los mercados y negocios. Celebra a la inimaginable riqueza de la ciudad, que no es inferior a la metrópoli, cuyo privilegio solo consiste en estar más cerca al monarca (octs. 180-181, p.367 y n.1).⁵⁵²

Villalobos não exalta apenas o México em sua obra, mas também o faz em relação à língua basca nos versos, em estilo gongorista, incluídos como preâmbulo da obra de Echave. Eles não apenas introduzem aqui o tema da fidalguia nas províncias bascófonas, mas também, sintetizam de maneira precisa as concepções da cronística basca dos séculos XVI & XVII quanto a esse tema. Por esse motivo, reproduzimos o poema em sua integralidade [acompanhados por minhas marcações numéricas das estrofes]:

I – Nuestra española nación
Vestida toda a lo nuevo
De language y discreción
Sala a la vista de Febo
Pintada más que un pavón:
Y hoy, que el tiempo la despluma
De lo ajeno; dale en suma
Plumas CANTABRIA (sic.) la vieja;
Que si España es su corneja
No ha de quesdarse sin pluma.

II - Por que a otra Lengua no peche,
Desde su infancia más tierna
Le dio en manjar que aproveche
Su lengua propia materna;
Lengua, que mamó en la leche:
Mas cuando la rica Maya
Borda, mas su antigua saya
Con oro de cañutillo,
Tiene en la Lengua frenillo,
Y ale de cortar Vizcaya

III - No hay linaje en Gracia dei
De sangre más generosa;
Pues es por la lengua y Ley
Cristiana vieja ranciosa,
Y hidalga más, que el Rey,
Que en su antiguo pergamino
Vi escrito en VASCUENCE (sic.) fino
(si yo por testigo valgo)
Que no será el Rey hidalgo
Si no fuere vizcaíno.

⁵⁵² KOHUT, Karl. *Op. Cit.* (p.46).

IV- Bien puede ya el Español
Valiéndose por su pico
Tenerle de oro en crisol,
Pico nuevo, ilustre y rico,
Del solar de el mismo Sol.
Que en suelo y solar tan grave
Fundó el edificio y clave
Un hijo tan bien nacido
Que echó el suyo conocido
Dentro en la casa de Echave.

V - El es Pintor y es Autor
Y tan bien escribe y pinta
Que con estilo y color
Honra el pincel y la tinta
Y en ambos tiene primor
Y si lo que pinta vive,
Y lo que escribe revive.
Aunque en VASCUENCE y grutesco
Es por que hoy pinta al fresco
Y en mármol su nombre escribe.

O Euskera, intrinsecamente conectado à “Cantábria velha”, é alçado à categoria de mais antiga e nobre língua da Espanha. Na estrofe II destaca-se que o falante do basco possui “en la lengua frenillo y ale de cortar Vizcaya”. A utilização destes vocábulos e seu campo semântico são explicados no Tesoro:

Frenillo cierto impedimento con que nacen algunas criaturas, teniendo asidas las lenguas al paladar bajo con ciertos nervenzuelos, y esto les impide el hablar, cuando son de edad para ello, y a veces el mamar, desde que nacen, y el remediar este mal llaman cortar el frenillo.⁵⁵³

Essa relação do Basco como uma língua ininteligível (por isso ligada ao “frenillo”) de fala “fechada” era corrente, cujos exemplos se multiplicam na literatura do Século de Ouro. Desse modo, o poema estabelece que “Biscaia” (entendida aqui no sentido dos falantes do *Euskera*) há de cortar esse “frenillo”, indicando a possibilidade que o livro de Echave e seus compatriotas possuem de esclarecer a lógica dessa língua às demais comunidades ibéricas, por meio de seus textos.

A estrofe de número III, bastante conhecida, é a que carrega a mensagem mais direta, celebratória e estabelece relações entre a língua basca, uma genealogia cristã

⁵⁵³ TESORO, 1611. [*Frenillo*], fol. 413.

antiga, a nobreza (apoiada no estatuto jurídico) e a Monarquia. Vimos anteriormente como Andrés de Poza trabalha a questão da fidalguia coletiva territorial no Senhorio de Biscaia, aqui Villalobos repete a relação entre ascendência cristã-velha (*Cristiana vieja ranciosa*) das populações de fala basca com as leis territoriais daquelas províncias (Biscaia e Guipúscoa, especialmente) e a ideia do território como um *solar de hidalgos*. O poeta vai além, indicando que “no séra el rey Hidalgo si no fuere vizcaíno”: os reis Habsburgo ligar-se-iam com a linhagem autóctone de Túbal vinculada à zona bascófona. O rei seria, portanto, descendente desta geração e não de outra, como dos visigodos. Echave tratou muitos dos temas introduzidos por Villalobos em seu poema, e ainda precisamos trabalhar mais alguns desses conteúdos, dentre eles a relação entre linhagem, leis e costumes em dois excertos:

Veánse pues todas las historias que tratan de las Provincias de Europa; y hallaron que no ha habido ninguna, que en la antigüedad de estas Provincias de Cantabria, haya permanecido, con la continuación de la misma generación [de Túbal] de familias primeras que la poblaron, con la misma lengua, trajes y costumbres: y tan sin mezcla de supersticiones y errores de la gentilidad, y otros que en todas las partes del mundo se han introducido: que es un particularismo don entre otros, que nuestro Dios le ha querido hacer. (fol. 65). [...]. (...) como estas provincias sean muy limitadas en si, no han permitido mezclarse, en general ni particular, con gente o nación extraña, ni no limpia e hidalga, como hasta hoy se conservan con particulares pragmáticas y ordenanzas que tienen hechas y confirmadas por los Reyes de España.⁵⁵⁴

O autor localiza Biscaia e Guipúscoa (“Cantábria”) como as mais antigas províncias da Europa, antiguidade que chega até o presente, pois não houve variação de sua geração: conserva-se geração de Tubal em sua língua; trajes e costumes. Esse contínuo foi permitido pela obstinação em “permanecer puro”, sem misturas com nações “gentios”. Tal pureza seria expressão da vontade de Deus e uma especificidade dessa população.⁵⁵⁵ Em seguida, o guipuscoano ressalta as pragmáticas e ordenanças confirmadas pelos reis, que facultam essas populações permanecerem “limpas de sangue”, preservando seu tronco (estabelecendo uma relação de necessidade da existência dessas leis para a contínua preservação da autoctonia ibérica). Em relação aos costumes dos primeiros habitantes da Península, assentados nas montanhas bascas, diz:

⁵⁵⁴ ECHAVE, Baltasar. *Op. Cit.* (fols. 65 & 66).

⁵⁵⁵ Sobre o peso do catolicismo na construção de um ideal de identidade basca desde a Idade Moderna: LOUZA VILLAR, Joseba. El síndrome de Jerusalén. ¿Los vascos y la religión? In *El Peso de la Identidad: Mitos y Ritos de la Historia Vasca*. Madrid: Marcial Pons, Historia, 2015.

(...) las casas en que se albergaban, eran de poca defensa, cubiertas de **taxamaniles** o tablas delgadas de haya, con bien poca curiosidad labradas y puestas, aunque grandes: porque no tenían dentro más de dos repartimientos, el uno para ellos y el otro para sus cabras y animales domésticos, que no sufren mucho el rigor del grande invierno en el campo, por las contínuas aguas que caen. Llamase a la casa Ychia [itxia] que quiere decir cerrado, y ahora Echea [etxea], (...).⁵⁵⁶

Nesse excerto, o guipuscoano descreve o modo de habitação dos primeiros basco-ibéricos, os quais viviam em casas rurais junto a seus animais de criação. Interessantemente, nessa passagem, Echave descreve a estrutura rural basco-atlântica nos séculos XVI & XVII formada por porções de terras cultivadas, organizadas em torno a casas rústicas, conhecidas como *caseríos* (*etxe*). Promove, desse modo, um *continuum* entre o passado dos primeiros habitantes e o presente nos territórios bascófonos.

Cabe notar que nesse excerto há um vocábulo “intruso” digno de análise: *taxamaniles*. Esse substantivo é uma palavra de origem nauhatl, como assevera o vocabulário bilíngue de Alonso de Molina (1571), usado no sentido de “pequenas tábuas de madeira”,⁵⁵⁷ utilizadas para cobrir os referidos *caseríos*. De maneira inesperada, ao descrever a “pureza” de linhagem, língua e costumes “cântabros”, utiliza um vocabulário “exógeno”, derivado dos nativos da Nova Espanha.⁵⁵⁸

Desse modo, por mais que imaginasse a possibilidade de uma linhagem, línguas e costumes puros (cujos efeitos se sentem em seu discurso), o fato dessa obra ter sido escrita desde o México se faz notar na semântica do texto. Isso nos leva à reflexão do historiador Federico Navarrete Linares em *¿Quién conquistó México?*, onde nos convida a superar a dicotomia de “conquistadores” e “conquistados” nas sociedades coloniais americanas, especialmente no México:

La estrecha colaboración entre indígenas y españoles fue el origen efectivo de muchas realidades de nuestra sociedad y de nuestra cultura hasta el día de hoy. Por eso, en la actualidad la mayoría de nuestros pueblos tiene nombres que combinan la lengua náhuatl y el español.

⁵⁵⁶ ECHAVE, Baltasar de. *Op. Cit.* (fol. 15)

⁵⁵⁷ DE MOLINA, Alonso. *Vocabulario en lengua castellana y mexicana y mexicana y castellana*. Mexico: Casa de António Spinosa. 1571 (fol. 145).

⁵⁵⁸ Acerca dos fenômenos dos contatos linguísticos, assevera Gruzinski: “Mesmo quando dominam mal as línguas que os cercam, nossos *experts* vivem rodeados por homens ou mulheres que se exprimem em línguas indígenas. (...). O luso-africano Almada salpica seu tratado de termos e expressões que recolheu no litoral da Guiné e nas ilhas do Cabo Verde. No outro extremo do mundo, nos países do rio da Prata, muitos espanhóis que circulam com Ruy Díaz de Guzmán compreendem ou falam o guarani”. GRUZINSKI, 2014 (pp.254 & 255).

*Muchas prácticas de la religiosidad popular cristiana y nativa integran elementos de las tradiciones religiosas mesoamericanas con los de las religiones mediterráneas. Por eso la impronta indígena es evidente (...).*⁵⁵⁹

Navarrete enfatiza, por outro lado, quanto mais profundas eram as relações econômicas, políticas, sociais, biológicas e sexuais entre peninsulares e nativos, mais surgiu a necessidade de diferenciação dos primeiros face aos indígenas, devido aos códigos de limpeza de sangue vigentes na Monarquia Católica.⁵⁶⁰ Esse modo de agir, salienta, tem sua gênese nas relações entre cristãos, muçulmanos e judeus na Península, fundamentada na incompatibilidade discursiva da aceitação desses intercursos culturais em uma suposta sociedade de religião única, estabelecida de maneira oficial desde os Reis Católicos.⁵⁶¹ Então, há um processo de eliminação discursiva dos contatos e trocas por parte dos peninsulares católicos, também, a partir das sociedades coloniais. Um exemplo disso, como nota Navarrete, são as *Cartas de Relación* (atribuindo a conquista unicamente aos espanhóis, eliminando a participação dos povos nativos aliados). Também Echave - performa uma ideia de pureza dos peninsulares contraposta às “misturas” de nativos e dos chamados “mestiços”.

Interessante recordar a estrofe V do poema de Villalobos: há uma relação laudatória endereçada a Echave, celebrado por sua dupla função de pintor e autor, que escreverá seu nome em mármore [El es Pintor y es Autor/Y tan bien escribe y pinta/Que con estilo y color/Honra el pincel y la tinta/Y en ambos tiene primor/Y si lo que pinta vive, Y lo que escribe revive./Aunque en VASCUENCA y grutesco/Es por que hoy pinta al fresco/Y en mármol su nombre escribe]. Essa capacidade de gravar a memória sobre o mármore,⁵⁶² demonstra bem a autoimagem da erudição europeia acerca da transmissão do

⁵⁵⁹ NAVARRETE LINARES, Federico. *¿Quién conquistó México?*. Debate, 2019. (p.40).

⁵⁶⁰ *Ibidem*. (pp. 44 &45).

⁵⁶¹ Apesar do conceito de zona de contato ser, sobremaneira, usado para as sociedades coloniais, acredito que seria possível pensar a própria Península Ibérica como tal, já que nesse espaço desenvolveram-se trocas culturais complexas entre uma miríade de culturas, as quais entraram efetivamente em contato umas com as outras ao longo de muitos séculos, produzindo modos de vida singulares e diferenciados.

⁵⁶² Bouza relata uma consulta feita pelo embaixador português, Francisco Pereira a Felipe II. Pereira, a pedido de Catarina de Áustria, buscava um artista flamenco chamado Franz Floris para que executasse um retábulo de Santa Maria de Belém. Felipe II respondeu-lhe acerca do paradeiro de Franz, e comentando acerca do material que deveria ser feito o retábulo, afirma que deveria ser confeccionado em pedra e não em madeira, argumentando assim seria “pintura perpétua” e permaneceria no tempo apesar das intempéries. BOUZA, 1998 (p.24).

saber e da função da escrita e da iconografia. No Sermão do Espírito Santo datado de 1657, o padre Antônio Vieira compara os gentios a estátuas de mármore e murta.⁵⁶³ Os primeiros, supostamente, mais próximos dos europeus quanto sua relação com a fé (cita os hindus e etíopes), são como estátuas de mármore. Apesar de difícil conversão (tal qual a dureza da rocha) “sempre sustenta e conserva a mesma figura”, enquanto os indígenas do Brasil seriam como estátuas de murta, que, a princípio recebem os ensinamentos desimpedidamente (tal qual um arbusto, que ganha forma com facilidade), mas “logo perderam a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram”. Desse modo, segundo Villalobos, por meio de sua pluma e pincel, Echave grava sobre pedra a honradez de sua pátria: nobre, “limpa de sangue”, descendente do tronco de Tubal e continuadora dos costumes e língua originários da Península Ibérica.

A figura de Tubal, primeiro povoador e governante ibérico circulou vivamente na Nova Espanha: veremos a seguir um exemplo de uma representação da estátua do neto de Noé na “pira real” em homenagem a um monarca na Catedral do México que acabara de falecer do outro lado do oceano.

3.5 Isidro de Sariñaña: Tubal chora a morte de Felipe IV

No dia 12 de Maio de 1666, depois de mais de sete meses do ocorrido, chega por carta no porto de San Juan de Ulúa (Veracruz) a notícia do falecimento do rei Felipe IV,⁵⁶⁴ que logo alcança as mãos do vice-rei Antônio Sebastián de Toledo Molina y Salazar, marquês de Mancera. A descrição das exéquias, na catedral Metropolitana, ficou a cargo de um importante religioso nascido no México em 1630 chamado Isidro Sariñaña y Cuenca.⁵⁶⁵ Conhecemos esses ritos post-mortem pelo impresso *Llanto del occidente en el*

⁵⁶³ Partindo desse sermão, Vivieros de Castro desenvolve um notável ensaio acerca da “inconstância da alma selvagem”. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

⁵⁶⁴ Acerca da importância das cartas no contexto do império dos Habsburgo: BOUZA, 1998 (pp.40 -43).

⁵⁶⁵ “Nació en México en 1630. Estudio Sagrada Escritura, obteniendo la catedra de esta materia en la Universidad. Desempeño los cargos de canónigo lectoral, cura de las parroquias de la Santa Veracruz y del Sagrario de la Catedral Metropolitana. Poco después fue chantre arcediano y dean, (1) puesto importante este último, ya que era cabeza del Cabildo después del obispo y lo precedía en iglesias, catedrales y colegiadas; así también tenía a cargo diez canónigos o prebendados. (2) Fue designado obispo de Oaxaca en 1682, desarrollando una actividad constante como predicador, fundador de casas de asistencia y escritor. murió en 1696. Escribió, entre otras obras: Metodología sacra, impreso por Calderón en 1652; Decimas de desengaño de la vida; Materia de la deseada y ultima dedicación del templo Metropolitano de México,

ocaso del más claro sol de las Españas (1666), onde encontramos a descrição da pira real em homenagem a Felipe IV, ou seja, um túmulo monumental composto por uma base (*zócalo*) e três pavimentos.

Por meio desse exemplo, encontramos uma questão fundamental para a monarquia transoceânica dos Habsburgo: a construção de um aparato discursivo em torno da figura real, em um contexto onde se fazia necessário governar à distância. Em meio ao absentismo real, o monarca como personagem central nas mais diversas manifestações de práticas de poder, precisava se fazer presente.⁵⁶⁶ Nesse sentido, Sariñaña realiza uma interessante digressão acerca da figura real, enfatizando a continuidade do ver, ouvir e ler na circulação de informações e na produção de sensibilidades. Marcado por uma linguagem profundamente barroca, afirma:

*Dos veces fiel puede llamarse la Nueva España, una por la lealtad con que venera a sus Reyes, otra porque siempre los conoce por Fe en las noticias del oído, sin llegar a la felicidad de la vista, dicha, que para fomento del amor alcanzan los que viven en su Corte, y que con facilidad pueden conseguir los que habitan en España, y en los demás reinos de Europa: felicidad, que moralmente imposibilita a los vasallos de América todo embarazo de un océano.*⁵⁶⁷

Em seu túmulo, Felipe é apresentado como perfeito governante, triunfador político e protótipo do rei cristão.⁵⁶⁸ Apesar dos súditos da Nova Espanha não terem a felicidade e o privilégio de ver o monarca como aqueles que vivem na corte, mantêm-se fieis, mesmo não podendo deitar seus olhos diretamente na augusta majestade, apenas ouvindo as notícias que chegam desde a Península. O gesto de vislumbrar o rei era, na alta Idade Moderna, uma espécie de consumação do olhar humano.⁵⁶⁹ Não podendo ter o monarca

impreso en 1668”. [ISIDRO SARIÑAÑA Y CUENCA. In MEXICANA - Dirección General de Tecnologías de la Información y Comunicaciones de la Secretaría de México].

⁵⁶⁶ Nesse sentido, Cardim analisa as consequências típicas do absentismo das monarquias modernas no contexto português durante a União Ibérica. CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal, Valladolid, Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014. (pp. 106 & 107).

⁵⁶⁷ SARIÑAÑA, Isidro. *Ibidem*. (fols. 1 & 2).

⁵⁶⁸ Cf. ALLO MANERO, María Adelaida. “Iconografía funeraria de las honras de Felipe IV en España e Hispanoamérica”. *Cuadernos de investigación: Historia*, v. 7, n. 1, p. 73-96, 1981.

⁵⁶⁹ BOUZA, Fernando. “Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe I” In *Portugal no Tempo dos Felipes: Política, Cultura, Representações* (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmo, 2000. (p.69). Além de sua publicação original como artigo, o texto em questão também está publicado como capítulo do livro *Imagen y Propaganda* (...), 1998.

em presença, “olha-se” para ele por meio de representações, sejam elas escritas, sejam icônico-visuais.

Assim, Sariñaña descreve o túmulo do virtuoso monarca: Felipe IV ocupada um lugar ao centro. Na base da pira estavam dispostos dezesseis hieroglifos com diferentes elementos alegóricos, ao estilo de Alciato. Já nos espaços entre as colunas do primeiro pavimento destacavam heróis da antiguidade comparáveis a Felipe: Constantino, o grande; imperador Leão Magno; Calos Magno; Alexandre Magno; Teseu; Jasão; Prometeu e Jano (considere-se a relação evemérica com Noé) [fig.14]. Também havia quatro estátuas, em figura de mulheres, com os nomes da Espanha: *Cetubalia*; *Iberia*; *Hesperia* e *España* propriamente.⁵⁷⁰ A primeira delas com o nome Cetubalia, tinha nas mãos um cartão com o verso: “Dulces accept, praestanti, Tubale leges”, como referência direta ao neto de Noé. O texto prossegue:

Llamose España Cetubalis, o Thobellia, por haberla fundado Tubal, nieto de Noé y quinto hijo de Japhet; de quien los primeiros españoles se llamaron Thobelos, según Josefo Hebreo, en el libro primero de sus antigüedades (...). Fue sabio en todas las artes, y ciencias, especialmente en lo teológico, y así tuvo por cognome; Iobel, que en Hebreo significa: instruído em las cosas divinas. Participó com la ciencia el renombre a los españoles, que según San Jerónimo, y eusebio, también se llamaron Jobelos. Dioles leyes, y teninedo entre las demás prendas la insigne poesia, las escribió en metro, (...) ⁵⁷¹

O principal legado de Tubal, grande artífice das ciências e das artes foi deixar leis justas e bondosas aos primeiros habitantes. Essas leis foram transmitidas em versos, como uma mnemotécnica eficaz, como já citaria Juan de Bermudo, fundando a civilização ibérica. Sariñana realiza uma conexão direta entre o neto de Noé com o falecido rei: “*Aplicóse esto, ponderando la suavidade y dulzura, que se reconoce en las leyes, y cédulas de su majestade, tan medidas a la razón, como ajustadas a lo piadoso*”.⁵⁷² O uso político da figura de Tubal é notável: realiza-se uma conexão entre sua habilidade na confecção de leis, relacionada a sua sensibilidade artística com o mesmo talento atribuído a Felipe IV. Nesse aspecto, nos mesmos termos de Bouza, poderíamos dizer que os objetivos da construção do monumental túmulo do monarca tinham o objetivo de

⁵⁷⁰ A sistematização descritiva do túmulo pode ser encontrada no artigo: MORALES FOLGUERA, José Miguel. “El túmulo de Felipe IV en la Catedral de México: Arquitectura y símbolo”. *Boletín de Arte*, n. 11, p. 105-117, 1990.

⁵⁷¹ SARIÑANA, Isidro. *Op. Cit.* (fols. 85 & 86).

⁵⁷² *Ibidem* (fol. 86).

fortalecer a imagem real por meio de expedientes de propaganda, constituindo não apenas um ideal, mas um estado que era preciso constituir e conservar.⁵⁷³

Também cabe destacar a menção a Jano em sua relação com o fenômeno do absenteísmo real. A representação do deus romano era feita com dois rostos, cuja alegoria se relaciona no mais das vezes a um olhar para o passado, outro para o futuro. Sariñaña constrói mais camadas simbólicas para esse duplo olhar:

Y no solo quiere significar la atención del Rey a lo pretérito, y futuro, que dista em el tiempo; sino también a lo que dista em lugar, a lo más apartado, y remoto de su Monarquía; por eso pintaron algunas veces a Jano con cuatro rostros, aludiendo a las cuatro partes del Mundo, porque si en todas ellas, (...), tuviese alguna parte la Corona de un rey, extendiéndose a los más opuestos, y distantes climas su imperio, a todas debe mirar, mirando por todas, como si estuviese presente su providencia.⁵⁷⁴

A monarquia dos Habsburgo alcançou as quatro partes do mundo. A propaganda em torno desses reis enfatizava sua perspicácia cingida pela providência, que os teria capacitado a vencer não somente o tempo (aproveitando o melhor das experiências passadas para permanecer no futuro), mas também as distâncias: “*Que con vista de su providencia, el espacio venció de la distancia*”⁵⁷⁵. O desafio dos impérios ibéricos em “vencer a distância” foi ressatado por um recente dossiê historiográfico, que aponta a relevância desse aspecto como estratégia política e persuasão.⁵⁷⁶ A obra *Llanto del Occidente* é um excelente exemplo dessa relação.

Por fim, podemos dizer que não se honrou apenas Felipe IV nas exéquias, mas também, Jano e Tubal, os quais compõe o modelo do bom governante na Península e também outro lado do oceano. A descrição de Sariñaña é um indício de que a figura do neto de Noé circulou não apenas em suporte escrito, mas também na iconográfico (mesmo que as representações visuais de Tubal praticamente não tenham chegado a nós). Acerca

⁵⁷³ BOUZA, 1998, (p.21).

⁵⁷⁴ SARIÑAÑA, Isidro. *Op. Cit.* (fol. 84).

⁵⁷⁵ *Ibidem.* (fol. 85).

⁵⁷⁶ GAUDIN Guillaume, CASTILLO GÓMEZ, Antonio, GÓMEZ GÓMEZ, Margarita et Stumpf, Roberta « Vencer la distancia: Actores y prácticas del gobierno de los imperios español y portugués », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 02 octobre 2017, consulté le 16 août 2023. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71453> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.71453>

dessa circulação, veremos a seguir como ela se deu na porção sul do continente americano.

3.6 Guamán Poma de Ayala: eram os indígenas espanhóis?

Falamos de um guipuscoano e seus interlocutores radicados no México, bem como, da descrição presença da figura de Tubal nas exéquias de Felipe IV por Sariñaña. Agora, nos moveremos em direção ao Vice-Reino do Peru, analisando a obra do cronista e navegador galego Pedro Sarmiento de Gamboa, cuja ascendência materna é basca, como indica último sobrenome. Antes de analisarmos seu texto, *Historia Indica* (1572), são necessárias algumas palavras sobre uma famosa crônica produzida anos depois no Peru.

Foi nesse local que se produziu o texto “paradigmático” na formulação do conceito de zona de contato de Pratt: a *Nueva Corónica y Buen Gobierno* (1613-1615) de Felipe Guamán Poma de Ayala. Esse escrito foi confeccionado como uma carta de Poma de Ayala, que se apresentava na crônica como descendente de Tupa Inca Yupanqui, para o rei Felipe III. O extenso texto foi encontrado em arquivo apenas no início do século XX em uma biblioteca em Copenhague.⁵⁷⁷ Ao longo da carta, o autor faz um esforço admirável em conjugar saberes andinos e cristãos, criando uma obra singular. Ao mesmo tempo em que denuncia a violência da colonização, exalta o catolicismo e o regime monárquico dos Habsburgos.

No princípio de sua crônica, Poma de Ayala confronta a cronologia cristã e a cronologia andina. Cabe lembrar que o autor era conhecedor de textos cronísticos ibéricos acerca das Índias Ocidentais, como Oviedo e Zarate), por conseguinte, era conhecedor da cronologia proposta por Annio de Viterbo.⁵⁷⁸ As “Idades” cristãs seriam: Adão e Eva (I); Noé (II); Abraão (III); Davi (IV) e Cristo (V). As Idades andinas, por sua vez, seriam: Uari wiracocha runa (III); Uari runa (IV); Purun runa (V); Auca runa (VI); Inca runa (VII) e Espanha em Índias (VIII).⁵⁷⁹

⁵⁷⁷ Cf. PRATT, Mary Louise, 1990. (p.34) & PRÓLOGO [PEASE, Franklin] in GUMÁN POMA DE AYALA, Felipe. *Nueva Corónica y Buen Gobierno* [TOMO I]. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1993.

⁵⁷⁸ PRÓLOGO [Franklin Pease]. *Op. Cit.* (pp. XIV- XXIII).

⁵⁷⁹ *Ibidem.* (p.XXII).

A sucessão de tais idades pode se interpretar de acordo com os algarismos romanos, indicados ao lado: começam a coincidir a partir de III, sendo Adão e Eva e Noé anteriores à “Uari wiracocha runa”. Segundo BendeZú, a expressão “wiracocha runa” quer dizer “gentes do deus Wiracocha”, modificada pelo vocábulo *wari*, que, entre outras acepções possíveis, quer dizer “o mais antigo no tempo”.⁵⁸⁰ Sendo assim, o tempo bíblico possui uma primazia quanto à antiguidade. Isso reverbera em sua análise acerca da origem dos “índios”, os quais proviriam de Noé: “*Mandó Dios Salir de esta tierra [Babilonia] derramar y multiplicar por todo el mundo de los hijos de Noé, de estos dichos hijos de Noé uno de ellos trajo Dios a las Indias, (...)*”.⁵⁸¹ Essa relação desdobra-se uns poucos folios adiante, onde fala da primeira idade dos incas:

*“(...) primera generación de indios del multiplico de los dichos españoles que trajo Dios a este reino de las Indias, los que salieron de la arca de Noé del diluvio después que multiplicó, estos dichos por mandado de Dios (...) estos indios se llamaron Uari wiracocha runa porque descendieron de los dichos españoles, y así le llamaron Uiracocha; de esta generación comenzaron a multiplicar (...)”*⁵⁸²

Segundo o autor andino, essa primeira geração seria uma espécie de “Idade de Ouro” dos nativos andinos, seguindo-se de uma gradual “decadência” do conhecimento divino. Franklin Pease analisa essa questão:

*Guaman Poma consideraba que los hombres de la primera edad andina (Uari Uiracocha runa) tenían mayor conocimiento del verdadero Dios, el cual decayó conforme avanzaron las edades hacia los incas, edad ésta de idolatría. Hay así la noción de una “caída” gradual a través de las sucesivas edades, que prolonga la caída original; ella es posterior al diluvio bíblico y al reparto por el mundo de los seis hijos de Noé.*⁵⁸³

Guman Poma identifica a linha de Noé que veio para as chamadas Índias com os “espanhóis”. Assim, podemos lançar a questão: seriam os indígenas dos andes descendentes de Tubal?⁵⁸⁴ Essa possibilidade fora levantada anos antes – mesmo que de

⁵⁸⁰ BENDEZÚ AIBAR, Edmundo. *La otra literatura peruana*. Fondo de Cultura Económica, 1986. (P.24).

⁵⁸¹ GUMÁN POMA DE AYALA, Felipe. *Nueva Corónica y Buen Gobierno* [TOMO I]. Lima: Fondo de Cultura Económica, 1993. (p.28).

⁵⁸² *Ibidem*. (pp.41-44).

⁵⁸³ PRÓLOGO [Franklin Pease]. *Op. Cit.* (pp. XIV- XXIII).

⁵⁸⁴ Muito mais adiante na crônica, em um excerto selecionado por Pease no prólogo, essa questão da relação originária com os espanhóis é reforçada: “(...) a nuestro padre Adán y a nuestra madre, Eva primeros hombres, y como se acabaron y fue castigado por Dios con las aguas del lluvio {Diluvio}, quedó en la Arca de Noé com sus seis hijos casados. Como multiplicó de éstos y uno de éstos envió Dios a los índios

maneira indireta - por Sarmiento de Gamboa, como teremos a oportunidade de acompanhar. A relação genealógica entre os indígenas andinos e espanhóis na crônica de Ayala, apesar de ser citada em algumas ocasiões pela historiografia e crítica literária, não recebeu uma análise profunda.⁵⁸⁵ Um dos únicos autores que encontramos que o faz de maneira mais pormenorizada é Edmundo Bendezú, que recorda o fato de que no século XVI, os espanhóis eram denominados *wiracocha* pelos nativos. Acerca disso e das estratégias discursivas do cronista andino, afirma:

El esquema ideológico de Humán Poma es muy nítido dentro de la mitología bíblica: la primera generación de indios salieron del Arca de Noé después del diluvio, se multiplicaron y vinieron a las Indias por mandato de Dios. Descendía pues de los españoles que eran gentes a su vez descendientes de Noé y por eso a esa primera generación bíblica de indios Humán Poma les llama uari viracocha runa porque por entonces los españoles eran llamados viracocha por los indios. Si aceptamos que uari era simplemente un adjetivo con significado de antiguo, podríamos concluir que todo no era una fabricación del cronista indio que quería colocar a sus hermanos de raza [sic] en una posición igual o superior a sus dominadores, como hijo de un mismo Dios. Humán Poma parece establecer una ecuación entre el Dios cristiano y el Dios indígena, a quien identifica con Wiraqocha, uno de cuyos atributos es el de ser el 'criador'.⁵⁸⁶

Apesar de cada cultura possuir um modo singular de expressão de etnocentrismo como nos lembra Lévi-Strauss⁵⁸⁷, o encontro e a convivência entre europeus e nativos americanos foi, sem dúvida, um processo que transformou os modos de vida de ambos,

al Nuevo Mundo de este reino, fue Uiracocha español, y así al primero índio le llamaron Uari Uiracocha Runa, (...). *Ibidem.* (p.751).

⁵⁸⁵ Encontramos algumas menções a esse ponto da crônica, mas poucas análises e interpretações. Menções são feitas por GONZÁLEZ DÍAZ, Soledad. "Genealogía de un origen: Túbal, el falsario y la Atlántida en la Historia de los Incas de Pedro Sarmiento de Gamboa". *Revista de Indias*, v. 72, n. 255, p. 497-526, 2012. (p.507) & PRÓLOGO. *Op. Cit.*

⁵⁸⁶ BENDEZÚ. *Op. Cit.* (p. 27).

⁵⁸⁷ Acerca do conceito de etnocentrismo em Lévi-Strauss, comenta Viveiros de Castro: "A questão do etnocentrismo não passa pela distinção (ou pela indistinção) entre pensamento selvagem e pensamento domesticado. O que Lévi-Strauss diz é que existe uma tendência humana universal a tomar o próprio grupo como exemplo acabado da humanidade, e a ver os demais coletivos humanos (outras culturas, povos e sociedades) como exemplares menos perfeitos dessa humanidade e, no limite, como estando fora do escopo desse conceito. Isso é o chamado etnocentrismo. A universalidade de tal disposição, porém, não exclui diferenças importantes em seu modo de exercício e de manifestação. Assim, ao falar das percepções recíprocas da alteridade mobilizadas pela invasão e conquista europeia das Américas, Lévi-Strauss insiste sobre a diferença radical entre o que chama de "abertura ao Outro", característica do pensamento ameríndio, e o fechamento fanático dos europeus - fechamento político, filosófico, estético - diante da alteridade social e natural oferecida pelo Novo Mundo. As consequências políticas dessa diferença dispensam, creio, comentários." CASTRO, Eduardo Viveiros de. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro por Carolina Catarina e Rodrigo Cunha. *ComCiência* [online]. 2009, n.108 [citado 2022-11-22].

adicionando novas maneiras de pensar à episteme europeia e indígena, apesar de cada qual manter uma perspectiva singular sobre os eventos e trocas advindas desse encontro.⁵⁸⁸ A ideia de González Fernández de Oviedo, o qual assente que o mundo todo possui a mesma idade, pois foi criado por Deus em um único gesto possui reverberações no discurso de Poma, mas, como vimos, este o modifica e o utiliza à sua maneira. Acerca da posição do cronista castelhano, diz Gerbi:

*(...) muchos aspectos y costumbres de las Indias parecerán nuevos sólo porque los correspondientes de Europa han caído en olvido. Las Indias también en este caso complementan la ciencia del viejo mundo restituyéndolas algo que había perdido: lo complementan en el tiempo, por así decir, trayéndole a presente, en las Indias, aspectos típicos de su propio pasado ¡Hay tantas cosas que ‘a lo que por acá han andado les parecen nuevas, y en España y otros reynos también serán por tales tenidas’, pero que son parecidísimas a otras de que hablan los historiadores antiguos y la Biblia! El maíz de las Indias es el mijo de la India, de que habla Plinio.*⁵⁸⁹

Considerando seu arcabouço de ideias, advindo da tradição clássica e cristã, fundamento de seu etnocentrismo, Oviedo coloca os nativos americanos e os europeus em uma mesma cronologia. “A cultura” dos habitantes da América (partindo de uma generalização, nesse aspecto) seria um monumento vivo de um passado “primitivo”. Os ecos do passado nesse presente dito primitivo dos indígenas funcionam, na expressão de Gerbi, como um mecanismo de “corroborações recíprocas” que confirma o saber bíblico e clássico em um reforço da tradição pela empiria.

3.7 Sarmiento de Gamboa e o neto de Noé andino.

Dito isto, vejamos como as acerca da relação dos indígenas americanos e dos hispânicos aparecem na obra de Sarmiento de Gamboa. Nascido em Pontevedra (1532), parte para o Novo Mundo em 1555.⁵⁹⁰ Primeiramente, se instala no México, de onde parte

⁵⁸⁸ Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo em diversos textos como “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem” In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2002. “Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation” in *Tipitií*. 2 (1), 2004 & “O Nativo Relativo” In *Mana –Estudos de Antropologia Social*. V.8. Nº1. Rio de Janeiro, 2002.

⁵⁸⁹ GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias Nuevas. De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*, Fondo de Cultura Económica: México, 1992. (p.320).

⁵⁹⁰ O termo Novo Mundo também foi motivo de polêmica na Alta Idade Moderna, fazendo parte da discussão acerca da “natureza” das terras americanas tanto em termos de extensão, antiguidade, costumes, e, fauna e flora. Oviedo acredita que o globo é um conjunto harmonioso e com a mesma idade, como já apontamos. A interpretação de Gerbi acerca da posição do cronista é a seguinte: “Para Oviedo, como antes

prematuramente dois anos mais tarde. Instalado em Puebla de los Ángeles, se torna amigo dos sobrinhos do bispo de Tlascalala, que tinham como inimigo um certo Diego Rodríguez. Dessa feira, Gamboa ajudou aos seus colegas a vingarem-se de seu desafeto:

*Hizo ‘una estatua con un sambenito’ que representaba al buen Rodríguez y, la puso en exhibición en el centro de la plaza y, cuando se hubo congregado una apreciable cantidad de curiosos y mirones, procedió a dar lectura a un remedo de ‘sentencia por la que condenaba, como suele hacerlo el Santo Oficio de la Inquisición a ser quemado (en efigie) el dicho vecino’.*⁵⁹¹

Esse pastiche de um Auto de Fé fez com que Gamboa tivesse problemas com a própria Inquisição por ofender seus ritos, condenando-o a ser azotado em público na praça de *Puebla de los Ángeles*, e, possivelmente, também ao desterro. Após esse episódio, chega ao Peru em 1557, onde presta serviço ao vice-rei, o conde de Nieva, Diego López de Zúñiga, tornando-se seu conselheiro em assuntos de navegação e estabelecendo com ele uma relação de proximidade. O conde era conhecido por ser um homem mulherengo e afeito às artes esotéricas e astrológicas. Segundo o historiador Fernandes de Montesinos, um astrólogo predissera que o Vice-rei corria perigo devido a uma desfavorável conjunção dos astros. No ano de 1564, o vice-rei foi assassinado nas ruas de Lima. Com base no historiador, Rosa Arciniega narra o acontecido:

*(...) don Diego Zúñiga y Velasco descendía de un balcón por una escala de mano, luego de haber pasado algunas horas en la intimidad con cierta dama de alcurnia y parienta suya: doña Catalina López de Zúñiga, que habitaba entre la calle que fue más tarde Trapitos y la plazuela de la inquisición, un marido burlado don Rodrigo de Marínque Lara, valiéndose de los oficios de tres o cuatro matones, lo dejaba muerto en la calzada.*⁵⁹²

A proximidade de Gamboa com o conde, seu progresso histórico com a inquisição e seu conhecido gosto pela astrologia fez com que recaíssem suspeitas sobre o navegador galego. Dado o escandaloso assassinato de Zúñiga, Gamboa volta a ser acusado pela inquisição por possuir papeis com sortilégios e por deter “anéis dotados de poderes mágicos”⁵⁹³ que supostamente tinham o efeito de encantar mulheres e conferir poder a

para Vespucci, las Indias son ‘nuevas’ unicamente en el sentido de que los antiguos no las conocieron. Si esto no constituye um valor especial, tampoco constituye uma deficiencia, (...)”GERBI, Antonello. *Op. Cit.* (p.319).

⁵⁹¹ ARCINIEGA, Rosa. *Sarmiento de Gamboa (el Ulises de América)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1956. (p.27).

⁵⁹² *Ibidem* (p.32).

⁵⁹³ GRUZ.NSKI, Serge, 2014 (p.159).

quem os usasse.⁵⁹⁴ Durante o processo, o navegador não negou que possuísse tais anéis com inscrições caldaicas, mas que segundo ele não ofendiam a fé.⁵⁹⁵ A defesa de Gamboa não o serviu, pois foi condenado a ouvir missa na igreja maior em Lima vestido como penitente, que abjurasse de Levi e, finalmente, que deixasse as Índias de Castela e retornasse à Península tão logo como possível.⁵⁹⁶

No entanto, a pena não se cumpriu e o galego se mudou para Cuzco. Durante o governo vice-reinado de Lope García de Castro, parte em missão exploratória para as ilhas Salomão (1567-1569) sob o comando de Álvaro de Medaña. Retornando ao Peru, já sob governo de Francisco de Toledo de quem se aproxima, prepara a obra *Historia Índica* (1572), composta a pedido deste Vice-rei.

Durante a década de 1570, os ingleses se aproximam do Pacífico, realizando incursões no extremo sul do continente, capitaneadas por Francis Drake. Atendendo às demandas de Felipe II e de Toledo, parte para Magalhães com o intuito de estudar, cartografar e defender essas terras (1579). Nessa incursão, cruza o estreito do Pacífico ao Atlântico, fazendo observações náuticas e geográficas.

Em seguida, dirige-se a Sevilha, onde convence o rei, em Badajoz, da necessidade de povoar e fortificar a região dos “mares do sul”. Novamente, Gamboa parte para Magalhães com a finalidade de povoar a região e garantir sua posse à Monarquia Hispânica. Ali funda os assentamentos de *Purificación de Nuestra Señora; Nombre de Jesús e Rey Don Felipe*. Em uma tentativa de inspecionar *Nombre de Jesús*, sua embarcação se desvia para sul do Brasil (à época integrante dos territórios ultramar da monarquia de Felipe II) e após várias tentativas malogradas de voltar ao estreito, decide retornar à Espanha, onde chega após ter sido capturado e logo solto pelos ingleses. Ao

⁵⁹⁴ ARCINIEGA, Rosa. *Op. Cit.* (pp. 39 & 40).

⁵⁹⁵ Esse tipo de arte “oculta” conheceu um grande esplendor durante a primeira Idade Moderna e se relacionava de maneira complexa com a erudição e episteme da época. Esse esplendor gerou questões dos limites entre essas práticas e a religião oficial. Acerca do primeiro ponto destacado, afirma Sérgio Buarque: “É bem significativo o viço notável alcançado, em geral, durante o Renascimento, por estudos tais como os da Retórica, da Magia, da Astrologia, da Alquimia, que, na sua maior parte, julgamos hoje anticientíficos e ineficazes, (...). Na primavera da Idade Moderna, quando à tradição medieval, árabe e cristã se alia a do mundo clássico, agora ressuscitada, povoando o céu de imagens ‘onde se transfiguram, ganhando forças novas, as crenças mitológicas da Antiguidade’, longe de chegar, a desfalecer é, ao contrário, um recrudescimento que conhecem muitos desses estudos”. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Op. Cit.* (p,2).

⁵⁹⁶ ARCINIEGA, Rosa. *Op. Cit.* (p.41).

chegar à Península, se aproxima da corte, buscando recursos para voltar à Magalhães: em sua última tentativa de incursão pelo sul do continente americano falece na costa portuguesa.⁵⁹⁷

Aqui, nos ocuparemos de sua obra *Historia Índica*, que permaneceu inédita até o final do século XIX (momento em que foi encontrado o manuscrito na biblioteca de Gottingen), recebendo suas primeiras edições na primeira década do século XX.⁵⁹⁸ Na dedicatória a Felipe II, o autor deixa claro o objetivo principal de sua obra – produzida a partir de uma visita aos indígenas (*visita general*), os quais contaram a ele suas histórias e cosmologia. Por sua vez, Sarmiento identifica os incas como tiranos:

(...) me fue mandado por el virrey Don Francisco de Toledo, a quien yo sigo y sirvo en esta visita general, quier tomase a mi cargo este negocio y hiciese la historia de los doce incas desta tierra y del origen de los naturales hasta su fin. (...). Y se certificará del hecho de la verdad de la pésima y más inhumana tiranía destes incas y de los curacas particulares, los cuales no son. Ni nunca fueron, señores naturales, (...).⁵⁹⁹

Com o objetivo de justificar o domínio hispânico na região, argumenta que os incas nunca foram senhores legítimos dos andes. Segundo ele, antes da conquista incaica, as nações do vale de Cuzco: “vivieron en behetrías sin reconocer señor natural, ni elegido, procurando conservarse, (...), en una simple libertad, viviendo en chozas y humildes casillas”⁶⁰⁰. Utilizando de uma linguagem jurídica ibérica, indica que essas

⁵⁹⁷ As informações biográficas de Sarmiento de Gamboa foram extraídas do prólogo de História Índica (1942); GRUZINSKI, Serge 2014 (pp. 159-163); ARCINIEGA, Rosa 1956 & GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Marcelino, «Pedro Sarmiento de Gamboa», en Real Academia de la Historia, Diccionario Biográfico electrónico.

⁵⁹⁸ “Desde su hallazgo el texto cautivó el interés de estudiosos. El primero fue el profesor alemán Richard Pietschmann quien en 1906 presentó la primera transcripción de la crónica, la cual anotó y editó, acompañada de una amplia introducción escrita en alemán. Esta es realmente hasta la fecha la única edición anotada de la Historia índica. Un año más tarde Sir Clements Markham publicó la primera traducción al inglés acompañada de un breve estudio introductorio. A estas dos primeras publicaciones del manuscrito le siguió en 1942 una segunda edición, esta vez en español, publicada por Roberto Levillier (...).” ORTEGA, Aleksín. *Segunda parte de la Historia general llamada índica (1572) de Pedro Sarmiento de Gamboa*. Estudio y edición anotada. [Phd tesis, The City University of New York], 2018. (ORTEGA, p. VIII). Seguimos aquí a edição de de Levillier. Há uma última edição desse texto (crítica e anotada) publicada como tese por Aleskín Ortega.

⁵⁹⁹ Sarmiento de Gamboa, Pedro. *Historia de los Incas*, Buenos Aires, EMECE, Imprenta López, 1942 [1572]. (p.32).

⁶⁰⁰ SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Op. Cit.* (p.57).

comunidades viviam em *behetría*,⁶⁰¹ ou seja, não eram vassalas de nenhum senhor, e possuíam a prerrogativa de escolher quem quisessem como governante. Desse modo, retoma a ideia da força pactos governativos originários entre soberanos e súditos, sendo um parâmetro para a definição de tirania. Esse momento de liberdade teria sido interrompido pelos incas, desde Manco Capac, que submeteram essas nações à sua obediência, tornando-os vassalos e forçando-os a contribuir com *pechos*.

Assim, essas comunidades pré-incaicas seriam regidas por princípios de *behetrias* e não pagariam impostos diretos. Isso as aproxima de uma espécie de “nobreza” por naturalidade e autoctonia. Tais argumentos as relacionam às questões ligadas ao indigenato ibérico, portanto, dos descendentes de Tubal. Por outro lado, também têm como objetivo legitimar a “conquista” hispânica andina, descreditando o império incaico e seu sistema de governo: “*para que todas naciones del mundo entiendan el jurídico y más que legítimo título, quel rey de Castilla tiene a estas Indias y a otras tierras a ellas vecinas, especialmente estos reinos del Pirú*”.⁶⁰²

A legitimação da mobilização ibérica,⁶⁰³ no texto de Sarmiento, enfatiza a superação dos limites do mundo conhecido pela Monarquia Católica, outrora sinalizado pelas colunas de Hércules. Esse personagem teria marcado esse limite com a inscrição “*Ultra Gades Nil, esto es Adelante de Cádiz no hay nada*”⁶⁰⁴. Segundo ele, com a “descoberta” das Índias ocidentais, os Reis Católicos fizeram troça do lema de Hércules e tornaram-se os mais prósperos príncipes do mundo. No texto em questão, Cádiz é um ponto geográfico fundamental de referência para a localização espacial de um continente supostamente submerso há milênios: a Atlântida.

Na Antiguidade, Platão fora o grande divulgador da narrativa acerca da Atlântida em seus diálogos *Timeu e Crítias*. Esse mito foi atualizado de maneira intensa durante o Renascimento, especialmente, mas não apenas, por cronistas hispânicos.⁶⁰⁵ Sarmiento de

⁶⁰¹“(…) *behetría tanto quiere decir como heredamiento que es suyo quito de aquel que vive en él, y puede recibir en él por señor a quien quisiere, que mejor le haga (...)*”. Las Siete Partidas del rey don Alfonso el Sabio. Madrid: en la imprenta Real, 1807 [1252 – 1284]. (Partida IV, ley 3., p. 134).

⁶⁰² SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Op.Cit.* (p.60).

⁶⁰³Esse termo é usado por Gruzinski para descrever os esforços militares; econômicos e religiosos na exploração oceânica ibérica. GRUZINSKI, 2014 (p.52).

⁶⁰⁴ *Ibidem* (p.27).

⁶⁰⁵ “Em 1532, Francisco López de Gómara, ideólogo oficial que, em sua *Historia general de las Indias*, cita o *Timeu* e o *Crítias* e expõe, sem se explicar muito quanto à contradição maior com Platão representada

Gamboa, dando seguimento a essa questão, faz uma descrição minuciosa da localização do continente submerso, o qual cobria com terra firme as águas do Oceano Atlântico, unindo Europa, África e o Novo Mundo:

*(...) esta isla Atlántica era mayor que Asia y Africa juntas, y quel principio desta inmensa isla a la parte de su occidente estaba junto con el estrecho, que agora llamamos Gibraltar. La isla tenía enfrente la boca del dicho estrecho un puerto con un angosto seno; y esta isla, dice Platón, era verdaderamente tierra firme. Desde la cual por la mar, que la cercaba, había pasaje a otras muchas islas próximas y la tierra firme de África y Europa. [...]. Luego quede averiguado que las Indias de Castilla fueron continentes con la isla Atlántica y por el consiguiente la misma isla Atlántica, la cual procedía de Cádiz y venía por el mar que venimos a las Indias, al cual todos los cosmógrafos llaman mar Océano Atlántico, por haber sido en él la isla Atlántica. Y así navegamos agora por donde antiguamente fue tierra.*⁶⁰⁶

Nesse sentido, as navegações oceânicas promovidas pela Monarquia comprovaram a existência de terras continentais além do estreito de Gibraltar, entre elas a América, que outrora estaria ligada à Europa e África por terra firme por meio da Atlântida. Inclusive, segundo Gamboa, as “ilhas” de Cádiz; Canárias; Selvagens e Trindade são resquícios desse continente cuja extensão maior estaria submersa (p.46).⁶⁰⁷ O autor também estabelece sua própria teoria acerca do povoamento noéico do globo, expondo a hipótese viva de que saindo do oriente, os povoadores da Península Ibérica e da África seriam originalmente atlantes:⁶⁰⁸

pela sobrevivência da Atlântida, que as terras novas se adaptam admiravelmente ao relato platônico e que, além disso, ‘água’ no México se diz ‘atl’. Antes dele, Gonzalo Fernández de Oviedo, outro ideólogo da corte, havia publicado em 1535 *Historia General y Natural de las Indias*, na qual explicava que as Antilhas não eram outras senão as Hespérides e pertenciam de pleno direito à Coroa da Espanha. Avisado desde 1533, Carlos V fez comunicar ao autor sua satisfação por ter tido conhecimento do fato que ‘há três mil e oitenta anos que essas terras pertencem ao apanágio real e que Deus, depois de tantos anos, as tenha devolvido ao seu dono”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Atlântida: pequena história de um mito platônico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008 (p.84).

⁶⁰⁶ SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Op. Cit.* (pp.37-40).

⁶⁰⁷ *Ibidem* (p.46).

⁶⁰⁸ Usamos o conceito de hipótese viva de William James: “Vamos dar o nome de hipótese a qualquer coisa que possa ser proposta à nossa crença; e, assim como os eletricitistas falam de fios vivos e mortos, falaremos das hipóteses como vivas ou mortas. Uma hipótese viva é a que aparece como uma possibilidade real para a pessoa a quem é proposta. Se eu lhes pedir para acreditar no Mahdi, a ideia não criará nenhuma conexão elétrica com a natureza de vocês - ela se recusa a cintilar com qualquer credibilidade que seja. Como hipótese, é completamente morta. Para um árabe, porém (mesmo que ele não seja um dos seguidores de Mahdi), a hipótese está entre as possibilidades da mente: ela é viva. Isso mostra que o caráter vivo ou morto de uma hipótese não é uma propriedade intrínseca, mas está relacionado ao pensador individual. É medido pela disposição do indivíduo para agir”. JAMES, William. *A Vontade de Crer*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. (pp. 8 & 9).

*¿La cual, quién duda, que estando tan cerca de España, que según fama común Cáliz solía estar tan junta de la tierra firme por parte la parte del puerto de Santa María, que con una tabla atravesaban como por puente de la isla a España, sino que sería poblada aquella tierra de los pobladores de España, Tubar [Tubal] y sus descendientes, y también, de los pobladores de África, cuya vecina era?*⁶⁰⁹

Desse modo, Sarmiento cria uma versão singular acerca de Tubal: seria ele não apenas proveniente da Caldeia, mas também, um atlante. Essa versão não recusa a tradição cronística hispânica medieval e moderna, apenas acrescenta que o neto de Noé teria se assentado primordialmente na Atlântida, usada como passagem, e logo atravessado para a Península por Cádiz. Essa versão se aproxima, em termos, com a de Florián Ocampo, defensor do povoamento a partir da Andaluzia. Note-se que além de Tubal, Sarmiento afirma que os mauritanos também eram, originalmente, atlantes.

Antes de continuar sua narrativa, o autor afirma que considera fabulosa a versão dos “bárbaros índios do Peru” acerca de suas origens, chamando-a de *ensalada graciosa*; então prossegue, desenvolvendo uma teoria tripartida do povoamento americano, efetuado, em diferentes momentos por: Ulisses (gregos); judeus (das dez tribos desaparecidas) e atlantes. O herói da Guerra de Troia seria o povoador da região da mesoamericana:

*(...) Ulises después de la expugnación de Troya navegó en poniente y en Lusitania pobló Lisbona y después de edificada, quiso probar su ventura por el mar atlántico océano, por donde agora venimos a las Indias, y desapareció, que jamás se supo después que hizo. Esto dice Pero Antón Beuter noble historiador valenciano, y como el mismo lo refiere lo siente Dante Aligero, ilustre poeta florentín. Este Ulises, (...), podemos deducir por indicios que de isla en isla vino a dar a la tierra de Yucatán y Campeche, tierra de Nueva España, (...)*⁶¹⁰

Os indícios que recolhe se relaciona, com o uso de “tocados e vestidos” ao estilo grego e também usariam vocábulos e símbolos do alfabeto grego (em referência aos glifos utilizados na Península do Yucatan) pelos mesoamericanos. Esses indígenas chamariam deus de *Teos* e, outrora, tinham uma âncora como ídolo (aludindo à navegação de Ulisses e ao dilúvio). Interessante notar o uso da autoridade de Beuter (e também de Dante; Estrabão e Solino citados pelo valenciano), que afirma em sua crônica (analisada no primeiro capítulo dessa Tese):

Vino Ulises y fundo la gran ciudad Ulispona, que ahora decimos Lisbona, a la boca del río Tajo, como lo dice Estrabón y Solino, esta es

⁶⁰⁹ SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Op. Cit.* (p.42).

⁶¹⁰ *Ibidem.* (p.46).

*hoy principal en España, y cabeza del reino de Portugal. Y después de edificada quiso probar se ventura en el mar Oceano, emprendiendo el viaje que ahora los nuestro hacen a las Indias, y no se supo después que se hizo, si se perdió en el mar o si aportó a alguna tierra que ahora se han reconocido, así lo siente el Dante Aligero ilustre poeta Florentín.*⁶¹¹

Assim, Sarmiento procura comprovar com novos indícios a hipótese apresentada por Beuter, baseada em uma interpretação verossímil de uma passagem de Divina Comédia, que afirmava que Ulisses havia alcançado as estrelas de “outro polo” em sua derradeira viagem.⁶¹² Como Odisseu fora o fundador da cidade de Lisboa, a relação entre este personagem e a Nova Espanha seria uma conexão prístina entre a América e a Península Ibérica. Interessante notar que no caminho, Ulisses se depara com uma enorme montanha, a qual pode ser associado à Atlântida, já que, segundo Platão, em Críticas (§ 118), o continente seria caracterizado por grandes escarpas. Desse modo, pode-se juntar esse elemento à semiótica da altura, engendrada por muitos cronistas hispânicos, onde Noé é associado não apenas ao monte Ararat, mas também, aos Pirineus ou às montanhas bascas. Desde a América, os andes também se juntam essa semântica, onde também é associado a Noé ou a seus descendentes. **[fig. 15]**

Já os habitantes do extremo sul do continente americano, vinculados geograficamente à Catígara por Sarmiento,⁶¹³ seriam descendentes das dez tribos

⁶¹¹ BEUTER, Pere Antón. *Primera parte de la Coronica general de toda España, y especialmente del reyno de Valencia. Donde se tratan los estraños acaecimientos que del diluvio de Noé hasta los tiempos del Rey Iayme de Aragõ, (...)*. Valência: Ioan Mey Flandro, 1563 [1546]. (L.I, C.XII, fol XXXII).

⁶¹² De acordo com o canto XXVI do Inferno, Ulisses parte justamente da Península Ibérica (superando as colunas de Hércules) para sua derradeira navegação: “L’um lito e l’altro vidi la Spagna, fin nel Marrocco, e l’isola d’i Sardi, e l’altre che quel mare intorno bagna. Io e’compagni eravam vechi e tardi quando venimmo a quella foce stretta dov’Ercule segnò li suoi riguardi. Acciò che l’uom più oltre non si metta; da la man destra mi lasciai Sbilìa, da l’altra già m’avea lasciata Setta. ‘O frati, dissi’ che per cento milla perigli siete giunti a l’occidente, a questa tanto piccola vigilia. [...] Tutte le stelle già de l’altro polo vedea la notte, e ‘l nostro tanto basso, che non surgea fuor del marin suolo. [...] Quando n’apparve una motagna, bruna per la distanza, e pavermi alta tanto quanto veduta non avea alcuna. [De costa a costa fui até a Espanha, até o Marrocos e a ilha dos sardos, e outras que aquele mar banha. Éramos, eles e eu, velhos e tardos ao chegarmos do angusto estreito à frente onde Hércules ergueu os seus resguardos para que o homem mais além não tente. Já os mares de Sevilha transcendidos, como os de Ceuta, à esquerda mão jazente; ‘Ó irmãos’, disse eu ‘que por cem mil, vencidos, perigos alcançastes o Ocidente; a esta vigília dos nossos sentidos, (...). Do outro polo as estrelas todas via agora à noite, enquanto, rebaixado, do chão do mar o nosso não surgia. (...) quando surgiu-nos diante uma montanha, pela distância, escura, e alta tanto que nunca eu conhecera outra tamanha]. ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia: Inferno*. 5ªed. São Paulo: Editora 34. (pp.178 & 179).

⁶¹³ “En la Geografía de Ptolomeu, la parte sur de Catígara estaba unida a una gran superficie de tierra que por su parte occidental se fusionaba con la costa oriental de África, de modo que el océano Índico quedaba cerrado por todas sus costas. Con la navegación magallánica se demostró que el océano Índico no constituía un mar interior y que, en consecuencia, existía una salida hacia el oriente de Catígara mediante la cual era posible alcanzar el Mar del Sur. No obstante, los nuevos descubrimientos no descartaron la existencia de la gran extensión de toerra meridional presente en el mapa de Ptolomeu, identificándola con la costa norte de

“perdidas” de Israel, hipótese mencionada por Díaz del Castillo; Gômara e Acosta, por exemplo.⁶¹⁴ Uma base importante para esse argumento estava presente no livro apócrifo de Esdras: “*Ultra desto dice Esdras de aquellas naciones que se echaron en la Persia por el río Eufrates, que fueron en una tierra longínqua, que nunca habitó el género humano*”⁶¹⁵ (p.47). Confirma essa hipótese, anos depois Suárez de Peralta (1589).⁶¹⁶ A tese adentra o século XVII, sendo o texto *Esperança de Israel* de Menasseh Ben Israel [Manuel Dias Soeiro] (1650) – rabino sefardita residente em Amsterdã - um dos mais interessantes exemplos de apologia a essa hipótese: a partir do relato do também sefardita Antonio de Montesinos [Aharon Levi], que se encontrou com indígenas da “província de Quito” e recolheu evidências de que a religião dos nativos dos andes se relacionaria ao culto hebraico.

Finalmente, acerca da origem dos indígenas andinos, afirma: “(...) *los de los ricos y poderosísimos reinos del Pirù y contérminas provincias fueron Atlanticos, los cuales fueron deducidos de aquellos primeros Mesopotámios ó Caldeos, pobladores del mundo*”.⁶¹⁷ Como a Atlântida formava um caminho de terra firme em meio ao oceano, os atlantes poderiam ter povoado o continente americano, essa tese já fora defendida por Gomara em *Historia General de las Índias* [1554] e Agustín de Zarate em *Historia de Descubrimiento y Conquista del Perú* [1555].

Já que neto de Noé também seria um atlante, poderia ser ele mesmo e seus descendentes os povoadores dos andes como defendem Soledad González Díaz e Rosa María Malkiel. Esse argumento se justifica se pensarmos, por exemplo, que anos antes, Oviedo identificara as Antilhas com os jardins das Hespérides. Seu rei teria sido Héspero (11º rei da Espanha, ver fig.4), ou seja, esse território já pertenceria à “Espanha” muito antes das Grandes Navegações.⁶¹⁸ Essa relação entre Hespérides e Héspero é fortemente

la Tierra del Fuego avistada por Magallanes y su tripulación.” GONZÁLEZ DÍAZ, Soledad. *Op. Cit.* (p. 503).

⁶¹⁴ LIDA DE MALKIEL, María Rosa. «Tubal, primer poblador de España», in *Ábaco. Estudios sobre literatura española*, núm. 3, Madrid, Castalia. (pp.36-40).

⁶¹⁵ SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Op. Cit.* (p.47).

⁶¹⁶ GRUZINSKI, Serge, 2014 (p.146).

⁶¹⁷ SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Op. Cit.* (p.47).

⁶¹⁸ “Mejor que bulas o tratados, la identificación de las Antilhas con las Hespérides, y de las Hespérides con el dominio mítico de Héspero, rey de España, habría asegurado las Indias a la corona com documentos dilomáticos de insuperable antigüedad” GERBI, Antonello. *Op. Cit.* (p. 327)

baseada na relação onomástica, como era corrente. Partindo de sua interpretação de Aristóteles (*De Admirandis in natura Auditis*) e outras autoridades antigas, afirma:

*Y porque al presente corren de su gloriosa Natividad mil y treinta y cinco años, síguese que ahora tres mil y ciento y noventa y tres años España y su rey Hespero señoreaban estas islas ó Indias Hesperides; y así con derecho tan antiquissimo, y por forma ques está dicha, o por la que adelante se dirá en la prosecución de los viajes del almirante Cristóbal Colón, volvió Dios este señorío a España a cabo de tantos siglos.*⁶¹⁹

Um dos objetivos principais do texto de Sarmiento de Gamboa era deslegitimar o governo incaico. Desse modo, segundo seus interesses, nada melhor do que fazê-lo desde o “princípio dos tempos”, atribuindo a soberania primordial desses territórios a Tubal. Por outro lado, não afirma categoricamente que os indígenas seriam descendentes deste neto de Noé, mas sim dos atlantes, como pudemos verificar.

Além dos povoadores da Península, os *pobladores de África* também seriam provenientes da Atlântida, segundo a hipótese do navegador galego.⁶²⁰ Soledad González, como nota Marcocci,⁶²¹ não problematiza o fato de entre os atlantes também estarem os primeiros africanos.⁶²² Apesar de essa interpretação não considerar a possibilidade lógica exegética da origem por parte de um tronco africano, permanece plausível o povoamento dos andes por Tubal em Sarmiento de Gamboa. Se considerarmos o texto de Gamboa em suas redes de referência colaterais, a hipótese do povoamento por algum rei primordial da Hispania se reforça: o próprio Oviedo, atribuindo a povoação a Héspero, diz ser este personagem irmão de Atlante, que, por sua vez, seria “italiano”:

⁶¹⁹ FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias, Volume I* [por D. José Armador de los Ríos]. Madrid: Imprenta de la Real Academia de Historia, 1851. [1535]. (pp. 17 & 18).

⁶²⁰ SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Op. Cit.* (p.42).

⁶²¹ MARCOCCI, Giuseppe. *Op. Cit.* (p.44).

⁶²² Como observa Marcocci, Jean de Léry, levanta a hipótese que os índios do Brasil provêm da mesma linhagem “amaldiçoada” que os africanos, ou seja, de Cam: “No que concerne à beatitude eterna em que cremos e na qual esperamos depois de Cristo, são os selvagens um povo maldito e desamparado de Deus, não obstante as noções muito imperfeitas que possuem da vida futura, e embora com respeito à vida terrena não exista, como já demonstrei, povo menos apegado aos bens humanos. Parece-me pois mais provável que descendam de Cam”. *Ibidem.* (p.44).

*Atlhante y Hespero fueron Hermanos, y no de Mauritania, sino de Italia; y deste Hespero se dijo Hesperia, España, y no de estrella, y que Italia y España deste rey se nombrasem Hesperias.*⁶²³

Deste modo, faz uma relação entre Hespéro e Atlante, mesmo que não explicitamente à terra Atlântida (já que as Antilhas corresponderiam *stricto sensu* às ilhas Hespérides, as quais, segundo a tradição greco-latina são ninfas filhas de Atlas). De qualquer modo, seguindo Viterbo, procura desvincular Héspero do continente africano e conectá-lo às Penínsulas itálica e ibérica. Cabe recordar que a conexão entre o norte da África e Atlas se dava a partir da relação entre território e as narrativas clássicas: a “cordilheira de atlas” está situada ali.⁶²⁴

Se por um lado, Sarmieto de Gamboa recua cronologicamente ainda mais do que Oviedo (atribuindo, possivelmente a povoação a Tubal e não a Héspero), este fornece a ideia de ligação entre os primeiros governantes e povoadores da Península com as Índias, afirmando explicitamente, não serem estes “mauritanos”. Interessante ressaltar, também, a referência posterior de Guaman Poma sobre a descendência espanhola dos indígenas andinos a partir de Noé, o que poderia indicar uma atualização das teses dos cronistas hispânicos (Oviedo; Zarate e, possivelmente, Gamboa) na *Crónica y Buen Gobierno*.

Sérgio Buarque de Holanda nos recorda que Antonio Rodríguez de León Pinelo em seu *El Paraiso en el Nuevo Mundo: comentario apologético* (Madrid, 1656) afirma que o homem teria nascido na América do Sul (onde estaria localizado o Paraíso terreal) e que Noé construíra a arca na vertente ocidental da cordilheira dos Andes. A barca então teria partido dessas montanhas e rumado em direção à Ásia e dali propagou-se pelo mundo.⁶²⁵ Desse modo, temos um exemplo de não apenas um Tubal andino, mas também

⁶²³ FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Op. Cit.* (p.136).

⁶²⁴ Essa cordilheira está tradicionalmente vinculada ao encontro entre Perseu e Atlas, depois daquele ter executado a medusa: “Perseu, depois da vitória, elevou-se nos ares, com auxílio das asas talares de Mercúrio: segurando firmemente seu despojo, atravessou diversos países, e as gotas de sangue que caíam da cabeça da medusa, formaram na África essa quantidade assombrosa de serpentes e insetos (...). Perseu, depois de percorrer o mundo, desde a região em que o sol se ergue até as em que se deita, parou no reino de Atlas, (...). (...) Atlas, lembrando-se de que um oráculo predissera que os frutos dos seus jardins seriam um dia levados por um filho de Júpiter, acolheu-o muito mal, e pretendeu expulsá-lo de sua presença. Perseu, indignado, mas não podendo pensar em lutar contra um gigante do tamanho de Atlas, cuja força não havia quem igualasse, apresentou-lhe a cabeça da Medusa, cujos olhos tinham a propriedade de transformar em pedra todos os que a vissem. O enorme Atlas, mal viu o que lhe era apresentado, transformou-se em montanha: a sua barba e os seus cabelos passaram a ser as árvores que a cobrem, os ombros formaram as alturas e os ossos tornaram-se rochedos que ali se nos deparam” (Ovídio)”. MÉNARD, René. *Mitologia Greco-Romana*. V. 2. São Paulo: Opus editora, 1991 (p. 210)

⁶²⁵ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Op. Cit.* (p.171).

de um Noé montanhês. Poderíamos criar então uma conexão variada e complexa de lugares altos relacionados ao Patriarca e a seu neto: monte Ararat; Pirineus; montanhas bascas e os Andes.

Já em relação aos quatro rios do Paraíso, o Tigre, Eufrates, Gion e Fison passam a ser identificados na obra de León de Pinelo com o Madalena; o Orenoco, o Amazonas e Rio da Prata respectivamente.⁶²⁶ A seguir trataremos de um poema épico sobre a região do Prata, que nos ajudará a aprofundar essas questões geográficas e genealógicas ligadas à descendência de Noé na América.

3.8 Barco Centenera: a viagem dos tupis da Península Ibérica às Américas.

O Texto em questão é *Argentina y conquista del Rio de la Plata, con otros acaecimientos de los Reynos del Peru, Tucuman, y estado del Brasil* (Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1602) de Martín del Barco Centenera (1535 - ?, Logrosán, Cáceres). Ele chegou às Américas na armada de Juan Ortiz de Zárate, estabelecendo-se em Assunção (1574), onde assume o cargo de arcediano. O estremenho teve ativa participação nas expedições pela região do Prata capitaneadas por Ruy Díaz de Melgarejo e Juan de Garay (atuando, inclusive, na segunda fundação de Bueno Aires em 1580). Junto a eles, realiza um extenso trabalho catequizador dirigido aos nativos guaranis. Com esses exploradores, compartilha experiência de escassez, fome e guerra contra os indígenas “subversivos”, que são narradas em seu poema. Na década de 1580, esteve a cargo da Capela da Real Audiência em Chuquiasca, no Alto Peru, assistindo ao conselho de Lima em 1583. Centenera se desentende com o arcebispo de Lima, Toríbio de Mongrovejo e acaba sendo processado pelo visitador Ruiz de Prado, com mais de 14 acusações a princípios da década de 1590.

Então, retorna a Assunção e também exerce cargos políticos e eclesiásticos em Santa Fé e Buenos Aires, até regressar à Península começo do século XVII e tornar-se capelão do marquês de Castel Rodrigo, Cristóvão de Moura, Vice-Rei de Portugal. É, precisamente, em Lisboa no contexto da União Ibérica que publica seu poema *Argentina* (...) em 1602. Foi nessa épica, dirigida a Moura, que se teve notícia, pela primeira vez, do

⁶²⁶ *Idem.*

emprego do termo Argentina para descrever a região e os habitantes da bacia do Prata.⁶²⁷ Além do Peru, Tucumán integra no relato o estado do Brasil, parte do império dos Habsburgos no momento em que foi publicada a obra do arcediano.

Nos ocuparemos do Canto I de seu poema, [*El que trata del origen de los índios Chiriguanas o Guaraníes, gente que come carne humana y del Descubrimiento de esse río*] onde narra os princípios da Península Ibérica e a origem dos indígenas tupi-guarani. De início, descreve a fundação da Espanha, seus primeiros povoadores e a origem dos indígenas do tronco tupi:

*Después de gran castigo y gran justiça,
Que hizo nuestro Dios omnipotente,
Por ver como crecía la malicia,
Del hombre que compuso sabiamente,
Aviendo recebido la propicia
Señal de amistad Noé prudente,
De Iaphet su hijo a si llamado,
Tubal, nació valiente y esforzado.*

*Aqueste fue el primero que en España
Pobló, pero después viniendo gentes
Con la de aqueste Tubal, y otra extraña,
Más del mismo Noé remanecientes
Hespaña pobló, y tanta saña
Cresció entre unos hombres muy valientes
Tupis, que por costumbre muy tirana
Tomaron a comer carne humana.⁶²⁸*

Centenera segue a tópica da povoação por Tubal, mas adiciona uma nova teoria sobre a origem dos chamados Tupis (a qual dará mais detalhes na sequência): eles teriam origem na Espanha, assim como afirmará para os povos andinos Gumán Poma de Ayala. Do ponto de vista exegético, há uma questão ambígua: seriam esses tupis uma linha degenerada de Tubal (que se pôs a comer carne humana) ou seriam um grupo

⁶²⁷ As informações sobre a biografia e os dados iniciais sobre o poema foram baseados em OLIVERO, Fabiana. “Martín del Barco Centenera” em Real Academia de la Historia, *Diccionario Biográfico electrónico*.

⁶²⁸ DEL BARCO CENTENERA, Martín. *Argentina y conquista del Rio de la Plata, con otros acaecimientos de los reynos del Peru, Tucuman, y estado del Brasil*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1602. (fol. 2) No escólio traz a seguinte nota: “Notoria cosa es a los que tienen lumbre de fe el diluvio, y como Noé hizo el arca, e que se salvó con los suyos, (...), y como Tubal, hijo de Iaphet, y nieto de Noé pobló primero en España donde los portugueses dicen llamarse Setúbal, quasi sedis tubal una villa en Portugal”. *Ibidem* (fol.2). Por se tratar de um poema, a grafia das palavras não foi atualizada.

provenientes das *gentes extrañas*? Eugenia Ortiz Gambetta salienta a similitude “filológica” entre Tubal e Tupi, assumindo que Barco de Centenera defenderia a primeira hipótese.⁶²⁹ Mercedes Alonso compartilha da mesma opinião: “*Del nieto de Noé, Túbal, nacen los pobladores de España de los que se desgaja una rama entregada al canibalismo*”.⁶³⁰ O arcediano prossegue com sua teoria:

*Creciendo en multitud por esta tierra,
Extremadura bella, aquesta gente
de tan bestial designio y suerte perra
por atajar tal mal de incontinente,
hicieron los ricinos grande guerra
contra aquestos caribes fuertemente;⁶³¹
en tiempo que no estaba edificada
la torre de Mambros [Ambroz] tan afamada.⁶³²*

Entre as ribeiras do rio Tejo (*Tajo*) e as Serras de Altamira desenrola-se o combate entre os estremenhos chamados por ele de Ricinos (*trujillanos*) e os chamados caribes, comedores de carne humana, que aterrorizavam a região com seus costumes “bárbaros”. É interessante notar o protagonismo que Barco de Centenera dá para Extremadura, sua pátria, a mesma de Francisco de Pizarro (natural de Trujillo), também mencionado no canto I: indica a presença dos remanescentes dos originários espanhóis e dos Tupi-guarani nesse local. Como resultado das contendidas entre os chamados Ricinos-trujillanos e os tupis, segue a derrota destes e logo sua migração para a América:

*Expulsos de la tierra, fabricaron
Las barcas y bateles que pudieron,
Ya a priesa muchos desto se embarcaron
Y al viento sin aguja velas dieron,
A las furiosas aguas se entregaron,
Y así de Extremadura se salieron,*

⁶²⁹ ORTIZ GAMBETTA, Eugenia. “La interfaz indígena-colonial y la migración de imaginarios: el caso de Tupí y Guaraní”. *Nueva revista del Pacífico*, n. 70, p. 82-99, 2019. (p.90).

⁶³⁰ ALONSO, Mercedes, “Versión hiperbólica y nomenclatura fundadora: Diálogo das grandezas do Brasil (Fernandes Brandão)La Argentina de Martín del Barco Centenera” In CROCE, Marcela (dir). *Historia comparada de las literaturas Argentina y Brasileña: De la colonia a la organización nacional*. Eduvim, 2016. (p.60).

⁶³¹Centenera dá mais algumas informações sobre os chamados Ricinos: “*Aquestos son llamados Trujillanos./Quel pueblo Castrum Iulij fue llamado./Que quando le poblaron los Romanos,/El nombre de su César le fue dado,/ Frontero destas tierras los profanos,/ De aquel signo pérfido malvado/ Garybes inhumanos habitavan,/Y toda la comarca maltrataban*”. DEL BARCO CENTENERA, Martín. *Op. Cit.* (fol.3).

⁶³² DEL BARCO CENTENERA, Martín. *Op. Cit.* (fol.3).

*Y a las islas que dicen Fortunadas,
Aportan con sus barcas destrozadas.*⁶³³

Da Extremadura, esses indígenas teriam chegado às Américas em barcas, fazendo uma parada nas chamadas Ilhas Afortunadas, identificadas com as Ilhas Canárias,⁶³⁴ logo teriam atravessado um trecho por terra (retomando a narrativa platônica da Atlântida, evocada por Sarmiento de Gamboa)⁶³⁵ e, adiante, navegaram até chegar em Cabo Frio: “*Que es tierra del Brasil, yendo derecho. Al rio de la Plata, y al estrecho*”. Ou seja, estabelece uma rota de migração do litoral brasileiro para a região da bacia do Prata até o estreito de Magalhães. A região platina é o *locus* cardeal do poema, onde seu autor atuou como catequizador e administrador. Nesse espaço, Barco manteve um intenso convívio com os nativos guaranis. A épica prossegue, narrando a histórias de dois irmãos: tupi e guarani, seu vínculo e sua separação, originando dois diferentes ramos:

*Comiençan a poblar toda la tierra,
Entre ellos dos hermanos an venido,
Mas presto se comiençan a dar guerra,
Que sobre un papagayo sucedido.*⁶³⁶
*Dexando el uno a el otro se destierra,
Del Brasil y a los llanos se a salido,
Aquél que queda ya Tupi se llama,
Estotro Guarani de grande fama.*⁶³⁷

Interessante notar que a divisão dos dois grupos se dá a partir de uma disputa por um papagaio. Do ponto de vista europeu, esse animal, acabou se tornando um símbolo das novas terras, estando presente em relatos escritos, iconográficos e cartográficos desde o princípio da colonização. Nos primeiros tempos do contato, os portugueses,

⁶³³ *Idem.*

⁶³⁴ Apesar de Oviedo não realizar essa ligação, as Ilhas Fortunadas eram, sobremaneira, relacionadas às Hespérides, tal como aparece nos Lusíadas: “Passadas tendo já as Canárias ilhas,/Que tiveram por nome Fortunadas,/Entrámos, navegando, polas filhas/Do velho Hespério, Hespéridas chamadas;/Terras por onde novas maravilhas/Andaram vendo já nossas armadas./Ali tomámos porto com bom vento,/Por tomarmos da terra mantimento”.

⁶³⁵ “Platón escribe, y dize que solía/EL mar del Norte Atlántico llamado/Ser islas lo más del, y se estendía/La tierra desde España en grande grado,/Y que en tiempos passados se venía/Por tierra mucha gente, y se han llamado/Las islas Fortunadas que quedaron,/Cuando otras del mar Norte se anegaron.” DEL BARCO CENTENERA, Martín. *Op. Cit.* (fol.3).

⁶³⁶ Lê-se no escólio a seguinte nota: “Los dos cabeças que salieron de España eran hermanos, Tupi y Guarani eran casads la mujer del uno pidió a la del otro un papagayo, y no dándosele uvo pasión entre los dos hermanos” *Ibidem.* (fol. 4). O autor usa o termo paixão no sentido etimológico, proveniente de *páthos* ou seja, houve uma efeito de afecção, no caso, de desentendimento entre os dois irmãos na disputa pelo papagaio.

⁶³⁷ *Ibidem.* (fol.4).

impressionaram-se muito com as aves e adornos feitas com penas e plumas, sendo elas objeto de seu interesse no escambo com os nativos.⁶³⁸ Como lembra María Juliana Gandini, Pero Vaz de Caminha, em sua famosa carta ao rei Dom Manuel, descreve um nativo tupiniquim com o corpo todo coberto por penas “aseteado como S. Sebastião”. Ortiz Gambetta recorda que a narrativa da divisão entre irmãos não está presente apenas no poema em questão, mas também aparece em *História do Brasil* (1627) de Vicente de Salvador:

Diogo de Avalos, vizinho de Chuquiabue no Peru, em a sua *Miscellanea Austral*, diz que em as serras de Altamira em Espanha havia uma gente bárbara, que tinha ordinária guerra com os espanhóis e que comiam carne humana, do que enfadados os espanhóis juntaram suas forças e lhes deram batalha na Andaluzia, em que os desbarataram e mataram muitos. Os poucos que ficaram, não se podendo sustentar em terra, a desampararam e se embarcaram para onde a fortuna os guiasse, e assim deram consigo nas ilhas Fortunadas, que agora se chamam Canárias, tocaram as de Cabo Verde e aportaram no Brasil. Saíram dois irmãos por cabos desta gente, um chamado Tupi e outro Guarani; este último, deixando o Tupi povoando o Brasil, passou a Paraguai com sua gente e povoou o Peru. Esta opinião não é certa, e menos o são outras que não refiro, porque não tem fundamento: o certo é que esta gente veio de outra parte, porém donde não se sabe, porque nem entre eles há escrituras, nem houve algum autor antigo que deles escrevesse.⁶³⁹

O primeiro ponto a destacar é que Vicente de Salvador atribui a origem do relato à obra *Miscellanea Austral* (Lima, 1602) de Diogo de Ávalos. Segundo Ortiz Gambetta, essa referência não pode ser encontrada em *Miscellanea* (constatação confirmada pelo cotejo que fiz da obra). Como vimos, essa história aparece na obra de Barco de Centenera: uma possível razão para a confusão possa ser que ambas obras foram publicadas no mesmo ano, 1602. No mais, este é um exemplo notável da metodologia histórica do evemerismo, que pode nos ajudar, em termos, a diferenciar o gênero poético do gênero histórico para a época. Vicente de Salvador não parte de um ceticismo acerca da narrativa da origem dos irmãos tupi e guarani, considera-a e, de certo modo, a incorpora. No entanto, chega à conclusão de que não está bem fundamentada. Em primeiro lugar, porque os indígenas não possuem fontes escritas e, em segundo lugar, que não há uma *auctoritas* antiga que o confirme. Evidentemente, a translação do relato acerca dos irmãos do *poema*

⁶³⁸ GANDINI, María Juliana. *¿Quiénes construyeron el Río de la Plata?: Exploradores y conquistadores europeos en el lugar donde se acababa el mundo*. Siglo XXI Editores, 2022. (p. 43) & CUNHA, Manuela Carneiro da. “Imagens de índios do Brasil: o século XVI”. *Estudos avançados*, v. 4, p. 91-110, 1990. (p.95).

⁶³⁹ DO SALVADOR, Vicente. *História do Brasil* – Ed. revista por Capistrano de Abreu. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. (p.95).

para a *história* revela que os índices de produção de verdade estão condicionados ao modo europeu de etnocentrismo, já que o fator primordial de enfraquecimento de sua verossimilhança é a falta de registros escritos pelos autóctones.⁶⁴⁰

A relação dos guaranis com um “barbarismo inato” é pervasiva no Canto I de *Argentina*, sobremaneira, relacionada ao canibalismo. A primeira expedição à bacia do Prata pelos hispânicos foi realizada por Juan de Solís (1515-1516) e, por isso, umas das primeiras denominações do curso de água foi *Río de Solís*. Ao chegar ao estuário, onde se localiza a ilha de Martín García, foram combatidos pelos nativos. Desde o ponto de vista dos europeus, a expedição teve um final trágico: “*Solís y varios tripulantes se acercaron en dos botes a la playa, donde se dijo que fueron atacados, muertos y canibalizados por los nativos. Sus compañeros, que observaron la escena atónitos desde los barcos decidieron entonces abandonar la exploración y regresar a España*”.⁶⁴¹ Sobre isso, o arcediano afirma:

[...] *Ioan Díaz de Solis dio vela al viento,
Al Paraná aportó do los engaños
Del Timbú, le causaron finamiento
En un pequeño río de gran fama,
Qua a causa suya de trayción se llama.*⁶⁴²

Explica o próprio Barco Cenetenra no escólio, que o rio se chama “traição” pelo fato de que os indígenas teriam traído o explorador e o matado. Além de serem descritos como belicosos, embusteiros e fraudulentos (*fol. 7*), menciona o canibalismo dos nativos por diversas vezes, como dissemos, identificando-os como “caribes”. Esse costume é vinculado à uma vontade de vingança cuja origem remontaria à sua expulsão de Estremadura pelos Ricinos-trujillanos:

*El corazón pedia vengança,
De sus passados padrrres que avian sido
De la tierra Estremeña a espada y lança
Expulsos como arriba aveis oydo,
[...].*⁶⁴³

⁶⁴⁰ Ortiz Gambetta relata a presença do relato dos irmãos tupi e guarani e a disputa pelo papagaio em narrativas etnográficas feitas com povos guaranis, modificadas por outros elementos de sua cosmologia. Não se pode saber se elas existiam em tempos pré-colombianos ou se foram incorporadas posteriormente. Cf. ORTIZ GAMBETTA, Eugenia. *Op. Cit.*

⁶⁴¹ GANDINI, María Juliana. *Op. Cit.* (p.45).

⁶⁴² DEL BARCO CENTENERA, Martín. *Op. Cit.* (*fol. 7*).

⁶⁴³ *Ibidem* (*fol. 6*).

Antonio Pigafetta contribuiu para denominar os chamados indígenas chiringuanes (guaranis) de canibais e atribuir culpa a esse grupo pela morte de Solís.⁶⁴⁴ O escritor veneziano distingue os indígenas da costa brasileira dos guaranis: “A diferença é esta: canibais são gente que se alimenta de carne humana; muito distinta é a situação dos tupi que comem seus inimigos por vingança”.⁶⁴⁵ Centenera aproveita da carga semântica pejorativa atribuída por Pigafetta ao termo caribe, mas já identifica a prática como um elemento ritual de vingança, causada, segundo ele, por uma reação à sua expulsão da Península.

Outra expedição que Centenera destaca foi a de Sebastião Caboto. Em 1526, o Capitão parte de Cádiz com o objeto seria alcançar as ilhas Molucas (*Especiería*) atravessando o estreito de Magalhães. Nesse mesmo ano, aporta em Pernambuco. No litoral nordestino, recomendam a ele que se encontre com os naufragos de expedição de Solís, ao sul, na região de Porto dos Patos, próximo à ilha de Santa Catarina. De Pernambuco, parte então para o sul da costa atlântica, e lá encontra Henrique Montes e Melchior Ramírez, remanescentes da incursão de 1516. Ambos dão notícias animadoras a Caboto:

*Luíz Ramírez, un Hidalgo embarcado en la expedición, resumió lo dicho por Montes a los oficiales de la armada, quien anunció gozoso ‘si le queríamos seguir, que nos cargaría de oro y plata’. Además, según decían pel y su compañero, los indios de la costa brasileña solían ir hacia el oeste a obtener planchas de metal precioso de la Sierra de la Plata, una montaña argentífera accesible remontando el Río de Solís.*⁶⁴⁶

De posse dessas informações, a tripulação, em um impulso de busca do elemento edênico americano,⁶⁴⁷ abandona a ideia de partir ao oriente e colocam-se de acordo para buscar a “Serra da Prata” (recorde-se que os espanhóis ainda não haviam descoberto o Cerro Rico de Potosí), aludida pelas narrativas que escutaram no litoral catarinense. Efetivamente o fazem, se lançando na navegação do rio Paraná e fundando o forte de *Sancti Spiritus*. Em 1528, a armada de Diego García Morguer junta-se à de Caboto e partem em expedições para o interior da bacia do Prata com o objetivo de encontrar metais

⁶⁴⁴ GANDINI, María Juliana. *Op. Cit.*(p.48).

⁶⁴⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. Cit.* (p.99).

⁶⁴⁶ GANDINI, María Juliana. *Op. Cit.* (p.53).

⁶⁴⁷ Essa expressão foi tomada do subtítulo de *Visões do Paraíso (Os Motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil)*. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Op. Cit.*

preciosos, os quais jamais acharam. Quando ambos retornavam ao forte, foram avisados que os nativos chandules haviam destruído *Sancti Spiritus*, levando ao fim da expedição. Essa incursão foi, no entanto, decisiva para rebatizar o rio: de Rio de Solís, começa a ser conhecido como Rio da Prata.⁶⁴⁸ Barco de Centenera exclui qualquer participação ativa da narrativa indígena sobre a “Serra da Prata”.⁶⁴⁹ Então, heroiciza Caboto, o responsável por operar essa renomeação:

*Por Piloto Mayor de Magallanes
Al estrecho venido a queste avia.
No harto de pasar penas y afanes,
La conquista a don Carlos le pedía,
Entro el río arriba con desmanes,
Hasta que ya el postrero le venía,
En que su alma del cuerpo desata,
Poniendo al Paraná nombre Plata.*⁶⁵⁰

O poema do arcediano é um exemplo de como as expectativas dos europeus se misturaram indissociavelmente com a vivência empírica no chamado Novo Mundo, como lembram Sérgio Buarque de Holanda e María Juiana Gandini. É notável que o personagem Tubal tenha participado dessa experiência, contribuindo para o imaginário europeu acerca de terras longínquas, mas que seu pensamento procurava aproximar de si, preparando o solo para práticas de poder e governo sobre os nativos.

“O mistério das origens incita a conceber um mundo cujas diferentes partes comunicam-se ou teriam se comunicado entre si há muito tempo” afirma Gruzinski sobre a relação espaço-temporal entre esses diferentes mundos que se relacionam.⁶⁵¹ Em um contexto onde identidades se sobrepunham, como indica Gil Pujol, de que maneira se organizava a ideia de afinidades entre os territórios (permitindo sua coexistência) de um conjunto heterogêneo como o da Monarquia Hispânica?

⁶⁴⁸ GANDINI, María Juliana. *Op. Cit.* (pp.57 & 58).

⁶⁴⁹ Del Barco menciona no escólio a relação de indígenas com objetos de prata, mas não os relaciona com a ação de renomear o rio. Falando de Caboto, afirma: “(...) *puso por nombre al Paraná, Rio de la Plata, porque al tiempo que le descubrió halló en el indios con planchas y corona de plata.*” DEL BARCO CENTENERA, Martín. *Op. Cit.* (fol. 7).

⁶⁵⁰ *Ibidem* (fol. 7).

⁶⁵¹ GRUZINSKI, Serge, 2014. (p.146).

Lembra Michel Foucault a existência de uma episteme cujas bases remontam às relações de simpatia e antipatia.⁶⁵² os encontros entre saberes, culturas e territórios não pertencem ao acaso das casualidades. Desde da perspectiva cultural ocidental-cristã, há uma relação de identidade providencialista entre os mundos (ou entre “o mundo”), ou seja, há a ideia de pertencimento mútuo. Surgem hipóteses vivas de que o encontro entre o Velho e o Novo Mundo já se realizara em tempos pós-diluvianos, fazendo da experiência quinhentista um reencontro - como explicita Oviedo - para júbilo do imperador Carlos V.⁶⁵³ Certamente, o saber produzido a partir dessa intersecção entre europeus e ameríndios pelos eruditos do velho Mundo tem um componente mais instável, em comparação com os jogos de erudição intra-europeus assentados em uma consolidada tradição antiga e medieval. Portanto, abre-se um espaço amplo para a teorização e criação de hipóteses.

Então, elaboram-se discursos sobre os vínculos entre a Península e suas colônias, inclusive, com base genealógica. Encontram-se velhos parentes do tronco de Noé e, porventura, até mesmo da linhagem de Tubal. Nessa família, no entanto, existem aqueles que permaneceram “firmes e fiéis” às suas origens, preservando a “limpeza do sangue” do neto de Noé e, outros, que caíram no engano da ilusão e da idolatria.⁶⁵⁴ Desde o ponto de vista dos ibéricos, esse “reencontro” seria a oportunidade para (re)introduzir a fé

⁶⁵²FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. [Cap. II – A Prosa do Mundo].

⁶⁵³ Gerbi transcreve a interessante carta do imperador para Oviedo, onde ele aponta a significação da hipótese das Hespérides, além de citar Tubal como referencia cronológica e genealógica: “También vi lo que dezís que tenéis escrito y entendeis embiar probado con cinco autores, que esas islas fueron del rey de España duodézimo, contando desde el rey Túbal, que tomó ciertos reinos después de Hércules, año de 1558 antes de nuestro redemptor encarnase, de manera que este presente año se cumplen 3091 años que esas tierras eran de centro real de España, y que no sin gran misterio, a cabo de tantos años, volvió Dios a cuyas eran, y todo lo demás que cerca desto dezís, y holgaré de ver en fundamento que para ello tenéis; y así os mando que si quando ésta recibáis no lo huvieres embiado, lo me enbiéis en el primer navio que para estos Reynos partiere y duplicado en caso que lo huviéres enviado”. [Documento transcrito en e. Jos, ‘Fernando Colón y su Historia del Almirante’, art. Cit. pp. 18-19 y en ‘Impugnaciones a la Historia del almirante escrita por su hijo’, Revista de Indias, III, (1942), pp, 204-105] In GERBI, Antonelo. *Op. Cit.* (p.328).

⁶⁵⁴ A acusação de idólatras também aparece em Oviedo no contexto peninsular, dirigido aos romanos, caracterizando um antirromanismo - na expressão de Gerbi - como vemos também nos cronistas bascos por meio de seu tubalismo. Essa depreciação dos romanos aparece, na crônica, contraposta a uma exaltação dos godos e dos naturais espanhóis (procurando uma posição de “equilíbrio” entre essas duas matrizes referenciais): “(...) nuestro origen de España em Tubal hubo comienzo, el cual vino a poblar España poco después del universal diluvio. (...). Por manera que España mucho más debe gloriarse de sus godos y de sus propios naturales españoles, que no de los beneficios ni industria de la gente romana, ni de su auxilio ó costumbres, y de su poca utilidad y muchos trabajos y males que a España se siguieron (...)” FERNÁNDEZ DE OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo. *Historia general y natural de las Indias, Volume II* [por D. José Armador de los Ríos]. Madrid: Imprenta de la Real Academia de Historia, 1851. [1535]. (p.3).

verdadeira nos “decaídos” nativos americanos: processo que não se realizaria, no entanto, isento de violência, hierarquização, negociações, delimitação de fronteiras e constituição de alianças.

CONCLUSÃO

“The past is a foreign country: they do things differently there”.

L.P. Hartley. *To go-Between*. New York: New York Review Books, 1953.

Desse modo, chegamos ao fim de nossa biografia da ideia tuballista. Como toda biografia, ela foi contada desde um determinado recorte e perspectiva. Nosso enfoque principal vai da *Crónica General de España* de 1543 do zamorano Florián de Ocampo até 1666, um ano após a morte de Felipe IV. Nesse ano, Isidro de Sariñaña descreve as exéquias do rei na catedral do México em *Llanto del Occidente*. A abrangência espaço-temporal demonstra o percurso desse trabalho, onde demonstramos a circulação de saberes da Península até o Novo Mundo (e vice-versa) no tempo dos reis Habsburgo. Essa circulação é aqui destacada por meio de disputas em torno do genesíaco neto de Noé.

Desde a cronística medieval, Tubal foi associado à Península Ibérica. Este vínculo que já havia ganhado corpo, ganha novo impulso no final do século XV pela obra *Commentaria* do dominicano Giovanni Nanni, dito Annio de Viterbo (1498). Essa obra escrita no pontificado de Rodrigo Bórgia (Borja), contou com o patrocínio do embaixador hispano na cúria, Garcilaso de la Vega. Uma das razões do texto ser dedicado aos Reis Católicos. Além dos comentários, esse documento traz a publicação de vários manuscritos “perdidos”, supostamente revelados aos letrados pelo dominicano. Um deles seria uma parte da obra de Beroso, caldeu, que fortalece a tese do povoamento prístino dos reinos ibéricos por Tubal.

Na expressão de Albaladejo, há um verdadeiro “efeito Annio” nos círculos eruditos hispânicos, sendo um de seus principais divulgadores o referido Florian Ocampo (1499-1558). O cronista de Carlos V enfatiza que o povoamento ibérico teria se iniciado por Andaluzia e o primeiro assentamento fixo seria Setúbal, em Portugal. O argumento onomástico de semelhança dos nomes seria uma importante evidência da passagem do neto de Noé pela costa lusitana. Ressalte-se que o reino português é considerado parte do conjunto chamado Espanha por Ocampo. Desse modo, vemos o início de uma tópica que se instalará ulteriormente: onde seria o lugar primevo da chegada e povoamento de Tubal e seus descendentes?

Muitos eruditos defenderam seus pontos de vista acerca desse evento, pois a controvérsia em torno da descendência direta do neto de Noé implicava no vínculo a uma ilustre genealogia que expressaria antiguidade, nobreza e preeminência no conjunto da

monarquia dos Habsburgo. Em tempos de Felipe II, esse problema tornou-se um elemento fundamental para os bascos, que se apropriaram do tubalismo para defender o estatuto jurídico das fidalguias coletivas, principalmente, em Biscaia e Guipúscoa nas figuras de Andrés de Poza (1530-1595) e Esteban de Garibay (1533-1599). O basco-iberismo desses autores, foi determinante no adensamento da tese da autoctonia hispana como relato forte da identidade ibérica, nos termos de Fernández Albaldejo. Essa tese disputava com o vínculo linhagístico com o passado visigótico, que nunca deixou de rivalizar com o tubalismo como referencial genealógico na Espanha moderna.

Como vimos, a relação dos lusitanos com Tubal foi ensejada pela crônica de Ocampo, expondo a questão, inclusive, para os eruditos do reino governando pelos Avis. O tubalismo esteve presente em Portugal antes da União Ibérica, em Gaspar de Barreiros (c. 1515-1574) e Andrés de Resende (1500-1573), mas pelas razões que explicitamos no capítulo II, havia um certo distanciamento face essa matéria. A situação política muda em 1580, e os lusitanos são impelidos a pensar acerca de sua articulação com o conjunto ibérico no presente e no passado. Então, as narrativas sobre Tubal passam a integrar mais vivamente os relatos lusitanos acerca das origens do reino, em um movimento de apropriação com Bernardo de Brito (1569-1617), Fernando de Oliveira (1507-1581) e o padre Antônio Vieira (1608-1697). O passado ibérico, incluindo a narrativa tubalina, foi também de motivo de combates acalorados no momento da restauração portuguesa, como entre Antônio Pais-Viegas (?-1650) e Juan Caramuel (1606-1682).

A tópica tubalista passa para o outro lado do oceano, ensejando a dispersão desse problema. Na zona de contato (conceito de Mary L. Pratt) que se estende desde o México até o rio da Prata, discute-se sobre Tubal por meio de personalidade tão diferentes como Baltasar de Echave (1548 – c.1620); Hernando Ojea (1543-1615); Arias de Villalobos; (1568-1622) Isidro Sariñaña (1630-1696); Guaman Poma de Ayala (1534-1615); Pedro Sarmiento de Gamboa (1532-1592) e Martín Barco de Centenera (1535-c.1602). O encontro dos europeus com os modos de vida dos nativos introduz novas questões ao repertório de saber clássico e medieval. Essa experiência fez com que os naturais do Velho Mundo se perguntassem acerca da origem daqueles homens de costumes tão diferentes dos seus e qual a relação deles com a descendência de Noé. Logo, há um esforço para pensar a conexão dos ameríndios com a temporalidade pós-diluviana e com o próprio Tubal.

Como fez Machado de Assis em sua obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) pela voz de seu personagem principal, um defunto autor, começamos a introdução pelo avesso do tubalismo, ou seja, pelo declínio do valor de verdade desse saber, a partir da segunda metade do século XVII. Nesse momento, desenvolve-se uma doutrina de pesquisa “crítica”, uma renovação do método historiográfico, onde as “evidências documentais” passam a ter um maior valor do que a tradição.

Os eruditos quinhentistas e seiscentistas, eram adeptos do método evemérico e não partem daqueles princípios críticos. Consideram que “toda lenda tem um fundo de verdade” como diz Paul Veyne, principalmente, caso uma narrativa esteja alicerçada em autoridades antigas. Nosso estudo contribui para a compreensão do tubalismo como um saber que possuiu efeitos de verdade, nos termos de Foucault. Nessa rede de saber é possível entender o lugar do toledano Jerónimo de la Higuera (1538-1611), acusado de ser um grosseiro falsário a partir dos fins do século XVII: o regime de veridicção não era o mesmo face ao que emergiu após o advento da renovação da doutrina de pesquisa historiográfica. Nesse sentido, a partir da década de 1670, autores hispânicos alinhados com o método crítico, apontaram o tubalismo (mas não necessariamente a base noélica de povoamento) como uma narrativa inconsistente, fabulosa e incerta. Os europeus que, muitas vezes, apontaram os despropósitos dos costumes e saberes dos “bárbaros” ameríndios ao chegar a América, foram julgados despropositados no cerne de sua episteme, pelos próprios europeus ulteriores. O conceito de barbarismo revela, assim, um profundo etnocentrismo. Ao atribuir o barbarismo dos demais, sempre se corre o perigo de tornar-se o bárbaro de outrem.

Recordemos que o tubalismo possuiu uma função medular nos séculos XVI & XVII em um entramado conceitual, onde estavam associados genealogias, a chamada “limpeza de sangue”, adesão primeva ao monoteísmo (relacionado ao catolicismo), disputas por preeminência no conjunto monárquico e, inclusive, vínculos de sucessão fundiários como o *Mayorazgo* ou morgado em Portugal. Esse entramado foi utilizado por cidades, bispados, regiões, famílias e casas reais como elemento de credibilidade sob a égide de um passado primordial.

Por um lado, é possível dizer que o tubalismo possuía uma potência articular, pois o neto de Noé seria o patriarca de toda a Península Ibérica. Por outro lado, tal potência não deve ser confundida com uma substância unitária. Por exemplo, foi utilizado de maneira francamente particularista pelo catalão Francisco Viladamor durante a crise da

década de 1640. É importante deixar claro, como faz Gil Pujol, que na época moderna havia uma superposição de identidade e lealdades, fazendo escapar a ideia de Estado-nação para a época que estudamos.

No que diz respeito a essa tese, acredito ter demonstrado algumas linhas importantes dos “atos constitutivos” desse campo de saber, dando especial relevância ao que poderíamos chamar, nos termos de Judith Butler, de performance tubalista. Isso se expressa no desejo de nossos agentes em se tornar descendentes de Tubal, acompanhado de um processo intrínseco de nobilitação ligados a vínculos linhagísticos antuquíssimos.

Como há biografias de pessoas, também há biografias de ideias, na expressão de Sérgio Buarque. Ao escrever sobre essas vidas, acompanha-se sua complexidade, seus percalços, irresoluções, controvérsias, improbabilidades, combates, limites e passagens. O tubalismo é uma dessas ideias cheias de vida. Apresentamos algumas linhas dessa complexidade ao leitor, e animamos a outros pesquisadores a seguirem a tarefa de continuar perseguindo a biografia dessa ideia, cuja potência ultrapassa o início e o fim destas páginas.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias em *ordem cronológica*

ARISTÓTELES. *Retórica*. Coord. António Pedro Mesquita ; pref. e intro. de. Manuel Alexandre Júnior; trad. e notas Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena. - 5ª ed. - Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda : Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2005. [s. IV a.c].

ESTRABÓN. *Libro Tercero de la Geografía de Estrabón, que comprende un tratado sobre España antigua*. Traducido del Latín por Don Juan Lopez. Madrid: por la viuda de Ibarra, Hijos, y Compañía, 1787. [c. 7 a.c].

OVÍDIO. *Os Fastos*. Trad. Antonio Feliciano de Castilho seguido por copiosas anotações por quase todos os escritores portugueses contemporâneos. T.1. Lisboa: Imprensa da Academia Real das Ciências, 1862 [c. 8-12 d.c].

JOSEFO, Flavio. *Antigüedades judías*. Vol.46. Madrid: Ediciones AKAL, 1997 [c.93-94].

JERÓNIMO. *Obras Completas. T.IV. Cuestiones relativas al Antiguo Testamento*. Trad. Rosa María Herrera García. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004. [c.405-420].

ISIDORE OF SEVILLE. *History of the Goths, Vandals, and Suevi*. Traslated from the Latin with an introduction by Guido Donini and Gordon B. Ford, Jr. Leiden: E.J. Brill, 1970. [c.624].

ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologías*. Trad. José Oroz Reta y Manuel-A. Marcos Casquero. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004. [c. 630].

CRÓNICA ALBENDENSE. Ed. Lomax, D.W. “Una crónica inedita de Silos”, en homenaje a Pérez de Úrbel, Silos, 1976. [s.IX].

HUGO DE SÃO VITOR *Didascálicon: da arte de ler*; introdução e tradução de Antonio Marchionni. - 2. ed. - Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2007. [s.XII].

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Trad. Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989. [1243].

LAS SIETE PARTIDAS DEL REY DON ALFONSO EL SABIO. Madrid: en la imprenta Real, 1807 [1252–1284]. [Biblioteca Athenaeum de Barcelona]. Disponível em: <https://tinyurl.com/bd6z4ru7> [Digitalizado por Google Books].

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Primera crónica general: estoria de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid, Bailly-Bailliére, 1906. [finais do s.XIII].

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia: Inferno* (edição bilíngue). 5ªed. Trad. e notas de Italo eugenio Mauro. São Paulo: Editora 34.

Fuero de Vizcaya: acordado en la Junta de 2 de Junio de 1452 dentro de la iglesia de Santa María de la Antigua de Guernica por los alcaldes de fuero y los diputados en la Junta General de Idoibalzaga. Bilbao: Imprenta y Librería de José de Astuy, 1909. Disponível em: <http://www.liburuklik.euskadi.net/handle/10771/24519>

CRONICA DE LOS REYES DE NAVARRA *por el Príncipe de Viana por D. José Yanguas y Atiranda*. Pamplona: Imprenta de D. Teodoro Ochoa, 1843. [c.1454].

Edicto de los Reyes Católicos (31 marzo, 1492) desterrando de sus Estados á todos los judíos in Boletín de la Real Academia de la Historia. Tomo 11, 1887. Disponível em Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes: http://www.cervantesvirtual.com/portales/universidad_iberamericana/obra-visor-din/boletin-de-la-real-academia-de-la-historia--7/html/02588820-82b2-11df-acc7-002185ce6064_123.html

VITERBO, Annio. *I Cinque Libri de la Antichità de Beroso Sacerdote Caldeo. Con lo comento di Giovanni Annio de Viterbo Teologo eccellenstissimo*. Trad. Pietro Lauro Mondonese. In *Ventia per Baldissera Constantini*, 1550. [1498]. [Universidade do Estado de Ohio]. Disponível em: https://books.google.es/books?id=HtVBAQAAMAAJ&dq=I+Cinque+Libri+de+la+Antichit%C3%A0+de+Beroso+Sacerdote+Caldeo.&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

El Fuero, Privilégios, Franquezas y Libertades Del M.N y M.L señorío de Vizcaya – con una introducción de Dario Areitio y Mendiolea -. Bilbao, Imprenta Provincial de Vizcaya. 1977? [1528].

MARINEO SÍCULO, Lucio. *Obra compuesta por Lucio Marineo Sículo, cronista de sus Majestades de las cosas memorables de España*, Alcalá de Henares, 1539. (fol. XXIX). [Biblioteca Central Nacional de Roma]. Digitalizado por Google Books:

https://books.google.es/books?id=ycuPOOMZ2usC&dq=Lucio+marineo+Siculo&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

WILLIAM CONZELMAN (tr.), *Chronique de Galâwdêwos (Claudius), Roi d'Ethiopie*. Paris: Emile Bouillon, 1895 [c. 1541-1542]. Bibliothèque Nationale de France. Digitalizado por Gallica. Disónível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k33073h>

OCAMPO, Florián. Los Cuatro Libros Primeros de la Crónica general de España que recopila el maestro Florián do Campo criado y cronista del Emperador Rey Nuestro Señor por Mandado de su Majestad Cesárea. Zamora: Juan Picardo editor: 1544. [Biblioteca pública da Baviera]. Digitalizado por Google Books: https://books.google.es/books?id=Jj1gko98ZUAC&dq=los+cuatro+libros+de+la+cr%C3%B3nica+ocampo&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

CARBONELL, Miquel. *Chroniques de Espanya : fins aci no divulgades : que tracta dels nobles e invictissims Reys dels Gots y gestes de aquells y dels Contes de Barcelona (...)*. Imprimida en Lany, 1547. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

BEUTER, Pere Antón. *Primera parte de la Coronica general de toda España, y especialmente del reyno de Valencia. Donde se tratan los estraños acaecimientos que del diluvio de Noé hasta los tiempos del Rey Iayme de Aragõ, (...)*. Valência: Ioan Mey Flandro, 1563 [1546]. [Universidad Complutense de Madrid]. Digitalizado por Google Books: https://books.google.es/books?id=wVY6Z3vq5JYC&dq=Primera+parte+de+la+Coronica+general+de+toda+Espa%C3%B1a,+y+especialmente+del+reyno+de+Valencia&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

MEDINA, Pedro. *Libro de grandezas y cosas memorables de España. Sevilla: Dominico de Robertis, 1548*. [Biblioteca Nacional de España] – Digitalizado por Biblioteca Digital Hispánica: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000108163&page=1>

BERMUDO, JUAN. *Comienca el libro llamado declaracion de instrumentos musicales dirigido al clementísimo Don Joan tercero (...)*. Osuna: Juan de León, 1549. [Biblioteca estadual da Baviera]. Digitalizado por Google Books: https://books.google.com.br/books?id=fzw8AAAACAAJ&pg=PP4&dq=Juan+de+bermudo&hl=pt-BR&newbks=1&newbks_redir=0&sa=X&ved=2ahUKEwjEu7HGI5X9AhWFgpUCHX0HB0gQ6AF6BAgHEAI#v=onepage&q=Juan%20de%20bermudo&f=false

OCAMPO, Florián. *Los cinco libros primeros de la crónica general de España que recopilaba el maestro Florián de Ocampo, cronista del rey nuestro señor, por mandato*

de su majestad, en Zamora, 1553. [Biblioteca Nacional da Espanha]. Digitalizado por Biblioteca Digital Hispánica [BNE]: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

ALCOCER, Pedro. *Hystoria, o descripcion de la Imperial cibdad de Toledo: con todas las cosas acontecidas en ella, desde su principio, y fundación (...)*. En Toledo, Juan Ferrer, 1554. [Universidad Complutense de Madrid]. Digitalizado por Google Books: Disponible em: <https://tinyurl.com/4hap5mrc>

DE AMARAL, Nicolau coelho. *Monostichon de primis hispanorum regib. lib. Primus, Conimbrigae, 1554.* [digitalizado por Google books]. Disponible em: <https://books.google.com.br/>

MARTÍNEZ DE ZALDIBIA, Juan. *Suma de las cosas cantábricas y guipuzcoanas* [Manuscrito], 1560. [Digitalizado pelo Governo Basco]. Disponible em: <http://www.liburuklik.euskadi.eus/jspui/handle/10771/9161>

BARREIROS, Gaspar. *Censuras de Gaspar Barreiros sobre quatro liuros intitulos em M. Portio Catam De Originibus, em Beroso Chaldaeo, em Manethon Aegyptio & em Q. Fabio Pictor Romano.* - Em Coimbra : per Ioam Aluares : impresso à su custa, 1561. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponible em: <https://purl.pt/14297>

BARREIROS, Gaspar. *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno MDXXXXVj começado na cidade de Badajoz em Castella, (...)*. Coimbra: Ioam Álvares, 1561. [Universidad Complutense de Madrid. Digitalizado por Google Books: <https://tinyurl.com/hkmdry4u>

DE MOLINA, Alonso. *Vocabulario en lengua castellana y mexicana y mexicana y castellana.* Mexico: Casa de António Spinosa. 1571 (fol. 145).

GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Los XL libros del compendio historial de las chronicas y vniuersal historia de todos los reynos de España (...)*, Impreso en Anverespor Christophoro Plantino, prototyphographo de la catholica magestad, 1571. [Digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponible em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

GARIBAY Y ZAMALLOA, Esteban. *Grandezas de España: noticias de los títulos y casas ilustres en ella y otras particularidades.* Colección Garibay [Real Academia de Historia] mss. 9-10-2 y 9-10-3, 2.102 a 2.111. XI tomos.

Sarmiento de Gamboa, Pedro. *Historia de los Incas, Buenos Aires*, EMECE, Imprenta López, 1942 [1572].

CAMÕES, Luís Vaz, *Os Lusíadas*. Prefácio de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Instituto Camões, 2000. [1572].

MARIETA, Juan de. *Historia Ecclesiastica de todos los santos, de España: (...)*. [ratado, De Las Fundaciones de la Ciudades y Villas principales de España, donde se resume todo lo contenido en las quatro partes, con otras cosas muy curiosas]. En Cuenca, Pedro del Valle impressor, 1576. [Biblioteca Nacional da Bavier]. Digitalizado por Google Books. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=YQ5LAAAACAAJ&newbks=1&newbks_redir=0&dq=historia+eclesiastica+de+todos+los+santos,+de+espa%C3%B1a&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

GANDAVO, Pero Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. [1576].

OLIVEIRA, Fernando. *História de Portugal [1580]* In FRANCO, José Eduardo. *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Roma Editora, Lisboa, 2000.

OLIVEIRA, Fernando. *Livro da Antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade de Portugal [1580]* In FRANCO, José Eduardo. *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Roma Editora, Lisboa, 2000.

POZA, Andrés. *De la antigua lengua, poblaciones, y comarcas de las Españas, en que de paso se tocan algunas cosas sobre de la Cantabria*. Con privilegio real, impresso en Bilbao por Mathias Mares, primer impresor de Vizcaya, 1587. [Digitalizado por Google Books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

POZA, Andrés. *Fuero de hidalguía Ad Pragmaticas de Toro & Tordesillas*, [Ed. Carmen Muñoz Bustillo; Trad. Ma. De los Angeles Durán], Universidad del País Vasco, Bilbao: 1997 [1588].

PINEDA, Juan. *Los treynta libros de la Monarchia Ecclesiastica, o Historia universal del mundo divididas in cinco tomos*. Salamanca, en casa de Juan Fernández, 1588. [Biblioteca Pública de Lyon- Bibliothèque jésuite des Fontaines]. Digitalizado por google Books. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=kRH6nusNA2oC&newbks=1&newbks_redir=0

[&dq=entr%C3%B3+Comero+Galo+em+el+reyno+de+la+Toscana&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s](#)

RESENDE, André de. *As Antiguidades da Lusitânia*. ROSADO FERNANDES, R.M (Introdução, tradução e comentário) & TAVARES DE PINHO, Sebastião (Estabelecimento do texto latino). Coimbra; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. [1593].

MARIZ, Pedro. *Dialogo de Varia Historia, El que sumariamente se referem muytas cousas antigas de Hespanha: todas as mais notavees, que em Portugal aconteceram (...)*. Em Coimbra. na officina de Antonio de Mariz, com Privilegio Real, 1594. [Digitalizado por Biblioteca Nacional de Portugal]. Disponível em: <http://purl.pt/index/geral/PT/about.html>.

ROMÁN DE LA HIGUERA, Jerónimo. *Historia, eclesiastica de la ymperial ziudad de Toledo, y su tierra, la qual con los principios, sucessos y religion quea tenido, los señores que hasta estos tiempos la han governado con las memorias de parrochias y monasterios, con las vidas sus Arçobispos, dotaçiones y grandezas de la ssancta yglesia primada de las Españas* (c.1595-1604) [Cópia Manuscrita - digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponível em: <http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?languageView=es&field=todos&text=Jer%C3%B3nimo+rom%C3%A1n+de+la+higuera&showYearItems=&exact=on&textH=&advanced=false&completeText=&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=16>

DE BRITO, Bernardo. *Monarchia Lusytana composta por frey Bernardo de Brito chronista geral e religioso da ordem de s. Bernardo, professo no Real mosteiro de Alcobaca : Parte primeira que contem as historias de Portugal desde a criação do mundo te o nascimento de nosso ãor Iesu Christo*. Impresso no insigne mosteiro de Alcobaca por mandado do – R – Padre geral Frey Francisco de s. clara com licença e privilegio Real, 1597. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

MARIANA, Juan de. *Historia general de España. Compuesta primero en Latin después buelta al castellano por Juan de Mariana (...)*. Con licencia e privilegio en Toledo, por Pedro Rodriguez, impresor del rey nuestro señor, 1601. [digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

BARCO CENTENERA, Martin del. *Argentina y conquista del Rio de la Plata, con otros acaecimientos de los reynos del Peru, Tucuman, y estado del Brasil*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1602. [Biblioteca Nacional da Áustria]. Digitalizado por google Books: https://books.google.com.br/books?id=1tJVAAAACAAJ&newbks=1&newbks_r edir=0&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

LOPE DE VEJA Y CARPIO, Felix. *La Hermosura de Angelica, con otras diversas rimas*. En Madrid, en la empresa de Pedro Madrigal, 1602. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

LEONARDO DE ARGENSOLA, Lupercio. *Información de los sucesos del reino de Aragón em los años de 1590 y 1591, en que se advierte los yerros de algunos autores*. [1604]. Madrid: Imprenta Real, 1808. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=Q6UNAQAIAAJ&pg=PP7&dq=Informaci%C3%B3n+de+los+sucesos+del+reino+de+Arag%C3%B3n+en+los+a%C3%B1os+de+1590+y+1591,+en+que+se+advierte+los+yerros+de+algunos+autores.+Madrid:+Imprenta+Real,+1808.&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjmc6y0ZvWAhVEg5AKHYFiDosQ6AEIJzAA#v=onepage&q&f=false>

LUXAN Y SAYAVEDRA, Matheo. *Segunda Parte de la vida del pícaro Guzmán de Alfarache*. En Brucellas, por Roger Velpius, en el águila de oro, cerca del palacio, 1604. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

CERVANTES, Miguel. *O Engenhoso Fidalgo D. Quixote de La Mancha* [El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de La Mancha] (Edição Bilíngue). 6ªed. Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Editora 34, 2011. [1605].

ALDREDE, Bernardo. *Del origen y principio de la lengua Castellana o romance que oi se usa en España por el doctor Bernardo Aldrede canónigo en la Santa Iglesia de Cordoba*. En Roma acerca de Carlo Wilhetto, 1606. [digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

NUNEZ DE LIÃO, Duarte. *Origem da lingoa portuguesa (...)*. Em Lisboa, impresso por Pedro Crasbeeck, 1606. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

PALLET, Jean. *Diccionario muy copioso de la lengua española y francesa en el qual son declaradas todas las palabras castellanas y francesas con sus propias y naturales significaciones sacadas de muchos y muy excelentes autores antiguos y modernos*. Paris chez Mathie Guillemot, 1604.

DE ECHAVE, Balthasar. *Discursos de la antigüedad de la lengua cántabra bascongada, cõpuestos por Balthasar de Echave, (...)*. En Mexico, en la emprenta de Henrrico Martinez, 1607. ad[Digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

PUJADES, Geronimo. *Crónica universal del Principado de Cataluña, escrita a principio del siglo XVII por Geronimo Pujades, doctor em derechos, natural de Barcelona, y catedrático de su universidade Literaria*. Prier a parte, T. I. Barcelona: imprenta de Jose Torner, 1829 [1609]. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

COVARRUBIAS, Sebastián. *Tesoro de la Lengua Castellana, o española. Compuesto por el licenciado Don Sebastián de Covarrubias de Orozco, capellan de su Magestad, Mestre escuela y canónigo de la Santa Madre Iglesia de Cuenca y consultor del Santo Oficio de la Inquisición. Dirigido a la Magestad Católica del rey Don Felipe III. Nuestro Señor. Con privilegio. En Madrid, por Luis Sanchez, impressor del Rey N.S. Año del Señor M.DC.XI [1611].* Disponible em: https://books.google.com.br/books?id=qKm8nzelynUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

COVARRUBIAS, Sebastián. *Suplemento al Thesoro de la lengua castellana* [Reproducido a partir del Ms 6159 de la Biblioteca Nacional de Madrid]. Disponible em Nuevo Tesoro lexicográfico de la RAE: <https://apps.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0>.

POMAN DE AYALA, Guamán. *Nueva Corónica y Buen Gobierno*. Edición y prólogo de Franklina Pease G. Y. Vocabulario y traducciones de Jan Szeminski. T.I. México D.F: Fonde de Cultura Económica, 1993.

PAYA D'ANDRADE, Diogo. *Exame d'antiguidades, composto por Diego Paya D'Andrade (...)*. Em Lisboa, Impresso na officina de Iorge Rordiguez, 1616. [digitalizado por Google books]. Disponible em: <https://books.google.com.br/>

DA SYLVA, Bernardino. *Defensam da Monarchia Lusitana (...)*. Em Coimbra, na officna de Nicolao de Carvalho, 1620. [digitalizado por Google books]. Disponible em: <https://books.google.com.br/>

NAVARRO, Antonio. *Epitome de los Señores de Vizcaya (...)*. Con privilegio, En Turin, en la emprenta de Tarin, 1620. [Digitalizado por Google Books]. Disponible em: <https://books.google.com.br/>

FRANCIOSINI FLORENTÍN, Lorenzo. *Vocabolario español-italiano, ahora nuevamente sacado a luz*. Segunda parte. Roma: Iuan Pablo Profilio a costa de Iuan Ángel Rufineli y Ángel Manni. Disponible em Nuevo Tesoro lexicográfico de la RAE: <https://apps.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0>.

MARTINEZ DE ISASTI. *Compendio historial de Guipúscoa*, cópia manuscrita, entre 1701-1800, [1625]. [Digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponible em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

Nueva Recopilación de los Fueros, Privilegios, Buenos usos y Costumbres, Leyes y Ordenanzas de la muy noble y muy leal Provincia de Guipúzcoa (1696) Miguel de Aramburu Aburruza; edición de M^a rosa Ayerbe iríbar. – Donostia-San Sebastián : Fundación para el estudio del Derecho Histórico y Autonómico de Vasconia = euskal Herriko zuzenbide Historiko eta Autonomikoa Aztertzekeo Fundazioa, 2014. [1696].

FARIA i SOUSA, Manuel. *Epitome de las historias portuguesas, primeiro i segundo tomo, dividido em quatro partes*. Con privilegio em Madrid, por Francisco Martinez. A costa de Pedro Coello, mercader de livros, 1628. [digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

PEÑALOSA, Benito. *Libro de las cinco excelencias del español que despueblan a España para su mayor potencia y dilación (...)*. Con licencia, impresso en Pamplona, por Carlos de Labayen, impresor del Reyno de Navarra, 1629. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

SOUSA DE MACEDO, Antonio. *Flores de España, excelencias de Portugal; en que brevemente se trata lo mejor de sus historias y de to das las del mundo*. Impressas por Iorge Rodriguez, 1631. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

MORENO DE VARGAS, Bernabe. *Discursos de la nobleza de España (...)*. En Madrid, en casa de Maria de Quiñonez, 1636. [digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

El Tordo Vizcaíno: contestación al Búho Gallego. Bilbao: Imprenta del Euscalduna, 1870 [c. 1639].

VIEIRA, Antônio. Sermão de Nossa Senhora da Conceição. Na igreja da Senhora do Desterro. Bahia, ano de 1639 In Sermões, Padre Antônio Vieira, Erechim: Edelbra, 1998. [§ IX]. Disponível em LITERATURA BRASILEIRA Textos literários em meio eletrônico, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=134925>

MARTI Y VILADOMOR, Francisco Marti. *Noticia universal de Cataluña (...)*. S.L.1640. [digitalizado por Google books]. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

PAEZ-VIEGAS, Antonio. Manifesto do reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, & o modo, que teve para examinar-se da obediencia del rey de Castella. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1641. [Biblioteca Central Nacional de Roma] Digitalizado por Google Books: https://books.google.com.br/books?id=GnLLJaMiix4C&newbks=1&newbks_redir=0&dq=manifesto+do+reyno+de+Portugal&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

PAEZ-VIEGAS, Antonio. *Principios del reyno de Portugal con la vida y hechos de Don Alfonso Henriquez su primero Rey y con los principios de los otros estados christianos de Hespana (etc.)*. s.l. 1641.

ZARROCA, Ioseph. *Politica del comte de Olivares, contrapolitica de Cathaluna y Barcelona (etc.)*. En Barcelona: En la Estampa de Iaume Romeu, devant S. Iaume, 1641. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

CARAMUEL DE LOBKOWITZ, Juan. *Respuesta al manifiesto del Reyno de Portugal*. Amberes: en la oficina plantiniana de Balthasar Moreto, 1642. [Universidad Complutense de Madrid]. Digitalizado por Google books: https://books.google.com.br/books?id=hRsYHM10_nYC&dq=portugal+tubal&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

PELLICER DE OSSAU Y TOVAR, Ioseph. *Idea del Principado de Cataluña: recopilacion de sus movimientos antiguos i modernos y examen de sus Privilegios : primera parte (...)*. s.l., 1642. digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

DE CEPEDA, Francisco. *Resumpta historial de España; desde el diluvio hasta el Año de 1642*. Por Pedro de Taço, 1643. [digitalizado por Google books]. Disponível em: <https://books.google.com.br/>

ROJAS, Pedro (Conde de Mora). *Historia de la imperial, nobilissima, inclita y esclarecida ciudad de Toledo: fundacion, antiguedades, grandezas y principio de la Religion Catolica en ella y de su Santa Iglesia... vidas de sus arçobispos y Santos y Cosas memorables*. Madrid: Diego Diaz de la Carrera, 1654. [Biblioteca Comllutense de Madrid]. Digitalizado por Google Books. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=0lXc4eD3ckQC&newbks=1&newbks_redir=0&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

SARIÑANA, Ysidro. *Llanto del occidente en el ocase del mas claro sol de las Espanas. Funebres demostraciones (...) en las exequias del rey Felipe IIII (...)*. México: Viuda de Bernardo Calderon, 1666. [Biblioteca Naciona da Áustria]. Digitalizado por Google Books, disponível em: https://books.google.com.br/books?id=PG9eAAAaCAAJ&newbks=1&newbks_redir=0&dq=Sari%C3%B1a%20+llanto&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

VIEIRA, Antônio. *Sermão Gratulatório e Panegírico, na manhã de dia de Reis, sendo presente, com toda a corte, o Príncipe nosso Senhor ao Te Deum Laudamus, que se cantou na Capela Real, em ação de graças pelo felicíssimo nascimento da Princesa Primogênita, de que Deus fez mercê a estes Reinos na madrugada do mesmo dia do ano de 1669* In Sermões. Vol. X Erechim: EDELBRA, 1998. Disponível em LITERATURA

BRASILEIRA Textos literários em meio eletrônico, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):
<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=135013>

ENRÍQUEZ, Baltasar (S.I.): *Thesaurus utriusque linguae hispaniae et latinae, Matriti, Ioannis García Infançon*, 1679. Disponível em Nuevo Tesoro lexicográfico de la RAE: <https://apps.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtllle?cmd=Lema&sec=1.0.0.0.0>.

NICOLÁS ANTONIO. *Censura de historia fabulosas, obra posthuma de Nicolás Antonio (...) van añadidas algunas cartas del mismo autor i otros eruditos. Publica estas obras Don Greogorio Mayans i Siscâr (...)*. En Valencia, por Antonio Bordazar de Artazu, 1742. [Biblioteca Pública de Lyon (Bibliothèque jésuite des Fontaines)]. Disponível em: https://books.google.com.ar/books?id=c2bRWxnIjcoC&newbks=1&newbks_redir=0&dq=Censura+de+historia+fabulosas,+obra+posthuma+de+Nicol%C3%A1s&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s [Google Books].

RODRÍGUEZ MOHEDANO, Pedro & RODRÍGUEZ MOHEDANO, Rafael. *Historia Literaria De España: Desde Su Primera Poblacion Hasta Nuestros Dias*. Madrid: en la imprenta de Antonio Pérez de Soto, 1766. [Universidad Complutense de Madrid]. Disponível em: [https://books.google.com.ar/books?id=7NublZh9TwC&newbks=1&newbks_redir=0&dq=Historia+Literaria+De+Espa%C3%B1a:+Desde+Su+Primera+Poblacion+Hasta+Nuestros+Dias+\(1766\).&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s](https://books.google.com.ar/books?id=7NublZh9TwC&newbks=1&newbks_redir=0&dq=Historia+Literaria+De+Espa%C3%B1a:+Desde+Su+Primera+Poblacion+Hasta+Nuestros+Dias+(1766).&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s)

FLOREZ, Henrique. *La Cantabria: disertación sobre el sitio, y extensión que tuvo en tiempo de los romanos la región de los cántabros (...). Discurso preliminar al tomo XXIV. de la España sagrada sobre la provincia tarraconense*. Madrid: Antonio Marín, 1768 [Biblioteca Nacional da Baveira], digitalizado por Google books. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Qzw-AAAaCAAJ&newbks=1&newbks_redir=0&dq=La+Cantabria:+disertaci%C3%B3n+sobre+el+sitio,+y+extensi%C3%B3n+que+tuvo+en+tiempo+de+los+romanos+la+región+de+los+c%C3%A1ntabros,+con+noticia+de+las+regiones+confinantes,+y+de+varias+poblaciones+antiguas&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

MASDEU, Juan Francisco de. *Historia Critica de España, y de la Cultura española. En todo género (...). T. II. España Antigua. En Madrid, por Don Antonio de Sancha*, 1784. [Universidad Complutense de Madrid]. Disponível em: https://books.google.com.ar/books?id=e41ZJa9r4EwC&newbks=1&newbks_redir=0&dq=.+Historia+Critica+de+Espa%C3%B1a,+y+de+la+Cultura+espa%C3%B1ola.+En+todo+g%C3%A9nero&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s [Google Books].

LAFUENTE, Modesto. *Historia general de España: desde los tiempos más remotos hasta nuestros días*, V. 1. Madrid: Establecimiento Tipográfico de Mellado, 1850 [Universidad Complutense de Madrid]. Disponível em: https://books.google.com.ar/books?id=ipMgWdsrv9QC&newbks=1&newbks_redir=0&dq=modesto+lafuente+historia+de+espa%C3%B1a&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s [Google Books].

ALCÁNTARA GODOY, José. *Historia crítica de los falsos cronicones*. Madrid: M. Rivadeneyra, 1868. [Universidade de Oxford]. Disponível em: https://books.google.com.ar/books?id=AK4GAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false [Google Books].

ZARAGOZA, Justo. *Castellanos y vascongados: tratado breve de una disputa y diferencia que hubo entre dos amigos, el uno castellano de Búrgos, y el otro vascongado, en la villa de Potosí, reino del Perú*. Madrid: Imprenta a cargo de Vítor Saiz, 1876. [Universidade da Califórnia]. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=vJ0NAQAIAAJ&newbks=1&newbks_redir=0&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s [Google Books].

BIBLIOGRAFIA

AGIRREAZKUENAGA, Joseba. “La tradición historiográfica vasca: su desarrollo en el marco de las ciencias sociales”. *Revista de Historia Contemporánea (Universidad del País Vasco)*, Nº7, 1992.

ALLO MANERO, María Adelaida. “Iconografía funeraria de las honras de Felipe IV en España e Hispanoamérica”. *Cuadernos de investigación: Historia*, v. 7, n. 1, p. 73-96, 1981.

ALONSO, Mercedes, “Versión hiperbólica y nomenclatura fundadora: Diálogo das grandezas do Brasil (Fernandes Brandão) La Argentina de Martín del Barco Centenera” In CROCE, Marcela (dir). *Historia comparada de las literaturas Argentina y Brasileña: De la colonia a la organización nacional*. Eduvim, 2016. (p.60).

ANCHÓN INSAUSTI, Jose Ángel. “Los Parientes Mayores”, *Iuria Vasconiae: revista de derecho histórico y autonómico de Vasconia*, nº 3, 2006.

ARCINIEGA, Rosa. *Sarmiento de Gamboa (el Ulises de América)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1956.

ARRIETA, Jon. Claroscuros de una realidad debatida: la hidalguía universal de los vascos. En *El País Vasco, tierra de hidalgos y nobles. Momentos singulares de su historia*, Madrid: Fundación Banco Santander, 2016, pp. 89-124.

ARRIETA, Jon. El licenciado Andrés de Poza y su contribución a la ubicación de Vizcaya en la Monarquía hispánica. En Arrieta, J., Gil, X. y Morales, J. (coords.), *La Diadema del Rey*. Vizcaya, Navarra, Aragón y Cerdeña (siglos XVI-XVIII), Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2017, pp. 169-229.

ARRIETA, Jon. “La persistencia del cantabrisimo y otros tópicos historiográficos y jurídico-políticos en el País Vasco: adiciones en perspectiva comparada” In: *Historia iuris: estudios dedicados al profesor Santos M. Coronas González*. KRK, 2014. p. 351-377.

ATHAYDE, Wesley Rodrigues. *As artes Liberais e Mecânicas: Uma via para o conhecimento da Spaiência, segundo Hugo de São Vitor*. [Dissertação de Mestrado. PUC-SP]. São Paulo, 2009.

AURELL, Jaume. La historiografía medieval: siglos IX – XV in AURELL, Jaume et all. *Comprender el pasado: Una historia de la escritura y el pensamiento histórico*. Madrid: Akal, 2013.

BAKTHIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BALLESTER RODRÍGUEZ, Mateo. “La estirpe de Tubal: relato bíblico e identidad nacional en España”, *Historia y Política*, nº 29. Madrid: enero-junio, 2013. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4495730> (último acesso em 10/09/2017).

_____. *La identidad española en la Edad Moderna (1556-1665): discursos, símbolos y mitos*. Madrid: Tecnos, 2010.

BALMACEDA, Catalina. La Antigüedad tardía: la historiografía cristiana y bizantina in AURELL, Jaume et all. *Comprender el pasado: Una historia de la escritura y el pensamiento histórico*. Madrid: Akal, 2013.

BENDEZÚ AIBAR, Edmundo. *La otra literatura peruana*. Fondo de Cultura Económica, 1986.

BETHECOURT, Francisco & CURTO, Ramada Diogo (org.). *A Memória da nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, 7-9 outubro, 1987*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

BILBAO, Julian Abascal Sguizzardi. *A fidalguia universal como questão: Biscaia na monarquia católica (entre o século XV e inícios do XVII)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “Dar Galicia y el gallego a la imprenta. As Galegadas y A História de Galicia de Lobarriñas Feijoo, la Verdadera Descripción de Ojea y algunas iniciativas historiográficas de la primera mitad del siglo XVII”. *Ohm: Obradoiro de Historia Moderna*, n. 18, 2009.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. “Dásele licencia y privilegio”. *Don Quijote y la aprobación de libros en el siglo de oro*. Madrid: Akal, 2012.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Del escribano a la biblioteca. *La civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)*. Madrid: Akal, 2018.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. «Iberica. Notas para una historia de lo ibérico político en la alta Edad Moderna», en Julio A. Pardos; Julen Viejo; José María Iñurritegui; José María Portillo y Fernando Andrés (eds.), *Historia en fragmentos. Estudios en homenaje a Pablo Fernández Albaladejo*, UAM Ediciones, Madrid, pp. 67-75.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 [1959].

BUTLER, Judith. *Problemas de Género: Feminismo e Subversão da Identidade*. 8ªed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABALLERO LÓPEZ, José. “Anio de Viterbo y la Historiografía española del siglo XVI”. *Humanismo y tradición clásica en España y América*, 2002.

CABANO VÁZQUEZ, José Ignacio. Frei Hernando Ojea (1543-1615), un libro sobre Santiago escrito en Nova España por un galego. *Estudios migratorios*, n. 5, p. 201-222, 1998.

CALAINHO, Daniela; FEITLER, Bruno; FLORES, Jorge & MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). *Raízes do privilégio mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal*, Valladolid, Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014.

CARO BAROJA, Julio. *Los vascos y la historia a través de Garibay* in *Nosotros, Los Vascos*. Julio Caro Baroja. T. II. San Sebastián: Editorial Txertoa. 1995a.

CARO BAROJA, Julio. *Introducción a la Historia Social y económica del Pueblo Vasco*. *Nosotros, Los Vascos*: Julio Caro Baroja. T. IV. Editorial Txertoa, San Sebastián, 1995b.

CARO BAROJA, Julio. *Las falsificaciones de la historia (en relación con la de España)*. 6ªed. Barcelona: Seix Barral, 1992.

CLAVERO, Bartolomé. “Institución Política y Derecho: Acerca del Concepto Historiográfico de ‘Estado Moderno’”, *Revista de Estudios Políticos (Nueva Era)*, nº19, Enero-Febrero, 1981. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=26645> (último acesso em 10/09/2017).

COOKE, John D. Euhemerism: A Mediaeval interpretation of Classical Paganism In *Speculum*, vol. 2, nº4. The University of Chigago Press on behalf of the Medieval Academy of America (Oct., 1927).

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Imagens de índios do Brasil: o século XVI”. *Estudos avançados*, v. 4, p. 91-110, 1990.

DE ALBUQUERQUE MACEDO, Gil Eduardo. “O homem forte, todo o mundo tem por pátria”: a construção do homem mundanus em Antônio Vieira. *Temporalidades*, v. 7, n. 2, p. 584-605, 2015.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. V.1. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. Tratado de Nomadologia: A Máquina de Guerra in *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. V.5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, Tradução Claudia Sant’Anna Martins, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. Maria de Toledo Barbosa & Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1 edições, 2018.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DÍAZ DE DURANA ORTIZ DE URBINA, José Ramón. La otra nobleza. Escuderos e hidalgos sin nombre y sin historia. Hidalgos e hidalguía universal en el País Vasco al final de la Edad Media (1250-1525). Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatearen Argitalpen Zerbitzua, 2004.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Historia de España: El Antiguo Régimen: Los Reyes católicos y Los Austrias*. V.3. 5ª ed. Madrid: Alianza editorial, 2006.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. *Las clases privilegiadas en el Antiguo Régimen*. Madrid: ISTMO, 1985.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. Das Letras, 1994.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELLIOTT, John. *Constitucionalismo antiguo y moderno y la continuidad de España* In Cuadernos de Alzate, nº33, 2005. s/p. Disponible em: <http://www.revistas culturales.com/articulos/16/cuadernos-de-alzate/477/1/constitucionalismo-antiguo-y-moderno-y-la-continuidad-de-espa-a.html>.

ELLIOTT, John. España y su imperio en los siglos XVI y XVII In *España y su mundo (1500-1700)*. Tradução Ángel Rivero Rodríguez e Xavier Gil Pujol. Madrid: Taurus, 2007.

ELLIOTT, John. *La rebelión de los catalanes: un estudio sobre la decadencia de España (1598-1640)*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1999.

ELLIOTT, John. *Scots and Catalans: Union and Disunion*. Yale university press, 2018.

ELLIOTT, John. Una Europa de Monarquías Compuestas In ELLIOTT, John. *España, Europa y El mundo de ultramar [1500-1800]*. Marta Balcells y Juan Carlos Bayo (coord.). Madrid: Taurus, 2010.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. *Fragmentos de monarquía. Trabajos de historia política*. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. “Entre “godos” y “montañeses”: reflexiones sobre una primera identidad española” In *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. “‘Materia’ de España y ‘edificio’ de la historiografía: algunas consideraciones sobre la década de 1540” In *Materia de España: cultura política e identidad en la España moderna*. Madrid: Marcial Pons, 2007

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés. *Las estorias de Alfonso el Sabio*. Madrid: Istmo, 1992.

FEROS, Antonio. *Speaking of Spain: the Evolution of Race and Nation in the Hispanic World*. Cambridge: Harvard University press, 2017.

FLORENZANO, Modesto. “Sobre as Origens e Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente”, *Lua Nova*, São Paulo, 71:11-39, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/01.pdf>. (último acesso em 10/09/2017).

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe de Baeta Neves. 8ªed.

FOUCAULT, Michel. *Do Governo dos Vivos: Curso no Collège de France (1979-1980)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. In CALDERON. Philippe & EWALD, François. *Foucault par lui-même* (Doc.). França: BFC Productions & Arte France, 2003.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a História In *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder (Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze) In *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População – curso dado no Collège de France (1977- 1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder in *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

FOUCAULT, Michel. O olho do poder in *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

FRANCO JR., Hilário. *As utopias medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FRANCO, José Eduardo. *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Roma Editora, Lisboa, 2000.

GANDINI, María Juliana. *¿Quiénes construyeron el Río de la Plata?: Exploradores y conquistadores europeos en el lugar donde se acababa el mundo*. Siglo XXI Editores, 2022.

GARCÍA-ARENAL, Mercedes; RODRÍGUEZ MEDIANO, Fernando; LÓPEZ-MORILLAS, Consuelo. *The orient in Spain: Converted muslims, the forged lead books of Granada, and the rise of orientalism*. Brill, 2013.

GARCÍA MARTÍN, Javier. *El Fuero de Vizcaya en las doctrinas y en la práctica judicial castellanas in La Diadema del Rey*. Vizcaya, Navarra, Aragón y Cerdeña (siglos XVI-XVIII), Bilbao: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, 2017.

GAUDIN Guillaume, CASTILLO GÓMEZ, Antonio, GÓMEZ GÓMEZ, Margarita et Stumpf, Roberta « Vencer la distancia: Actores y prácticas del gobierno de los imperios español y portugués », *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 02 octobre 2017, consulté le 16 août 2023. URL : <http://journals.openedition.org/nuevomundo/71453> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.71453>

GERBI, Antonello, *La naturaleza de las Indias Nuevas. De Cristóbal Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*, Fondo de Cultura Económica: México, 1992.

GIL PUJOL, Xavier. “Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias nos Séculos XVI e XVII”, *Penélope revista de história e ciências sociais*, nº6, 1991.

GIL PUJOL, Xavier. Un rey, una fe, muchas naciones In *La Monarquía de las Naciones: Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. En conmemoración del IV Centenario de la muerte de Carlos de Amberes 1604-2003. ÁLVAREZ-OSORIO, Antonio & GARCÍA, Bernardo (Ed.). Madrid: Fundación Carlos Amberes, 2004.

GLOËL, Matthias. Los autores portugueses entre 1580 y 1640: una lucha literaria por la preeminencia en la monarquía hispánica In *Revista de Historia*, v. 1, n. 23, 2016, pp. 29-51, 2016.

GLOËL, Matthias. The Tubal figure in Early Modern Iberian historiography, 16th and 17th century In *Imago Temporis, Medium Aevum*, XI pp. 27-51, 2017.

GOLDMAN, Marcio & STOLZE LIMA, Tânia. Como se faz um grande divisor? In *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

GONZÁLEZ DÍAZ, Soledad. “Genealogía de un origen: Túbal, el falsario y la Atlántida en la Historia de los Incas de Pedro Sarmiento de Gamboa”. *Revista de Indias*, v. 72, n. 255, p. 497-526, 2012.

GRAFTON, Anthony. "Traditions of Invention and Inventions of Tradition in Renaissance Italy: Annus of Viterbo" In: GRAFTON, Anthony. *Defenders of the text: the traditions of scholarship in an age of science, 1450-1800*. Harvard University Press: 1991.

GRELL, Chantal. Annus de Viterbe et le roman des origines em France et en Espagne in TALON, Alain (Dir.) *Le sentiment national dans l'Europe méridionale aux XVIe et XVIIe siècle*. Casa de Velázquez, 2020.

GREENBLATT, Stephen. *A virada: o nascimento do mundo moderno*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo. *História de uma mundialização. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Edusp*, 2014.

GRUZINSKI, Serge. A guerra das imagens: de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019). São Paulo: Companhia. das Letras, 2006.

HAZARD, Paul. *Crise da consciência europeia (1680-1715)*. Tradução Óscar de Freitas Lopes. Lisboa: Cosmos, 1948.

HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HERZOG, Tamar. *Defining nations: immigrants and citizens in early modern Spain and Spanish America*. Yale University Press, 2008.

HERZOG, Tamar. "La vecindad: entre condición formal y negociación continua. Reflexiones en torno de las categorías sociales y las redes personales." *Anuario IEHS: Instituto de Estudios histórico sociales* 15 (2000): 123-131.

HERZOG, Tamar. "Los americanos frente a la Monarquía. El criollismo y la naturaleza española." In *La monarquía de las naciones: patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. Fundación Carlos de Amberes, 2004.

HESPANHA, Antônio Manuel. *Depois do Leviathan* in Almanack Brasiliense, nº5. Maio, 2007. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/almanack/PDFS/5/almanack.pdf> (último acesso em 10/09/2017).

HESPANHA, Antônio Manuel. A questão do absolutismo no sistema político da época moderna in *Caleidoscópio do Antigo Regime*. São Paulo: Alameda, 2012.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto In *A Nova Historia Cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

IMÍZCOZ, José María. “Las élites vasco-navarras y la monarquía hispánica: construcciones sociales, políticas y culturales en la edad moderna” In *Cuadernos De Historia Moderna*, n. 33, p.89 – 119, 2009.

JAMES, William. *A Vontade de Crer*, trad. Cecília Camargo Bartalotti, São Paulo: Edições Loyola, 2001.

JUARISTI, Jon. Vestigios de Babel. *Para una arqueología de los nacionalismos españoles* (versión digital), 2020.

KOHUT, Karl. Grandezas mexicanas. El "Canto intitulado Mercurio", de Arias de Villalobos in RODRÍGUEZ, Jimena & PÉREZ, Manuel (eds). *Amicitia Fecunda: estudios en homenaje a Claudia Parodi*. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana – Vervuert, 2015.

KAGAN, Richard. *Clio and the Crown: The Politics of History in Medieval and Early Modern Spain*. Johns Hopkins University Press, 2009.

KAGAN, Richard. Clío y la Corona: escribir historia en la España de los Austrias In *España, Europa y el mundo atlántico: homenaje a John H. Elliot*. KAGAN, Richard & PARKER, Geoffrey (eds.) traducción de Lucía Blasco Mayor y María Condor; revisión científica de Xavier Gil. Madrid: Marcial Pons & Junta de Castilla y León, 2001.

KAGAN, Richard. El rey recatado: Felipe II, la historia y los cronistas del rey. Valladolid, Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2004.

KAGAN, Richard. *Los Cronistas y la Corona*. Madrid: Marcial Pons, 2010.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador, BA: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

LATORRE, Gregório Nicolás. *Felipe IV y Olivares. El fracaso del reformismo (1612-1643)* In FLORISTÁN, Alfredo (Coord.). *Historia de España Moderna*. Barcelona: Ariel, 2011.

LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Trad. Marcos de Castro. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Raça & História” in *Antropologia estrutural dois*. Trad. & coord. Maria do Armo Pandolfo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1993.

LIDA DE MALKIEL, María Rosa. «Tubal, primer poblador de España» In *Ábaco. Estudios sobre literatura española*, núm. 3, Madrid, Castalia, 1970.

LIGOTA, Christopher. Annius of Viterbo and Historical Method In *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol, 50, 1987.

LIMA, Luis Felipe Silvério. *O Império dos Sonhos: Narrativas Proféticas, Sebastianismo e Messianismo Brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010

LOUZA O VILLAR, Joseba. El síndrome de Jerusalén. ¿Los vascos y la religión? In *El Peso de la Identidad: Mitos y Ritos de la Historia Vasca*. Madrid: Marcial Pons, Historia, 2015.

LOURENÇO, Antônio Apolinário & BRAVO, Alexia Dotras. “Da Ibéria à Hispânia, da Espanha à Ibéria”, *Revista de História das Ideias*, v. 31, 2010.

LYNCH, John. *Los Austrias (1516-1700)*. Trad. Juan Faci. 4ªed, Barcelona: Crítica. 2009.

MADARIAGA, Luis de. *Echave Orio, Baltasar de*. Enciclopedia Auñamendi [en línea], 2023. Disponible en: <https://aunamendi.eusko-ikaskuntza.eus/es/echave-orio-baltasar-de/ar-36448/>

MAÑARICÚA y NUERE, Andrés E., *Historiografía de Vizcaya (desde Lope García de Salazar a Labayru)*, 2.ª edición. Bilbao, Biblioteca de la Gran Enciclopedia Vasca, 1974.

MAÑARICÚA y NUERE, Andrés E. *Polémica sobre Vizcaya en el siglo XVII: El Buho gallego y El Tordo vizcayno*. Bilbao, Biblioteca de la Gran Enciclopedia Vasca, 1976.

MARAVALL, José Antonio. *A função do direito privado e da propriedade como limite do poder do Estado (Em Estado moderno y mentalidade social, Madrid 1972, I, 345-356)* In HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1972], 1984.

MARAVALL, José Antonio. *Estado Moderno y mentalidad social: siglos XV a XVII*, v.1. Madrid: Alianza Editorial, D.L. [1972], 1986.

MARÍN RUIZ, Diego Marín. “Los falsos cronicones en la historiografía murciana de los siglos XVII y XVIII”. *Murgetana*, n. 136, p. 85-114, 2017.

MARQUES, Juliana Bastos. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007

MARRASÉ, Neus Elisabeth. *La Huella de Osiris en tiempos de Felipe II: La recepción del mito egipcio en la Monarquía Hispánica de la segunda mitad del siglo XVI*. [Tesis doctoral – dirección Xavier Gil Pujol] Universitat de Barcelona, 2019.

MATOS, Sérgio Campos. *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

MELLO E SOUZA, Laura. Idade Média e Época Moderna: fronteiras e problemas. *Signum: Revista da Abrem*, nº7, 2005.

MENEGAZ, Ronaldo, A busca de si mesmo no outro: as terras do Preste João In *Revista Semear 2 - Cátedra Padre Antonio Vieira de estudos portugueses*. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1997 (versão online s/p).

MORALES FOLGUERA, José Miguel. “El túmulo de Felipe IV en la Catedral de México: Arquitectura y símbolo” .*Boletín de Arte*, n. 11, p. 105-117, 1990.

MORALES, Alberto Angulo & MALILLOS, Imanol Merino. *La gestión del Señorío de Vizcaya en el Imperio (1590-1640). La proyección política de su representación y defensa* in Campo y campesinos en la España Moderna. Culturas políticas en el mundo hispano (Multimedia)/María José Pérez Álvarez, Laureano M. Rubio Pérez (eds.); Francisco Fernández Izquierdo (col.). – León: Fundación Española de Historia Moderna, 2012. Disponível em: http://digital.csic.es/bitstream/10261/73024/1/R.C.FEHM_Le%C3%B3n_2012_p.1781-1791_Angulo_Morales.pdf

MUÑOZ DE BUSTILLO, Carmen, “La invención histórica del concepto de hidalguía universal”, estudio introductorio a Andrés de Poza, *Fuero de hidalguía. Ad pragmáticas de Toro et Tordesillas*, Bilbao, 1997

NAVARRETE LINARES, Federico. “Las fuentes indígenas más allá de la dicotomía entre historia y mito.” *Estudios de cultura Náhuatl*, nº 30, 1999.

NAVARRETE LINARES, Federico. *¿Quién conquistó México?*. Debate, 2019.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Trad. Alfredo Margarido 6ª ed. Lisboa: Guimarães Editora, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral – uma polêmica*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault in HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

OLDS, Katrina Beth. *Forging the Past: Invented Histories in Counter-Reformation Spain*. Yale University Press, 2015.

ORTEGA, Aleksín. *Segunda parte de la Historia general llamada índica (1572) de Pedro Sarmiento de Gamboa*. Estudio y edición anotada. [Phd tesis, The City University of New York], 2018.

ORTIZ GAMBETTA, Eugenia. “La interfaz indígena-colonial y la migración de imaginarios: el caso de Tupí y Guaraní”. *Nueva revista del Pacífico*, n. 70, p. 82-99, 2019.

OTAZU Y LLANA, Alfonso de. *El “Igualitarismo” vasco: mito y realidad*. San Sebastián: Editorial Txertoa, 1973.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. “Naturalização do trato político e conservação das conquistas: o mito do Preste João e a linguagem política no Renascimento Português” In *História Unisinos*, v. 23, n. 1, p. 25-37, 2019.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antonio Vieira*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2016. Império. Acerca das tradições messiânicas nos séculos XVI & XVII

PELAYO, Javier Antón & SUREDA, Montse Jiménez. “Francisco Martí i Viladamor: un pro-francés durante la Guerra dels Segadors”, *Manuscrits*, nº9, 1991.

PENAS IBAÑEZ, María Azucena. “El Habla vizcaína en el teatro de Lope de Vega”, *Anuario del Seminario de Filología Vasca “Julio de Urquijo”*. Donostia-San Sebastián, T. 27, n. 3, 1993.

PORRES MARIJUÁN, Rosa. “Discursos forales y fiscalidad real. Las provincias vascas ante el crecimiento de la sal de 1631”. *Studia histórica. Historia moderna*, nº 29, 2007.

PORTILLO, José María. “República de hidalgos. Dimensión política de la hidalguía universal entre Vizcaya y Guipúzcoa”, en J. R. Díaz de Durana Ortiz de Urbina (ed.), *La Lucha de Bandos en el País Vasco: de los Parientes Mayores a la Hidalguía Universal. Guipúzcoa, de los bandos a la Provincia (siglos XIV a XVI)*, Bilbao: Servicio editorial de la Universidad del País Vasco 1998, pp. 425-437.

PRATT, Mary Louise. Arts of the contact zone. *Profession*, New York: Modern Language Association. 33-40, 1991.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

RAMOS SANTANA, María del Carmen. Lucio Marieno Sículo In *Diccionario Biográfico electrónico de la Real Academia Española*.

REGUERA, Iñaki. “La Inquisición en el País Vasco: El periodo fundacional”, *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, nº 2, 2005. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1367444> (último acesso em 10/09/2017).

RIBEIRO, Eduardo Henrique Sabioni. Narrativa e legitimidade na Restauração de Portugal: primeiras ações no âmbito da literatura justificativa (1641-1644). *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, p. 339-360, 2022.

RIZZUTO, Claudio César. “Margins of the Encubierto: The Messianic Kings' Tradition in the Iberian World (15th–17th Centuries)” In: *Apocalypse Now*. Routledge. pp. 225-244.

ROSA, Maria de Lurdes. *O Morgadio em Portugal, Sécs. XIV-XV: Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SÁ, Charles. Resenha de Os quatro cantos do mundo: história da globalização ibérica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v.12 no.2, mai./ago. 2017.

SALVADOR ESTEBAN, Emilia. La nueva monarquía de los Habsburgos. Carlos I (1516-1556). In FLORISTÁN, Alfredo (Coord.). *Historia de España Moderna*. Barcelona: Ariel, 2011.

SÁNCHEZ ALONSO, B. *Historia de la historiografía española V.I Hasta la crónica de Ocampo. (... - 1543)*. 2ª ed. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1947.

SÁNCHEZ ALONSO, B. *Historia de la historiografía española. Ensayo de un examen de conjunto. V.II (De Ocampo a Solís)*. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1944.

SÁNCHEZ ALONSO, B. *Historia de la historiografía española. Ensayo de un examen de conjunto. V.III. (De Solís al final del siglo XVIII)*. Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1950.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa. Doutrina e Crítica. Séculos XII-XVI. V. I*. Editorial Verbo, 1972.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa. Doutrina e Crítica. Século XVII. V. II*. Editorial Verbo, 1973.

SERRÃO, Joel (Dir.). *Dicionário de História de Portugal. Vol. I Abadágio/Castanheira*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002.

SOARES DA CUNHA, Mafalda & FRANCO, Juan Hernández. *Sociedade, família e poder na Península Ibérica elementos para uma história comparativa/ Sociedad, familia y poder en la Península Ibérica : elementos para una historia comparada*. Lisboa, Évora Murcia : Colibri : CIDEHUS, Universidade de Évora : Universidad de Murcia, 2010.

SORIA MESA, Henrique. *La Nobleza en la España Moderna – Cambio y Continuidad*. Madrid: Marcial Pons – Historia, 2007.

SORIA SESÉ, Lourdes. "La Hidalguía Universal", *Iuria Vasconiae*, 3, pp.283-316, 2006.

TEIJEIRO FUENTES, Miguel Ángel. Galicia y los gallegos en la literatura española del Siglo de Oro In *Scriptura*, nº 11 pp. 203-246, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. Sérgio Buarque de Holanda. Visão do Paraíso. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org). Introdução ao Brasil. *Um Banquete no Trópico II*. 2ªEd. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos? Ensaio sobre a imaginação constituinte*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Unesp, 2014.

VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história In *Como se escreve a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiadora Kneipp 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VICENS VIVES, Jaume. *A estrutura administrativa e estadual nos séculos XVI e XVII* (Extraído de *XIe Congrès des Sciences Historiques, 1960. Rapports IV: Histoire Moderne, Stockhom, Almqvisq & Wiskell, 1960, pp.1-24*) in HESPANHA, Antonio Manuel (org.). Poder e instituições na Europa do antigo regime: coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1960], 1984.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Atlântida: pequena história de um mito platônico*. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem" In *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. 5ªed. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo In *Mana –Estudos de Antropologia Social*. V.8. Nº1. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100005 (último acesso em 10/09/2017).

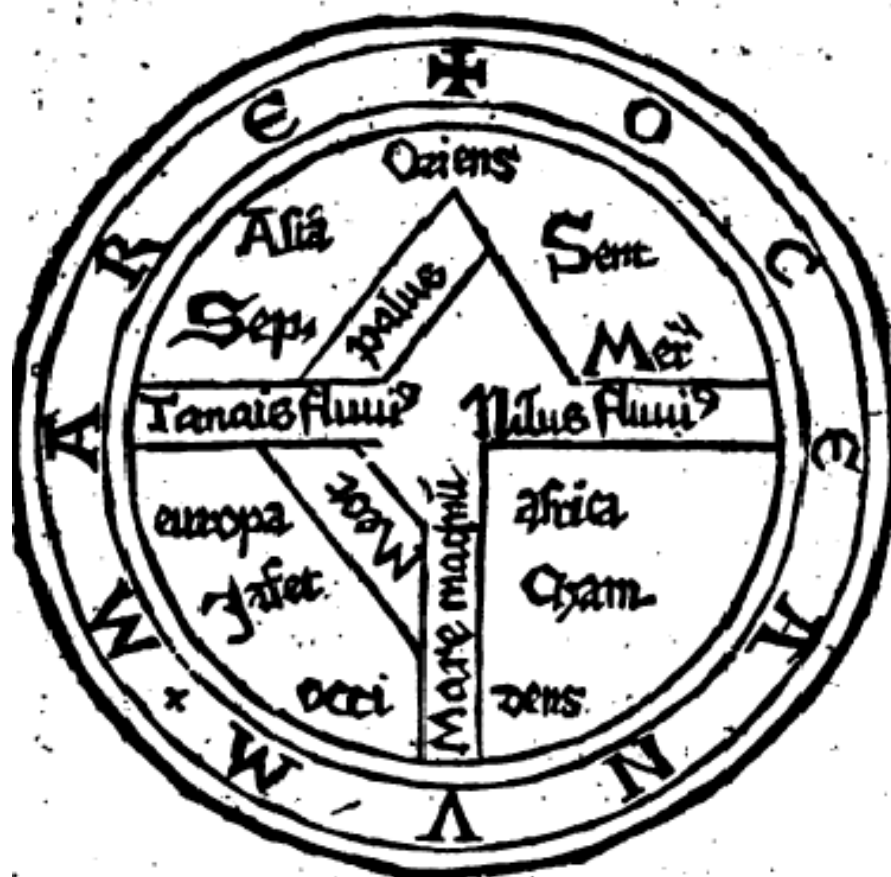
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Perspectival anthropology and the method of controlled equivocation" in *Tipiti*. 2 (1), 2004.

XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Federico & STUMPF, Roberta (org.). *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (séculos XVI-XVIII). Dinâmicas e circulação de modelos político-administrativos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

WULFF, Fernando. *Las esencias patrias: historiografía e historia antigua en la construcción de la identidad española (siglos XVI-XX)*. Barcelona: Critica, 2003.

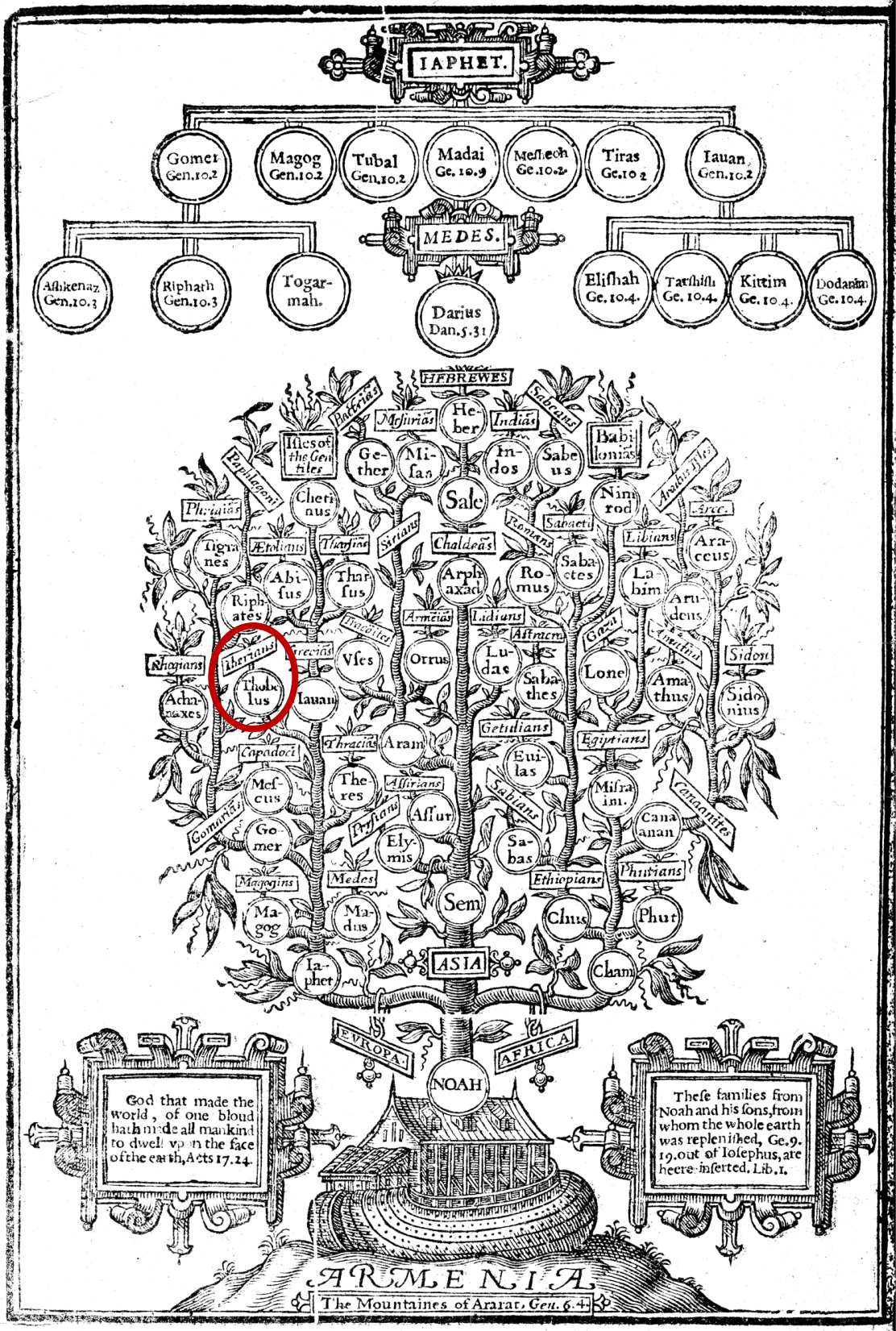
ANEXO

Fig. 1



Orbis Terrarum extraído da obra *Etimologias* de Isidoro de Sevilha. A Terra, circundada pelo “Mar Oceano” está dividida em três continentes que são diretamente relacionados aos filhos de Noé: Ásia (Sem); Europa (Jafé) e África (Cam). Os limites entre os continentes estão relacionados, principalmente, às seguintes divisões marítimas e fluviais: a separação entre Europa e África é feita pelo Mediterrâneo (*Mare Magnum*); entre Europa e Ásia pelo rio Danúbio (*Tanais*) e entre Ásia e África pelo Nilo (*Nilus*).

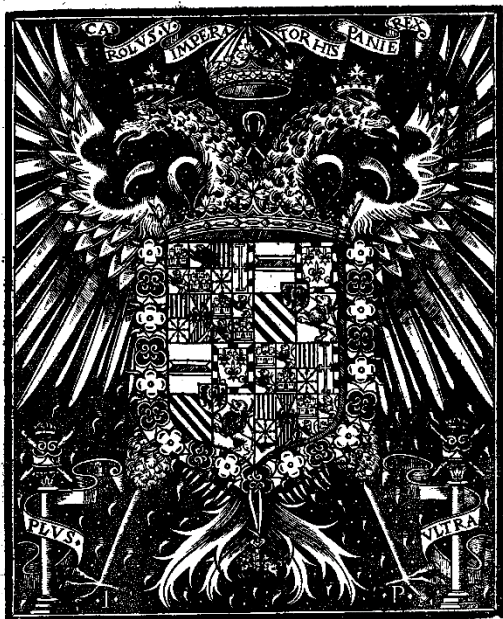
FIG. 2



Árvore genealógica de Noé em Bíblia inglesa do século XVII com base no Gênesis e em Flávio Josefo (conforme legenda à direita), destaque para a descendência de Jafé. Na raiz da árvore está a barca sobre o monte Ararat, da qual parte Noé - que dá origem a seus três filhos: Jafé (Europa); Sem (Ásia) e Cam (África). Desde cada ramo parte a descendência de cada filho (em destaque *Thobelus* que dá origem aos ibéricos)

Fig. 3

A



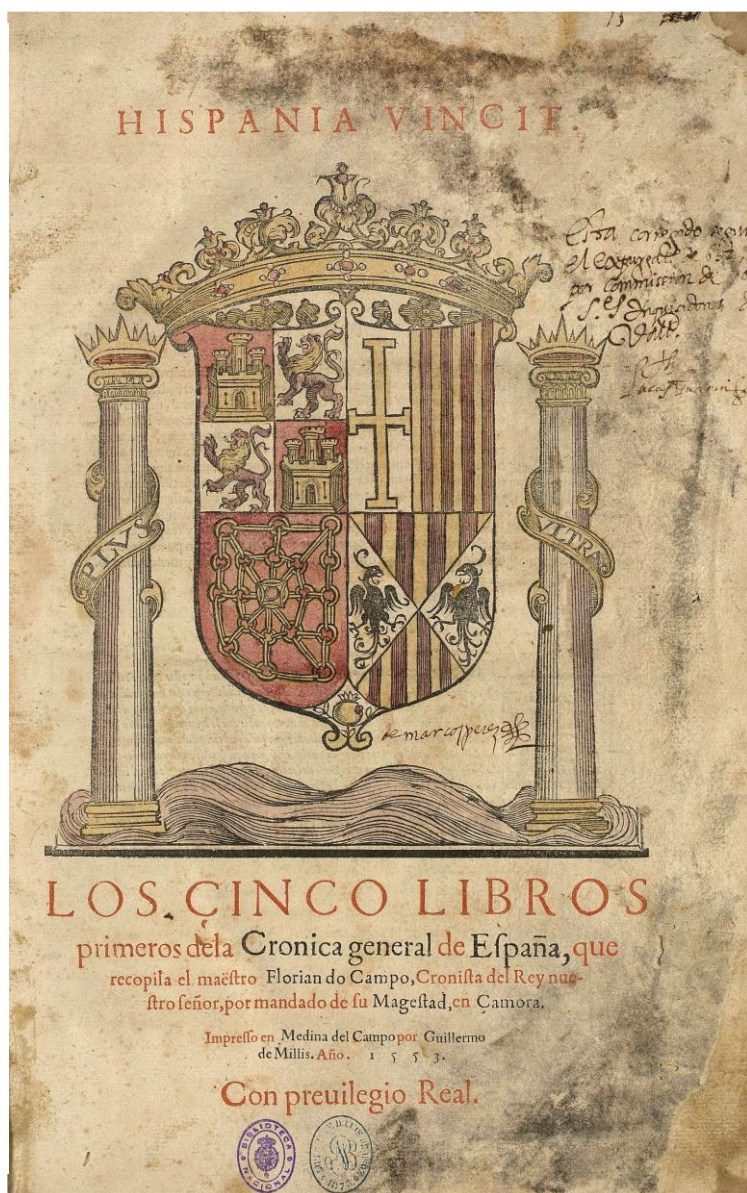
Los quatro libros primeros de la Cronica general de España que recopiló el maestro Florian do campo criado y cronista del Emperador Rey nuestro señor por mandado de su magestad cesarea.

En camora. Año. M. D. XLIIII.

H. I. V. La Cruz



B



[Fig. 3 A] À esquerda, primeira versão da crônica de Florian Ocampo [1544]. Nela vemos, sob uma coroa, a águia de duas cabeças, símbolo da dinastia e do império Habsburgo sob o lema: “*Carolus V impertatorhis, Hispaniae rex*”. No interior, veem-se os brasões das diversas possessões europeias de Carlos. Abaixo as colunas de Hércules, que seriam o limite do mundo conhecido na antiguidade envolvidas pelo lema “*plus ultra*”, indicando a expansão do mundo para além dessas fronteiras pelos espanhóis. [Fig. 2 B]. À direita, vemos a segunda versão da crônica com a incorporação do quinto livro. Acima, lê-se a inscrição “*Hispania vincit*”. Ao centro, sob uma coroa, vemos o escudo dos reinos ligados à Monarquia Hispânica; partindo de cima (da esquerda para a direita): Castela & Leão; Aragão/Nápoles; Navarra; Sicília e Granada (abaixo). A simbologia das colunas de Hércules (envolvidas pelo lema “*plus ultra*”), agora sobre o oceano, repete-se.

Fig. 4

TRACTADO

Años antes de Christo	Numero.	Nombres de los Reyes de España.	años del rey	Años antes de Christo	Numero.	Nombres de los Reyes de España.	años del rey.
2173	1	Tubal.	165	1473	17	Syculo.	60
2008	2	Ibero.	37	1413	18	Testa.	74
1972	3	Iubalda.	65	1339	19	Romo.	33
1906	4	Brigo.	52	1306	20	Palatuo.	18
1854	5	Tago.	32	1288	21	Cacos.	36
1822	6	Bero.	31	1252		Palatuo.	6
1791	7	Gerion.	75	1246	22	Erithreo	68
1716	8	Hyspalo.	17	1179	23	Melicola.	74
1699	9	Hyspan.	36	1105	24	Abidis.	55
1663	10	Hercules.	19	1070		Interregno.	450
1648	11	Hespero.	10	622	25	Argantonio .	80
1637	12	Athalante.	13		542	Interregno.	285
1626	13	Sycoro.	44			Fueró las guer- ras con los Ro- manos y Car- thaginenses .	
1580	14	Sycano.	31				
1549	15	Siceleo.	44				
1505	16	Luso.	31				
años despues de Christo.	Numero.	Nombres de los Reyes de España.	años del rey	años despues de Christo	Numero.	Nombres de los Reyes de España.	años del rey
343	26	Atanarico .	13	418	30	Vualio.	22
385	27	Alarico.	26	441	31	Theodoredo.	14
411	28	Atahulpho	6	454	32	Turismundo.	3
417	29	Singerico.	1	457	33	Theodorico.	13

PRIMERO.

80

años d'pues de Christo.	Numero.	Nóbres de los Reyes de Espa ña.	años del rey	años d'pues de Christo.	Numero.	Nombres de los Reyes de Espa ña.	años del rey.
470	34	Eurico.	20	720	60	Viruila.	9
489	35	Alarico.	23	709	61	Acosta.	3
509	36	Geffelario.	4	712	62	Rodrigo	3
513	37	Theodorico	12			Interregno.	5
525	38	Amalarico.	6	719	63	Pelayo.	13
531	39	Thendio.	17	732	64	Fauila.	2
548	40	Theodifelo.	2	734	65	Alfonf. catol.	19
550	41	Agila.	5	753	66	Fruela.	12
555	42	Atanagildo.	14	766	67	Aurelio.	6
569	43	Loyua.	2	772	68	Silo.	8
572	44	Leonegildo	18	780	69	Alfonso casto.	
590	45	Recaredo.	15	780	70	Bermudo.	6
605	46	Loyua.	2	792		Alfófo casto	41
607	47	Viterigo.	7	822	71	Ramiro.	6
614	48	Gundemiro.	2	827	72	Ordoño.	10
616	49	Sisebuto.	8	838	73	Alfófo mag.	46
624	50	Recaredo.	2	883	74	Don Garcia.	3
626	51	Soentila.	10	886	75	Ordoño.	2 8
635	52	Cisnando.	5	894	76	Fruela.	2 1
641	53	Cintila.	4	895	77	Alfonfo.	4 5
645	54	Tuelgas.	2	901	78	Ramiro.	2 19
647	55	Sedesundo.	10	920	79	Ordoño.	3 1
657	56	Recefundo.	19	921	80	Ordoño.	4 5
676	57	Bamba.	9	925	81	Don Sancho	12
685	58	Eruigio.	7	937	82	Ramiro.	3 25
692	59	Egica.	13	962	83	Bermudo.	2 17

TRACTADO

años despues de Chrifto.	Numero.	Nombres de los Reyes de Espa ña.	años del rey	años despues de Chrifto.	Numero.	Nombres de los Reyes de Espa ña.	años d: rey.
979	84	Alfonfo.	527	1390	102	Henrique.	316
1006	85	Bermudo.	310	1407	103	Ioan.	247
1017	86	Fernando.	47	1454	104	Henrique.	421
1064	87	Sancho.	26	1474	105	Fernádo y Eli- fabet.	30
1073	88	Alfonfo.	633			Fernádo gouer.	2
1106	89	Alfonfo.	72	1504		Philippo.	4 ^m
1108	90	Alfonfo.	850	1506	106	Fernádo gouer no despues.	9
1158	91	Sancho.	32			Don Fernando reyno.	42
1160	92	Alfonfo.	953	1507		Don Carlos vi- no en España a	
1213	93	Henrique.	2		107	19.dias de Sep- tiembre reyno	41
1216	94	Fernando.	235			Philippo y rey- na oy dia.	
1251	95	Alfófo labi	33				
1284	96	Sancho.	411				
1295	97	Fernando.	315	1517			
1310	98	Alfonfo.	1140				
1350	99	Pedro cruel	19		108		
1369	100	Henrique	210				
1379	101	Ioan.	111				

SON PASSADOS DE ESTA SEX-
ta edad, hasta este nuestro tiempo, mil y quinien-
tos y ochenta y quatro años. De la origen del mundo,
segun Hebreos, cinco mil y ochocientos y treynta y
dos años. Segun los interpretes seys mil y seteciétos y
setenta y siete años. Segū el Rey Dó Alfonso ocho mil
y quiniétos y sesenta y cinco años, y ciétos y onze dias.
Tracta-

Lista dos Reis da Espanha de Tubal até Felipe II na *Chronographia* do erudito sevilhano Jerónimo de Chaves, 1584 [1548]. Nela incluem-se os chamados os vinte e cinco reis antigos (anteriores aos monarcas visigóticos) com a respectiva datação do início dos seus reinados e dos anos de governança. É relevante notar a produção da relação entre Tubal e os demais monarcas, até os Habsburgo.

Fig. 5

De los loozes d los Españoles por las armas. Fol. xxix.

CAnsi que llaman los Vizcaínos.			Al cielo: Cerúa.	Tierra: Lurra.
Casa: Echéa.	Sol: Eglizquia.	Luna: Irangula.	Estrella: Icarra.	
Huue: Odéya.	Dan: Ogula.	Uino: Ardaoa.	Carne: Aragula.	
Marido: Senarra.	Rio: Ibáya.	Beuo: Edatendót.	Leo: Iráchrédót.	
Villa: Vria.	Lama: Ocea.	Camisa: Alcádbrea.	Uejo: Carra.	
Blanco: Curía.	Negro: Belca.	Bermejo: Gorria.	Pescado: Arraya.	
Amar: Óneróxtea.	Duerino: Lonaca.	Ueo: Bachisl.	Hóbre: Gnicóna.	
Huger: Emaztáa.	Hijo: Seméa.	Hija: Alauca.	Padre: Ayíca.	
Madre: Améa.	Hermano: Anagéa.	Hermana: Arteúca.	Luego: gorpucá.	
Fuego: Súa.	Hermoso: Ederra.	Lomer: Iau.	Lozro: Lastler eguitédót.	

¶ Tiene ansi mismo ordē de cōtar en esta manera.

¶ Uno: Bat. Dos: Bi. Tres: Irú. Quatro: Lau. Linco: Bost. Seys: Sey. Sie
te: Caçpí. Ocho: Corei. Nueue: Vedraçí. Diez: Amarr. Ueynte: Oguéy. Tre
ynta: Oguéytamar. Quarenta: Berroguéy. Linquenta: Berroguéytamar. Seenta:
Yruoguéy. Setenta: Yruoguéytamar. Ochenta: Lauroguéy. Rouenta: Lauroguéy
tamar. Ciento: Eui.

Tabelas de tradução do Euskera [vizcaíno] para o Castelhana na crônica *De Las Cosas Memorables de España* [1539] de Lucio Marineo Siculo: Na superior, traz palavras cotidianas abrangendo substantivos, adjetivos e verbos. Tais palavras ainda são encontradas no idioma, apenas com modificações na grafia. Na inferior, mostra os números de um a dez [Bat/Bat; Bi/Bi; Irú/Hiru; Lau/Lau; Bost/Bost; Sey/Sei; Caçpí/Zazpi; Corei/Zortzi; Vedraçí/Bederatzi & Amarr/Hamar – em itálico a grafia moderna]; passando aos múltiplos de dez. Antes das tabelas, observa que o singular em Euskera é indicado com a letra “a” ao final [segundo a gramática moderna do idioma, seria mais correto dizer que indica um artigo definido], como *lurra* [terra/ “a terra”] e o plural com “ac” [lurrac – terras/ “as terras”; modernamente *lurrak*].

Fig. 6



Página de rosto do Livro de *Grandezas y Cosas Memorables de España* de Pedro de Medina [1548]. Além de cronista, Medina também exerceu a atividade de cosmógrafo. Nesse mapa vemos a Espanha com subdivisões relacionadas não apenas à história (é evidente a influência da divisão territorial romana e dos reinos medievais), mas também aos rios (Ebro; Duero; Tajo, Guadalquivir e Guadiana) e ao relevo: destaque para os Pirineus como fronteira. A ênfase no Mar Mediterrâneo é evidente, em detrimento do cantábrico, por exemplo, conectando-se com a tese do autor do povoamento de Tubal por Andaluzia.

Fig. 7



Página de rosto da *Primera parte de la Coronica general de toda España, y especialmente del reyno de Valencia* (...), 1563 [1546] de Pero Anton Beuter. À esquerda, na vertical, os escudos de armas dos povos conquistadores da Espanha (Primeiros Espanhóis, Africanos, Romanos & Godos), note-se que o escudo dos primeiros povoadores é uma barca como referência à Noé. À direita, vemos os escudos relacionados à Coroa de Aragão (Valência e Aragão/Catalunha) junto ao escudo dos mouros. Essa referência aos mouros, muito provavelmente, se relaciona aos tempos de Jaime I [1213-1276] (marco cronológico final da crônica) que derrotou os muçulmanos em Maiorca e no Reino de Valência. Destaque para as ilustrações: a superior apresenta a construção de uma muralha com portais e a inferior batalha contra os mouros.

Fig. 8



© Biblioteca Nacional de España

vre entre les humains. Autrefois les *Cantabres* ont habité ce cartier que nous appellons Biscaie, plus grand que la Biscaie ayans aussi occupé les lieux ou sont au-jourd'hui Guipuzcoa & Navarre. Les peuples y ont touf-jours esté célebres & recommandez par les escrits de plusieurs. N'estimoient de vie honorable que celle qui se pratiquoit entre les armes. Estans tous les Espagnols assuétis par les Romains; ceux cy seuls avec les Astures & Voefins ne peurent estre domtez. En fin toutesfois C. Cesar Oſtave Auguſte, affuétit la fierté de ce peuple rompu par le cours & travail

GVIPVSCOA.

Ceſtoit auſſi un autre país des Cantabres. Aucuns l'appellent *Lipuzcoa* & *Lipuzſca*, mal toutesfois, dit Eſtien. Garybay naturel du lieu. Je ne ſuis certain de la ſource du nom: ſ'il ne vient d'*Opuzcoa* ancienne Cité. Au Levant. il s'enferme

Mapa e descrição no *Atlas Minor* (Mercator) de Biscaia, Guipúscoa e Leão (fols. 165 & 166). A carta mostra a região bascófona sob o topônimo de Biscaia (assim como eram chamados por antonomásia os falantes do basco em Castela), cujos habitantes são descritos como célebres e guerreiros. As fronteiras entre Biscaia e Cantábria não são claras, remetendo à tese basco-cantabrista de Garibay, citado no subtítulo Guipúscoa, “um outro país de Cântabros”, tal qual Biscaia.

Fig. 9



RES. 06. 51 FOL. 131.

B.R.



RES. 06. 51 FOL. 132.

B.R.

Imagem comparativa de duas mulheres casadas, uma delas genericamente identificada como Hispana, a outra como biscainha ou cântabra. Note-se o uso de sapato de plataforma na primeira (chapin) e a ausência dele na segunda, como destacado por Poza. O uso do característico tocado da mulher biscainha é valorizado tanto por este autor, quanto para o gravurista. [Anônimo, século XVI].

Fig. 10



Imagem de dois jovens biscainhos. A moça usa uma pequena capa. Seus cabelos são raspados ao centro da cabeça, caindo apenas uns poucos ao lado, como descreve Poza. Ele indica que o vestuário das donzelas seria muito “curto” em relação a outras regiões ibéricas. [Anônimo, século XVI].

Fig. 11



RES. OB. SA. FOL. 127

B.R.



RES. OB. SA. FOL. 126

B.R.

Imagem comparando um homem adulto biscainho (cântabro) e um hispânico. O biscainho tem as pernas descobertas, usa uma monteira na cabeça e carrega uma balestra, guardando muitas semelhanças com o que diz Poza. Marca-se, assim uma singularidade na indumentária. Essa singularidade se evidencia em comparação com o homem hispânico, que utiliza uma longa capa e segura uma espada. [Anônimo, século XVI].

Fig. 12



RESPUESTA
AL MANIFIESTO
DEL REYNO
DE PORTVGAL.

Por D. IVAN CARAMVEL LOBKOVVITZ,
Religioso de Dunas, Dotor de S. Theulugia,
Abad de Melrofa, y Vicario General de la Or-
den de Cister por los Reynos de Ingalaterra,
Irlanda, Escocia, &c.



EN ANBERES
EN LA OFICINA PLANTINIANA
DE BALTHASAR MORETO.
M. DC. XLII.

Pisa

À esquerda, O Manifesto do Reyno e Portugal de Pais-Viegas (1641), onde traz um grande brasão de Portugal em seu frontispício. Destaque-se no canto inferior esquerdo uma esfera armilar e no canto inferior direito um dragão (ou grifo), representando o reio lusitano. À direita, a resposta ao manifesto de Caramuel, impresso na afamada tipografia de Plantino (1642). Vemos o símbolo do impressor: um menino Hércules, com a pele do leão de Medéia e um anjo, ambos seguram uma coroa de louros.

Fig. 13



O pintor e autor Baltasar Echave aparece à esquerda em um autorretrato nas primeiras páginas do *Discursos de la antigüedad de la lengua cántabra bascongada*, o autor segura uma pluma e um pincel em sua mão e na moldura, lê-se: “*Patriæ et penicillum et calamus, utroque æque artifex dedicavit*”: “À pátria, o pincel e a pluma o artífice dedicou por igual”; Do lado esquerdo, temos uma Virgem de Guadalupe de sua autoria (1606): o guipuscoano teve um papel importante na nova política da imagem dos dominicanos na Nova Espanha, onde o culto à virgem foi um elemento fundamental.

Fig. 14

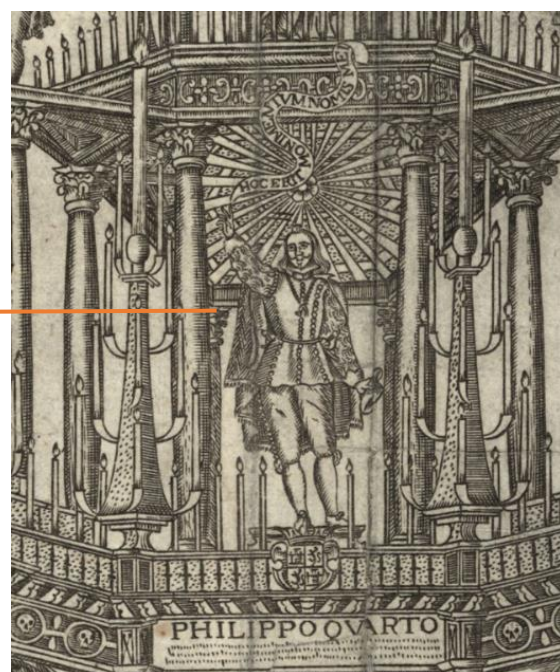
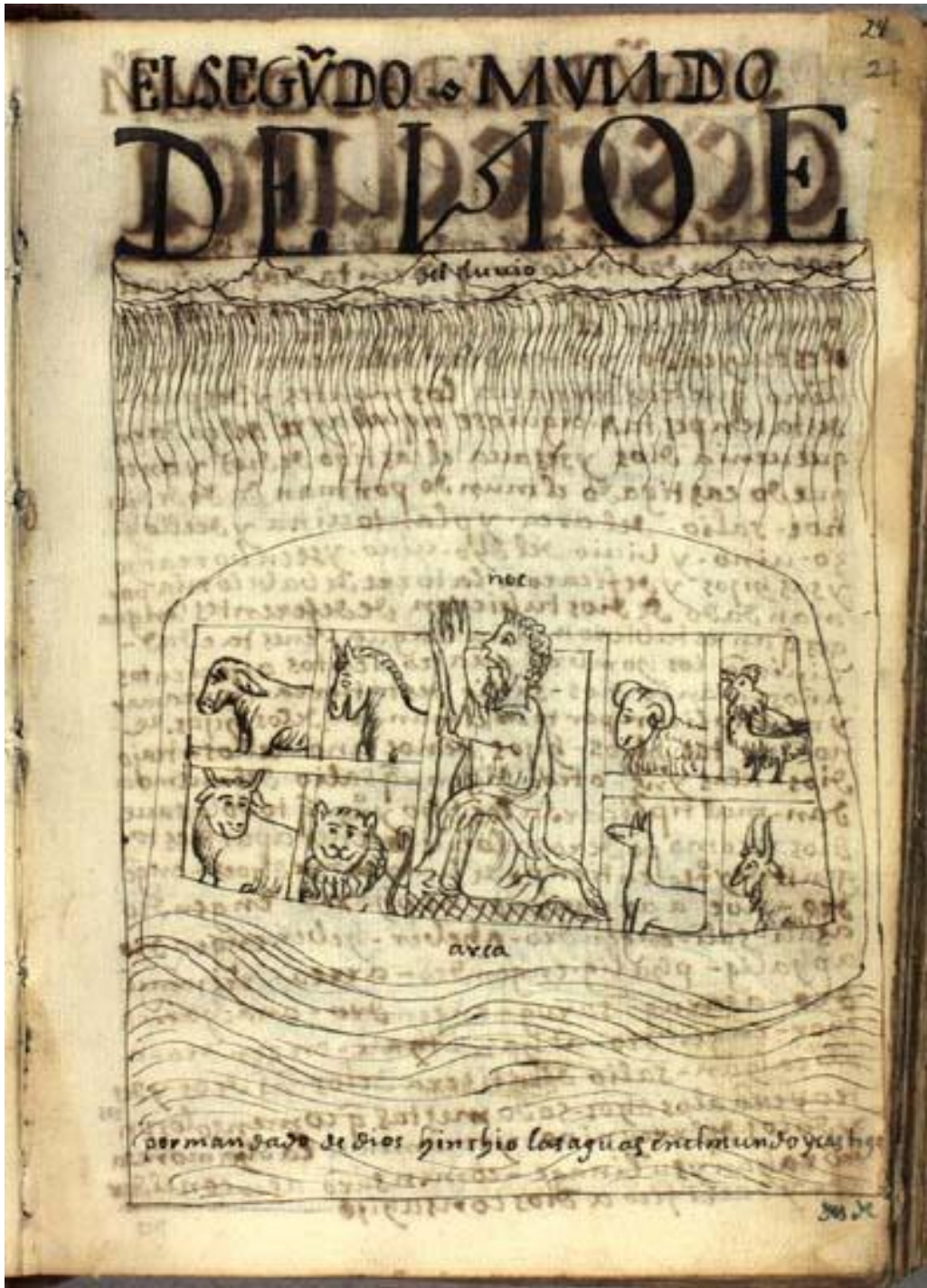


Imagem da Pira Real dedicada ao rei Felipe IV na Catedral Metropolitana do México. Temos a visão frontal, portanto, parcial do monumento. Apesar de não podermos observar a estátua ligada à figura de Tubal, vemos algumas estátuas entre as colunas de reis e imperadores. Acima das escadas, temos símbolos monárquicos como a coroa e um manto sobre uma águia pousada em um cacto, símbolo da Cidade do México. Ao centro, destaca-se “Philippo Quarto”. A estátua segura a frase do capítulo 18 do livro segundo de Samuel, atribuída a Absalão: “Hoc erit monumentum nominis mei” [“este será o monumento do meu nome”].

Fig. 15



Gravura da *Nueva Corónica* de Guaman Poma de Ayala (c.1615). Abaixo, lê-se: “Por mandado de Dios hinchió las aguas en el mundo y castigó”. Ao fundo, veem-se montanhas, provavelmente o monte Ararat. Havia, uma semiótica da altura, onde muitos eruditos aproveitaram a relação de lugares altos com Noé e seus descendentes, como Tubal. Este foi vinculado a Armênia, Pirineus, montanhas bascas e aos Andes.

Referência das Imagens [Anexo]

Fig. 1: ISIDORUS HISPALENSIS [ISIDORO DE SEVILLA]. *Etymologiae*. De Summo Bono. Boneto Locatello pour Ottaviano Scoto, 1500. [Biblioteca pública de Lyon]. Digitalizado por Google Books; https://books.google.es/books?id=qMEpaxBYWU8C&dq=etymologiae&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

Fig.2 *Nations of Japheth and Family Tree of Noah In The Holy Bible : containing the Olde Testament and the New / newly translated out of the originall Greeke, and with the former translations diligently compared and reuised by His Maiesties speciall commandement*, 1621. Digital image provided courtesy of Pitts Theology Library, Candler School of Theology, Emory University. Disponível em: http://pitts.emory.edu/dia/image_details.cfm?ID=12768

Fig. 3 A: OCAMPO, Florián. *Los Cuatro Libros Primeros de la Crónica general de España que recopila el maestro Florián do Campo criado y cronista del Emperador Rey Nuestro Señor por Mandado de su Majestad Cesárea*. Zamora: Juan Picardo editor: 1544. [Biblioteca pública da Baviera]. Digitalizado por Google Books: https://books.google.es/books?id=Jj1gko98ZUAC&dq=los+cuatro+libros+de+la+cr%C3%B3nica+ocampo&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

B: OCAMPO, Florián. *Los cinco libros primeros de la crónica general de España que recopilaba el maestro Florián de Ocampo, cronista del rey nuestro señor, por mandato de su majestad, en Zamora*, 1553. [Biblioteca Nacional da Espanha]. Digitalizado por Biblioteca Digital Hispánica [BNE]: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

Fig. 4: DE CHAVES, Jerónimo. *Chronographia* o reportório de los Tiempos, el más copioso y preciso que hasta ahora ha salido a Luz. Compuesto por Hieronymo de Chaves, Astrologo y Cosmographo. Fernando Díaz: Sevilla, 1584 (*fol.* 80). [Universidad Complutense de Madrid]. Digitalizado por Google Books: https://books.google.es/books?id=QpdsWNI94FMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Fig. 5: MARINEO SÍCULO, Lucio. *Obra compuesta por Lucio Marineo Sículo, cronista de sus Majestades de las cosas memorables de España*, Alcalá de Henares, 1539. (*fol.* XXIX). [Biblioteca Central Nacional de Roma]. Digitalizado por Google Books: https://books.google.es/books?id=ycuPOOMZ2usC&dq=Lucio+marineo+Siculo&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

Fig. 6: MEDINA, Pedro. *Libro de grandezas y cosas memorables de España*. Sevilla: *Dominico de Robertis*, 1548. [Biblioteca Nacional de España] – Digitalizado por Biblioteca Digital Hispánica: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000108163&page=1>

Fig. 7: BEUTER, Pere Antón. *Primera parte de la Coronica general de toda España, y especialmente del reyno de Valencia. Donde se tratan los estraños acaecimientos que del diluvio de Noé hasta los tiempos del Rey Iayme de Aragón, (...)*. Valência: Ioan Mey Flandro, 1563. [Universidad Complutense de Madrid]. Digitalizado por Google Books: <https://books.google.es/books?id=wVY6Z3vq5JYC&dq=Primera+parte+de+la+Coronic>

[a+general+de+toda+Espa%C3%B1a,+y+especialmente+del+reyno+de+Valencia&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s](#)

Fig. 8 =, De nouveau reveu et aumante. Amsterodami : Excusum in aedibus Iudoci Hondii veneunt etiam apud Cornelium Ni Disponível em [Biblioteca Nacional de España]: <http://bdh.bne.es/bnearch/CompleteSearch.do?showYearItems=&field=todos&advanced=false&exact=on&textH=&completeText=&text=Atlas+minor&pageSize=1&pageSizeAbrv=30&pageNumber=1colai>, item apud Ioannem Ianssonium Arnhemi. Biblioteca Nacional de España.

Figs. 9-11 Ensemble de gravures de costumes espagnols du XVIe siècle:[estampe]. 1600. Bibliothequè Nationale de la France. Digitalizado por Gallica: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6937394z>

Fig. 12 PAEZ-VIEGAS, Antonio. Manifesto do reyno de Portugal. No qual se declara o direyto, as causas, & o modo, que teve para examinar-se da obediencia del rey de Castella. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1641. [Biblioteca Central Nacional de Roma] Digitalizado por Google Books: https://books.google.com.br/books?id=GnLLJaMiiX4C&newbks=1&newbks_redir=0&dq=manifesto+do+reyno+de+Portugal&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s & CARAMUEL DE LOBKOWITZ, Juan. *Respuesta al manifesto del Reyno de Portugal*. Amberes: en la oficina plantiniana de Balthasar Moreto, 1642. [Universidad Complutense de Madrid]. Digitalizado por Google books: https://books.google.com.br/books?id=hRsYHM10_nYC&dq=portugal+tubal&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

Fig. 13 *Virgem de Guadalupe* de Baltasar Echave Orio [coleção particular, óleo sobre tela, 1606] In PIERCE, Donna, Rogelio Ruiz y Clara Bargellini. *Painting a New World*. Denver: Denver Art Museum, 2005. Disponível em: <http://artecolonialamericano.az.uniandes.edu.co:8080/artworks/2549> & DE ECHAVE, Balthasar. *Discursos de la antigüedad de la lengua cántabra bascongada, cõpuestos por Balthasar de Echave, (...)*. En Mexico, en la emprenta de Henrrico Martinez, 1607 [Gravura] [Digitalizado por Biblioteca Nacional da Espanha]. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>

Fig.14 SARIÑANA, Ysidro. *Llanto del occidente en el ocaso del mas claro sol de las Espanas. Funebres demostraciones (...) en las exequias del rey Felipe III (...)*. México: Viuda de Bernardo Calderon, 1666. [Biblioteca Naciona da Áustria]. Digitalizado por Google Books, disponível em: https://books.google.com.br/books?id=PG9eAAAACAAJ&newbks=1&newbks_redir=0&dq=Sari%C3%B1a%20+llanto&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s

Fig. 15 GUÁMAN POMA DE AYALA, Felipe. El primer nueva corónica y buen gobierno (1615/1616). København, Det Kongelige Bibliotek, GKS 2232 4°. Disponible en: <http://www5.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/biblio/index.htm>